

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

CAIO DE BARROS MARTINS COSTA

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E LEGITIMAÇÃO LANCASTER

INGLATERRA, c. 1400 – c.1500

NITERÓI

2022

CAIO DE BARROS MARTINS COSTA

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E LEGITIMAÇÃO LANCASTER

INGLATERRA, c. 1400 – c. 1500.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. – Campo de Concentração: História Medieval.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Vânia Leite Fróes

NITERÓI

2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C837c Costa, Caio de Barros Martins
A Construção da Memória e Legitimação Lancaster :
Inglaterra, c. 1400 - c. 1500 / Caio de Barros Martins Costa ;
Vania Leite Fróes, orientadora. Niterói, 2022.
311 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2022.d.11624139728>

1. Inglaterra Medieval. 2. Poder Régio. 3. Memória. 4.
Dinastia de Lancaster. 5. Produção intelectual. I. Fróes,
Vania Leite, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de História. III. Título.

CDD -

CAIO DE BARROS MARTINS COSTA

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E LEGITIMAÇÃO LANCASTER

INGLATERRA, c. 1400 – c. 1500.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Campo de Concentração – História Medieval.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Vânia Leite Fróes (Orientadora)

Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^o Dr. Edmar Checon de Freitas

Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^o Dr. Fabiano Fernandes

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Prof.^a Dra. Raquel Alvitos Pereira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Prof.^a Dra. Renata Rodrigues Vereza

Universidade Federal Fluminense - UFF

NITERÓI

2022

*This royal throne of kings, this sceptred isle,
This earth of majesty, this seat of Mars,
This other Eden, demi-paradise,
This fortress built by Nature for herself
Against infection and the hand of war,
This precious stone set in the silver sea,
Which serves it in the office of a wall
Or as a moat defensive to a house,
Against the envy of less happier lands,
This blessed plot, this earth, this realm, this
England.*

William Shakespeare, *Richard II.*

Aos meus pais, Luciana e Wagner, não somente por investirem em meus estudos, mas pelo apoio, carinho e amor, e que muito ouviram sobre os reis ingleses.

AGRADECIMENTOS

A composição de uma Tese não é só a escrita e a pesquisa, mas sim a aglutinação de diversos elementos, de cunho acadêmico e pessoal. São quatro anos de pesquisa, e neste período muito aconteceu na minha vida pessoal, transformações, momentos de crises em relação à pesquisa e é claro, as pessoas e instituições que participaram diretamente nessa caminhada.

Devo é claro agradecer a Deus, por me acompanhar e me auxiliar, especialmente nos momentos mais complicados de elaboração desta pesquisa. Aos meus pais também, a quem eu dedico esta Tese.

À Professora Vânia Leite Fróes, que me acompanha desde o Mestrado. Sou eternamente grato pelas orientações, conselhos e caminhos dados para elaboração da pesquisa. Me sinto privilegiado em ter alguém de sua alcunha na minha trajetória acadêmica. Lembro-me ainda de todas as vezes, em eventos, que me sentia e ainda sinto, orgulho de dizer que sou orientado por esse exemplo de docente que é a professora Vânia.

À CAPES, pelo auxílio financeiro à esta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF e seus funcionários, pela excelência no ensino e pesquisa, que me proporcionou grande enriquecimento intelectual e oportunidades no mundo acadêmico.

Aos Professores Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior e Dr. Fabiano Fernandes, pelas sugestões e contribuições durante o Exame de Qualificação, de fundamental importância para a continuidade da pesquisa. Agradeço ainda ao professor Fabiano Fernandes por gentilmente participar da banca de Defesa da Tese.

Aos Professores Dr. Edmar Checon de Freitas, Dra. Raquel Alvitos Pereira e Dra. Renata Rodrigues Vereza por aceitarem gentilmente participarem da banca de Defesa da Tese.

Aos colegas do *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos*, pelos debates, encontros e contribuições a esta pesquisa. Um grande agradecimento em especial às colegas Josena Nascimento e Sabina dos Santos, por nossas conversas, desabafos, fofocas, e é claro contribuições um na pesquisa do outro. Vocês tiveram um papel importante em deixar o caminho desta pesquisa mais leve.

Aos colegas do *Insulæ – Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte*. Que se tornou muito importante no Brasil, por unir pesquisadores sobre as ilhas britânicas, campo que cresce exponencialmente em nosso país.

Ao colega Vinícius Freitas, que se arriscou a se aventurar em terras germânicas, preservando uma amizade que vem do Mestrado na UFF, com nossas conversas sobre nossa “amada” Europa e viagens, e ao *gospodin* Leandro César, apaixonado pelos temas mais “exóticos” da medievalidade, crítico e com quem tive diversos debates desde nossa Graduação em História na UFRRJ.

A todos os colegas que me acompanham desde a Graduação em História na UFRRJ.

A aqueles que estiveram presentes nesse processo, e que por qualquer razão hoje estão longe.

RESUMO

Esta Tese busca analisar a construção da memória acerca da Dinastia de Lancaster na Inglaterra, especificamente no final do século XIV e século XV, considerando a construção e projeção dessa memória. A Inglaterra passou, ao longo da Baixa Idade Média, por transformações políticas que tiveram impacto na atuação do poder régio e por consequência na construção da memória em torno dos reis, e na produção de uma retórica que visava a legitimação política. O contexto de guerras, em especial a Guerra dos Cem Anos e a Guerra das Rosas, produziram instrumentos que foram importantes no jogo da memória. Através dos reis Lancastrianos, podemos entender melhor esse jogo, percebendo como os cronistas produziam memória contemporaneamente a eles, ou recuperavam narrativas do passado, no qual esses reis também poderiam fazer parte do passado, e assim ressignificavam ou transformavam a memória, projetando-a para questões do presente. Portanto, como caminho de análise toma-se principalmente as crônicas, tal como *The Chronica Maiora* de Thomas Walsingham, *Chronicon Adae Usk* de Adam de Usk, *The Book of Illustrious Henries* e *The Chronicles of England* de John Capgrave, entre outras, como ainda um *corpus* documental ligado à produção da administração central inglesa, tal qual os *Rotuli Parliamentorum* e os *Calendars* da Chancelaria.

Palavras-chave: Inglaterra Medieval; Poder Régio; Memória; Dinastia de Lancaster.

ABSTRACT

This Thesis seeks to analyse the construction of memory about the Lancaster Dynasty in England, specifically in the late 14th and 15th centuries, considering the construction and projection of this memory. Throughout the Late Middle Ages, England underwent political transformations that had an impact on the performance of royal power and, consequently, on the construction of memory around the kings, and on the production of a rhetoric that aimed political legitimation. The context of wars, especially The Hundred Years War and The War of the Roses, produced instruments that were important in the memory game. Through the Lancastrian kings, we can better understand this game, realising how the chroniclers produced memory contemporaneously with them, or recovered narratives from the past, in which these kings could also be part of the past, and thus resignified or transformed memory, projecting it to present cases. Therefore, as a path of analysis we take mainly the chronicles, such as *The Chronica Maiora* by Thomas Walsingham, *Chronicon Adae Usk* by Adam of Usk, *The Book of Illustrious Henries* and *The Chronicles of England* by John Capgrave, among others, as well as a documentary *corpus* linked to the production of the English central administration, such as the *Rotuli Parliamentorum* and the *Chancery Calendars*.

Keywords: Medieval England; Royal Power; Memory; Lancaster Dynasty

RESUMÉ

Cette thèse vise à analyser la construction de la mémoire sur la dynastie Lancaster en Angleterre, plus précisément à la fin des XIV^e et XV^e siècles, en considérant la construction et la projection de cette mémoire. Tout au long du Bas Moyen Âge, l'Angleterre connaît des transformations politiques qui ont un impact sur l'exercice du pouvoir royal et, par conséquent, sur la construction de la mémoire autour des rois, et sur la production d'une rhétorique visant à la légitimation politique. Le contexte des guerres, notamment la Guerre de Cent Ans et la Guerre des Roses, a produit des instruments importants dans le jeu de mémoire. A travers les rois lancastriens, on peut mieux comprendre ce jeu, en réalisant comment les chroniqueurs ont produit la mémoire en même temps qu'eux, ou récupéré des récits du passé, dans lesquels ces rois pouvaient aussi faire partie du passé, et ainsi resignifier ou transformer la mémoire, la projetant présenter des enjeux. Par conséquent, comme chemin d'analyse, nous prenons principalement les chroniques, telles que *The Chronica Maiora* de Thomas Walsingham, *Chronicon Adae Usk* d'Adam de Usk, *The Book of Illustrious Henries* et *The Chronicles of England* de John Capgrave, entre autres, ainsi que un *corpus* documentaire lié à la production de l'administration centrale anglaise, comme le *Rotuli Parliamentorum* et les *Calendars* de la Chancellerie.

Mots clés : Angleterre médiévale ; Pouvoir Royal ; Mémoire; Dynastie Lancaster.

SUMÁRIO

Nota sobre as Traduções	XIII
Lista de Esquemas	XIV
Lista de Quadros e Tabelas	XV
Lista de Mapas	XVI
Lista de Abreviações	XVII
 INTRODUÇÃO	 1
 PARTE I – OS PILARES DA MEMÓRIA.....	 10
 CAPÍTULO I – “PELA GRAÇA DE DEUS, REI DA INGLATERRA, FRANÇA E LORDE DA IRLANDA”: AS BASES POLÍTICAS DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA	 11
1.1. A Era Lancastriana	12
1.2. A importância política da guerra	25
1.2.1. Breve panorama da Guerra dos Cem Anos (1337-1453)	27
1.2.2. Breve panorama da Guerra das Rosas (1455-1487)	34
1.3. As instituições e o jogo político	38
1.3.1. A expansão administrativa	38
1.3.2. Dinâmica política e deposições	49
 CAPÍTULO II – “PARA QUE NÃO TENHAM O LABOR DE REUNIR HISTÓRIAS DO PASSADO”: O TEMPO, O PASSADO E A MEMÓRIA	 55
2.1. Tempo e Memória na produção escrita baixo-medieval inglesa	56
2.2. As narrativas cronísticas sobre os reis Lancastrianos	67
2.2.1. As crônicas eclesiásticas	71
2.2.2. As crônicas laicas	80
2.3. O local de produção	84
2.4. Os vetores da memória	89
2.4.1. Beda e Geoffrey de Monmouth	89
2.4.2. O passado bíblico e a história do mundo	93
2.4.3. O rei e o ideal de integração monárquica	94

PARTE II – A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E LEGITIMAÇÃO	103
 CAPÍTULO III – “ESTE REINO À BEIRA DA RUÍNA”: A MEMÓRIA NO ESTABELECIMENTO DOS LANCASTRIANOS AO TRONO	104
3.1. A ressignificação da memória de Ricardo II	104
3.2. A linhagem e memória	119
3.3. As profecias da ascensão Lancastriana	125
3.4. À sombra de Ricardo II	138
 CAPÍTULO IV – “SEPARANDO O JOIO DO TRIGO” – SACRALIDADE, DEVOÇÃO E GUERRA	156
4.1. O óleo sagrado da coroação dos reis Lancastrianos	157
4.2. A devoção dos reis Lancastrianos	171
4.3. A memória das campanhas de Henrique V na França	183
 PARTE III – A PROJEÇÃO DA MEMÓRIA	200
 CAPÍTULO V – “A CASA DE LANCASTER”: PASSADO, PRESENTE E FUTURO	201
5.1. As transformações da memória Lancastriana	202
5.2. Henrique VI – um santo Lancastriano	213
5.2.1. As características do culto	214
5.2.2. John Blacman e a imagem monacal de Henrique VI	224
 CONCLUSÃO	239
 BIBLIOGRAFIA	244
ANEXO I – CRONOLOGIA	254
ANEXO II – GLOSSÁRIO	258
ANEXO III – MAPAS	262
ANEXO IV – ANTOLOGIA DE FONTES	267

NOTA SOBRE AS TRADUÇÕES

Valorizando a cadência da leitura, optou-se por colocar no corpo da Tese uma tradução livre das citações de autores ou fontes escritos em língua estrangeira. Alguns textos escritos originalmente em latim, como a *Chronicon Adae Usk*, que em edição possuem a versão em latim e inglês, a tradução foi feita com base no texto em inglês. Em outros, como nos *Rotuli Parliamentorum*, cuja escrita era comumente feita em latim, francês e inglês, a tradução foi feita conforme à tradução em inglês da edição da obra. O mesmo vale para os *English Coronation Records*, que contém as fontes em latim e inglês.

Em referência à tradução dos nomes, optou-se por traduzir para o português o nome dos reis ou aqueles que em algum momento assumiram o trono. Outros, manteve-se o nome em inglês.

A tradução dos trechos bíblicos, em extratos das fontes, ou citados ao longo da Tese são todos com base na *Bíblia de Jerusalém*.

LISTA DE ESQUEMAS.

Esquema I – Sucessão do trono inglês e as Casas Plantageneta, Lancaster e York

..... p. 13.

Esquema II – Linhagem do trono francês antes do início da Guerra dos Cem Anos

..... p. 30.

Esquema III – Estrutura básica da administração central inglesa – séculos XIV e

XV p. 40.

Esquema IV – Árvore de Eduardo III e o problema da linha de sucessão do trono

inglês p. 121.

LISTA DE QUADROS DE TABELAS

Quadro I – Principais crônicas analisadas produzidas no meio eclesiástico sobre os reis Lancastrianos.....	p. 72.
Quadro II – Período de produção e influências na escrita das <i>Chronica Maiora</i> de Thomas Walsingham	p. 74.
Quadro III — Principais crônicas laicas analisadas sobre os reis Lancastrianos.....	p. 81.
Tabela I – Lista de milagres associados a Henrique VI. In: THEILMANN, John M. The Miracles of King Henry VI of England. In: <i>The Historian</i> . Vol. 42, No. 3. (Maio 1980), p. 463.....	p. 222.

LISTA DE MAPAS

- Mapa I – Campanha de Agincourt de 1415. *Henry's route to Agincourt, 8-29 October 1415.* Disponível em: <http://www.aginc.net/battle/route-map.htm>..... p. 191.
- Mapa II — Norte francês e sul inglês, caminho de ida para a França e retorno à Inglaterra. Disponível em: <https://hystoricus.files.wordpress.com/2012/09/azin1.jpg> p. 194.

LISTA DE ABREVIACÕES

- AEC** ANÔNIMO. *An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI*. Written before the Year of 1471. Editado por Rev. John Silvester Davies: Camden Society, 1856.
- AU** *Chronicon Adae de Usk*. A.D. 1377-1421 Editado por Sir Edward Maunde Thompson. Royal Society of Leterature. Londres: Oxford University Press, 1904.
- BJ** *Bíblia de Jerusalém*. Tradução das introduções e notas de *La Bible de Jérusalem*, edição de 1998, publicada sob a direção da “École biblique de Jérusalem”. São Paulo: Paulus, 8º impressão de 2012.
- BRUT** *The Brut or The Chronicles of England*. Editado por Friedrich W. D. Brie. Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Limited, 1906.
- CCR** *Calendar of Close Rolls*. Preserved in the Public Record Office. Published by the authority of his majesty’s principal secretary of state for the home department, 1927.
- CPR** *Calendar of Patent Rolls*. Preserved in the Public Record Office. London: Printed for his majesty’s stationery office by Mackie and co.Ld.1903.
- LR** Liber Regalis. In: LEGG, L.G. Wickham. (Ed.) *English Coronation Records*. Westminster: Archibald Constable & Co. Ltd, 1902. pp. 81 – 130.

- RP** *Rotuli Parliamentorum*. Parliament Rolls of England. Editado por Chris Given-Wilson, Paul Brand, Seymour Phillips, Mark Ormrod, Geoffrey Martin, Anne Curry e Rosemary Horrox. Woodbridge: Boydell Press, 2005. Disponível em: <https://www.british-history.ac.uk/no-series/parliament-rolls-medieval>.
- TBIH** CAPGRAVE, John. *The Book of Illustrious Henries*. Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.
- TCE** CAPGRAVE, John. *The Chronicle of England*. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.
- TCJH** HARDYNG, John. *The Chronicle of John Hardyng*. Together with The continuation of Richard Grafton. Londres: F.C. and J. Rivington; T. Payne; Wilkie and Robingdon; Longman, Nurst, Rees, Orme, and Brown; Cadell and Davies; J. Mawman; and R. H. Evans, 1812.
- TCM** WALSINGHAM, Thomas. *The Chronica Maiora* (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.
- TRP** HOCCLEVE, Thomas. *The Regiment of Princes*. Editado por Charles R. Blyth. Teams Middle English Texts Series. Kalamazoo: Western Michigan University, 1999.

INTRODUÇÃO

Era setembro de 1399. Lordes espirituais, lordes temporais e comuns se reuniram em Westminster para debater os destinos da Inglaterra. O arcebispo de Canterbury faz um sermão aos presentes. Munido de referências bíblicas, mostra como o reino estava à beira da ruína devido aos crimes praticados pelo rei, seus preferidos e oficiais. Logo depois, a Casa dos Lordes e a Casa dos Comuns discutem a destituição do soberano. Buscam elementos plausíveis que possibilitem a deposição e/ou renúncia de Ricardo II. Algum tempo depois, ainda no Parlamento, Henrique de Bolingbroke, duque de Lancaster; reivindicou em nome do Pai, Filho e Espírito Santo o reino da Inglaterra, a Coroa com todos seus membros e domínios, por descendência direta do rei Henrique III. Por direito divino e eleição do povo, à vista da ruína pela falta de governança e destruição das boas leis do reino.

Em 13 de outubro de 1399, dia de São Eduardo, o Confessor, Henrique IV foi coroado na Abadia de Westminster, o primeiro rei ungido com a relíquia de Thomas Becket. Reunia alguns apoiadores da nobreza, provenientes das afinidades do Ducado de Lancaster. A partir de então, se instaura uma nova dinastia no reino inglês. A Casa de Lancaster. Com eles, a busca por legitimação e construção de uma memória que possibilitasse a ascensão e manutenção da nova casa real no trono.

No final da Idade Média, observamos a expansão do poder dos reis na Europa Ocidental, aliada à centralização da administração, o crescimento das instituições de governo e ao aumento da produção de símbolos políticos em torno dessas monarquias. Durante os séculos XIV e XV, muitas Coroas também experimentaram desafios políticos causados por mudanças dinásticas, guerras civis e estrangeiras e, em alguns casos, usurpações e facções na nobreza. O reino da Inglaterra não é exceção.

Desde o século XIII, a Inglaterra passou pela burocratização dos aparatos centrais e locais de governo, com a formação de instituições que tinham o papel de produzir e preservar registros administrativos. A *Household*, a Chancelaria, o Tesouro régio, as Cortes de Justiça centrais e locais, faziam parte de um enorme desenvolvimento administrativo que seguia o lugar-comum de outros reinos europeus. Entre os séculos XIV e XV, essas instituições se profissionalizaram e adquiriram traços mais definidos. Une-se a elas o Parlamento, que teve suas bases no início do século XIII, embora a historiografia considere sua real existência

apenas no final do século. Era uma assembleia política, legislativa, pouco administrativa, maiormente um espaço de representação da comunidade política, onde o rei também estava submetido à lei.

As instituições de governo tinham funções além daquelas administrativas, eram espaços de produção de memória em torno do *Rei* e *Reino*. Em diversos momentos, essa memória se desprendia do ambiente oficial e era levada para outros documentos que tinham um papel privilegiado de produzir e preservar a memória: as crônicas. No final da Idade Média, os cronistas, mesmo aqueles do clero regular, estavam cada vez mais próximos da Corte, e a história da Inglaterra tornava-se uma história centrada no rei e seus feitos. A estabilidade do reino, assim como o bem-comum estavam ditados pelas ações de monarcas específicos, ou ao menos, segundo à memória construída acerca desses soberanos.

Vemos com bastante clareza o jogo da memória com a ascensão da Dinastia de Lancaster em 1399. A Era Lancastriana foi um período um tanto conturbado da História inglesa, compreendendo os anos de 1399 a 1461, tendo um intervalo, com retorno da casa real entre 1470 e 1471. Dois grandes fenômenos bélicos fizeram parte do contexto: a Guerra dos Cem Anos e a Guerra das Rosas, esta última colocava em risco os direitos legítimos dos Lancastrianos ao trono.

A ascensão dos Lancastrianos se insere num contexto de lutas entre o poder régio e a nobreza, a expansão da comunidade política com um papel crescente e importante da *gentry* e dos mercadores das cidades, que buscavam na Coroa um espaço de compartilhamento de interesses privados. Henrique IV, o primeiro monarca Lancastriano, respondia os interesses de um grupo político específico entre a nobreza e os comuns. Os partidários da nova dinastia precisaram, logo com a ascensão, produzir uma retórica de poder que desse um espaço de reivindicação do trono. Os rolos do Parlamento, chamados *Rotuli Parliamentorum*¹ tiveram um papel fundamental no início da construção da memória Lancaster e por consequência, a expansão dessa memória para as crônicas. Em obras como *The Chronica Maiora*² de Thomas Walsingham e *Chronicon Adae Usk*³ de Adam de Usk percebemos com clareza como a memória produzida no Parlamento se estendeu para outros meios, com discursos similares,

¹ *Rotuli Parliamentorum*. Parliament Rolls of England. Editado por Chris Given-Wilson, Paul Brand, Seymour Phillips, Mark Ormrod, Geoffrey Martin, Anne Curry e Rosemary Horrox. Woodbridge: Boydell Press, 2005. Disponível em : <https://www.british-history.ac.uk/no-series/parliament-rolls-medieval>.

² WALSINGHAM, Thomas. *The Chronica Maiora* (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

³ *Chronicon Adae Usk*. A.D. 1377-1421 Editado por Sir Edward Maunde Thompson. Royal Society of Literature. Londres: Oxford University Press, 1904.

em alguns casos, idênticos. Também, em documentos administrativos como os *Calendars* da Chancelaria observamos uma retórica legitimatória da dinastia.

Os Lancastrianos enfrentaram desafios aos seus direitos ao trono. Henrique IV encarou diversas conspirações, rebeliões e revoltas que contestavam sua legitimidade. Henrique V confrontou os heréticos do Lollardismo, e teve que conciliar o estabelecimento da ordem “pública”, a organização financeira da Coroa e seus almejos políticos e territorialistas na França na Guerra dos Cem Anos.

Henrique VI assumiu o trono com 9 meses de idade, teve um Conselho de regência marcado por brigas entre facções aristocráticas. Ao atingir sua maioridade, era constantemente dominado por membros de sua família ou preferidos na Corte. A instabilidade política nesse período levou à intervenção da comunidade política sobre o rei, culminando no início da Guerra das Rosas e deposição da Casa de Lancaster. Tal rei, apesar de enormes problemas com sua imagem, teve na memória a preservação da ideia de que ele era devoto. Tal devoção e possível morte violenta em 1471 deu bases para o início de um culto popular a ele, que foi por fim incentivado pelos primeiros Tudor.

Os Lancastrianos produziram uma memória de legitimação para dar base aos direitos dessa casa ao trono. Do mesmo modo, a memória Lancaster foi utilizada por outras dinastias, os York e Tudor, que por vezes transformavam ou ressignificavam a memória visando legitimação. Neste jogo político, entra a produção e projeção da memória.

Esta Tese se insere nos estudos acerca do poder régio nas monarquias europeias durante a Baixa Idade Média, campo já consolidado na historiografia. As pesquisas em torno do simbólico possuem destaque há muito tempo entre os acadêmicos, principalmente aqueles ligados ou influenciados por uma escola historiográfica francesa. Em torno do reino inglês, há um enorme destaque para uma História Política mais “tradicional”, que não é, de forma alguma, similar àquela produzida pelos historiadores do século XIX. Meu objetivo com este trabalho é contribuir para ambos os campos de estudo, uma História Político-Cultural, entendendo as nuances do jogo político e o papel que a memória e o simbólico tinham nesse jogo.

De modo a analisar a construção da memória e da legitimação Lancastriana, esta Tese está estruturada em três hipóteses. Em primeiro lugar, havia uma construção de uma retórica de poder nas crônicas e fontes administrativas que visavam construir uma memória legitimatória em favor dos reis Lancastrianos. Como segunda hipótese, entende-se que existe

um papel importante do passado na elaboração da memória, com tradições do imaginário cristão, lendas e mitos sendo recuperados e ressignificados de modo a produzir a retórica de poder acerca da Dinastia de Lancaster. Por fim, os monarcas Lancastrianos são passado, presente e futuro, enquanto elementos do passado são utilizados para produzir a memória desses soberanos, assim como a memória desses reis é utilizada com propósitos diversos, inclusive legitimatórios num período posterior a eles.

Os reis Lancastrianos atuam como um fio condutor para que possamos perceber um problema maior, que é a estrutura e os desafios do poder régio inglês no final da Idade Média.

Esta pesquisa sustenta-se em fontes narrativas e normativas, que nos mostram o jogo da memória, como dito anteriormente, entre produção e projeção. Os *Rotuli Parliamentorum* lançam a luz para os problemas políticos da Inglaterra à época, assim como o papel das representações da comunidade política e como o rei atuava em meio a uma rede de interesses compartilhados. Lembro mais uma vez que os discursos produzidos no Parlamento se estendiam a outras fontes escritas no período.

Os *Calendars* elaborados pela chancelaria também tinham um papel importante na construção da memória. São documentos que contêm principalmente as ordenações e despachos régios e através destas fontes notamos a rede de apoio ou oposição ao rei, como ainda elementos do imaginário.

Apesar da importância da documentação de origem administrativa, as fontes principais desta Tese são as crônicas, portanto, a análise delas foi feita conforme duas situações. Primeiramente, as crônicas contemporâneas aos monarcas Lancastrianos, como *The Chronica Maiora* de Thomas Walsingham, *Chronicon Adae Usk* de Adam de Usk e *The Book of Illustrious Henries*⁴ de John Capgrave, sendo esta última contemporânea apenas ao reinado de Henrique VI. Em alguns momentos, certas biografias do rei Henrique V também serão evocadas de modo a complementar a análise da cronística. Em segundo lugar, tomo como base as crônicas posteriores aos reis Lancastrianos, para entender quais elementos da memória permanecem e quais são transformados ou ressignificados conforme à situação política da Inglaterra. Com destaque para *The Chronicles of England*⁵ de John Capgrave, as duas versões

⁴ CAPGRAVE, John. *The Book of Illustrious Henries*. Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

⁵ CAPGRAVE, John. *The Chronicle of England*. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

da *Chronicle of John Hardyng*⁶, a obra *The Brut or The Chronicles of England*⁷ e por fim, a crônica de um anônimo intitulada *An English Chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI, written before the year of 1471*⁸. Também, outras crônicas serão utilizadas de modo a complementar a análise da memória presente nas fontes principais.

Vale salientar, que poemas e canções são fontes também privilegiadas de produção e projeção da memória e ao longo da Tese o leitor também perceberá, em menor abordagem, o uso delas.

Esta Tese está dividida em três partes, contendo cinco capítulos.

A primeira parte visa analisar os pilares da construção da memória Lancastriana, em que elementos de contexto e uma discussão teórica sobre o conceito de tempo, passado e memória são importantes para entender por quais elementos e como os cronistas produziram a memória Lancaster.

No Capítulo I, “*Pela Graça de Deus, rei da Inglaterra, França e lorde da Irlanda*”: *as bases políticas da construção da memória*, caminho para uma análise do contexto inglês, percebendo as vicissitudes da memória, sendo necessário em alguns momentos retornar a meados do século XIV. Dar-se-á destaque à Era Lancastriana, em que apenas os elementos de contexto chaves são evocados. Também, analisarei o papel da guerra na política do período, com destaque para a Guerra dos Cem Anos e a Guerra das Rosas, que tinham influência nas finanças, ordem e legitimidade do poder régio. Vale ainda entender que a produção da memória e a produção cronística estavam inseridos numa rede de interesses políticos, devido ao crescimento das instituições e a participação crescente dos indivíduos na vida política. Dialogo com uma historiografia, principalmente de origem britânica, que observa as nuances do *Dinasticismo*, e os problemas do chamado “longo século XV”, que englobam os obstáculos da legitimação, as guerras, a expansão do poder do rei e as transformações do feudalismo inglês.

Através do segundo capítulo, “*Para que não tenham o labor de reunir histórias do passado*”: *o tempo, o passado e a memória*, analiso o contexto de produção cronística inglesa

⁶ HARDYNG, John. *The Chronicle of John Hardyng*. Together with The continuation of Richard Grafton. Londres: F.C. and J. Rivington; T. Payne; Wilkie and Robingdon; Longman, Nurst, Rees, Orme, and Brown; Cadell and Davies; J. Mawman; and R. H. Evans, 1812.

⁷ *The Brut or The Chronicles of England*. Editado por Friedrich W. D. Brie. Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Limited, 1906.

⁸ ANÔNIMO. *An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI*. Written before the Year of 1471. Editado por Rev. John Silvester Davies: Camden Society, 1856.

no século XV, assim como os conceitos de tempo, passado e memória. Início o capítulo discutindo como os medievais representavam o tempo, para isso é necessário compreender como as representações temporais são socialmente construídas, inclusive o passado, que pode ser transformado segundo objetivos específicos. O tempo na Idade Média é principalmente um tempo cristão, mas também herdeiro de um conjunto de tradições. Ao longo do medievo, os homens deram grande importância ao passado, que oferecia um senso de continuidade, produzindo relações de pertencimento ou exclusão, e visavam um futuro, que por muitas vezes era um retorno a um passado idealizado.

A forma como os homens medievais representavam o tempo deu as bases para a maneira que a memória era construída, assim como os meios pelos quais ela caminhava e se projetava. Ao longo do capítulo, é necessário entender que a memória é um fenômeno há muito discutido nas ciências sociais, e certos aspectos, principalmente ligados à seleção do que deve ser lembrado ou esquecido tornam-se essenciais para tema da Tese. Ainda no capítulo, apresentarei as principais crônicas da pesquisa e seus autores, percebendo principalmente o espaço de produção e os fatores que influenciavam a escrita cronística, sobretudo os problemas políticos relacionados ao *Dinasticismo* debatidos no capítulo anterior que tiveram força direta na cronística. Em torno da memória havia diversos vetores: o passado bíblico e da Cristandade, a tradição literária inglesa com destaque para o papel de Beda e Geoffrey de Monmouth e sobretudo o rei, que possuía uma função — política e simbólica — integradora do reino.

Tendo trabalhado os pilares da produção de memória, caminho para a segunda parte da Tese, que visa analisar mais a construção da retórica de legitimação e a memória dos monarcas Lancastrianos.

O terceiro capítulo, *“Este reino a beira da ruína”: a memória no estabelecimento dos Lancastrianos ao trono*, busca entender os elementos memorialísticos que deram base para os esforços de legitimação dos Lancaster. Início analisando os estereótipos que os partidários da nova dinastia criaram do rei deposto Ricardo II, salientando os crimes cometidos por ele e seus preferidos à Coroa e ao reino. Estes elementos foram primeiro apresentados no Parlamento de 1399, um lugar de memória importante, e que se estendeu para as crônicas, que uniam elementos pré-deposição de Ricardo II a informações pós-deposição para formular estereótipos, produzindo um espaço cabível de reivindicação Lancastriana ao trono.

A Casa de Lancaster no contexto da usurpação de 1399 precisou ressignificar, inclusive, a linhagem da dinastia, criando meios, e manipulando certas questões, para legitimar uma ideia de que eles eram os verdadeiros herdeiros do trono da Inglaterra, transformando Ricardo II e seus antecessores como aqueles que realmente usurparam a Coroa. Soma-se a isto a criação, recuperação e adaptação de profecias que davam base para o estabelecimento da casa real. As profecias eram utilizadas abundantemente em torno dos dois primeiros monarcas da dinastia: Henrique IV e Henrique V, e elas tratam de problemas ligados à ordem, guerra e legitimidade.

Apesar dos Lancastrianos terem utilizados vários elementos que estereotipassem Ricardo II, a nova dinastia enfrentou antigos apoiadores do monarca deposto, nas rebeliões e revoltas que se espalharam até 1417 e punham em xeque a retórica de poder dinástica.

No quarto capítulo, intitulado “*Separando o joio do trigo*”: *sacralidade, devoção e guerra*, explicarei como os símbolos ligados ao imaginário cristão foram parte essencial da construção da retórica de poder Lancastriana. Começo com a análise da lenda do óleo sagrado de Thomas Becket, um santo importante na devoção dos ingleses, havendo diversas peregrinações a seu santuário, tema inclusive daquele que por muitos é considerado um pai da literatura inglesa, Geoffrey Chaucer em *The Canterbury Tales*. A lenda de Becket é um exemplo de como o passado poderia ser, até mesmo, criado, já que contemporaneamente ao santo não havia narrativas sobre a relíquia, utilizada para legitimação política por parte de reis como Eduardo II e mais tarde Henrique IV, a quem acredita-se ter sido o primeiro monarca, em contexto de usurpação, ungido com o óleo de Becket. Entra em questão problemas em torno do conceito de sacralidade régia e o papel que o sagrado tinha na política.

Ao longo do capítulo, procuro me afastar de uma ideia tradicional na historiografia, de que apenas a sagração conferia aos monarcas ingleses um caráter sagrado. Aliás, as narrativas das coroações régias são mínimas se comparadas com os relatos das virtudes reais que os cronistas da época pontuavam como de origem divinas. Dou destaque à virtude da devoção, associada aos três reis Lancastrianos. A forma como a devoção era evocada nas narrativas se relacionava com a situação política da Inglaterra. O combate à heresia Lollardista por Henrique V, por exemplo, tratava-se de uma prerrogativa do poder régio, mas também um ato de devoção, em que o rei teria separado o joio do trigo.

Em seguida, ainda considerando aspectos da sacralidade régia e da devoção, em “A memória das campanhas militares de Henrique V” analiso o lugar-comum das crônicas que

foram as vitórias do segundo rei Lancastriano em meio à Guerra dos Cem Anos, cercadas de simbolismos e de ideias de participação de Deus e santos em favor dos ingleses. Através de suas campanhas militares, somadas aos esforços de organização da política inglesa e das finanças da Coroa, a Casa de Lancaster, momentaneamente, deixa de ser vista como uma usurpadora, e concretiza-se na memória como natural ao trono.

A última parte da Tese busca entender a questão da projeção da memória. É o momento em que me dedico principalmente a uma análise das fontes posteriores aos reis Lancaster.

O Capítulo V, “*A Casa de Lancaster: passado, presente e futuro*” considera inicialmente os usos da memória Lancastriana num contexto de intempéries políticas no reino inglês. Nota-se que ao longo da Guerra das Rosas, aquela memória que anteriormente visava justificar a ascensão Lancastriana é substituída por uma memória que os afirmam como usurpadores do trono e causadores das instabilidades e problemas com a ordem na Inglaterra. Interessantemente, Henrique V tem sua memória quase intacta, e aponto que provavelmente isto se deu pelas suas vitórias em campanhas militares na França.

Por fim, analiso a constituição de um culto popular em torno do rei Henrique VI, que segue um caminho similar utilizado pelos primeiros Lancastrianos, de utilização da memória com viés legitimatórios. Embora em sua essência o culto fosse popular, sua proliferação era política, oriunda dos esforços dos primeiros Tudor que haviam acabado de tomar o trono e associavam a casa real com um santo popular que um dia também foi rei. Os Tudor ressignificaram a memória de Henrique VI, retirando a ideia de um monarca incapaz de governar, transformando-o em um homem extremamente devoto, quase um monge, que sofreu em vida pelo bem do povo da Inglaterra.

Limito minha análise da memória Lancastriana até c. 1500. Em outros momentos, a memória da dinastia continuou sendo construída e projetada. Os textos escritos na era Tudor tiveram alcance em Shakespeare, sendo que o que conhecemos acerca dos reis Lancaster é baseado principalmente nas peças do artista inglês.

A Tese ainda conta com quatro anexos. O Anexo I apresenta uma cronologia dos principais eventos ou situações importantes em torno do tema da Tese. O segundo Anexo contém um glossário. O terceiro grupo de anexos possui uma lista de mapas, sobretudo pensando que alguns leitores podem não estar familiarizados com certas regiões da Europa e

Inglaterra. Por fim, O Anexo IV contém uma antologia de fontes analisadas ou referenciadas nos capítulos.

A partir dos argumentos apresentados, espera-se contribuir para o estudo da monarquia medieval inglesa, bem como da realeza medieval europeia. Este é um tema amplo e complexo, e não pretendo analisá-lo exaustivamente. O escopo deste estudo é limitado, principalmente devido ao grande número de abordagens teóricas e metodológicas possíveis sobre o tema.

PARTE I – OS PILARES DA MEMÓRIA

CAPÍTULO I

“PELA GRAÇA DE DEUS, REI DA INGLATERRA, FRANÇA E LORDE DA IRLANDA”:

AS BASES POLÍTICAS DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA.

Ao falarmos da construção de memória, particularmente no período da ascensão e consolidação da Dinastia de Lancaster, é necessário retornar um pouco no tempo para analisarmos as circunstâncias e vicissitudes que o poder régio enfrentou no final do século XIV e ao longo do século XV, espaço temporal definido nesta Tese. Entende-se que alguns elementos da memória repousam num período de longa duração. Esta a razão pela qual circunstancialmente me refiro a um período posterior, tempo em que entendo que a memória sobrevive sendo por vezes atualizada, apropriada e até mesmo distorcida. Neste capítulo, irei me ocupar do estudo das bases políticas e institucionais que moldaram o poder Lancastriano. Nos capítulos posteriores analisarei o jogo da memória que delineou o discurso cronístico relativo à realeza.

A construção do poder régio e da própria monarquia na Inglaterra foi tarefa complexa e difícil. Como todo poder político na Idade Média, o rei e as instituições que o cercam lutaram em meio às pressões feudais dos grandes senhores territoriais e mesmo daqueles que enriqueceram com o comércio e o ofício mercantil. Acrescente-se ainda, neste jogo de poder, a *gentry* que muitas vezes se unia aos senhores multiplicando esta luta. Convém ainda lembrar a importância que as cidades inglesas desempenharam no século XV, um papel extremamente importante na produção de têxteis e no comércio hanseático, o que certamente consolidou na sociedade um segmento forte que também participou do jogo político, provocando muitas vezes tensões que se manifestavam pelo apoio ou oposição ao rei. Embora de grande importância, alguns desses assuntos serão trabalhados em maior ou menor abordagem na medida em que servirão para aclarar as bases políticas da monarquia baixo-medieval.

A guerra, por outro lado, desempenhou papel fundamental na consolidação do poder régio inglês e na produção de ideais de pertencimento à comunidade. Apenas à guisa de exemplificação, lembro a Guerra dos Cem Anos que envolveu parte da Europa Ocidental e as disputas internas que culminaram com a Guerra das Rosas.

O reino inglês à época estudado apresentava-se em constante luta nas localidades ou em reinos que desempenharam obstáculos ao poder régio. Neste caso, estão Gales, a Escócia e as possessões inglesas no reino de França. O título “Pela Graça de Deus, rei da Inglaterra, França e Lorde da Irlanda” resume bastante tal questão, ou seja, a profunda fragmentação de interesses e as dificuldades vividas pela nova dinastia. Veremos mais adiante, após a enunciação da sucessão dos reis a que me refiro e seus feitos. A memória régia é feita pelo vínculo entre os fatos políticos que também são a ossatura da História,⁹ como ainda pelos símbolos do poder.

1.1. A ERA LANCASTRIANA

A ascensão da Casa de Lancaster em 1399 se deu em parte pelas relações familiares desenvolvidas entre a família real e a alta nobreza inglesa desde o século XIII¹⁰. A partir de então, a casa nobiliárquica adquiriu enorme poder através da combinação de agressivas aquisições, favores à Coroa e infortúnios de outros.

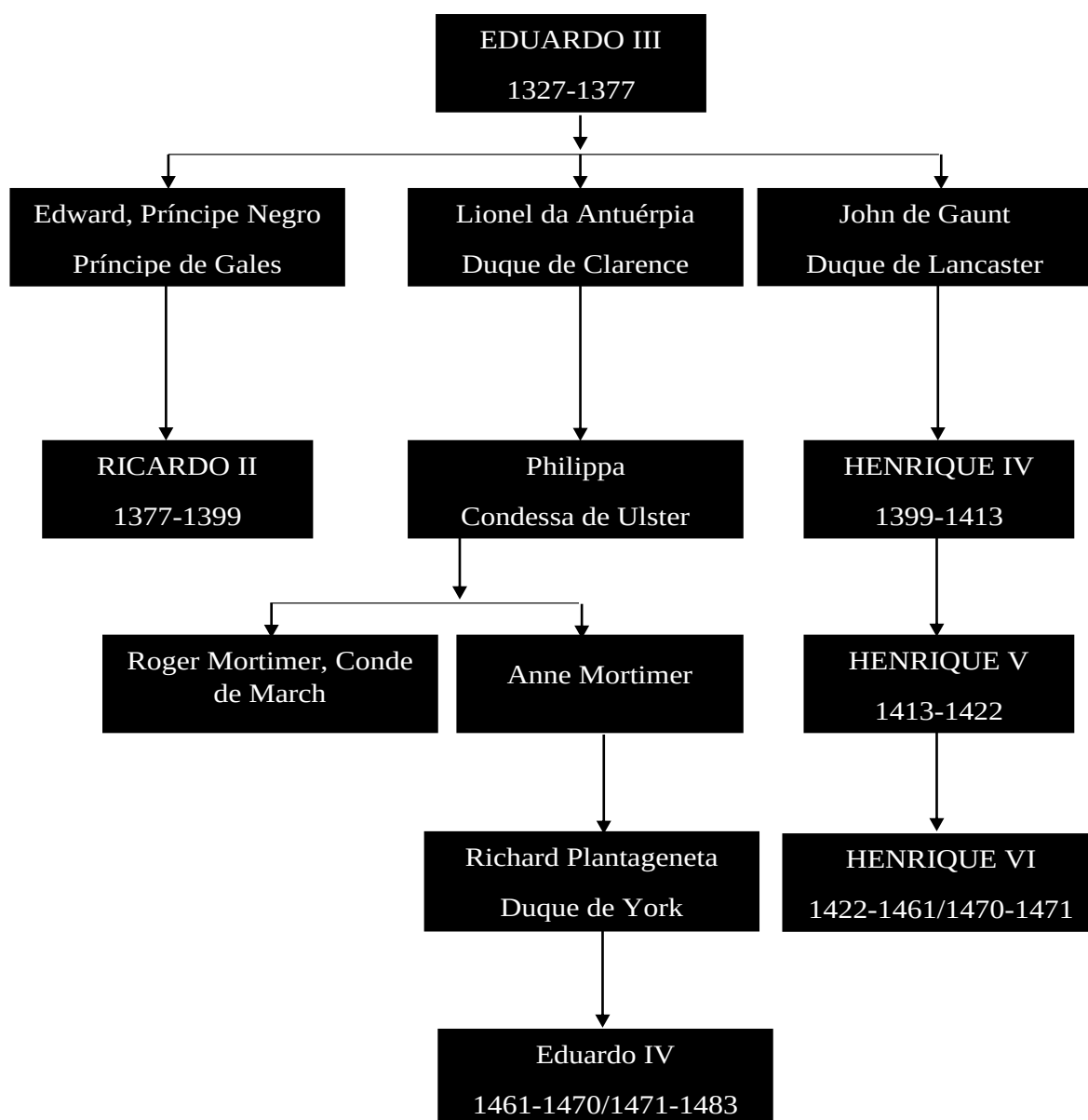
No século XIV, os Lancastrianos tiveram um papel fundamental nos vínculos com a Coroa, marcado por uma relação paradoxal de apoio ou objeção ao rei. A modo de exemplificação, Thomas, conde de Lancaster exerceu oposição ao rei Eduardo II e Henry de Grosmont, também conde de Lancaster, fez parte das afinidades de Eduardo III, com funções importantes em meio à Guerra dos Cem Anos e no apoio ao poder régio nas localidades. Devido à atuação de Grosmont, o mesmo foi elevado a duque de Lancaster. Casou sua filha Blanche com John de Gaunt, que por fim herdou o título de seu sogro.

⁹ C.f. LE GOFF, Jacques. A política será ainda a Ossatura da História? In: LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010.

¹⁰ No século XIII, devido a embates entre o rei Henrique III e seus barões, diversos nobres perderam seus títulos, acusados de traição à Coroa, ou foram mortos em batalhas. Os senhorios e títulos desses nobres eram confiscados pelo rei e distribuídos à família real ou a nobres aliados. Outra tática foi o casamento de membros da família real com indivíduos de destaque em meio à alta nobreza inglesa. Tal padrão tornou-se uma prática comum nos reinados seguintes. Quando Henrique IV assumiu o trono em 1399, foi a consolidação dessa relação entre poder régio e família. Henrique IV, além de neto de Eduardo III, era primo de Ricardo II. Quando Henrique V tomou as rédeas do reino em 1413, além de ter dado títulos de Ducados aos seus irmãos, funções da alta cúpula administrativa do reino eram entregues a membros de sua família. A mesma relação permaneceu no reinado de Henrique VI, rodeado por seus tios, os duques de Gloucester e Bedford, além de primos que interferiam constantemente nos destinos políticos da Inglaterra. Mais tarde, essa relação permaneceu com os Yorkistas e Tudors. Ralph Griffiths afirma que a estabilidade política do reino inglês na Baixa Idade Média repousava nas habilidades e atitudes individuais dos reis, ambições da aristocracia, do papel da família real, e dos chamados *kinsfolk*. Durante os séculos XIV e XV os membros da família real tornaram-se os mais importantes no cenário político inglês, distinguiram-se de outros nobres do reino, ocupando um grau social maior no âmbito da aristocracia. C.f. GRIFFITHS, R.A. *King and County: England and Wales in the fifteenth century*. Londres: Hambledon Press, 1991. pp. 4-7.

John de Gaunt, um dos filhos de Eduardo III, obteve um papel extraordinário no reinado de Ricardo II, nomeadamente no Parlamento e no Conselho régio. No exterior, reivindicou o trono de Castela por seu segundo matrimônio com Constanza de Castela, e casou sua filha Felipa com o rei D. João I de Portugal, aliança importante nas futuras relações entre ingleses e portugueses. Na Inglaterra, apesar de poderoso, alcançou enorme impopularidade, notadamente entre os comuns.

O gráfico abaixo mostra a sucessão do trono inglês entre os séculos XIV e XV, até Eduardo IV. A partir disto, veremos mais detalhadamente as conjunturas que possibilitaram a ascensão da Dinastia de Lancaster, o jogo político e os desafios enfrentados pelos monarcas desta casa real.



Esquema I: Sucessão do trono inglês e as Casas Plantageneta, Lancaster e York.

As razões que possibilitaram Henrique IV¹¹ usurpar o trono em 1399 remetem a sua carreira política e militar durante o reinado de Ricardo II. Era o primogênito de John de Gaunt, e por consequência herdeiro de maior parte da Inglaterra, com exceção da Coroa¹². Inicialmente era estilizado conde de Derby, mais tarde conde de Northampton e Hereford, e por fim, em finais do governo de Ricardo II, adquiriu o título de duque de Hereford. Também garantiu enorme reputação militar, lutando no exterior e com intenções de se lançar em cruzada.

Desde o início de sua trajetória política, a relação entre Henrique e o rei Ricardo foi marcada por contradições. Ele foi parte do movimento dos Lordes Apelantes¹³ na década de 1380 que visava limitar o poder dos preferidos do monarca no Conselho régio. Mais tarde, embates entre ele, o duque de Norfolk e o rei, justificaram seu envio a exílio em 1398 por um período de dez anos.

O reinado de Ricardo II há muito já passava por crises. Os anos de 1397 a 1399 são considerados pela historiografia como um contexto de tirania¹⁴. O soberano iniciou uma perseguição a seus antigos opositores, enviou alguns para exílio e promoveu o assassinato de outros. Acrescenta-se a isso a má administração das finanças da Coroa e obrigação de novos juramentos feitos pelos súditos.

A mudança nos rumos políticas da Inglaterra ocorreu após a morte de John de Gaunt no início de 1399. Sendo Henrique de Bolingbroke seu único herdeiro legítimo, era natural que tal buscasse seus direitos de herança que à época foram confiscados por Ricardo II. Ademais, seu exílio foi ampliado para perpétuo. Todos esses elementos supracitados foram essenciais para criar uma rede de descontentamento em relação ao rei no âmago da alta nobreza e entre os comuns.

Henrique retornou à Inglaterra com um grupo de nobres, dentre eles o também deposto arcebispo de Canterbury¹⁵. No reino encontrou o apoio de aristocratas influentes como Ralph Neville, conde de Westmorland, além de Henry Percy, conde de Northumberland

¹¹ Antes de ser coroado rei, comumente era chamado de Henrique de Derby, Henrique de Hereford, Henrique de Lancaster ou Henrique de Bolingbroke, em referência a seu local de nascimento.

¹² C.f. Anexo III, mapa III.

¹³ C.f. Glossário.

¹⁴ C.f. DODD, Gwilym. *The reign of Richard II*. Stroud: Tempus, 2000.

¹⁵ Thomas Arundel, arcebispo de Canterbury, foi enviado a exílio por Ricardo II em 1397 após embates entre ele e o rei. Arundel, antes de tornar-se arcebispo foi junto com Henrique de Bolingbroke e outros nobres, parte dos Lordes Apelantes.

e seu herdeiro Henry ‘Hotspur’ Percy¹⁶. A insatisfação dos súditos, somada aos empreendimentos de Henrique com o apoio de parte da nobreza, *gentry* e os comuns possibilitou a deposição de Ricardo em setembro de 1399 e colocação de Henrique no trono¹⁷.

Desde seu retorno da deserção e exílio em julho de 1399, Henrique agiu rápido e implacavelmente para superar Ricardo, dividir e neutralizar seus partidários. Foi um golpe audacioso de tirar o fôlego e, apesar da deposição de Eduardo II, foi um golpe sem precedentes. Após duzentos anos em que o trono da Inglaterra passou ininterruptamente de pai para filho (ou neto), a usurpação de Henrique marcou uma partida radical que previu um século de instabilidade dinástica. Antes de 1500, mais três reis, Eduardo IV, Ricardo III e Henrique VII, tomariam o trono à força, em desrespeito ao princípio tradicional da primogenitura¹⁸.

A usurpação de 1399 abriu um precedente para outras usurpações que viriam a ocorrer no século XV. Deu espaço para os “criadores de reis” – *kingmakers* – que tiveram protagonismo na estabilidade política da Inglaterra, como foi o caso dos Percies no contexto da ascensão Lancastriana e dos Nevilles na era Yorkista durante a Guerra das Rosas.

Apesar do apoio de alguns membros da comunidade política e aprovação no Parlamento da renúncia e deposição de Ricardo II e colocação de Henrique IV no trono, a nova casa real uniu esforços de criação de uma memória que justificasse sua ascensão, como ainda ressignificou a memória do soberano deposto. O problema da legitimidade era grande, parte da nobreza não apoiava a dinastia, restando a eles a dependência dos Percies e o suporte nas afinidades provenientes do Ducado de Lancaster. O que trazia problemas diretos à Coroa. Henrique IV, além de rei da Inglaterra, era um senhor local, o que levantava, segundo Helen Castor, questões sobre a capacidade do soberano ser um chefe “público”, e lorde privado, com

¹⁶ C.f. Anexo III, mapa IV.

¹⁷ Veremos no Capítulo III que a deposição de Ricardo II foi mais complexa do que apenas a tomada do trono por Henrique de Bolingbroke. Os apoiadores Lancastrianos precisaram postular uma renúncia e deposição do soberano, para assim ter um espaço cabível de reivindicação do trono por Henrique. Vale ainda ressaltar que alguns historiadores, como Chris Given-Wilson, denominam todo o movimento de 1399 como uma revolução. C.f. GIVEN-WILSON, Chris. *Henry IV*. New Haven and London: Yale University Press, 2016. (Versão EBook).

¹⁸ POWELL, Edward. Lancastrian England. In: ALLMAND, Christopher (Org.). *The New Cambridge Medieval History*. Vol II, c.1415-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 457. “Since his return from disinheritance and exile in July 1399 Henry had acted swiftly and ruthlessly to outmanoeuvre Richard himself and to divide and neutralize his supporters. It was a breathtakingly audacious coup and the deposition of Edward II notwithstanding, an unprecedented one. After two hundred years which the throne of England had passed uninterrupted from father to son (or grandson), Henry’s usurpation marked a radical departure which foreshadowed a century of dynastic instability. Before 1500 three more kings, Edward IV, Richard III and Henry VII, were to seize the throne by force, in disregard for the traditional principle of primogeniture.” **(Tradução Livre)**

a função de defender interesses particulares¹⁹. Em meio à rede de afinidades Lancastrianas, emergia um novo grupo de nobres na alta nobreza. Os Beauforts, filhos agora legitimados de John de Gaunt e sua amante (futuramente esposa) Katherine Swynford²⁰ e ainda os condes de Arundel e Warwick.

A concepção comum em torno do reinado de Henrique IV repousa na ideia de anos turbulentos. Foram marcados por três problemas: as finanças, a ordem e as ações militares²¹. Ainda assim, o regime foi mantido.

Os primeiros problemas enfrentados por Henrique IV punham em xeque os direitos da dinastia ao trono. Antigos apoiadores de Ricardo II visavam reestabelecer seus direitos reais, e mesmo após sua morte em 1400, rumores circulavam de sua sobrevivência e intenções de retomar a Coroa. Até o reinado de Henrique V, ainda percorriam boatos e levantes em defesa de Ricardo²².

As finanças e a capacidade da Coroa em administrar os recursos financeiros garantidos a ela pela comunidade política no Parlamento se tornou outro problema, que por fim se conectava à questão da guerra. Já em 1400, o monarca programou uma campanha militar para a Escócia²³. Malgrado os problemas relativos à linhagem da dinastia, Henrique foi capaz de arregimentar um enorme exército, em particular porque tinha o suporte das afinidades do Ducado de Lancaster²⁴. Antes da expedição, o soberano encontrava-se desesperado por recursos financeiros, ao término da campanha, a situação econômica da Coroa havia se agravado ainda mais, motivando dificuldades com a manutenção da lei e ordem no reino²⁵.

As dificuldades financeiras e da ordem foram aumentadas com o início da Revolta por “independência” em Gales entre 1400 e 1415, liderada por Owain Glyndŵr – um

¹⁹ C.f. CASTOR, Helen. *The King, The Crown, and The Duchy of Lancaster*. Public Authority and Private Power – 1399 -1461. Oxford: Oxford University Press, 2000. pp. 202-224.

²⁰ Os Beauforts até o reinado de Henrique IV eram considerados filhos ilegítimos de John de Gaunt, e, portanto, não gozavam de qualquer direito de herança ao Ducado de Lancaster. As relações entre os Beaufort e o rei variavam, mas rivalidades entre ambos cresceram, sobretudo, após 1406, quando o monarca retira de seu irmão, John Beaufort, o título de Marquês de Somerset. Apesar disso, a família foi importante nas afinidades Lancastrianas. Ralph Neville, Conde de Westmorland casou-se com uma das meias irmãs de Henrique IV. Os Beaufort continuaram tendo proeminência política, especialmente no reinado de Henrique V e Henrique VI. Neste último, tiveram influência na estabilidade e instabilidade política no reino.

²¹ POWELL. *Lancastrian England* ... op. cit. p. 458.

²² C.f. Capítulo III.

²³ CURRY, Anne; BELL, Adrian R.; KING, Andy; SIMPKIN; David. New Regime, New Army? Henry IV's Scottish Expedition of 1400. In: *The English Historical Review*, CXXVI (517). Dez. 2010. p. 1385.

²⁴ Ibidem. p. 1412.

²⁵ Ibidem. p. 1413.

aristocrata que se autodeclarou príncipe de Gales²⁶. O evento expunha os problemas de legitimação da realeza, bem como a relação entre a Coroa e seus domínios. Até meados da década, a revolta prosperava e tendia a atrair antigos apoiadores de Ricardo II, ou aqueles que tinham desafeto por Henrique IV. O Condado de Chester no norte da Inglaterra, por exemplo, tornou-se um centro de preocupação da Coroa com relação à ordem²⁷. Henry ‘Hotspur’ Percy, à época aliado dos Lancastrianos ficou responsável por combater à Revolta, por diversas vezes se queixando no Parlamento da falta de apoio da monarquia, além de críticas à política repressiva de Henrique IV. O centro de apoiadores Lancastrianos, contra as negociações, respondeu no Parlamento com legislações anti-galesas²⁸, como forma de confirmar o domínio inglês sobre a região.

Os conflitos em Gales reverberaram como um “efeito dominó” na Inglaterra. Em 1403, tendo em vista o agravamento dos problemas entre os Percies e o rei Henrique, uma nova rebelião foi iniciada, trazendo à tona os boatos da sobrevivência de Ricardo II²⁹. Os centros de partida da insurreição foram justamente nos Condados de Cheshire e Yorkshire. Este foi um dos primeiros momentos que vemos Henrique de Monmouth, príncipe de Gales, participar na política régia. Primeiramente no combate aos Percies na Batalha de Shewsbury, segundo pelo controle de suas finanças senhoriais – já que parte das revoltas ocorriam em localidades pertencentes a ele – e a participação mais frequente no Parlamento. Por um lado, o príncipe herdeiro teve sucesso na administração de seus recursos financeiros³⁰, por outro, os problemas econômicos da Coroa persistiram por mais tempo.

²⁶ Christopher Allmand pontua que embora a Revolta em Gales tivesse por essência uma “independência”, a razão por traz eram as hostilidades dos ingleses para com os galeses, inclusive com legislações distintas para o reino da Inglaterra e Gales. Soma-se a isso os problemas oriundos da usurpação de 1399, principalmente porque tradicionalmente os galeses eram apoiadores de Ricardo II. C.f. ALLMAND. Christopher. *Henry V*. Los Angeles: University of California Press, 1992. p. 18.

²⁷ O Condado Palatino de Cheshire também era um polo de apoio ao antigo rei Ricardo II, veremos isto adiante no Capítulo III, quando analisarei os discursos cronistas acerca dos apoiadores do antigo rei. Ademais, o Condado era próximo de Gales, minando as preocupações da Coroa.

²⁸ *RP January 1401*. pp. 472 – 477. Há uma enorme sessão no Parlamento de 1401 com políticas anti-galesas aprovadas por Henrique IV, que incluíam tanto a proibição de que galeses adquirissem terras na Inglaterra ou ocupassem cargos “públicos”, proibição de casamento com ingleses, cobrança de impostos elevadas às regiões apoiadoras da Revolta, limitação do perdão aos revoltosos, como ainda nenhum homem inglês poderia ser condenado por um processo trazido por um galês. Em tal Parlamento, a situação dos condados fronteiriços a Gales também foi abordada, sobretudo em torno de Chester, como forma de evitar o espalhamento do levante para territórios do reino inglês.

²⁹ ALLMAND. *Henry V*... op. cit. p. 25.

³⁰ *Ibidem*. pp. 32-33.

A situação da monarquia se deteriorava a partir do momento que Glyndŵr negociou o *Tripartite Indenture* em 1405 com inimigos do rei: Sir Edmund Mortimer³¹ e o conde de Northumberland, sob o propósito de dividir a Inglaterra e Gales entre os três.³² Acentuavam os problemas em relação à Gales quando iniciaram boatos de que antigos aliados de Ricardo II enviavam armas e dinheiro aos galeses, como ainda cistercienses e franciscanos estariam arrecadando fundos para apoiar a Revolta³³.

Apesar da morte de ‘Hotspur’ em Shrewsbury em 1403, a Rebelião dos Percies ainda era viável, e unia-se a ela a Rebelião do arcebispo de York, Richard Scrope em 1405, acusado de traição contra o rei e executado no mesmo período³⁴. O confronto entre os Percies e o rei só terminaria após o xerife de Yorkshire derrotar o conde de Northumberland na Batalha de Bramham Moor³⁵.

Henrique IV enfrentou diversos momentos de saúde frágil, e os casos de desordem no reino cresciam em locais onde o soberano era o principal lorde local: o Ducado de Lancaster. A saúde frágil do monarca, como aponta Carpenter, impedia aos súditos um lorde natural, que também era rei, mas não intervinha efetivamente na manutenção da ordem³⁶.

A contar de 1406, a Revolta em Gales começou a definhar, em parte pela atuação do príncipe de Gales, que ao invés de efetuar expedições militares punitivas, como eram feitas pelo rei, adotou a estratégia de bloqueios econômicos³⁷. O papel militar que o príncipe de Gales obteve ao longo do reinado de Henrique IV teve um papel primordial na sua educação para ser um futuro rei. Ainda, adquiriu experiência política com o início de suas constantes participações no Parlamento desde 1406 e o controle do Conselho régio de 1410 em diante³⁸, buscando arrumar as finanças da Coroa.

O último problema enfrentado por Henrique IV ocorreu justamente com o príncipe herdeiro. A saúde frágil do monarca se agravava e Henrique de Monmouth assumiu um papel

³¹ Os Mortimer reivindicavam a prioridade ao trono inglês em relação à Henrique IV. A Revolta de Gales apenas fez explodir o descontentamento da família senhorial em relação ao rei, que causou o alinhamento deles a outros inimigos dos Lancastrianos.

³² GIVEN-WILSON. *Henry IV* ... op. cit. p. 307.

³³ C.f. Capítulo III.

³⁴ ALLMAND. *Henry V* ... op. cit. p. 30.

³⁵ GIVEN-WILSON. *Henry IV* ... op. cit. p. 295.

³⁶ CARPENTER, Christine. *The Wars of the Roses. Politics and the constitution in England, c. 1437-1509*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 78.

³⁷ Usando os castelos que ainda estavam sob o domínio inglês, o príncipe foi fechando o comércio e suprimento de armas dos galeses. Por volta de 1407, essa estratégia estava começando a dar frutos. Em março, homens de toda Flintshire aceitaram pagar uma multa comunal pela aliança que fizeram com Glyndŵr. Gradualmente o mesmo foi sendo feito em outras partes de Gales. C.f. GIVEN-WILSON. *Henry IV* ... op. cit. pp. 308-309.

³⁸ Ibidem. p. 436.

de quase regente. Também, eclodiu na França em 1411 uma Guerra Civil entre borgonheses e armagnacs que foi visto pelo príncipe como uma ocasião propícia de intervenção inglesa na França, o que Henrique IV era contra³⁹. O herdeiro do rei iniciou uma expedição militar, que contra a sua vontade foi abortada em 1412 por ordem do soberano. Crescia no âmbito da Corte especulações de que o príncipe projetava a renúncia de seu pai, ou mesmo usurpar o trono.

Os objetivos do príncipe só seriam alcançados com sua ascensão à Coroa em 1413, logo após a morte de Henrique IV. Comumente a historiografia utiliza o reinado de Henrique V como parâmetro do que foi o contrário do governo de seu pai. No entanto, a verdade é que os primeiros anos do novo rei teriam sido uma extensão de seu antecessor, quando ainda havia explosões de conspirações envolvendo apoiadores de Ricardo II, tentativas de invasões da fronteira inglesa por parte dos escoceses e o impacto dos levantes da heresia Lollardista, liderados por Sir John Oldcastle, antigo amigo de Henrique V e membro da *household* régia. Mesmo durante o início da campanha militar de sucesso de Henrique para a França em 1415, observa-se a conspiração de Southampton liderada pelo conde de Cambridge em favor dos direitos de Edmund Mortimer ao trono.

Apesar dos problemas dos primeiros dois anos de reinado, Henrique V buscava reconciliação. Preocupado com a política doméstica, construiu gradualmente uma ideia de necessidade de manutenção da ordem⁴⁰. Deixou diferenças passadas do regime de Henrique IV de lado, primeiro com o traslado do corpo de Ricardo II para a Abadia de Westminster, numa tentativa de cessar os rumores de que tal rei ainda estava vivo. Também buscou se aproximar do jovem Edmund Mortimer, conde de March, antes visto como uma ameaça à legitimidade Lancastriana.

Significativamente, Henrique V restaurou diversos herdeiros dos traidores do reinado de seu pai, incluindo os Percies e outros participantes da rebelião de 1403 – 1408, dentre tais os Mowbray de Norfolk. A restauração de antigos “traidores” formou um círculo de nobres em volta do novo rei, lhe assegurando a aliança entre Lancastrianos e a nobreza e crescendo as afinidades régias. É a partir deste momento que a ideia de usurpação começa a ser deixada de lado, e os Lancaster se tornaram uma casa real natural ao trono.⁴¹

³⁹ Ibidem. pp. 460-473.

⁴⁰ ALLMAND. *Henry V ...* op. cit. p. 307.

⁴¹ CARPENTER. *The Wars of the Roses ...* op. cit. p. 71.

Henrique continuou os trabalhos de controle das finanças régias e da coleta máxima possível de impostos comuns e extraordinários, iniciado entre os anos de 1410 – 1411 quando ele detinha o controle do Conselho régio. Grande parte das arrumações financeiras ocorreram justamente nas regiões do Ducado de Lancaster. Henrique V tinha noção de que parte dos problemas envolvendo o regime de seu pai era a dificuldade do antigo rei em manter a ordem, o que causava descrença dos comuns em referência às capacidades financeiras e administrativas da Coroa. Isto é, a partir do momento que Henrique V iniciou um controle das finanças e empreendeu a manutenção da ordem, crescia a confiança dos comuns e consequentemente a entrega de subsídios ao rei através do Parlamento.

De 1415 em diante, o reinado de Henrique V foi direcionado particularmente às relações estrangeiras. Há debates na historiografia sobre o que teria motivado o monarca a se direcionar, principalmente, em campanhas militares na França. Alguns presumem que o rei foi encorajado por eclesiásticos envolvidos com questões de Estado, outros acreditam que a legitimação Lancastriana só seria alcançada com boas campanhas militares, o que motivou Henrique a reivindicar o trono da França e acabar com a falsa trégua⁴² da Guerra dos Cem Anos. Neste período o monarca já gozava de recursos suficientes para se lançar em uma guerra estrangeira.

A primeira campanha militar de Henrique V ocorreu em 1415 com o cerco de Harfleur, os empreendimentos de conquista de cidades e vilas da Normandia e por fim a vitória inglesa na Batalha de Agincourt. Esta última marcou, de certo modo, uma virada na Guerra dos Cem Anos, abrindo espaço para as vitórias das campanhas de 1417-1420⁴³, também no norte da França. O sucesso militar de Henrique V viabilizou a assinatura do Tratado de Troyes em 1420, confirmado por seu casamento com Catarina de Valois, estabelecendo, após a morte do rei da francês, um reino dual da França e Inglaterra.

Havia temores de que a ausência constante de Henrique V do reino, a partir de 1415, resultasse na negligência por parte da Coroa com assuntos internos. Isto teria sido, segundo Carpenter, uma das maiores razões pelas quais os nobres e comuns deram dinheiro ao rei. “Este era um rei que entendia que suas relações com seus nobres deveriam ser

⁴² Desde o reinado de Ricardo II havia uma trégua estabelecida entre ingleses e franceses. Todavia, o que vemos de fato são diversas faíscas sendo soltas entre ambos reinos até 1415, inclusive com o apoio dos franceses à Revolta em Gales, ameaças de invasão da Costa Sul da Inglaterra, relatos de pirataria no Canal da Mancha e as tentativas de intervenção inglesa na política francesa.

⁴³ Certos elementos das campanhas militares de Henrique V, assim como a memória acerca dessas campanhas serão apresentados no Capítulo IV.

fundamentalmente consensuais, e que a pequena nobreza, que lhe fornecia seus impostos, era altamente sensível à interferência agressiva da Coroa em seus negócios.”⁴⁴

Henrique V faleceu em 1422, ainda em campanha militar na França, deixando um herdeiro com 9 meses de idade. Transmitiu a seu filho um legado que permitiu que Henrique VI permanecesse no trono por tantos anos, mesmo com as dificuldades governativas desse monarca. Ao falecer em 1422, Henrique V também legava uma nobreza unida, engajada num comum serviço de guerra no exterior e comprometidos em preservar na Inglaterra o legado do falecido rei. Henrique V também deixava um reino engajado em financiar campanhas militares, considerando as glórias que tais poderiam trazer ao reino. Havia ainda o Ducado de Lancaster, melhor administrado, oferecendo auxílio militar e financeiro à Coroa⁴⁵.

O fato de Henrique VI ter assumido o trono com apenas 9 meses significou o estabelecimento de um Conselho de regência. Sem embargo, os primeiros anos do jovem rei foram vistos como uma continuação do período de sucesso e vitória de Henrique V no trono, principalmente porque grande parte da nobreza permanecia a mesma⁴⁶. Um número considerável dos comandantes que lutavam pelo antigo soberano ainda estava empenhado com a guerra⁴⁷.

Inicialmente o reinado de Henrique VI não teve problemas relativos à legitimação dinástica, sobretudo porque herdou o legado de Henrique V. Não obstante, sua menoridade foi uma das causas para o crescimento do faccionalismo político, que deu suporte a sua deposição em 1461.

Uma das instruções de Henrique V, antes de falecer, foi deixar seus irmãos John, duque de Bedford e Humphrey, duque de Gloucester como as figuras líderes da menoridade de Henrique VI. Todavia, Gloucester recebeu apenas um título de Protetor e Defensor do Reino e Principal Conselheiro⁴⁸. Neste contexto, não havia regentes oficiais na Inglaterra. A John, duque de Bedford foi assegurado o papel de regente da França e responsável por garantir que as vitórias do antigo rei fossem mantidas. Todavia, todos os momentos em que o

⁴⁴ CARPENTER. *The Wars of the Roses* ... op. cit. p. 73. “This was a king who understood that his relations with his nobles should be fundamentally consensual, and that the gentry, who provided him with his taxes, were highly sensitive to aggressive interference in their affairs by the crown.” **(Tradução Livre)**

⁴⁵ Ibidem. p. 75.

⁴⁶ WOLLFE, Bertram. *Henry VI*. New Haven and London: Yale University Press, 2001. p. 27.

⁴⁷ CARPENTER. *The Wars of the Roses* ... op. cit. p. 77.

⁴⁸ A confirmação do Protetorado de Gloucester foi feita no Parlamento de novembro de 1422. É interessante que apesar do rei ter na ocasião menos de 1 ano de idade, a titulação do duque aparece na documentação como parte da vontade do rei. C.f. *RP November 1422*, pp. 173-174.

duque de Bedford estava na Inglaterra, os títulos do duque de Gloucester eram pouco considerados pela alta nobreza.

O principal confronto da menoridade foi entre o duque de Gloucester e o cardeal Beaufort.⁴⁹ Gloucester tinha grandes dificuldades de assegurar mais que limitados poderes em relação ao rei, e Beaufort parecia gozar de forte posição entre os grupos mais altos da aristocracia. O cardeal possuía relevância financeira, além de deter diversos senhorios nas áreas do Ducado de Lancaster. No Conselho régio, os clérigos começavam a ganhar protagonismo, sob influência do clérigo.

Os problemas entre Gloucester e Beaufort foram aumentados devido às ações militares na Guerra dos Cem Anos. O duque defendia intervenções mais brutas, assim como em outras áreas da Europa, como os Países Baixos — o que arriscava as relações da Inglaterra com o duque de Borgonha, essenciais para a manutenção do domínio inglês na França⁵⁰. O cardeal, por outro lado, almejava ações conciliatórias. O duque de Bedford, no entanto, buscou permanecer neutro nestas questões, porém, em diversos momentos esteve ao lado de Beaufort. Em 1425, os problemas entre Gloucester e Beaufort tomaram proporções maiores, inclusive com a iminência de um conflito armado em Londres⁵¹.

Os confrontos da menoridade demandavam a presença, cada vez mais necessária na Inglaterra, do duque de Bedford, acarretando no acúmulo de derrotas militares na França ao longo da década de 1430. O problema da ordem voltou a preocupar o centro de apoiadores da monarquia. Já na década de 1420, havia discussões no Parlamento sobre os casos de desordem⁵², intensificados nas décadas seguintes, com reclamações provenientes dos Condados. À época, a literatura política pontuava a ideia de que o rei era o principal responsável pela manutenção da ordem e do bem-comum. Com relação a Henrique VI, comumente as fontes do período associam a incapacidade do soberano em cumprir suas prerrogativas por estar rodeado de maus conselheiros, o que resultava na desordem prolongada.⁵³

Em novembro de 1429, o Protetorado de Gloucester foi levado ao fim devido à coroação de Henrique VI em Westminster, confirmando sua maioridade. Logo depois, Gloucester ainda buscava influenciar o rei, preenchendo a *household* real e a administração

⁴⁹ WOLLFE. *Henry VI ... op. cit.* p. 31.

⁵⁰ CARPENTER. *The Wars of the Roses ... op. cit.* p. 80.

⁵¹ WATTS, John. *Henry VI and the Politics of Kingship*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 116.

⁵² C.f. *RP October 1423 e RP September 1429*.

⁵³ WATTS. *Henry VI and the Politics ... op. cit.* p. 250.

central com oficiais de sua confiança. Ainda que não tenha obtido enormes sucessos, procurava manter sua influência sobre o soberano recentemente coroado.⁵⁴

A guerra na França também era um problema durante a maioridade de Henrique VI, e minou os problemas políticos e sociais na Inglaterra. À época emergiam novos nobres no grupo de preferidos do rei, em grande parte associados aos ideais conciliatórios de guerra defendidos pelo cardeal Beaufort, como foi o caso de William de la Pole, conde de Suffolk. Por outro lado, também emergiam nobres que se opunham aos preferidos do monarca e que gozavam de maior prestígio entre a comunidade política, como foi Richard Plantageneta, duque de York.

Em razão do acirramento da política estrangeira da Inglaterra, já na década de 1430 se comentava a importância do casamento de Henrique VI. Sob grande influência de seus preferidos, Henrique iniciou as negociações para o matrimônio com Margaret de Anjou, de modo a conseguir a paz com a França. O casamento tornou-se impopular na Inglaterra. Com o propósito de confirmar o matrimônio, os ingleses concediam a província de Maine, acertado pelo Tratado de Tours de 1444. A concessão de Maine foi mantida em segredo do Parlamento, até as partes do Tratado serem conhecidas em 1446, insuflando o descontentamento dos súditos para com a Coroa e os preferidos do monarca⁵⁵.

Margaret de Anjou gozava de enormes privilégios em meio à Corte. Em 1447, convocou o duque de Gloucester sob suspeita de traição, influenciada pelos condes de Suffolk e Somerset. Também induziu a exclusão do duque de York da Corte, que foi enviado à Irlanda enquanto Suffolk e Somerset foram elevados a duques. O duque de Somerset, por exemplo, em tal contexto ficou responsável pelo comando militar da guerra com a França, que à época era cargo do duque de York.

A Coroa, por outro lado, tornava-se cada vez mais impopular devido ao colapso da ordem, além da distribuição de senhorios e bens para os favoritos do rei na Corte. Corroborando com as finanças ruins da Coroa, inclusive na redução de subsídios originários do Ducado de Lancaster e pela perda de territórios na França. A impopularidade da Coroa tomou forma nas campanhas dos comuns contra o duque de Suffolk, que passou a ser visto pela comunidade política como um traidor. O Parlamento retirou Suffolk do Conselho régio, o que obrigou o rei a enviar o duque a exílio de modo a zelar pela sua segurança, o que não foi

⁵⁴ CARPENTER. *The Wars of the Roses* ... op. cit. p. 84.

⁵⁵ Ibidem. p. 222.

possível já que Suffolk foi encontrado morto em Dover. Para Watts, a queda de Suffolk significava também a queda do rei, e as dificuldades com a autoridade que se seguiram na década de 1450⁵⁶.

A questão da manutenção da lei e ordem piorava nos anos de 1450, inicialmente com a rebelião iniciada em Kent por Jack Cade, aparentemente em simpatia ao duque de York. À época, Henrique VI direcionou o exército régio para Londres a fim de encerrar a rebelião que se espalhava pela cidade. Expressivamente, a rebelião foi suprimida pelos cidadãos de Londres, ao invés dos esforços da Coroa. O levante de Jack Cade demonstrava o aumento do descontentamento dos súditos em relação ao rei, inclusive dos soldados que retornavam da guerra na França⁵⁷.

O problema em relação à guerra foi aumentado quando em 1451 o Ducado da Aquitânia que estava de posse dos ingleses desde o reinado de Henrique II no século XII foi perdido. É também nesse período que o duque de York iniciou suas ações para tomar o controle da administração na Inglaterra⁵⁸, sobretudo porque contava com apoio popular. Primeiro, providenciou a prisão do duque de Somerset, depois com o ganho de apoio de Richard Neville, barão de Warwick (depois elevado a conde de Warwick) e um dos magnatas mais influentes da Inglaterra. Neste ínterim, o duque foi nomeado Regente e Protetor do reino.

Os anos seguintes marcaram o início da Guerra das Rosas e a deposição de Henrique VI em 1461. O monarca foi colocado no trono novamente em 1470, mas apenas de forma simbólica, deposto novamente e morto em 1471. Questões que serão vistas adiante ao tratarmos da importância política da guerra no século XV.

Os fatores contextuais do reinado de Henrique VI são importantes porque a memória do rei é cercada de paradoxos. Cronistas contemporâneos e associados de algum modo com a Casa de Lancaster retiravam a culpa direta do soberano pelos problemas que ocorriam no reino, encontrando as razões para as intempéries naqueles que rodeavam o monarca. Justificavam também a incapacidade governativa de Henrique em suas preocupações devocionais.

Por traz da deposição do rei em 1461 estava a atenção ao bem-comum e a manutenção dos privilégios de certos grupos sociais. Os mercadores das cidades, por

⁵⁶ C.f. WATTS. *Henry VI and the Politics ...* op. cit. p. 257.

⁵⁷ GRIFFITHS. Ralph. *The Reign of King Henry VI. The Exercise of Royal Authority, 1422-1461*. Los Angeles: University of California Press, 1981. pp. 619-620.

⁵⁸ Ibidem. p. 267.

exemplo, tendo seus interesses mercantis prejudicados pelo término da Guerra dos Cem Anos, tornaram-se um elo entre as ambições dos grandes senhores e da *gentry*, fazendo parte do jogo político que apoiou a deposição. Veremos ainda, no próximo capítulo, que o faccionalismo político crescente nos anos de Henrique VI transformou a produção escrita, era fácil para os cronistas alterarem suas narrativas conforme o monarca reinante, uma produção cada vez mais laica e moldada por interesses políticos e até mesmo econômicos.

Com a ascensão dos Tudor que se afirmavam como um ramo da Casa de Lancaster, a memória de Henrique VI passou a ser ressignificada. Os problemas da guerra e ordem de seu reinado foram quase que apagados em favor de seus atos devocionais que ofereciam bases para a propagação de um culto a ele. Santidade popular, que viabilizava uma retórica de poder e legitimação dinástica.

1.1. A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DA GUERRA

Até o momento, é possível perceber que a guerra teve um forte impacto na vida política dos reis Lancastrianos. O clima bélico do final da Idade Média teve ainda um papel essencial na expansão dos aparatos administrativos centrais da Inglaterra, nomeadamente pela necessidade de financiamento das campanhas militares empreendidas pela Coroa. A *household*, por exemplo, obteve fundamental importância no recrutamento dos exércitos e no controle financeiro das atividades marciais através do *Guarda-Roupa*. Havia uma tendência de centralização dos exércitos, que foi experimentada em outras partes da Europa⁵⁹, que se difere, porém, da formação de um exército permanente, que no caso da Inglaterra só seria alcançado no século XVI.

Outro ponto considerável, entre os séculos XIV e XV, a guerra tinha consequências na autoridade régia e nas relações da Coroa com a comunidade política. Na Era Lancastriana

⁵⁹ Christopher Allmand argumenta que há uma tendência no final da Idade Média de centralização dos exércitos, de certa forma generalizada. É possível perceber isto em regiões como o Ducado de Borgonha, ou mesmo em Milão, como ainda em regiões do leste europeu como na Hungria. No entanto o autor aponta que a centralização das estruturas militares é um tema; o estabelecimento de um exército permanente nos Estados europeus nesse período é outro tema. Na Inglaterra as intenções de estabelecer um exército profissional e burocrático falharam, entretanto na França entre os períodos de 1445 e 1450 há a formação de um exército real, com diversos desenvolvimentos. Apenas França e Veneza foram pioneiros na formação de um exército permanente, mas não os únicos. O sucesso dos mesmos influenciou outras partes da Itália, com maior clareza no Ducado de Milão e numa extensão menor no reino de Nápoles. Na Espanha, o fim da guerra com Granada no final do século XV possibilitou uma série de reformas que, segundo Christopher Allmand, seguiram em alguma extensão o modelo francês, possibilitando maior autoridade monárquica em torno das forças militares. C.f. ALLMAND, Christopher. War. In: ALLMAND, Christopher (Org.). *The New Cambridge Medieval History*. Vol II, c.1415-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. pp. 163-164.

tal questão fica clara. A concessão de recursos financeiros e subsídios em torno da lã pelos comuns no Parlamento para financiamento das expedições militares dos reis estava marcada pela capacidade dos soberanos em administrar as finanças da Coroa, bem como os recursos provenientes dos senhorios ligados tanto ao rei como pessoa comum, e ao rei como detentor dos senhorios da Coroa.

Dos Parlamentos de Henrique IV, naqueles ocorridos entre 1400 e 1406 há uma grande necessidade da Coroa em arrecadar impostos para financiar a campanha inglesa contra a Revolta em Gales e no financiamento das defesas do reino face às invasões escocesas no norte e dos franceses na costa sul do reino. Os cronistas da época⁶⁰ mostravam que a possibilidade do soberano conseguir seus objetivos em torno da cobrança de impostos estava na necessidade de boas relações com os lordes espirituais, temporais e comuns no Parlamento. Neste sentido, a autoridade da Coroa estava diretamente pautada nos elos entre diálogos, representações e dependência da comunidade política.

Essa dependência em relação à guerra foi permanente durante os outros monarcas Lancastrianos. Henrique V, por ter boas relações com o Parlamento e ainda com suas constantes vitórias militares na França, somadas ao sucesso no combate à heresia Lollardista, conquistou sua legitimação, o que foi deixada como legado para seu herdeiro. A Inglaterra enfrentava desde os anos de Ricardo II um período sem embates diretos com a França na Guerra dos Cem Anos, no entanto, considerando que em 1415 o reino passava ainda por medidas de controle das finanças régias, oriundas da crise e falta de econômica dos anos de Henrique IV; o sucesso de Henrique V em conseguir recursos e mobilizar contratos para prover armas, navios, mantimentos e homens para as campanhas de 1415 e 1417 – 1420, demonstra o sucesso da expansão da autoridade da Coroa, como bom resultado das boas relações entre o monarca e a comunidade política.

Henrique VI, em contrapartida, viu sua autoridade sendo arriscada por sua incapacidade governativa, dependência e influência de grandes magnatas próximos a ele, inclusive aqueles preferidos. A perda dos territórios franceses até 1453 e consequentemente a perda da Coroa francesa significava para aos nobres do reino o risco de privações de privilégios feudais na França. A pressão sobre o rei para demitir membros do Conselho régio, como os duques de Suffolk e Somerset foi uma das principais causas do início da Guerra das Rosas em 1455.

⁶⁰ Veremos estas questões no Capítulo IV, sobretudo com uma narrativa de Thomas Walsingham sobre a tentativa dos lordes temporais em “roubar as propriedades da Igreja”.

Esse jogo político ligado à guerra foi visto por historiadores como Genet, de forma estrutural na Baixa Idade Média. Um motor do “Estado Moderno”, ligado diretamente à cobrança de impostos acarretada pela guerra⁶¹. Essa questão levanta outros problemas. O tema da guerra impactou a historiografia sobre a Inglaterra, entre os dois debates acerca do “Estado de Direito” e o “Estado de Guerra”⁶².

De modo significativo, a guerra induzia a forma como os indivíduos se identificavam como comunidade e nas relações de pertencimento. O pensamento político, a produção letrada medieval e a memória de dinastias ou soberanos específicos eram por vezes influenciados pelos eventos bélicos. Havia certa obsessão pela paz em crônicas e tratados políticos, mas a guerra, de certo modo, era vista como a única forma possível de alcançá-la⁶³.

1.2.1. BREVE PANORAMA DA GUERRA DOS CEM ANOS (1337 – 1453)

O termo “Guerra dos Cem Anos” surgiu na historiografia da metade do século XIX para determinar o período intermitente de conflitos entre os reinos da França e Inglaterra que duraram cento e dezesseis anos (1337 – 1453).

Numa percepção diretamente voltada para a História Militar, a Guerra dos Cem Anos é associada por alguns historiadores como causadora de uma “revolução militar”, principalmente pelos desenvolvimentos da infantaria e artilharia.

⁶¹ GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l'État moderne*. Culture et société politique en Angleterre. Paris: Presses Universitaires de France, 2015. (Edição Ebook). p. 33.

⁶² Harriss discutindo a Inglaterra dos séculos XIV e XV pontuou que guerra possibilitou a construção de um modelo fiscal e desenvolvimentos representativos que forjavam a comunidade política. Os argumentos desse autor aparecem de forma conciliadora entre dois debates: a de um Estado de Direito (*Law State*) — desenvolvido nos séculos centrais do medievo a partir das transformações econômicas e sociais resultadas da crescente urbanização, em que a lei, justiça e ordem foram requisitos principais do Estado — que teria dado lugar a um Estado de Guerra (*War State*) — a partir da segunda metade do século XIII, com as guerras, as tensões com a França na Guerra dos Cem Anos, em que o poder régio foi corrompido pelas necessidades militares; a lei e justiça deixadas como coadjuvantes, além de criar dependência do poder régio em relação à guerra para sua autoridade. C.f. HARRISS, Gerald. *Political Society and the Growth of Government in Late Medieval England*. In: *Past and Present*. Oxford: No. 138, Fev. 1993. pp. 28-57 e KAEUPER, Richard W. *War, Justice and Public Order*. England and France in Later Middle Ages. Oxford: Clarendon Press, 1988.

⁶³ GENET, Jean-Philippe. *Politics: Theory and Practice*. In: ALLMAND, Christopher. (Org.). *The New Cambridge Medieval History*. Vol. II, c. 1415-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. pp. 3-4.

A Guerra dos Cem Anos contém diferentes estilos de campanha: naval e territorial; extensos “*chevauchees*” ataques montados de longa distância; conquista sistemática e ocupação, cercos “bem planejados” e batalhas, assim como períodos curtos e rápidos de “*blitzkrieg*”; conflitos em pequena escala, invasão e pirataria “não oficiais”. Embora combatida predominantemente na França, a Inglaterra por si só era um teatro devido às invasões na costa sul pelos franceses e no norte da Inglaterra pelos seus aliados, os escoceses.⁶⁴

Parte considerável da historiografia considera que a Guerra dos Cem Anos foi fundamental na construção dos reinos envolvidos, resultado das taxações desenvolvidas para financiar batalhas, e a demanda de um maquinário efetivo que criou estruturas administrativas complexas para as questões de guerra. Envolveu outros reinos europeus, somando-se às realidades e propósitos políticos de outras regiões.

Embora fosse diretamente relacionada a uma reivindicação régia, as fontes do período associavam os eventos militares a um senso de “guerra do povo”, ou ao menos, assim as Coroas pretendiam que fosse acreditado⁶⁵. Gradativamente, ganhava importância na vida cultural e política o papel do inglês vernacular: “com os governantes ingleses frequentemente lembrando aos seus súditos de que a intenção de seus inimigos franceses eram invadir e destruir a língua inglesa, não é surpresa que esta língua deveria ser exaltada, e um senso de “*Englishness*”, portanto engrandecido”⁶⁶.

Malgrado a razão para o início da Guerra dos Cem Anos ter sido a reivindicação de Eduardo III ao trono francês, é necessário retornarmos um pouco no tempo, pois os conflitos entre ambas Coroas remontam aos séculos XI e XII, após a Conquista Normanda de 1066. Henrique II herdou diversos territórios na França, construindo o que a historiografia chama de Império Angevino. É a partir desta conjuntura que a região insular teve incursões culturais cada vez mais fortes provenientes do continente, num momento de rápidas transformações, especialmente nas religiosidades e pelo crescimento demográfico e econômico.⁶⁷

⁶⁴ CURRY, Anne. *The Hundred Years' War – 1337-1453*. Oxford: Osprey Publishing, 2002. p. 8. “The Hundred Years' War contains many different styles of warfare: naval and terrestrial; sweeping, long-distance chevauchees (mounted raids); systematic conquest and occupation; 'set-piece' sieges and battles, as well as short, sharp periods of blitzkrieg; small-scale skirmishes and 'unofficial' raiding and piracy. Although it was fought predominantly in France, England was itself a theatre because of raids on the south coast by the French and on northern England by their allies, the Scots.” **(Tradução Livre)**

⁶⁵ Idem. p. 8.

⁶⁶ Idem. p. 8. “With English governments frequently reminding their subjects that the enemy French were intent upon invading and destroying the English tongue, it is not surprising that this tongue should be extolled, and the sense of Englishness thereby enhanced.” **(Tradução Livre)**

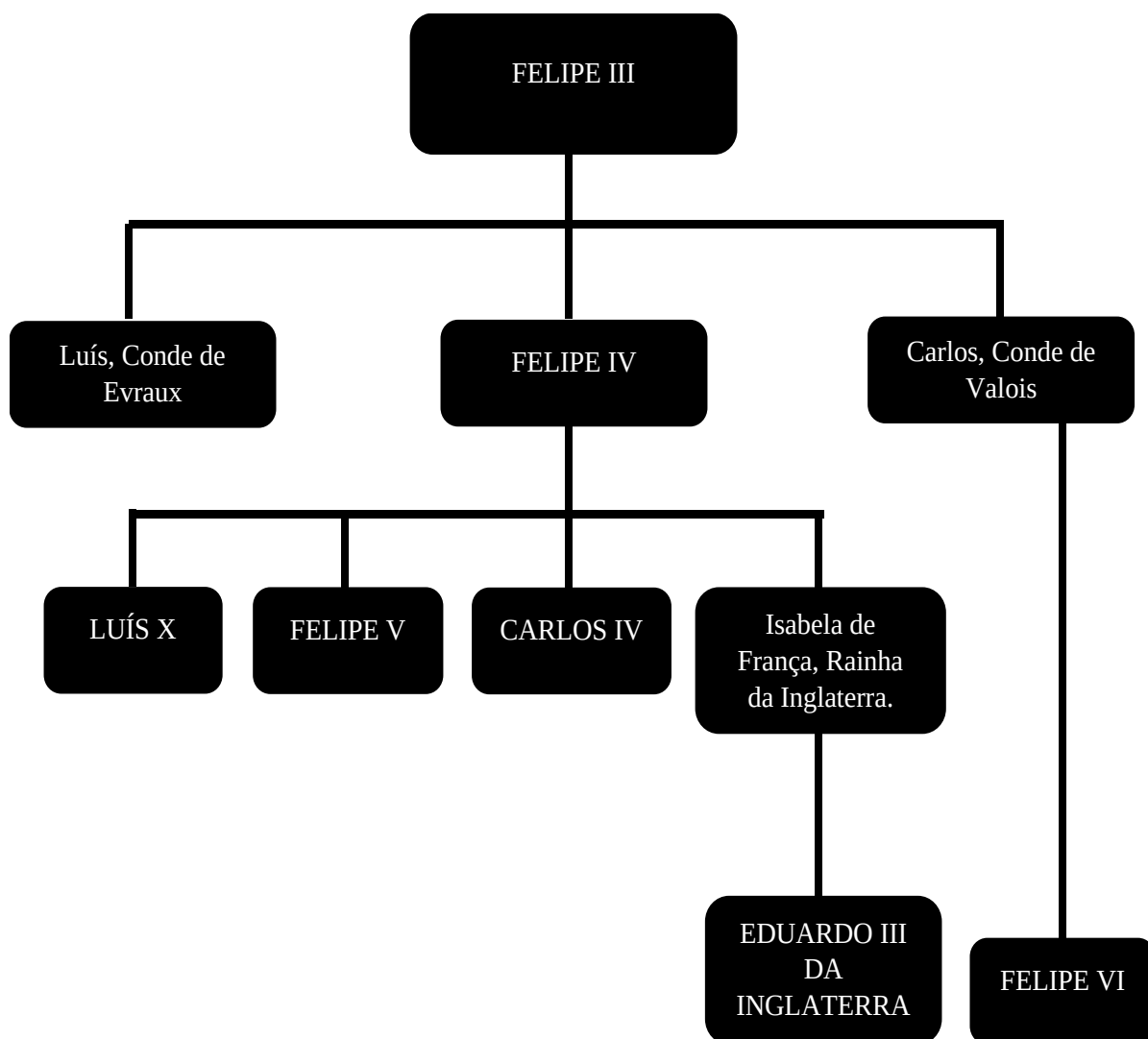
⁶⁷ BARTLETT, Robert. *England under the Norman and Angevin Kings*. Oxford: Clarendon Press, 2000. p. 2.

No século XIII, diversos embates ocorreram entre os reinos. A Batalha de Bouvines perdida pelo rei João (Sem Terra) marcou a perda de grande parte dos territórios ingleses na França, restando apenas a região da Gasconha no Ducado da Aquitânia. Henrique III não hesitou em confrontar reis franceses, como Luís IX, embora tivesse pouco sucesso em seus empreendimentos. Eduardo I, por outro lado, embora houvesse enfrentado os franceses, teve sua política direcionada para a dominação de territórios insulares, nomeadamente Gales e Escócia⁶⁸.

A questão dinástica, porém, foi iniciada no século XIV após a morte do rei Luís X da França, que deixou apenas uma filha e João I, que sobreviveu apenas cinco dias de vida. Devido à lei sálica, que impedia a ascensão ao trono de mulheres, a Coroa francesa foi passada para seu irmão, Felipe V. A respectiva lei que impedia que mulheres herdassem o trono também impediu que as herdeiras de Felipe V assim fizessem. Em 1322, seu irmão mais novo assumiu o trono como Carlos IV. Após a morte deste que também deixava apenas herdeiras mulheres, chegou ao fim a Casa Capetíngia na França e Felipe VI, membro da Casa de Valois reivindicou o trono da França sendo sobrinho de Felipe IV. Eduardo III da Inglaterra, que era neto de Felipe IV por sua mãe Isabela de França, reivindicou o trono francês, o que levou ao conflito militar entre os reinos. Os embates, porém, eram mais que por questões dinásticas. Envolviam também os interesses econômicos dos ingleses do controle do comércio de lã com a região de Flandres, no qual a relação entre os franceses e borgonheses era vista como ameaça.

Vejamos o gráfico a seguir, que mostra a sucessão do trono francês, de modo a aclarar os problemas sucessórios que levaram à Guerra dos Cem Anos:

⁶⁸ C.f. ALLMAND, Christopher. *The Hundred Years War. England and France at War. c. 1300-c. 1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. (Edição E-Book) p. 25.



Esquema II – Linhagem do trono francês antes do início da Guerra dos Cem Anos

Até a década de 1360, os ingleses obtiveram sucesso nas campanhas da guerra. Com destaque para as Batalhas de Crécy em 1346 e Poitiers em 1356. O sucesso militar garantiu a assinatura do Tratado de Brétigny em 1360, que conferia à Inglaterra o norte da França e marcava também a supremacia dos ingleses na região. A esta altura, Eduardo III aceitou encerrar sua reivindicação ao trono da França⁶⁹, o que foi retornado em 1369 após o péssimo desempenho dos ingleses em campanha. Por fim, até o século XVIII os reis da Inglaterra continuaram reivindicando o título de reis da França.

⁶⁹ Ibidem. p. 30.

Até o rei Henrique V assumir o trono em 1413, o mais próximo que a Coroa inglesa alcançou na França foi Brétigny. Embora os empreendimentos militares de Eduardo III tenham sido espetaculares, ele teve grande dependência do Parlamento para arranjos políticos.

A sujeição da monarquia inglesa em relação ao Parlamento foi ampliada na final da década de 1360 e 1370 devido às derrotas militares ocorridas no período. Segundo Watts, as campanhas de Eduardo III fortaleceram o Parlamento como instituição política, já que a comunidade política da Inglaterra se acostumou com uma tributação regular. Ao mesmo tempo que Eduardo conseguiu unir a Inglaterra na causa da guerra, o declínio das vitórias a partir de 1370 teriam produzido graves conflitos políticos entre os representantes da comunidade, os nobres e até mesmo os oficiais régios.⁷⁰

A administração dos territórios conquistados por Eduardo III com a assinatura do Tratado de Brétigny ficou a cargo de seu herdeiro Edward, o Príncipe Negro. Entretanto, sua forma dura de governar, ou “tirânica”, auxiliou no retorno dos embates com os franceses e a perda dos territórios na França. Na década de 1360 a guerra tomou proporções maiores. Além de um embate direto entre os dois reinos oponentes, ela passou a se estender para outros territórios, como é o exemplo da Guerra Civil pela sucessão do trono em Castela, no qual o exército inglês lutou ao lado do rei Pedro de Castela, contra Henrique Trastámara e o exército francês⁷¹.

No ano de 1377, Eduardo III faleceu e ascendeu ao trono seu neto Ricardo II que procurou a paz e trégua com os franceses. Inicia-se um período que Anne Curry chamou de espécie de “guerra fria”⁷², no qual conflitos e pequenos embates ocorriam entre os dois reinos, mas não em grande escala.

No ínterim do reinado entre Ricardo II e Henrique IV, ambos reis procuravam manter a paz, embora membros importantes da aristocracia, nomeadamente os outros herdeiros de Eduardo III como John de Gaunt, procuravam estender a guerra por razões pessoais.⁷³ Gaunt, por exemplo, reivindicou o trono de Castela e Leão, requisitando dentro da Inglaterra ser chamado “Rei de Castela e Leão”⁷⁴

⁷⁰ WATTS, John. *The Making of Politics – Europe, 1300-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 183.

⁷¹ ALLMAND. *The Hundred Years War ... op. cit.* p. 32.

⁷² CURRY. *The Hundred Years War ... op. cit.* p. 54.

⁷³ ALLMAND. *The Hundred Years War...op.cit.* p. 54.

⁷⁴ Isto é perceptível nas crônicas do período, assim como em *rolls* oriundos da administração régia, como os *Patent Rolls* e os *Rotuli Parliamentorum*.

A grande preocupação de Ricardo II eram as revoltas que surgiram no reino, com destaque à Revolta Camponesa de 1381 que abalou a nobreza do sul inglês. Mais tarde, o mesmo monarca teve que lidar com as facções no âmbito da aristocracia e na manutenção de sua autoridade que o levou a um período de tirania, acarretando ainda no grande problema de sua deposição em 1399.

Henrique IV, por outro lado, também manteve a “paz” com a França, embora tivesse preocupação com as invasões e ataques oferecidos por aliados franco-castelhanos à costa inglesa, como ainda da Escócia ao norte, reino também aliado dos franceses. Inclusive, os revoltosos em Gales adquiriram auxílio francês através de armamentos ou recursos financeiros. O interesse de Henrique IV na França foi maior no contexto da assinatura do Tratado de Bourges, estabelecido entre os duques de Berry, Bourbon e Órleans, no qual o rei reivindicou os direitos sobre a região da Aquitânia.

A “paz” encenada pelos dois reinos chegou ao fim com a chegada de Henrique V ao trono, que buscava legitimação, como também privilégios na França. No ano de 1414, o monarca enviou emissários para a França, de modo a debater a questão de seu direito ao trono da região. Em 1415, o rei se direcionou para o norte da França, tomando a cidade de Harfleur e o porto de Calais. Nesse período o rei teve sucesso na Batalha de Agincourt, com um exército menor do que o francês. Vitória associada na narrativa ao papel de Deus e dos santos, a favores da justiça e da causa nobre dos ingleses.⁷⁵

Após seu sucesso em Agincourt, o rei Henrique V, entre os anos de 1417 e 1420 se direcionou mais uma vez para a França e conquistou a região da Normandia e da Aquitânia, além de reivindicar a lealdade dos senhores franceses nos territórios conquistados. O assassinato de João de Borgonha em 1419 foi o que realmente possibilitou uma aliança entre borgonheses e ingleses, e assim assinatura em 1420 do Tratado de Troyes. Através do casamento de Henrique V e Catarina de Valois, o rei da França Carlos VI deserdava seus descendentes diretos e dava aos herdeiros de Henrique V o trono francês. A partir deste momento, ficava claro que o domínio dos ingleses na França dependia, sobretudo, das boas conexões entre ingleses e borgonheses contra o delfim.

Lembremos que após a morte de Henrique V em 1422, seu herdeiro, Henrique VI, assumiu o trono com 9 meses de idade, e logo depois, ao menos simbolicamente, também se tornou rei da França. Embora Henrique VI tenha se tornado rei da Inglaterra e França,

⁷⁵ Ibidem. p. 28. Os elementos simbólicos da Batalha de Agincourt serão analisados no Capítulo IV.

coroado em Westminster e também na Notre-Dame de Paris, no seu reinado a Inglaterra enfrentou derrotas significativas em território francês. Os problemas internos da Inglaterra, apresentados anteriormente, abriram espaço para atuação dos nobres franceses partidários de Carlos VII. Apesar de Troyes, ficava claro que os ingleses precisavam ainda conquistar a França, essencialmente as regiões abaixo do Loire.⁷⁶

O duque de Bedford, responsável militar pela França empreendeu diversas campanhas vitoriosas entre os anos de 1424 e 1428, garantindo a estabilidade econômica da Normandia que à época também se tornou uma das principais fontes de recursos financeiros aos ingleses⁷⁷. Em 1428, a campanha de Bedford para o sul do Loire com o cerco de Orléans foi de sucesso, principalmente por possibilitar a queda dos recursos financeiros do delfim. Agora, a única intervenção militar significativa de sucesso dos franceses foi a campanha de Joana D'Arc em 1429 que possibilitou a coroação de Carlos VII em Reims. No entanto, até a década de 1430 os ingleses ainda mantiveram o poderio militar na França. Foi justamente o acirramento das contendas políticas internas na Inglaterra que ocasionaram as diversas derrotas a partir de 1435.

A tentativa da Paz de Arras em 1435, ao invés de auxiliar os ingleses, possibilitou a reaproximação entre borgonheses e Carlos VII, retirando da Inglaterra um dos seus principais apoiadores. Logo após a morte de Bedford no mesmo ano, a unidade sobre os destinos da guerra com a França foi encerrada e cresceu os embates entre a facção dos duques de Gloucester e York, a favores da guerra, e a facção do cardeal Beaufort, a favor da paz com a França.

A guerra na França influenciava a política interna da Inglaterra, assim como essa política também influenciava as perdas dos ingleses na Guerra dos Cem Anos. Como apresentado anteriormente, na década de 1440 e 1450, os ingleses continuaram o ritmo de perda dos territórios franceses, por um lado gerado pelo faccionalismo político crescente. A historiografia considera o término da Guerra dos Cem Anos em 1453 com a confirmação da perda do território da Aquitânia, restante aos ingleses apenas Calais até o século XVI.

⁷⁶ Ibidem. p. 40.

⁷⁷ Ibidem. p. 41.

1.2.2. BREVE PANORAMA DA GUERRA DAS ROSAS (1455 – 1487)

A Guerra das Rosas foi outro evento militar que teve grande impacto na política inglesa no final do século XV, e poderíamos dizer que teve reverberações no imaginário até a primeira metade do século XVI.⁷⁸ Foi, na verdade, uma série de eventos intermitentes entre 1455 e 1487 entre os apoiadores dos dois ramos da Casa Plantageneta (os Lancastrianos e Yorkistas). Não podemos negar que teve origens nos distúrbios políticos e financeiros do fim da Guerra dos Cem Anos⁷⁹, e alguns historiadores acreditam que revela problemas estruturais do *feudalismo bastardo*⁸⁰ com a quebra das afinidades Lancastrianas somadas à enfermidade e incapacidade governativa de Henrique VI, possibilitando a reivindicação de Richard Plantageneta ao trono da Inglaterra.

A ideia de que o término da Guerra dos Cem Anos causou o início da Guerra das Rosas é motivo de debates na historiografia. Na verdade, o evento foi o ápice de um conjunto de questões — que serão debatidos adiante — envolvendo a autoridade régia, os problemas do faccionalismo político, assim como o *Dinasticismo* que possibilitava a reivindicação por praticamente qualquer indivíduo ao trono.

Já no início da década de 1450 podemos ver embates entre Lancastrianos e Yorkistas, principalmente devido à impopularidade dos ministros de Henrique VI, e até mesmo da rainha Margaret de Anjou⁸¹. Em 1450, o duque de York, que gozava de imensa popularidade no reino retornou da Irlanda e se direcionou à Londres demandando a demissão do duque de Somerset do Conselho régio, o que não foi possível. Já em 1452, York convocou um exército e marchou para Londres, demandando mais uma vez a demissão de Somerset e reformas administrativas no governo central. Inicialmente, poucos magnatas aprovavam as ações militares do duque, que foi preso, mas solto em 1453 sob a promessa de não arregimentar um exército contra o rei e a Corte.

Os problemas foram aumentados com a desordem generalizada crescendo em todo o reino, inclusive com famílias nobres que desrespeitavam as ordenações régias e as Cortes de Justiça locais e centrais. O aumento do descontentamento popular, a desordem e o faccionalismo crescente no âmbito da nobreza produziram um clima favorável a uma guerra

⁷⁸ C.f. HICKS, Michael. *The Wars of the Roses – 1455-1487*. Oxford: Osprey Publishing, 2003. p. 8.

⁷⁹ Ibidem. p. 15.

⁸⁰ O conceito de feudalismo bastardo será visto adiante.

⁸¹ Ibidem. pp. 10-13.

civil, somados com a inclinação de Henrique VI em ser facilmente manipulado pelos seus preferidos na Corte.

Em 1453, logo após o término da Guerra dos Cem Anos, Henrique VI teve sua primeira crise de insanidade, o deixando incapacitado, inclusive, de reconhecer o nascimento de Edward de Westminster, seu filho e herdeiro. Em meio a impossibilidade do rei de governar, um Conselho de regência foi formado, em que Richard Plantageneta foi nomeado Lorde Protetor. Tratava-se de um segundo protetorado do reinado de Henrique VI. É claro que a alta posição do duque de York foi importante para o estabelecimento de sua tomada das rédeas do governo, do mesmo modo, ele afirmava ser um representante do bem-comum no reino. Entretanto, durante seu Protetorado, o duque teria passado a reivindicar, segundo Watts, os interesses comuns da nobreza.⁸² Particularmente porque o regime de Henrique VI não oferecia uma forma de atuação coesa da autoridade da Coroa, que era procurada pelos lordes, sobretudo nas localidades, como forma de manutenção da lei e ordem.⁸³

O rei retornou à consciência em 1455, e mais uma vez influenciado por seus preferidos, forçou York para fora da Corte. O reestabelecimento da autoridade régia, porém, não seria tão fácil, já que lordes próximos à facção Yorkista, com destaque para os nobres da família Neville, exerciam forte influência, inclusive no Parlamento. Ainda segundo Watts, o governo de Henrique VI deixava de ser essencialmente monárquico, e se tornava cada vez mais um governo senhorial, das facções ligadas ao duque de York, ou da rainha Margaret de Anjou que também lutava pelo controle das rédeas do reino. “Os componentes da Coroa – senhorio, representação, o executivo e mesmo a *household* – não estavam mais unidos e focados no rei Henrique em si.”⁸⁴ O duque de Somerset neste contexto, iniciou uma conspiração de modo a reduzir a influência dos Yorkistas, convocando um Parlamento no qual York seria considerado traidor. Afastado da Corte, Richard recorreu às hostilidades armadas em 1455, quando realmente podemos afirmar o início da Guerra das Rosas.

Entre 1455 e 1461, houve diversos embates militares entre Lancastrianos e Yorkistas, em grande parte deles com vitórias da facção Yorkista. A Primeira Batalha de St. Albans, considerada a primeira da Guerra das Rosas⁸⁵ abriu caminho para as constantes vitórias Yorkistas, no qual o objetivo do duque de York era a remoção dos apoiadores e preferidos de

⁸² WATTS. *Henry VI and the Politics* ... op. cit. p. 327.

⁸³ Ibidem. p. 323.

⁸⁴ Ibidem. p. 329. “The components of the crown – lordship, representation, the executive and even the household – were no longer united and focused on King Henry himself”. **(Tradução Livre)**

⁸⁵ C.f. Anexo III – Mapa V.

Henrique VI do cenário político.⁸⁶ O problema da sucessão de Henrique VI também foi uma das razões para a ampliação das contendas militares, com parte da aristocracia defendendo que York deveria suceder o monarca, e outros, liderados por Margaret de Anjou defendiam que Edward de Westminster deveria tornar-se o herdeiro aparente do trono.

Henrique VI foi acometido por outra crise de insanidade em 1455 e se recuperou em 1456, retirando de York o título de Lorde Protetor. Os Lancastrianos ainda eram populares na região de Midlands, inclusive uma das áreas do Ducado de Lancaster. Neste contexto, a Corte se estabeleceu em Coventry, e novamente o duque de Somerset, sob influência de Margaret de Anjou, emergiu como favorito de Henrique VI.⁸⁷ Até 1458, a desordem generalizada cresceu novamente, inclusive com embates entre aristocratas: sobretudo entre os Nevilles apoiadores dos Yorkistas e os Percies apoiadores dos Lancastrianos. É nesse momento que Richard Neville, conde de Warwick ganhou cada vez mais apoio nos condados do sul inglês, inclusive em Londres com apoio dos mercadores.

A partir de 1458, o arcebispo de Canterbury, Thomas Bourchier iniciou pretensões de reconciliação entre a nobreza do reino. Henrique VI liderou o evento na Catedral de St. Paul chamado *Love Day*, em tentativa de reconciliar os Lancastrianos e Yorkistas, o que de forma alguma pôs fim às contendas.⁸⁸

Até 1460, a Guerra não era de todo dinástica. A legitimidade de Henrique VI ainda não fora questionada e o foco das facções anti-Lancastrianas eram os maus conselheiros do rei e a incapacidade do monarca em comandar a Inglaterra. A situação se tornou de fato dinástica após o Ato de Acordo aprovado no Parlamento em 1460, logo após a extrema derrota dos Lancastrianos na Batalha de Northampton, onde Henrique VI foi capturado. O Ato de Acordo, no qual Henrique foi obrigado a aceitar, retirava dos descendentes do rei o direito ao trono, isto é, Edward de Westminster ficava deserdado e os direitos de sucessão passavam para Richard, duque de York e seus herdeiros⁸⁹, o que ao invés de pôr fim aos problemas da guerra, aumentou a insatisfação da facção apoiadora dos Lancaster. As forças Lancastrianas, no entanto, lideradas pela rainha Margaret de Anjou que visava salvaguardar o trono para seu filho, conseguiram derrotar York na Batalha de Wakefield, onde o duque foi morto. Isto traria, porém, mais consequências desastrosas aos Lancastrianos, com Eduardo, filho do

⁸⁶ CARPENTER. *The Wars of the Roses* ... op. cit. pp. 136-137.

⁸⁷ Ibidem. p. 142.

⁸⁸ Ibidem. pp. 143-144.

⁸⁹ C.f. *RP October 1460*. pp. 375-378.

duque de York, vencendo a Batalha de Towton em 1461 e reivindicando o trono da Inglaterra, coroado no mesmo ano em Westminster.

Henrique VI ficou exilado na Escócia até o ano de 1464, quando foi derrotado na Batalha de Hexham. Já em 1465, Henrique foi capturado pelas forças de Eduardo IV e preso na Torre de Londres.

Em seus primeiros anos como rei, Eduardo IV tinha grande influência dos aristocratas que auxiliaram a empreitada York para alcançar o trono. Porém, o monarca iniciou suas ambições de expansão da autoridade régia limitando cada vez mais o papel de magnatas, como o próprio conde de Warwick:

A família Warwick e Neville dominou os primeiros anos da dinastia, mas gradualmente Eduardo IV afirmou sua independência. Warwick denunciou os maus conselheiros do rei e encontrou como aliado o irmão de Eduardo, George, duque de Clarence, que queria se casar com a filha de Warwick, Isabel.⁹⁰

Neste contexto, Margaret de Anjou exilada na França buscou a recuperação do trono, sobretudo em favor de seu filho. Por si só a rainha pouco podia realizar, mas aliou-se com o conde de Warwick que à época desenvolveu problemas com o rei Eduardo IV. Warwick retornou à Inglaterra, forçando Eduardo IV ao exílio e restaurando Henrique VI ao trono em 1470, mas apenas de forma simbólica. Eduardo IV retornou em 1471 e empreendeu diversas batalhas de sucesso, assassinando Warwick na Batalha de Barnet. Os Yorkistas venceram ainda a Batalha de Tewksbury, onde Edward de Westminster foi morto e Henrique VI aprisionado na Torre de Londres, morto no mesmo ano.⁹¹

Após a morte de Eduardo IV em 1483, assumiu o trono Eduardo V com apenas 12 anos. Tensões políticas oriundas do intenso faccionalismo emergiram no contexto, sobretudo com a atuação do tio do rei, Ricardo, duque de Gloucester que usurpou a Coroa tornando-se Ricardo III. As disputas entre Lancastrianos e Yorkistas retornaram em 1485 quando Henrique Tudor, lorde de Richmond iniciou suas pretensões ao trono. Henrique se aliou aos

⁹⁰ HICKS. *The War of the Roses* ... op. cit. p. 40. "Warwick and Neville Family dominated the early years of the dynasty, but gradually Edward IV asserted his independence. Warwick denounced the king's evil councillors and found and ally in Edward's brother George Duke of Clarence, who wanted to marry Warwick's daughter Isabel." **(Tradução Livre)**

⁹¹ Ibidem. p. 84.

Lancastrianos, reivindicando o fato de ser sobrinho de Henrique VI⁹². Liderou um exército de cinco mil homens para o campo de Bosworth, onde Ricardo III foi morto. Henrique VII assumiu o trono instaurando os Tudor como dinastia reinante até o início do século XVII.

Com a finalidade de resolver as tensões de sua legitimidade e buscando reconciliação entre as facções aristocráticas, Henrique VII casou-se com Elizabeth de York⁹³, filha de Eduardo IV, unindo as famílias. O termino da Guerra das Rosas só é creditado pela historiografia após a Batalha de Stoke Field em 1487, quando Henrique VII derrotou as últimas forças Yorkistas. Para Hicks, no entanto, os impactos da guerra permaneceram no âmbito da nobreza inglesa até meados do século XVI, com temores diversos de uma nova Guerra Civil. Todavia, diversos autores acreditam que a Guerra das Rosas causou poucos impactos na população comum ou até mesmo na força de trabalho, prevalecendo apenas entre os apoiadores Lancastrianos e Yorkistas, no qual a maioria dos líderes foram mortos.⁹⁴

1.3. AS INSTITUIÇÕES E O JOGO POLÍTICO

Grande parte dos desafios enfrentados pela Casa de Lancaster envolvendo a autoridade e legitimação dinástica ocorriam em meio às instituições políticas, que cresciam em importância desde os séculos XIII e XIV. Através dessas instituições, ocorria o jogo político que ditou a dinâmica do século XV e por onde saíam certos elementos da memória.

1.3.1. A EXPANSÃO ADMINISTRATIVA

Diversos acadêmicos concordam que desde os séculos centrais do medievo existia certa centralização política no reino inglês. O que marcava a originalidade e precocidade de um reino que entra num processo de burocratização — é verdade, embrionária — no século XII, com a separação do Conselho em relação à Corte e o Tesouro como administrador das

⁹² Henrique Tudor era filho de Edmund Tudor, que por sua vez era meio irmão de Henrique VI, através do segundo casamento de Catarina de Valois com Owen Tudor.

⁹³ Ibidem. pp. 84-85.

⁹⁴ Ibidem. p. 8.

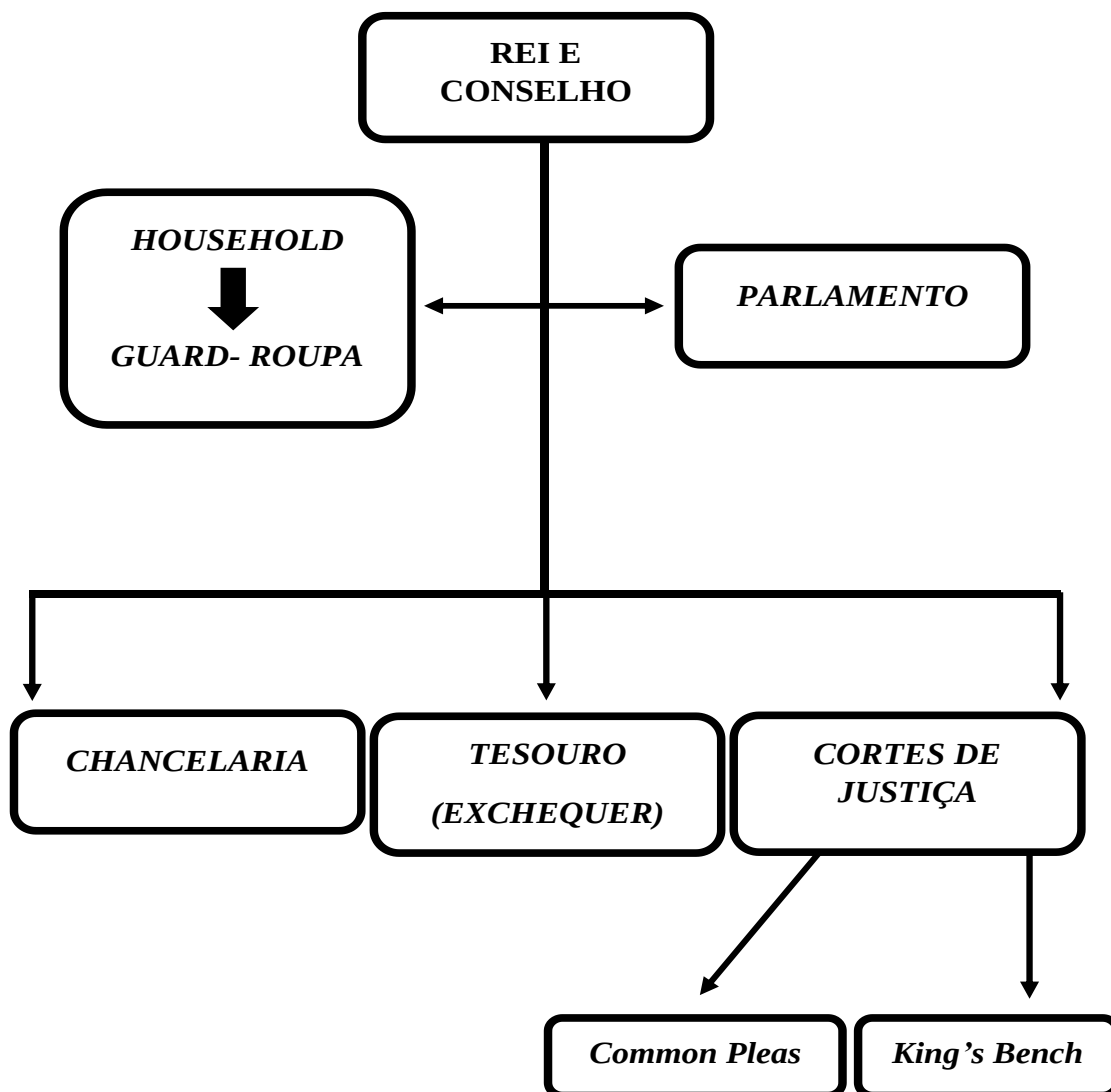
finanças do Estado. Uma realidade, como afirma Guenée⁹⁵, que outros reinos da Cristandade só gozariam dois séculos mais tarde.

Em contrapartida, ainda com as evidências da expansão da administração central e local desde a Idade Média Central, alguns historiadores acreditam num recuo da autoridade régia a partir do século XIII. Primeiro, devido à assinatura da Magna Carta e a necessidade de um consenso entre o rei e os grupos políticos, com especial atenção à cobrança de impostos. O que também teria levado à formação do Parlamento nas estruturas mais ou menos parecidas com aquelas que constatamos nos séculos XIV e XV. Segundo, os avanços no direito e na manutenção da ordem adquiridos pela realza nos séculos centrais — o Estado de Direito — teria levado a um conjunto de pressões em torno da monarquia, que somadas às guerras levaram ao surgimento de um Estado de Guerra e a incapacidade da Coroa em manter a ordem política e social. Apesar de tais ideias, o que a documentação demonstra é que muito mais do que uma crise, os aparatos administrativos cresceram e se afirmaram nos séculos seguintes. Os escritórios centrais de Estado no final da Idade Média não estavam estagnados, mas sim mudando suas funções de acordo com o crescimento da classe política. Com o alcance ao maquinário político, novos procedimentos e instituições se desenvolveram sob pressões de “cima” e de “baixo”, de governantes e governados.⁹⁶

Vejamos o esquema abaixo com as principais instituições do governo inglês na Baixa Idade Média:

⁹⁵ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos Séculos XIV e XV* – Os Estados. São Paulo: Pioneira, 1981. p. 159.

⁹⁶ HARRIS, Gerald. *Political Society*... Ibidem. p. 39.



Esquema III — Estrutura básica da administração central inglesa — séculos XIV-XV.

No topo do corpo político estava o rei e seu Conselho. Esse Conselho era o tronco do governo, separado da Corte desde o século XII⁹⁷. Continha diversos magnatas (laicos e eclesiásticos), além de oficiais versados na administração, em especial o chanceler, o tesoureiro e os juizes. Até 1300, era mais uma instituição política do que administrativa. Somente a partir do século XIV ele exerce funções administrativas⁹⁸, tornando-se burocrático, inclusive com o apontamento de funcionários dedicados especificamente aos trabalhos do Conselho⁹⁹.

⁹⁷ GUENÉE. *O ocidente nos séculos XIV e XV* ... op. cit. P. 159.

⁹⁸ HARRISS. *Political Society* ... op. cit., p. 38.

⁹⁹ GUILLINGHAM, John. *Crisis or Continuity? The Structure of Royal Authority in England, 1369-1422*. In: SCHNEIDER, Reinhard. *Das spätmittelalterliche Königtum im europäischen Vergleich*. Sigmaringen, 1987. pp. 68-69.

Concomitantemente à expansão do papel político do Conselho, ele se tornou uma ponte entre os interesses do rei, a máquina administrativa e as preocupações dos súditos com o bom governo. O movimento dos Lordes Apelantes no reinado de Ricardo II produziu diversas críticas aos preferidos do rei, que também eram membros do Conselho régio, vistos como responsáveis pelos desastres políticos que acometiam a Inglaterra¹⁰⁰. Fatores que foram utilizados no Parlamento de 1399 e nas fontes de 1399 em diante para justificar a deposição de Ricardo II. Não se difere com o que ocorreu no Conselho de menoridade de Henrique VI, com os embates entre o duque de Gloucester e o cardeal Beaufort lutando pelo controle do Conselho¹⁰¹, o que se manteve na maioria do monarca, ganhando um ápice de crise entre as décadas de 1440 e 1450, quando os preferidos do rei tinham o papel especial de influenciar os destinos do reino.

Esses embates em torno do Conselho, especialmente entre os nobres demonstra “o quão achegado era o Conselho do coração de um nobre”¹⁰². Nobres como Richard Plantageneta, duque de York, podiam levantar armas legitimamente contra o rei pela sua incapacidade de manter o bem-comum, e as “más influências” de outros senhores e preferidos que infligiam a importância do Conselho. As críticas e preocupações com a formação do Conselho não se restringiam à elite política da época. Em documentos, para além daqueles oficiais (como os *rolls* do Parlamento e os *rolls* da chancelaria), vemos em crônicas, tratados políticos e poemas, críticas à atuação de certos membros do Conselho régio.

A *household*¹⁰³, por outro lado, também é de extrema importância. Dentro dela, o departamento com maior destaque era o *Guarda-Roupa*, sua sessão financeira central e responsável por administrar a maior parte das despesas da Coroa¹⁰⁴, produzindo inclusive relatórios sobre isto. A *household* se tornou um escritório para os diversos assuntos, inclusive na organização da guerra, recrutamento, abastecimento e pagamento desses recrutados¹⁰⁵.

¹⁰⁰ Ibidem. p. 59.

¹⁰¹ C.f. WATTS. *Henry VI ...* op. cit. Ao longo de sua Tese, John Watts demonstra a atuação de importantes lordes como Gloucester e Beaufort e os embates entre eles pelo controle do ‘regime real’. O autor demonstra, inclusive, que apesar dos anseios do rei Henrique VI por participação mais ativa no governo após sua maioridade, o governo foi formado praticamente com pouca atuação direta do rei. Uma questão que permaneceu até anos mais tarde. Pontos que veremos quando analisarmos maiormente a Era Lancastriana.

¹⁰² CARPENTER. *The Wars of the Roses ...* op. cit. p. 37. “... how close counsel was to the noble heart.” (Tradução Livre)

¹⁰³ C.f. Glossário.

¹⁰⁴ PRESTWICH, Michael. *Plantagenet England – 1225-1360*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 58.

¹⁰⁵ Harriss aponta que a *household* também é fonte de debates historiográficos acerca de suas características, sobretudo porque alguns historiadores buscam enxergar uma progressão linear de suas estruturas para a de uma estrutura de Corte como vista no Renascimento. Obviamente, essa perspectiva traz diversos problemas, inclusive se acreditarmos numa ideia de “gênese” medieval daquilo que chamamos de Estado absolutista. C.f. HARRISS,

Provinha o monarca de um escritório pessoal, onde a maior parte das ordenações eram produzidas pelo selo pessoal do rei. “A complexidade dos selos domésticos foi aumentada pela adição em 1335 do selo grifo, usado por quase vinte anos ao lado dos selos privados e secretos”¹⁰⁶. A *household*, portanto, não era apenas uma espécie de corte doméstica, era um dos centros de administração do reino, e assim como o Conselho, despertava interesse e preocupação dos súditos, principalmente ligado aos gastos da Coroa e administração desses gastos, efetuados com os recursos pessoais do rei ou com os recursos extraordinários reunidos para campanhas militares.¹⁰⁷

Por ter uma função administrativa, a *household* enviava constantemente ordenações para a Chancelaria e também mantinha contato constante com os funcionários do Tesouro. A Chancelaria, por exemplo, era ligada diretamente à *household* até o reinado de Eduardo I, acompanhando o rei onde ele estivesse. A mudança ocorreu apenas em 1280 no contexto de campanha militar do monarca na Gasconha, em que seus funcionários ficaram estabelecidos em Westminster. Nos séculos XIV-XV seria difícil em meio às constantes campanhas militares na Guerra dos Cem Anos se os escritórios administrativos acompanhassem o rei em suas viagens, por isto, observamos os aparatos burocráticos localizados em Westminster, demonstrando o especial desenvolvimento dos mecanismos do governo¹⁰⁸.

A Chancelaria é um espaço de produção de memória. Manter registros é um dos meios privilegiados de conservar a memória. Não só a Chancelaria, mas também outros escritórios de Estado que eram responsáveis por cultivar registros¹⁰⁹. Também, o controle e manutenção dessa documentação. A Chancelaria, por exemplo, mantinha cópias em rolos dos *Patent Rolls, Close Rolls, Charter Rolls*¹¹⁰. A complexidade da documentação produzida pela Chancelaria régia era imensa, continham o que se espera de tal tipo de fontes: questões relacionadas ao *dia a dia*, como os despachos régios, indicações para oficiais locais, permissão para a existência de mercados, garantia de terras e títulos, rendas, envolvimento em ações judiciais, débitos, contravenções, e assuntos relacionados à classe dominante ligada diretamente com a política. Outros temas presentes lidam também com questões de genealogia: como a herança de terras, entrega de dotes e viúves, e ainda guarda para menores

Gerald. The Court of the Lancastrian Kings. In: STRATFORD, Jenny. (Org.) *The Lancastrian Court*. Harlaxton Medieval Studies Vol. XIII. Donington: Shaun Tyas, 2003. p. 2.

¹⁰⁶ Idem. p. 58. “The complexity of the household seals was increased by the addition in 1335 of the griffin seal, used for almost twenty years alongside the privy and secret seals.” **(Tradução Livre)**

¹⁰⁷ CARPENTER. *The Wars of The Roses* ... op. cit., p. 29.

¹⁰⁸ Ibidem. p. 60.

¹⁰⁹ PRESTWICH. *Plantagenet England* ... op. cit. p 55.

¹¹⁰ C.f. Glossário.

de idade, entre outros. Alguns documentos possuíam funções parecidas, e com o tempo e desenvolvimento dos aparatos administrativos foram se transformando e outros descontinuados.

O Tesouro também mantinha registros financeiros como os *Liberate Rolls*¹¹¹, ordenações feitas pela Chancelaria ao Tesouro e os *Pipe Rolls*¹¹², que eram registros financeiros emitidos diretamente pelo Tesouro. O Tesouro régio também se desenvolveu no final do medievo como instituição política e econômica, principalmente, por pressões dos eventos bélicos no qual a Inglaterra estava envolvida. A Guerra dos Cem Anos, segundo Gerald Harriss, transformou as operações do Tesouro com taxas diretas e indiretas, que por consequência demandavam um maquinário elaborado para coleta nas cidades (*towns*), vilas e portos¹¹³. “O Tesouro, de um escritório de contas para receitas reais, tornou-se uma casa de câmbio para pagamentos a um amplo setor de funcionários locais e membros da sociedade política”.¹¹⁴

Os registros provenientes dos escritórios de governo continham em grande parte indicações também de juízes para as cortes de justiça em diversas partes do reino, que eram também mecanismos de afirmação da autoridade régia. Nas localidades, a partir do século XIV e sobretudo no século XV, os Juízes de Paz ganharam destaque jurídico, se sobrepondo ao xerife e tornando-se um dos principais oficiais do rei, com função de manter a ordem nas localidades¹¹⁵. Nas cortes centrais, presentes em Westminster há duas com proeminência. A *Common Pleas* ou Bancada Comum, que lidava principalmente com casos privados e alguns litígios. Havia também a *King's Bench* ou Bancada do Rei, que possuía dupla capacidade, podendo ser um fórum para litígios privados ou processos da Coroa (inclusive casos de crime contra a Coroa).¹¹⁶ Questões relacionadas à terra — que era de fato um dos principais assuntos nas cortes de justiça — comumente eram debatidos nas cortes centrais de Westminster, raramente as cortes locais tinham jurisdição para comandar tais casos, embora em alguns momentos os Juízes de Paz tinham o papel de fazer a mediação entre as localidades e as cortes centrais.¹¹⁷

¹¹¹ C.f. Glossário.

¹¹² C.f. Glossário.

¹¹³ HARRISS. *Political Society* ... op. cit. p. 35.

¹¹⁴ Ibidem. p. 36. “The exchequer, from being an office of account for royal revenues, became a changing house for payments to a wide sector of local officials and members of political society.” **(Tradução Livre)**

¹¹⁵ CARPENTER. *The Wars of the Roses* ... op. cit. p. 29.

¹¹⁶ Ibidem. p. 34.

¹¹⁷ Idem. p. 34.

Não podemos esquecer do Parlamento¹¹⁸. Esta assembleia de destaque na Idade Média, presente até os dias atuais, responsável principalmente pelo zelo da comunidade política. A Magna Carta no início do século XIII estabelecia que o rei só poderia cobrar impostos de seus súditos para financiar a guerra, se fosse por razões legítimas, principalmente as guerras estrangeiras para defesa do reino. Segundo Carpenter, o processo para permitir a legitimidade do soberano em adquirir subsídios para as campanhas militares, isto é, tomar a propriedade de seus súditos¹¹⁹, significava que a Inglaterra passou ao longo de dois séculos por uma série de confrontos entre rei e nobreza e mais além, rei, nobreza, cavaleiros e a *gentry*, numa assembleia comumente conhecida (a partir do final do século XIII principalmente) como Parlamento.¹²⁰ Independentemente de existir essa assembleia convocada esporadicamente em momentos extraordinários, podemos afirmar a existência do Parlamento somente no final do século XIII.

O Parlamento tinha autoridade legislativa, para taxações, além de apresentar queixas em nome do reino, sendo “constitucionalmente” reconhecido como tal. Não tinha, porém, uma existência autônoma, trabalhava conforme à necessidade régia para sua convocação. Era influenciado pelas guerras e disputas políticas. Tornando-se uma ‘instituição’ financeira, militar e política, cujo suporte ao rei poderia influenciar diretamente na autoridade régia. Segundo Harriss era composto por indivíduos ricos com influência política, parte dos *cursus honorum*. Entre os comuns, estavam homens que caminhavam facilmente entre a Corte e o governo central, além de serem líderes de suas comunidades¹²¹.

Considerando que a administração central cresceu com sua atuação no final da Idade Média, não podemos desconsiderar o papel do poder régio nas estruturas locais. Não me aprofundarei nestas, mas destacarei algumas relevantes na questão da autoridade régia.

As duas formas principais de administração local do reino inglês estavam estabelecidas desde o período anglo-saxão e normando. Os condados (*shires*) e as centenas (*hundreds*)¹²². O xerife era o principal oficial régio e responsável pela administração dos condados, recebendo as ordenações régias e coletando impostos. No século XIII, de modo a

¹¹⁸ Deixei o Parlamento para debater por fim, apesar de ele ser um instrumento importantíssimo no tronco do governo, pois ele é mais facilmente definido por suas funções do que por suas formas institucionais.

¹¹⁹ CARPENTER. *The Wars of the Roses* ... op. cit. p. 29.

¹²⁰ Idem. p. 29.

¹²¹ HARRISS. *Political Society*... op.cit. p. 39.

¹²² Dentro do condado um conjunto de mais ou menos vinte aldeias eram reunidas dentro do sistema da *hundred* que ao final do medievo começa a perder a importância, principalmente pelo papel das cidades com privilégio régio que tinham administração autônoma, ou mesmo vilas que passam a ser enquadradas ao poder senhorial. C.f GUENÉE. *O ocidente nos séculos XIV e XV* ... op. cit. p. 152.

manter a paz contra os inimigos internos e externos o rei nomeou os chamados guardiões da paz, que somados aos juízes de paz eram os principais atores judiciais e pontes entre as cortes de justiça locais e as cortes centrais de Westminster. Já no século XV, estas regiões possuíam também diversos oficiais e comissionários responsáveis por aumentar a cobrança de impostos (os comuns e os extraordinários dedicados à guerra).¹²³

A complexidade da administração local é aumentada quando consideramos a situação dos condados palatinos, isto é, aqueles que possuíam certa autonomia administrativa em relação à Coroa. O Condado Palatino de Durham, pertencente ao bispo de Durham, não deixava de ter elos diretos com o rei, pois era ele quem nomeava os bispos de Durham. O destaque aqui é o Condado Palatino de Chester, sob comando do duque da Cornualha, e o Condado Palatino de Lancaster, ambos importantes por serem de posse de membros da família real.

Cheshire há muito era de posse do conde de Chester e duque da Cornualha, comumente títulos associados ao príncipe herdeiro do trono. No século XIV, o condado adquiriu diversas regalias em relação à Coroa, o que de fato teria criado o descontentamento em partes do reino. No Parlamento, e até mesmo nas crônicas vemos queixas acerca dos cidadãos e oficiais régios em Chester.¹²⁴ Lembremos que no século XV a região de Chester, de posse do príncipe de Gales, foi uma das principais responsáveis por levantes contra Henrique IV e a favor do deposto rei Ricardo II. Até 1543 Chester não era representado no Parlamento. Lancaster, por outro lado, está relacionado principalmente com dois pontos significativos: primeiro, o condado estava unido ao Ducado de Lancaster, o maior do reino, além de em 1399 ter sido anexado à Coroa após a usurpação de Henrique IV. Tinha um papel considerável na entrega de subsídios ao rei e na manutenção das afinidades régias, que possibilitava uma rede de apoio entre o rei e as elites locais, essenciais para a manutenção dos Lancastrianos ao trono.

Os principais atores nas localidades sem dúvida eram a nobreza e a *gentry*. Num ponto hierárquico os nobres eram os principais intermediários entre o rei e os menores

¹²³ Apesar do grande número de oficiais régios nos condados, a grande maioria deles eram homens comuns, sem a obtenção de qualquer tipo de subsídio financeiro, apontados pela Coroa, mas não pagos por ela. e apesar de Comuns, eram na grande maioria grandes proprietários de terra, parte, sobretudo, da *gentry*. C.f. CARPENTER. *The Wars of the Roses* ... op. cit. p. 33.

¹²⁴ Adam de Usk, por exemplo, enumera os diversos crimes cometidos pelos habitantes de Chester no reinado de Ricardo II, assim como os oficiais régios da região, que segundo o cronista criavam revolta em diversas partes do reino inglês. C.f. AU. p. 27.

proprietários de terra.¹²⁵ Ao contrário do que se pensa, a nobreza não tinha o protagonismo no Parlamento que se acredita, até porque tinham acesso maior ao rei do que outros grupos políticos do reino como a *gentry* e os comuns. Esse acesso dos nobres ao rei, apesar de ser muito mais no âmbito privado, era visto como natural na política ‘pública’ do reino à época, portanto, o bom relacionamento entre rei e nobreza era cessado quando os processos informais findavam a resposta do rei e este se concentrava em seus preferidos. É esse o momento em que o rei enfrentava Paramentos hostis.¹²⁶

Afirmar que a nobreza cooperava com a Coroa não significa que tais perdiam poder nas localidades. A lei régia imperava nas estruturas locais, mas a administração permanecia em mãos privadas. No norte da Inglaterra, por exemplo, diversas áreas senhoriais gozavam de grande liberdade no que diz respeito à autoridade direta da Coroa. Igualmente ocorria nas Marcas galesas. Eram regiões com nobres laicos ou eclesiásticos que tinham enorme autoridade.

Carpenter menciona que no Norte havia a maior concentração de propriedades de um nobre individual do que no Sul, além de ser uma área de constantes embates militares com os escoceses. Isto teria permitido que os nobres do norte conseguissem uma posição local mais dominante do que outras áreas do reino. Justifica porque o conde de Northumberland e seu herdeiro em 1403 conseguiram liderar uma enorme rebelião contra Henrique IV que teve reverberações até o final de seu reinado. Também porque a morte ordenada pelo rei supracitado do arcebispo Richard Scrope de York em 1405 por acusação de rebelião contra a Coroa também teve repercussão nos direitos Lancastrianos do trono até o reinado de Henrique VI. Ainda, justifica o porquê da dependência Lancastriana de nobres do norte para suas campanhas militares, fossem contra a Escócia em 1400,¹²⁷ ou contra os rebeldes galeses entre 1400 e 1415, ou nas campanhas na Guerra dos Cem Anos e na Guerra das Rosas.¹²⁸

O rei necessitava da nobreza, isto era um fato político. Eram seus principais conselheiros, comandantes militares, principais e mais poderosos agentes nas localidades. Um necessitava do outro. Por exemplo, a retórica do século XV da distribuição de títulos e

¹²⁵ CARPENTER. *The Wars of The Roses* ... op. cit. p. 36.

¹²⁶ Ibidem. p. 37.

¹²⁷ O cronista Thomas Walsingham aponta que durante o Parlamento de 1399 devido à ausência dos lordes do Norte da Inglaterra os escoceses aproveitaram para invadir a região e realizar saques, além de destruir o Castelo de Wark, uma das principais fortalezas do conde de Northumberland. C.f. *TCM*. p. 314.

¹²⁸ As duas principais famílias do norte, os Percys (Northumberland principalmente) e os Nevilles (Westmorland principalmente) tiveram um papel marcante na estabilidade ou instabilidade da Coroa, não só com os Lancastrianos, mas também com os York no século XV.

transformação de nobres em pares do reino (*peerage*) significava não só a entrega de poder por parte do rei, mas sim a garantia de poder para si mesmo.¹²⁹

Antes do século XV a sociedade política cresceu para enquadrar os menores proprietários de terra. Emergiram inicialmente como força política no século XIII, no reinado de Henrique III. No século XIV, figuravam essenciais no processo de cobrança de impostos. Percebia-se que o rei não poderia depender apenas das relações privadas com a nobreza para cobrança de impostos. Eram os comuns do Parlamento¹³⁰, sobretudo os representantes dos condados, vindos principalmente dos burgos, que tinham que fazer o consenso sobre a cobrança de impostos e por implicação, a responsabilidade de cobrar esses impostos. Todavia, como os Parlamentos eram assembleias convocadas esporadicamente por necessidade régia e duravam muito pouco, eram nas localidades que esse grupo forjava as alianças políticas, cuja principal importância era da *gentry*.

Com a relevância política que a *gentry* adquiriu ao longo do final do século XIV e maiormente no século XV, crescia também um anseio por diferenciação social como resultado da riqueza desse grupo, alguns maiores proprietários de terras que alguns nobres. Carpenter pontua que desde o final do século XII e início do XIII não havia um título óbvio para a *gentry*, que até o momento eram vistos como cavaleiros (e não significava um grupo da nobreza). No século XIV inicia-se o aparecimento de títulos para dignificar essa ‘classe’ social devido ao crescente destaque que adquiriram politicamente. Os títulos eram de “escudeiro” (*Esquire*) desde o final do século XIV, seguido de cavalheiro (*Gentleman*) nas primeiras décadas do século XV, e englobava cerca de 7.000 famílias.¹³¹

Quando tomamos como exemplo a documentação proveniente da chancelaria dos reis Lancastrianos, desde 1399 constatamos o crescimento de concessões, direitos e privilégios dados a indivíduos com os ‘títulos’ supracitados.¹³² Isto nos permite concluir que este grupo social tinha enorme proeminência não só em assembleias como o Parlamento e no consenso para a cobrança de impostos nas localidades. Eles tinham um papel extraordinário na legitimação da monarquia. Por serem famílias influentes, tinham destaque na manipulação

¹²⁹ HORROX, Rosemary. England: Kingship and the Political Community, 1377 – c.1500. In: RIGBY, S.H. (Ed.). *A companion to Britain in the Late Middle Ages*. (Blackwell companions to British history). Oxford: Blackwell Publishers, 2003. pp. 233-234.

¹³⁰ No século XIV passaram a integrar o Parlamento como parte da Casa dos Comuns e tinha extrema importância em decisões financeiras e na política de guerra interna e externa.

¹³¹ CARPENTER. *The Wars of The Roses* ... op. cit. p. 45.

¹³² C.f. *CPR 1399-1401*. Durante todo o período entre 1399 e 1401 é possível ver a concessão por parte da Coroa de privilégios, inclusive alfandegários, para indivíduos com títulos de Escudeiro e Cavalheiro, o que demonstra a importância que a *gentry* adquiriu no contexto da ascensão Lancastriana.

da opinião pública nas localidades, por esta razão, era natural que reis como Henrique IV e Henrique V mantivessem relações positivas com tais grupos. Também justifica os problemas enfrentados por Henrique VI entre as décadas de 1440 e 1450, quando a ordem pública e o bem-comum tornaram-se assuntos importantes e, as pressões políticas sobre a Coroa eram oriundas especialmente da *gentry*.

Tendo em vista a complexidade das estruturas administrativas e das dinâmicas políticas na Inglaterra no final do medievo, é possível perceber que a autoridade da Coroa perpassava um conjunto enorme de situações. O historiador Gerald Harriss, por exemplo, discorda de uma ideia de crise política nesta época, e salienta que a realidade da Inglaterra no século XV era resultado das dinâmicas próprias da época.¹³³ O equivalente é dito por John Gillingham ao discordar de visões clássicas que afirmam que esta era uma época de crise. O historiador pontua diversos elementos, que segundo ele, demonstram as adaptações do governo às novas realidades econômicas e sociais. Dentre os quais se destacam o aumento da importância de Londres/Westminster na administração central, o crescimento dos escritórios administrativos e das cortes de justiça centrais, e a participação crescente da *gentry* no governo local.

Nas associações entre os governos central e locais, o destaque era para o crescimento dos recursos régios oriundos da cobrança de impostos. Se os grupos da comunidade política definiam os momentos que a monarquia poderia cobrar impostos, isto se dá pelo crescimento da ideia de que a realeza deveria ter responsabilidade pela defesa do reino, tanto interna, mantendo a lei e a ordem, quanto defesa contra inimigos estrangeiros. Por fim, os grupos políticos do reino conseguiam definir quando entregar impostos extraordinários à monarquia, isto é, aqueles dedicados à guerra. Isto criou uma ligação intrínseca entre a guerra e as taxas e os problemas relacionados à fiscalidade no reino. Aumentando cada vez mais as responsabilidades da Coroa em manter a boa administração de seus recursos econômicos.¹³⁴

¹³³ HARRISS. *Political Society ...* op. cit. p. 28.

¹³⁴ C.f. GILLINGHAM. *Crisis or Continuity ...* op. cit.

1.3.2. DINÂMICA POLÍTICA E DEPOSIÇÕES

Entre 1300 e 1500, a Inglaterra viu cinco deposições e um total de quatro dinastias no trono. Eduardo II foi deposto em 1327 em favor de seu filho e herdeiro Eduardo III. Em 1399, Ricardo II foi afastado por Henrique IV. Após algumas décadas de estabilidade dos Lancastrianos, em 1461, Henrique VI foi destronado em meio à Guerra das Rosas. Mais tarde, Eduardo V foi deposto por seu tio Ricardo III que também foi destituído por Henrique VII. Plantagenetas, Lancastrianos, Yorkistas e Tudor, todos oriundos do mesmo ramo dinástico, mas as deposições e usurpações demonstram o quanto a política inglesa se transformava no século XV.

Além das deposições, o problema crescia pela possibilidade de reivindicação do trono por praticamente qualquer indivíduo de qualquer facção política. Vejamos alguns exemplos: Após Henrique IV usurpar o trono de Ricardo II o problema da linhagem era imenso, especialmente com as reivindicações de Sir Edmund Mortimer e outros partidários dos Mortimer.¹³⁵ Uma conspiração em favor de Edmund Mortimer, conde de March também esteve presente durante a ida de Henrique V para a França em 1415, orquestrada pelo então conde de Cambridge. A reivindicação de Richard Plantageneta em 1461 ao trono inglês é outro exemplo do problema. A situação se intensifica nas últimas décadas do século XV. O desaparecimento de Eduardo V e seu irmão Richard Shrewsbury, duque de York, levantando os boatos dos ‘Príncipes da Torre’¹³⁶ possibilitou em 1490 a reivindicação do trono por Perkin Warbeck, que clamava ser o duque de York.

Parte da historiografia considerou a dinâmica política da Inglaterra, em especial no século XV, sob a ideia de um ‘longo século XV’.¹³⁷ Baseia-se mormente nas produções de Shakespeare sobre os reis ingleses,¹³⁸ onde o problema da guerra e deposições são centrais. Todavia, uma historiografia tradicional ainda considera a questão a partir de uma perspectiva

¹³⁵ Os Mortimer eram herdeiros de Lionel da Antuérpia, Duque de Clarence e filho mais velho de Eduardo III após Edward, Príncipe Negro, entretanto tendo o Duque apenas uma herdeira, a reivindicação dos Mortimer foi feita pela linhagem feminina, o que foi questionada pelos Lancastrianos, descendentes de John de Gaunt e que afirmavam serem os herdeiros legítimos de Eduardo III devido a linhagem masculina.

¹³⁶ Com a ascensão de Ricardo III em 1483 através da deposição de seu sobrinho Eduardo V, ficou a dúvida do que teria ocorrido com os dois herdeiros homens de Eduardo IV: Eduardo V e Richard Shrewsbury, duque de York. Uma atmosfera de boatos cresceu no período, que afirmavam que Ricardo III teria aprisionado seus sobrinhos na Torre de Londres, iniciando a famosa história que inspirou a literatura popular inglesa até o século XVII dos Príncipes na Torre.

¹³⁷ HORROX. England: Kingship and Political Community ... op. cit. 224.

¹³⁸ As referidas obras são: Ricardo II; Henrique IV (parte 1 e 2); Henrique V; Henrique VI (parte 1, 2 e 3) e Ricardo III.

de crise, o que historiadores desde os anos 1990 vem buscando desmistificar. Contudo, não é possível entender os problemas que envolvem a política da época sem entender minimamente um conceito que reina, de certo modo, na historiografia, e que ao invés de oferecer respostas nos traz mais problemas. Entretanto, nos auxilia na compreensão dessa dinâmica política do final da Idade Média: o *feudalismo bastardo*.¹³⁹

O conceito de *feudalismo bastardo* foi cunhado por Charles Plummer, mas a forma elaborada de sua definição e como ele ainda é entendido hoje pela historiografia foi realizada por K. B. McFarlane, utilizando o adjetivo ‘bastardo’ retirado do sentido clássico da bastardia, “corrompido ou degenerado”; mas sim como tendo uma “aparência” de algo que “pretende ser” e ainda assim preserva a ética do feudalismo.¹⁴⁰ O conceito foi utilizado para analisar uma sociedade emergente no início do século XIV, onde os elos diretos entre lorde e vassalo foram ‘substituídos’ como sendo a única forma de contrato social. Contratos de serviços, inclusive para assuntos militares, foram parte dessas novas formas de relação feudal, e aqui entra também um novo ator nessas afinidades: a *gentry*, que se associa aos grandes magnatas de modo a conseguir o patronato e proteção. Na perspectiva de McFarlane, é visível o emparelhamento desse feudalismo bastardo nos órgãos de governo em crescimento, principalmente através das *letters patent*. Ao invés da doação de um feudo — e aqui interpreta-se feudo não como terra, mas sim benefício — as novas relações baseavam-se no contrato de serviços e algumas doações tornavam-se perpétuas, mas passíveis de confisco por parte da Coroa.¹⁴¹

O papel que esse *feudalismo bastardo* teve na política central e local da época é por si só um grande motivo de debate entre os historiadores¹⁴²: há aqueles que acreditam que esse *feudalismo bastardo* teria sido o responsável pelas crises políticas do século XV: a Guerra das Rosas, as deposições e constantes reivindicações ao trono. McFarlane, por outro, lado, viu uma neutralidade desse sistema no tocante à dinâmica política da época, ele era, na realidade, um espelho das estruturas de poder, ao invés de formador delas. Pesquisadores mais recentes observam o *feudalismo bastardo* como um estabilizador das forças de forma positiva, criando

¹³⁹ CROSS, P.R. Bastard Feudalism Revised. In: *Past and Present*, N° 125 Oxford: (Nov., 1989), pp. 27-64.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 27.

¹⁴¹ Ibidem. pp. 27-28.

¹⁴² Um debate interessante sobre o conceito foi realizado por Michael Hicks. C.f. HICKS, Michael. *Bastard Feudalism*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.

uma rede de relações que minimizasse os conflitos: locais e “nacionais”¹⁴³. O conceito é uma forma interessante de entender as afinidades reais que foram extremamente importantes desde o reinado de Ricardo II.

Se avaliarmos a Era Lancastriana, Castor salienta que a posse da Coroa do Ducado de Lancaster e as afinidades Lancastrianas exemplificam as finanças da Coroa, a estabilidade ou instabilidade do poder régio na época. Sobretudo, o papel do rei em estruturar uma grande rede de interesses compartilhados.¹⁴⁴ O que nos interessa, principalmente, em torno do conceito do *feudalismo bastardo*, é a percepção dos vínculos entre “poder público” e “poder privado”. Principalmente porque a Coroa passa a ser uma alternativa às relações vassálicas do período.

Ao contrário do que possa parecer, historiadores recentemente buscam entender esse ambiente de deposições não como uma crise da autoridade régia, mas sim como um processo de força do poder da Coroa. As deposições, por mais problemáticas que fossem, e por mais problemas que elas trouxessem, eram uma fonte de poder da Coroa, separada de certa forma da figura do rei em si. Segundo Carpenter, a deposição só era possível, pois havia uma distinção entre o rei, o detentor do ofício régio, e da Coroa, o ofício em si. O rei poderia ser deposto se ele não fosse adequado às necessidades da Coroa. Apesar disto, a deposição era um mal e constantemente acreditavam que poderia afetar a majestade régia.¹⁴⁵ A oposição ao rei poderia ser legitimada apenas por rivais ‘plausíveis ao trono’ e desta forma, uma maneira de preservar a Coroa. Rosemary Horrox utiliza o termo *Dynasticism*, que poderíamos traduzir literalmente ao português como ‘*Dinasticismo*’. Denota a complexidade do jogo político presente no âmbito da sociedade inglesa. Mais que um termo, seria um conceito, através do que seria a instrumentalização de elementos discursivos, uma retórica de legitimação dinástica ou que possibilite a deposição de outro.¹⁴⁶

Tendo em mente que se fazia a instrumentalização de discursivos, podemos analisar como estavam presentes na Era Lancastriana. Por exemplo, veremos à frente que durante a ascensão Lancastriana em 1399 foi necessário aos partidários da dinastia a construção de uma retórica de poder que possibilitasse a legitimidade da nova casa real. Inicialmente, o primeiro ponto necessário foi a elaboração de discursos deslegitimatórios sobre o rei deposto, Ricardo

¹⁴³ HORROX. England: Kingship and Political Community ... op. cit. 225. O termo nacional aqui é momentaneamente retirado de seu problema aplicativo no medievo, para fins de compreensão da totalidade do reino. Vale ressaltar que o termo foi utilizado por Horrox em seu debate.

¹⁴⁴ CASTOR. *The King, The Crown and the Duchy of Lancaster* ... op. cit. pp. 5-6.

¹⁴⁵ CARPENTER. *The Wars of the Roses* ... op. cit. p. 40.

¹⁴⁶ HORROX. England: Kingship and Political Community ... op. cit. 226.

II, especialmente pela convivência do rei com os chamados “maus conselheiros”¹⁴⁷ ou aqueles que infligiam injustiças nas localidades que eram, de acordo com tais falas, oficiais régios (xerifes, guardiões de justiça, guardiões de florestas reais, guardiões de castelos, entre outros). Esses discursos sobre o rei foram inicialmente elaborados com grande força a partir do Parlamento de 1399, onde contém o *Record and Process* de deposição do monarca, onde vários perjúrios contra a Coroa e ao reino foram relatados.¹⁴⁸

No que diz respeito ao caso de Henrique VI, há dois discursos predominantes em torno de sua memória. Os provenientes dos Yorkistas naturalmente questionam a legitimidade Lancastriana do trono, e para isto salientam a própria usurpação de Henrique IV, o que seria o real direito dos Mortimer ao trono¹⁴⁹, e os atos que infringiam os privilégios de senhores do período: especialmente o caso do assassinato do arcebispo de York, Richard Scrope a mando de Henrique IV.¹⁵⁰ Assim como Ricardo II, destacam como Henrique VI era dominado por seus preferidos, que também infringiam atos contra a dignidade da Coroa e do reino. O caso destacado, é claro, era dos ataques desses preferidos do rei a Richard Plantageneta, duque de York. A incapacidade governativa de Henrique VI, as ameaças à Coroa e a dignidade do reino já eram suficientes para sua deposição, mas soma-se a isto a ideia de que era necessário a ilegitimidade da linhagem.

Por outro lado, há o segundo discurso, resultado da ascensão Tudor, que visava deslegitimar os Yorkistas. É claro que salientavam a usurpação de Eduardo IV e de Ricardo III, mas dirigiam a justificar a ineficácia de Henrique VI como soberano, e para isto destacavam que o rei era dedicado a atos religiosos. Sendo assim, para a própria legitimação, os Tudors utilizaram da santidade popular crescente de Henrique VI que emergiu no período como retórica de poder.

Apesar das deposições, preservava-se a ideia de que o ‘regime’ deveria ser mantido. No caso do reinado de Henrique VI, embora as revoltas e desordens no reino, a iminência de

¹⁴⁷ Ibidem. pp. 226-230.

¹⁴⁸ Vale considerar que boa parte das narrativas cronísticas e biográficas sobre o reinado de Ricardo II foram produzidas após a deposição do rei e, portanto, estão cercadas dos mesmos discursos que foram inicialmente produzidos no Parlamento de 1399 e consequentemente de aliados dos Lancastrianos. O que sabemos sobre a memória de Ricardo II é, portanto, resultado de fontes *post hoc*. E mais ainda, esses discursos criam a ideia de que Henrique IV usurpou o trono não por sua reivindicação do Ducado de Lancaster, ou ainda por vaidade pessoal, mas sim por defesa da Coroa e a ideia de que uma Coroa forte atendia o bem comum da comunidade política do reino.

¹⁴⁹ Richard Plantageneta, duque de York era herdeiro dos Mortimer, o que adicionava à sua reivindicação do trono elementos de legitimidade.

¹⁵⁰ C.f. MCKENNA, John W. Popular canonization as political propaganda: the cult of Archbishop Scrope. In: *Speculum*. Vol. 45, No. 4. Outubro, 1970. pp. 608-623

uma guerra civil e deposição de membros do Conselho régio, inicialmente mantinha-se a ideia de que Henrique deveria continuar no trono.

Outro ponto levantado por Horrox, é que parte considerável dos problemas da época era que os usurpadores tiveram que lidar com fantasmas. É o caso da sombra de Ricardo II. Inicialmente com conspiradores de seus apoiadores contra Henrique IV, e inclusive após a morte do rei deposto em 1400, os intensos boatos de norte ao sul do reino de que ele estava vivo, na Escócia, com intenções de retornar ao trono, boatos que permaneceram vivos até os levantes Lollardistas durante o reinado de Henrique V.¹⁵¹ O mesmo ocorreu com Eduardo IV, com a sobra dos levantes em favor de Henrique VI, que por fim resultaram na morte do último. Mas, além disso os Yorkistas tiveram que lidar com a crescente santidade popular do último rei Lancaster.

Por trás do problema das deposições estava o faccionalismo político. Desde as últimas décadas do século XIV a alta nobreza inglesa estava cercada de facções, algumas aliadas ao rei, outros aos grandes magnatas, especialmente os duques de sangue real, isto é, membros da nobreza que eram parte da família real. A ascensão de Henrique IV em 1399 demonstrava com clareza o funcionamento desse faccionalismo e a vitória de uma facção. Não significa que o faccionalismo tenha se encerrado com a ascensão Lancastriana, ele, na verdade, se fortaleceu ao longo dos anos em que a dinastia esteve no trono. Pouco se diferenciava do faccionalismo que emergiu a partir do século XIV. Pois, as bases para a oposição do rei mantinham-se ainda entre membros da família real. Além disso, consenso e reciprocidade são temas importantes, principalmente quando analisamos as ligações entre o rei e a nobreza, como ainda a própria *gentry*. O rei uma forma possível de alcance da ordem política, não só pela obediência, mas também pelo seu papel como árbitro. “O rei era o único homem que podia impor a resolução de disputas aos grandes homens do reino, não tanto porque tinha músculos para fazer cumprir seus julgamentos, mas porque sua autoridade como rei significava que a submissão a ele não implicava perda de prestígio.”¹⁵²

O problema que reside aqui está no que foi apontado antes da dificuldade de estabelecer uma linha divisória entre o que é público e privado, portanto, a autoridade régia estava condicionada aos vínculos pessoais do rei com a comunidade política. A administração, no entanto, estava mais preocupada com o registro e disseminação do poder do

¹⁵¹ HORROX. England: Kingship and Political Community ... op. cit. 230.

¹⁵² Ibidem. p. 233. “The king was the one man who could impose dispute resolution on the great men of the realm, not so much because he had the muscle to enforce his judgements as because his authority as king meant that submission to him entailed no loss of face.” **(Tradução Livre)**

rei do que com a força dos desejos régios.¹⁵³ Quando o rei necessitava de algo ele pedia a seus súditos que agissem em sua causa e por diversas razões ele era obedecido. Isto não significa que tal obediência era sempre conquistada. Havia limites para tal. Os súditos conseguiam distinguir entre o rei e seus agentes. O comando que vem de um conselheiro em nome do rei diferia do comando régio direto, e mais difícil de ser obedecido em certas questões. O poder régio era pessoal ao invés de institucional.¹⁵⁴

¹⁵³ Ibidem. pp. 232-233.

¹⁵⁴ Ibidem. p. 233.

CAPÍTULO II

“PARA QUE NÃO TENHAM O LAVOR DE REUNIR HISTÓRIAS DO PASSADO”

O TEMPO, O PASSADO E A MEMÓRIA.

Em vista da compreensão das bases políticas da produção de memória, cabe agora uma análise dos elementos culturais e eruditos que permeavam a sociedade inglesa, que nos mostram como a memória era organizada, estruturada e formada por diversos vetores. As principais fontes neste estudo são as crônicas, obras privilegiadas para a construção de memória acerca do reino. Entretanto, vale considerar que a memória não se restringe a esta categoria de documentação. Ela estava presente também em poemas, canções, e na produção da administração régia.

Assim como outras sociedades, o medievo também dava grande atenção ao passado¹⁵⁵. Nesse período observamos uma intensa produção, em toda a Europa, de textos históricos, intensificados nos séculos centrais da Idade Média — por grande influência das universidades — e se expandindo para capturar ideais e projetos políticos, empreendidos pelos poderes da época. O passado servia como uma forma de garantir uma ligação entre a comunidade: um passado comum, produzindo relações de pertencimento, projetando uma identidade. É por isso que as monarquias baixo-medievais, em certos casos, financiavam cronistas, incentivavam as cronologias e genealogias, de modo a criar uma intrínseca ligação entre a figura do monarca e a imagem do *Reino*.

Ao longo deste capítulo, irei me dedicar a algumas questões conceituais, e perceber como o jogo político debatido no capítulo anterior influenciava a produção de memória sobre os reis Lancastrianos através das crônicas.

¹⁵⁵ C.f. INNES, Matthew. Introduction: using the past, interpreting the present, influencing the future. In: HEN, Yitzhak; INNES, Matthew. (Orgs). *Using the past in the early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

2.1. TEMPO E MEMÓRIA NA PRODUÇÃO

ESCRITA BAIXO-MEDIEVAL INGLESA

Matthew Innes propõe uma colocação: o passado produzia uma sensação de “*usness*”, fomentando sentimentos identitários¹⁵⁶. Corrobora com essa ideia certos elementos contextuais da Idade Média inglesa, como que logo após a Conquista Normanda de 1066 se intensificou a produção de textos históricos a fim de sanar a “falta” de continuação histórica ocasionada pela ascensão de Guilherme I¹⁵⁷. Também, porque no final da Idade Média reis utilizavam o passado para fins legitimatórios, como Henrique IV, que reivindicou sua genealogia sendo herdeiro de Henrique III, estabelecendo uma conexão temporal de modo a alcançar seus objetivos de legitimação dinástica e conjuntamente estabelecer uma ligação entre a imagem régia e a imagem do reino. Corrobora ainda, como a crise política ocasionada pela Guerra das Rosas na segunda metade do século XV produziu uma nova forma de escrita cronística, onde os grandes tomos de história universal são deixados de lado para abrir espaço às narrativas sucintas e de personagens específicos do reino, tornando a história maleável e mais fácil de ser ressignificada.

Dizer, no entanto, que o passado possui importância nos diversos aspectos da vida na Idade Média é insuficiente para compreender a dinâmica social e cultural do período. Por esta razão que diversos acadêmicos se dedicaram há muito ao problema do tempo, e às questões provenientes do conceito de *tempo histórico*. Passado, presente e futuro são assuntos correlatos e que influenciam a maneira como uma determinada sociedade produz representações temporais. O modo como o Ocidente atualmente representa o tempo – em seu aspecto cultural – carrega certas similaridades com a Idade Média, mas há diferenças. Por isto, alguns intelectuais defendem a alteridade no momento de considerarmos as representações do tempo de acordo com cada sociedade¹⁵⁸.

Vale considerar que a análise do tempo inteiramente “natural” se desprende de questões totalmente sociais e culturais. O tempo está presente no cotidiano das sociedades, nas concepções vitais dos homens. “O tempo do relógio ao mesmo tempo se inspira na regularidade da natureza e a substitui na organização da sociedade”¹⁵⁹. A problemática, se

¹⁵⁶ Ibidem. p. 1.

¹⁵⁷ BARTLETT. *England under the Norman ...* op. cit. p. 619.

¹⁵⁸ C.f LE GOFF, Jacques. Tempo. In: LE GOFF, Jacques ; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol. 2. Bauru: EDUSC, 2002. pp. 531-541.

¹⁵⁹ REIS, José Carlos. *Teoria e História: Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 26.

considerarmos o tempo histórico, ainda é notável, e ponderar o tempo apenas pela natureza é insuficiente. Historiadores, como Koselleck¹⁶⁰ buscam perceber o tempo para além do natural. O *tempo histórico* é uma construção social e cultural em que o que é experimentado num passado concreto é ressignificado no presente, lançando possibilidades ao futuro. Acumulação, apropriação e ressignificação são questões que interagem juntas nas representações temporais¹⁶¹. O tempo histórico seria, assim, associado a uma ação social, política, de indivíduos concretos, às atividades e consequências de suas instituições. Justamente por isso que haveria não apenas um único tempo, mas sim múltiplos tempos históricos, sobrepostos uns aos outros¹⁶².

“Todos os testemunhos atestam a maneira como a experiência do passado foi elaborada em uma situação concreta, assim como a maneira pela qual expectativas, esperanças e prognósticos foram trazidos à superfície da linguagem”¹⁶³. O que Koselleck propõe com esta passagem, é entender que o passado não está isolado, mas sim, possui relações de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro. O autor observa que um acontecimento histórico, passado, pode ser tomado por um indivíduo, tornando-se contemporâneo a ele, com representações que não necessariamente são próprias do passado¹⁶⁴. É também nesse sentido que o pretérito ganhará uma relação com a dimensão do futuro, pois a expectativa é um elemento importante nas sociedades, e está ligada em como entendemos o passado.

Alguns historiadores já se debruçaram no problema da delimitação, talvez mais difícil, entre passado e presente, que é, na realidade um problema de operação histórica. A definição de presente, por exemplo, é ligada a projetos ideológicos distintos de acordo com cada sociedade e o defrontar-se com o peso de um passado complexo¹⁶⁵. Não se limita a um ponto ou instante. Marc Bloch, por exemplo, pontuou que convencionamos com frequência que o presente é um passado recente¹⁶⁶. Apesar disso, não encerra os problemas correntes em torno do que é essa delimitação temporal, definir em que ponto esse passado torna-se recente.

¹⁶⁰ C.f. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁶¹ Ibidem. p. 13.

¹⁶² Ibidem. p. 14.

¹⁶³ Ibidem. p. 15.

¹⁶⁴ Ibidem. p. 22.

¹⁶⁵ LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. In: *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990., pp. 203-204.

¹⁶⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 60.

Tomando em compreensão o medievo, essa época carrega em suas representações temporais uma perspectiva religiosa, presente em todos os aspectos da vida cotidiana, na relação dos homens com Deus, e com as formas sociais e políticas, do senhor e senhorio, por exemplo¹⁶⁷. Esse tempo foi transformado pelo cristianismo, regulado pelas novas datas e comemorações do calendário cristão, uma das expressões sociais e culturais do tempo. “(...) no final da Idade Média, o passado é apreendido cada vez mais através do tempo das crônicas, dos processos de datação e medição do tempo, marcado pelos relógios mecânicos”¹⁶⁸. Neste processo, se insere um conjunto de atividades profissionais e sociais, políticas e religiosas. Essa relação com o tempo e as dimensões temporais esteve presente nos artistas, letrados e demonstravam uma atenção privilegiada ao passado, todavia direcionando suas preocupações para com o futuro, na perspectiva de um tempo mítico do Paraíso Celeste, ou ainda o momento da salvação, ou danação¹⁶⁹.

Precisamente porque narrar não é “contar as coisas como elas realmente eram”, mas envolve organizá-las para se adequar a um esquema preconcebido, o estudo da narrativa nos leva além dos autores individuais e nos convida a relacioná-los com o mundo cultural mais amplo em que trabalharam. Quando os indivíduos tentam montar uma história coerente sobre o passado, eles o fazem baseando-se em padrões e expectativas¹⁷⁰.

Recuperar o passado significa a instrumentalização mais ampliada da instância da memória, especialmente a memória coletiva. O modo como os indivíduos partilhavam diversas memórias, de contextos diversos, mobilizando elementos do passado¹⁷¹. Sobre tudo porque, apesar do lugar-comum que considera que a memória pertence ao passado e que a ação dos homens no presente é apenas sua rememoração original, o que ocorre na realidade é que a memória pertence ao presente, na medida que esse passado e por consequência a

¹⁶⁷ LE GOFF. Tempo... op. cit. p.531.

¹⁶⁸ LE GOFF. Passado/Presente ... op. cit. p. 218.

¹⁶⁹ Ibidem. pp. 216-217.

¹⁷⁰ INNES. Introduction ... op. cit, p. 5. “Precisely because narrating is not ‘telling things as they really were’, but involves organizing them to fit a preconceived scheme, the study of narrative takes us beyond individual authors and invites us to relate them to the wider cultural world in which they worked. When individuals try to put together a coherent story about the past, they do so by drawing on standard patterns and expectations.”
(Tradução Livre)

¹⁷¹ Ibidem. p. 6.

construção da memória ocorre sob as necessidades do presente, seus incentivos e também suas condições para serem efetivadas.¹⁷²

Se o tempo, e sobretudo o tempo histórico como vimos anteriormente através de Koselleck, não é somente um tempo natural, mas sim uma construção e expressão social, como a memória é concebida em relação ao tempo também é importante. É claro de alguns cientistas sociais se dedicaram a essa questão. Ricoeur¹⁷³, por exemplo, ao analisar a relação entre a filosofia socrática e a memória, pontuou duas formas distintas de conceber essa noção de memória: Platão através da ideia de representação mental de uma coisa ausente¹⁷⁴, e a visão aristotélica da memória sendo do passado¹⁷⁵. Se acreditamos nela como representação do passado isso requer entender por quais maneiras ela assim o faz. Não só como a memória representa o passado, mas também a crença comum num determinado “presente” em que algo forjado no passado precisa ser resgatado. Com isto a ideia de que a memória necessita ser recuperada e transmitida integralmente ou mesmo de forma original¹⁷⁶. Isto põe o problema dos usos e abusos da memória, não somente sua recuperação. A memória pode ser manipulada em função de uma identidade individual, coletiva, ligada diretamente com as ideologias reinantes¹⁷⁷.

Essa necessidade, ou ainda, o almejo da recuperação temporal, revela o passado ligado ao “signo da ausência”. Ricoeur observa também que desde os filósofos clássicos essa relação entre presença e ausência já era existente, mas são somadas ainda à questão da lembrança, rememoração ou também à *anamnesis*¹⁷⁸. Aqui entra um problema em torno de uma espécie de “dever da memória”. Uma recordação necessária e a obrigação de não esquecer algo. Por isto, o esquecimento é pensando, não só por Ricoeur, mas por um número abrangente de acadêmicos, como parte importante da esfera da memória. A busca pela

¹⁷² MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, Nº 34, 1992. p. 11.

¹⁷³ RICOEUR. Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Preocupado em elaborar uma fenomenologia da memória, o filósofo lança tal estruturação de acordo com duas perguntas – “de que há lembrança?” e “de quem é a memória?”. São perguntas fundamentais presentes na herança da fenomenologia husserliana, em que toda consciência é consciência de algo. No entanto, há segundo Ricoeur uma tendência em privilegiar a pergunta “o que?” antes de “quem?” em despeito da tradição filosófica cuja tendência é prevalecer um lado egológico da memória. Segundo Ricoeur a passagem da pergunta “o que?” para “quem?” será retardada pelo desdobramento da primeira pergunta que toma um lado cognitivo e um lado pragmático. Para isso segundo o autor é necessário compreender a história das palavras. *Mnèmè e Anamnèsis* (ter a lembrança e buscar a lembrança respectivamente). C.f. pp. 23-24.

¹⁷⁴ C.f. Ibidem. p. 27

¹⁷⁵ C.f. Ibidem. p. 34.

¹⁷⁶ MENESES. A História, cativa da memória? ... op. cit. p. 10.

¹⁷⁷ RICOEUR. *A memória, a história, o esquecimento* ... op. cit. p. 95.

¹⁷⁸ Ibidem. p. 45.

recordação teria como finalidade a luta contra o esquecimento. O dever da memória seria o dever de não esquecer¹⁷⁹. O problema que aqui reside, é que a memória não se afasta do tempo e espaço em que ela é recuperada, e por consequência apropriada, ressignificada ou transformada, já que o presente tem o papel de inverter certos elementos e sentidos do passado.

Ulpiano de Meneses propõe entender que a memória é gerida, em seu conteúdo e suporte. O conteúdo, neste autor, é pensado sob a ideologia e o suporte, no sentido que a memória se faz presente na linguagem, corpo, cerimônias e é claro, objetos materiais¹⁸⁰. A memória nesta perspectiva seria uma construção social, assim como o tempo também é uma construção social, e que não se afasta da identidade individual ou coletiva¹⁸¹. Complementa-se a isso os lugares¹⁸² por onde a memória é produzida e também por onde ela pode ser manipulada. O que nos interessa aqui é como a memória pode ser articulada. Também pouco interessa se algo que é lembrado é real ou irreal.

Esses lugares da memória, segundo Nora, podem assumir tanto o aspecto material e simbólico:

Um lugar puramente funcional, como um livro didático, um testamento, uma associação de ex-combatentes, só se enquadra na categoria se for objeto de um ritual. Um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de um significado simbólico, é tanto o recorte material de uma unidade temporal quanto serve, periodicamente, para uma convocação concentrada à memória. Os três aspectos sempre coexistem. É um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? Este é o material para seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante tanto a cristalização da memória quanto sua transmissão; mas simbólico por definição, uma vez que caracteriza por um acontecimento ou experiência vivida por um pequeno número de uma maioria que não participou deles¹⁸³.

¹⁷⁹ Ibidem. p. 48.

¹⁸⁰ MENESES. A História, cativa da memória? ... op. cit. p. 19.

¹⁸¹ Ibidem. p. 22.

¹⁸² NORA, Pierre. *Los lugares de la memoria*. Montevideo, Ediciones Trilce, 2008.

¹⁸³ Ibidem. p. 33. Un lugar puramente funcional, como un libro didáctico, un testamento, una asociación de ex combatientes solo entra en la categoría si es objeto de un ritual. Un minuto de silencio, que parece el ejemplo extremo de una significación simbólica, es a la vez el recorte material de una unidad temporal y sirve, periódicamente, para una convocatoria concentrada del recuerdo. Los tres aspectos siempre coexisten. ¿Es acaso un lugar de memoria tan abstracto como la noción de generación? Esta es material por su contenido demográfico; funcional por hipótesis, dado que asegura a la vez la cristalización del recuerdo y su transmisión; pero simbólica por definición, pues caracteriza mediante un acontecimiento o experiencia vividos por un pequeño número a una mayoría que no participó de ellos.” **(Tradução Livre)**

Na Inglaterra medieval, para além de objetos materiais, onde o próprio texto em sua materialidade poderíamos considerar, instituições podem ser um lugar de memória. No Parlamento, por exemplo, observamos esse entrelaçamento do lugar material ou mesmo o espaço onde ocorriam os encontros com magnatas e comuns, como ainda a dimensão simbólica que lhe é dado. O Parlamento é projetado como um espaço de representação dos grupos sociais do reino. Acaba sendo um lugar simbólico também pelos discursos expostos nele e pela memória transportada para textos, crônicas, romances, poesias, entre outros.

Para Nora, o que caracteriza um lugar de memória é a interação entre memória e história. Tal interação é feita quando algum objeto possui capacidade de virtualmente ser digno de recordação. Essa interação é dada também a partir do que se quer lembrar. Não havendo a intenção de memória, os lugares de memória são também lugares de história¹⁸⁴. A partir da compreensão dessas interações, é possível delimitar o campo, repertório e variedades¹⁸⁵.

A Idade Média herdou dos filósofos clássicos algumas noções em torno da memória. Os gregos, por exemplo, que observavam na memória uma técnica de educação que proporcionava a memorização de textos e grandes epopeias, incentivaram a forma como os medievais também produziram técnicas mnemônicas próprias¹⁸⁶, sob influência da filosofia neo-aristotélica, como vista em Tomás de Aquino¹⁸⁷. Essa tradição aristotélica pregava que a memória ocupa um lugar central na cognição humana. Seria parte da alma, no qual a imaginação pertence, isto é, todas as coisas imagináveis são objetos da memória¹⁸⁸. Ainda, nesse aristotelismo segundo às ideias de Aquino, os humanos seriam capazes de armazenar imagens sensoriais de certos objetos, mas também recordações de conceitos oriundos dessas imagens mentais¹⁸⁹.

A memória na Idade Média significava uma “memória educada”¹⁹⁰ e disciplinada conforme à pedagogia bem desenvolvida que considerava parte dos elementos da linguagem,

¹⁸⁴ Ibidem. pp. 33-34.

¹⁸⁵ Ibidem. p. 35.

¹⁸⁶ Autores como Mary Carruthers e Patrick Geary datam que a partir do século XI que as novas técnicas mnemônicas começaram a ser desenvolvidas de forma complexa. Baseadas principalmente na filosofia clássica grega e também na retórica romana, cujo conhecimento provinha de *De oratore* de Cícero, da *Institutio oratoria* de Quintiliano e do anônimo *Ad Herennium*. C.f. GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol. 2. Bauru: EDUSC, 2002. p. 175.

¹⁸⁷ CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory: A study of memory in Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 15.

¹⁸⁸ GEARY. Memória... op. cit. p. 178.

¹⁸⁹ Ibidem. p. 179.

¹⁹⁰ CARRUTHERS. *The Book of Memory ... op. cit.* p. 9.

como a gramática, lógica e retórica. Dessa forma, esse sistema possibilitava separar o material que deveria ser lembrado em pequenas partes, e a reconstrução dessas unidades de forma rígida¹⁹¹. “*Memoria* era uma força criativa, a maior ‘modalidade’ ou ‘condicionador’ da cultura europeia medieval”¹⁹².

O clero medieval era um dos grupos principais responsáveis pela memória, com destaque ao clero regular, era uma “obrigação” a comemoração do passado e assim também selecionar o que deveria ser lembrado¹⁹³. O cristianismo transformou a memória, considerando que essa religião é por si só uma religião da memória. A memória foi cristianizada, assim como o ato de produzi-la mesmo com a repartição entre uma memória litúrgica e uma memória laica (em ascendência da Idade Média Central à Baixa Idade Média). Desenvolve-se uma memória dos mortos, com destaque a dos santos, a memória régia (inclusive com o alcance das técnicas de memória aos laicos), além do papel importante da memória no ensino que articulava o oral e escrito, resultado também dos tratados de mnemônica¹⁹⁴.

Os livros, que ganharam destaque no final da Idade Média tiveram papel fundamental na construção da memória. A palavra escrita, era um processo essencial da memória, pois o texto, assim como imagens, sumários, bordas, as iluminuras, entre outros, eram auxílios mnemônicos. A memória no medievo pressupõe uma espécie de arquitetura mnemônica. Todavia, apesar dessa memória educada estar presente em livros, ela era comumente entregue à audiência oralmente¹⁹⁵. O texto escrito não se sobrepõe à oralidade, eles se relacionam e caminham juntos¹⁹⁶.

Se o texto ocupa um papel importante na preservação da memória, sem deixar de lado que o texto era entregue sob a forma oral, vale pensar a relação que os medievais tinham com a história, e a história como forma de preservação da memória¹⁹⁷.

¹⁹¹ Ibidem. p. 8.

¹⁹² Ibidem. p. 260. “*Memoria* was the creative force, a major “modality” or “conditioner” of medieval European culture”. **(Tradução Livre)**

¹⁹³ GEARY. Memória ... op. cit. p. 168.

¹⁹⁴ LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990. pp. 443-444.

¹⁹⁵ Um exemplo interessante, Georges Duby salientou na biografia de Guilherme Marechal que a *Gesta* produzida sobre o lorde inglês no século XIII, apesar de escrita, tinha a intensão de ser lida em voz alta, para um público considerável, e os gestos como presentes no texto escrito trariam na mente – ao ser lido – a memória ou melhor, a presentificação ao recipiente daquele que é lembrado. C.f. DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro. Edição Graal, 1987.

¹⁹⁶ CARRUTHERS. *The Book of Memory* ... op. cit. p.

¹⁹⁷ O leitor provavelmente percebeu que utilizei o substantivo história com letra minúscula, quando comumente os historiadores utilizam História como referência à ciência. A razão disto é porque o conceito de História como

Na Idade Média textos históricos apareciam em narrativas de características diversas: crônicas, biografias, tratados políticos, espelhos de príncipes, documentação administrativa, poemas, canções, entre outros num enorme universo cultural. História dos feitos guerreiros, santos, abades, além da própria prática de registrar arquivos e sua preservação (como nos documentos de Estado) e as narrativas contemporâneas¹⁹⁸. Para os medievais, “o que” definia a história se confunde com “quem” define a história e por quais razões. A Idade Média herdou dos romanos uma definição de história que carregava conotações éticas e temporais, isso teve ecos em autores como Isidoro de Servilha e que teve influência em Beda na *História Eclesiástica do Povo Inglês*.¹⁹⁹ As crônicas, por exemplo, eram apenas um dos instrumentos privilegiados de construção e preservação da memória. Essa memória é construída e instrumentalizada em lugares distintos, que por vezes acabam tornando-se influências para a memória construída nas crônicas.

Citei acima que o Parlamento é um lugar de memória: discursos que remetem a um passado bíblico são expostos muitas vezes nessa assembleia através de sermões como forma de produzir memória, ligada ao *Rei* e *Reino*. Também, como citei brevemente no primeiro capítulo desta Tese, os *Rolls* da chancelaria e tesouro eram formas de preservar a memória, especialmente quando nos deparamos com garantias e privilégios confirmados pela Coroa e que acompanham muitas vezes a citação da garantia anterior, preservada na memória e que deve ser confirmada. Essa memória também pressupõe aspectos moralizantes, isto significa que tanto no Parlamento, quando nas documentações dos escritórios de Estado discursos legitimatórios são elaborados de modo a produzir memória.

O título deste capítulo “*Para que não tenham o labor de reunir histórias do passado*” é uma paráfrase de um momento que o cronista John Capgrave afirma que suas intenções de escrever *The Chronicle of England* eram uma forma de auxiliar gerações no estudo do passado.

É algo divulgado nesta terra, da possibilidade de eu estar ocupado com a escrita, especialmente para reunir coleções e exposições de domínio sobre as Escrituras. E que foram descartados em livros diversos, meu trabalho era

conhecemos foi forjado somente no século XVIII, como resultado das reflexões iluministas. C.f. KOSELLECK. *Futuro Passado* ... op. cit. p. 16.

¹⁹⁸ JAHNER, Jenifer, STEINER, Emily; TYLER, Elizabeth M. General Introduction. In: JAHNER, Jenifer, STEINER, Emily; TYLER, Elizabeth M. (Orgs.) *Medieval Historical Writing*. Britain and Ireland, 500-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. p. 1.

¹⁹⁹ Ibidem. p. 2.

trazê-las para um corpo, para que não tenham grande trabalho no processo de suas buscas.²⁰⁰

Capgrave era frade agostiniano em Bishop's Lynn, cidade (*town*) na região de Norfolk pertencente ao bispo de Norwich e na qual conta com diversas casas religiosas. Como parte do clero regular, era normal que Capgrave se dedicasse à escrita de textos históricos com o viés de preservação da memória. Sua obra é interessante, pois trata-se de uma das poucas narrativas de “história do mundo” escritas na Inglaterra no final do século XV, contexto já da Guerra das Rosas. A relação entre história e memória em Capgrave, isto é, a maneira como o cronista narra o passado é revelada pela relação de autoridade que o mesmo possui com autores “clássicos”. A cronologia de organização da obra em Idades tem influências de Beda, as narrativas bíblicas são resgatas não só para contar uma história bíblica, mas também para criar relação entre um passado recente, uma “história contemporânea” e para legitimar certas escolhas políticas. A crônica se liga a um espectro maior da tradição cronística inglesa do final do século XV onde as obras poderiam ser escritas segundo à relação de lealdade entre o autor e os poderes centrais e locais.

Com o alcance da literacia a um grupo social mais amplo no final da Idade Média, e sobretudo no século XV, o domínio da memória deixa de ser centralizado no clero. Isto significa que indivíduos laicos, sobretudo das oligarquias urbanas têm interesse na memória. Não é a memória como a feita antes nos monastérios. Esses homens recuperam o passado e o ressignificam conforme os objetivos políticos e também financeiros de seu grupo social. Os mercadores de Londres, por exemplo, passaram a ter interesse na produção cronística, que além de exaltar a identidade cidadina, também revela que a história e a memória eram recuperadas conforme instâncias específicas e de grupos particulares. Condiçionavam a memória também à reformulação, por exemplo, o soldado aposentado e servidor dos condes de Northumberland John Hardyng, que escrevera uma primeira versão de sua crônica para o rei Henrique VI de Lancaster. Após as contendas na Inglaterra e deposição deste monarca, o autor editou sua obra para atender aos interesses Yorkistas.

Outro tema interessante é o apoio a essa memória construída por indivíduos distintos. O primeiro ponto importante é a distinção entre o que é produzindo nas casas religiosas e no

²⁰⁰ TCE. p. 1. ““It is somewhat divulgid in this lond, that I have aftir my passibilite be occupied in wryting, specially to gader eld exposiciones upon Scripture into o collecion; and thoo that were disparplied in many sundry bokis, my laboure was to bringe hem into a body, that thei which schal com aftir schal not have so mech laboure in sekynge of her processe.”

ambiente laico. Comumente crônicas feitas por clérigos fazem uma conexão entre a história do reino e uma história bíblica com início na Criação. Esses autores tinham apoio, é claro, em Beda que dividiu o mundo em Idades, mas que teve influências diretas na divisão temporal como em Santo Agostinho. O tempo é construído com referências a um tempo mítico-religioso. Os reis, que tinham protagonismo em grande parte dos textos históricos e sobretudo nas crônicas, têm suas narrativas ligadas aos desdobramentos de um passado bíblico: narrativas de personagens bíblicos são chamadas à história dos reis de modo a criar relações ou até mesmo uma rememoração, ou melhor, presentificação de um acontecimento passado no presente; também, a ligação entre as genealogias dos reis com reis bíblicos, um *topos* em todas as Coroas do Ocidente Medieval.

Afirmar, porém, que apenas o passado bíblico é trazido à memória seria um erro, também acreditar que ele era utilizado somente por clérigos, e principalmente o clero regular. Textos históricos produzidos no âmbito laico também utilizavam como base o texto bíblico, e isto é presente em todos os momentos, inclusive na associação entre o rei e personagens ou eventos das escrituras. As obras elaboradas no meio laico, costumam associar essa história do reino com um passado mítico, de figuras mitológicas: Brutus de Troia é o principal. A crônica em prosa *The Brut*, escrita a partir do século XIII, mas com proliferação de manuscritos que consideravam um passado recente no século XV, ligavam a história da Inglaterra com o Brutus de Troia. O mesmo foi efetuado por John Hardyng, que apesar de também utilizar uma narrativa da Criação, os relatos de Brutus eram os protagonistas.

Estes pontos demonstram que a memória é uma construção e os elementos que são trazidos para construir a memória, os vetores dessa memória são reunidos conforme às intenções e às necessidades do presente. Entender isto é compreender que a memória pode ser articulada. Também, ter em mente que essa memória se insere na coletividade, expressando identidades coletivas. A memória presente no texto escrito – que era no final da Idade Média um dos meios privilegiados de sua preservação – é fruto das relações sociais coletivas estabelecidas pelos indivíduos.²⁰¹ Portanto ela é formulada através da observação das experiências, individuais ou partilhadas com outros indivíduos, a nós mesmos e àqueles a nossa volta.²⁰² “Assim, pode-se estudar a memória social considerando-a como um processo

²⁰¹ FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Social Memory*. Oxford: Blackwell Publishes. 1992. pp. 9-10.

²⁰² Ibidem. p. 7.

que permite à sociedade renovar e reformar sua compreensão do passado a fim de integrá-lo em sua identidade presente”.²⁰³

Apesar de haver uma memória que comumente observamos nos textos, ela é apenas um exemplo dentre as diversas possibilidades. Os medievais tinham uma grande preocupação com a “verdade”. O ato de lembrar o passado significa um passado que na ideologia reinante é o verdadeiro. Em quase toda a Europa autores já se preocupavam em suas crônicas com essa verdade. Jean Froissat ao narrar sobre a Inglaterra, assim como Fernão Lopes em Portugal. Também na Inglaterra do século XIV, Ranulf Hidgen em sua *Polychronicon* demonstrando suas intenções em mostrar a verdade.²⁰⁴ A definição de verdade presente nos cronistas está pautada, primeiro, por disputas ideológicas.

Segundo Michel Pollak,²⁰⁵ as disputas acontecem entre aquela memória considerada subterrânea e uma memória coletiva “nacional”, por vezes oficial.²⁰⁶ Se pensarmos na Era Lancastriana, um ponto importante são as transformações, apropriações e clivagens ligadas à memória da dinastia. Essa relação se torna mais aparente nos contextos de insurreição políticas (as rebeliões contra Henrique IV e a insurreição Lollardista contra Henrique V) e na Guerra das Rosas, quando há um colapso do *kingship* Lancastriano. Ainda na perspectiva de Pollak, tais clivagens na memória são relacionadas a um silêncio do passado, e nisto entra o que uma sociedade define como e o que deve ser lembrado, assim como aquilo que deve permanecer em silêncio.²⁰⁷

Por estar em oposição a uma memória “nacional”, a memória subterrânea é transmitida no meio familiar, associações, redes de sociabilidade afetivas ou políticas. São transmitidas muitas vezes informalmente, portanto, em alguns casos há zonas de sombra, silêncios e “não-ditos”. Todavia, o interessante é que essas memórias subterrâneas possuem a capacidade de vivacidade por um longo período.²⁰⁸ Apesar de os tratadistas Lancastrianos terem formulado uma retórica de poder que criava uma memória positiva dos Lancastrianos, com a ascensão de Henrique IV e as vitórias de Henrique V, isto não significa que esta tenha sido a memória reinante durante o longo século XV. Na verdade, especialmente em um

²⁰³ GEARY. Memória ... op. cit. p. 167.

²⁰⁴ GIVEN-WILSON, Chris. *Chronicles*. The writing of History in Medieval England. Londres: Hambleden and London, 2004. p. 1.

²⁰⁵ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 2, n.3, 1989, pp. 3-15.

²⁰⁶ Ibidem, p. 5.

²⁰⁷ Ibidem, p. 6.

²⁰⁸ Idem, p. 8.

período como o dos York se produziu grandemente uma memória que buscava deslegitimar reis como Henrique IV e Henrique VI. Para isto, recuperavam discursos, ou melhor, memórias que tentaram ser apagadas pela dinastia Lancaster no momento de sua ascensão: da usurpação, da tirania e a deslegitimidade sanguínea dos Lancaster.

Existe um processo que Pollak chama, com base em Henry Russo, de “enquadramento da memória”, que é mais específico na memória coletiva. Essa memória enquadrada necessita de atores profissionalizantes,²⁰⁹ no caso da Idade Média, os cronistas são alguns desses atores que tentam delimitar o que deve ser lembrado e esquecido. Ainda, o controle dessa memória será feito conforme o acesso que esses enquadreadores têm de materiais que servem como linha de força para a construção da memória. Para Pollak, fora os momentos de crise, é difícil capturar essas memórias subterrâneas.²¹⁰

2.2. AS NARRATIVAS CRONÍSTICAS

SOBRE OS REIS LANCASTRIANOS

De meados da Idade Média, e com mais clareza entre os séculos XIV e XV, o *Reino* é concebido como ‘espaço histórico’. Por esta razão, houve em associado o aumento da produção cronística ligada à relação entre reino e a história da monarquia. Logo, a memória produzida neste período conecta-se diretamente com a memória sobre os reis.

Todo o período medieval na Inglaterra foi profícuo para a produção histórica sobre o reino. Com destaque primordial para o protagonismo monacal. Essas fontes tinham um foco na narrativa sobre o reino, tendo em vista questões ligadas ao momento contemporâneo de suas compilações, sem deixar de lado a observação de um passado que é estruturante das relações do presente.

O que é uma crônica? Uma tentativa de definição, de forma alguma esgotada, foi efetuada por Chris Given-Wilson²¹¹. A palavra *crônica* designaria em seu sentido original o registro de eventos em ordem cronológica. No que concerne o medievo, esse material designa textos com caráter histórico, podendo ser relacionado com o passado (distante ou recente) e/ou um tempo coetâneo em que vive o cronista. Embora houvesse essa característica

²⁰⁹ Ibidem, pp. 9-10

²¹⁰ Ibidem, p. 12.

²¹¹ GIVEN-WILSON. *Chronicles...* op. cit.

cronológica, para Given-Wilson, os escritores medievais não viam seu trabalho como um “fazer historiográfico”. Tratava-se mais de uma escrita “ano após ano”.²¹²

Há outro problema: a questão da diferença entre história e crônica. De fato, esta é uma tarefa deveras complicada, tendo em vista que a História no medievo não era uma ciência, e seu fazer não necessariamente requisitava uma formação específica e métodos para produção historiográfica. Além disso, trabalhos de cunho histórico eram produzidos em formatos distintos: prosa e verso, narrativas eloquentes, e dentre estes, alguns podemos chamar de crônicas.

Desde o século XI, a Inglaterra foi um espaço importante de produção de textos históricos, grande parte feita por membros de monastérios que frequentavam por vezes as cortes régias, de barões e bispos. O monge Gervase de Canterbury por volta de 1200 tentava definir uma diferença entre historiador e cronista, entretanto ainda sem determinar uma linha distintiva suficiente: o historiador buscava fazer uma história do tempo com elegância, enquanto o cronista um simples relato sem grande compromisso com a verdade.

Um historiador tenta encantar seus leitores ou ouvintes, apresentando um relato atraente dos feitos, maneiras, e a vida das pessoas que escolheu descrever, dizendo a verdade, mas também mantendo o assunto. Um cronista tem menos ambições literárias: ele dá os anos A.D., registra os feitos de reis e governantes que ocorreram em cada ano e relata eventos, presságios e milagres²¹³.

Até o século XIV, as crônicas se caracterizavam por serem grandes tomos de história do mundo, que ligavam a narrativa do presente a um passado que se inicia na Criação e percorre as trajetórias bíblicas e ao tempo de Cristo. A partir do século XIV essas narrativas começam a reduzir. Não significa que a tradição cronística tenha cessado, aliás, ela permaneceu e foi fortalecida no final da Idade Média. Significa, na verdade, que a forma que o passado era trazido à memória estava se transformando. A razão para a ausência de muitas crônicas nesse período pode se dar a vários motivos. Segundo Given-Wilson, há cerca de cinquenta ou sessenta crônicas compostas entre meados do século XIII e meados do século

²¹² C.f. Ibidem. p. XIX.

²¹³ BARTLETT. *England under the Norman ...* op.cit., pp. 616-617. “A historian attempts to charm his readers or hearers by presenting an attractive account of the deeds, ways, and life of the people he has chosen to describe, telling the truth but also keeping to the subject. A chronicler has fewer literary ambitions: he gives the years AD, records the deeds of kings and rulers that occurred in each year, and reports events, portents, and miracles.” **(Tradução Livre)**

XV, que podem ser consideradas fontes excelentes para o estudo do período²¹⁴. Mapear, doravante, as obras perdidas tornou-se impossível. Soma-se a isto o problema da audiência. As *Chronica Maiora* de Matthew Paris e depois as *Chronica Maiora* de Thomas Walsingham, elaboradas no âmbito da Abadia de St. Albans, não eram conhecidas nesse período para fora dos circuitos da Abadia ou o meio clerical. Embora sejam obras interessantíssimas e analisadas por historiadores, no período de escrita, elas não tiveram o mesmo protagonismo que possuem atualmente na historiografia²¹⁵.

Apesar disso, em contextos de crises ou instabilidades políticas, a tradição cronística permaneceu viva. A Revolta Camponesa de 1381, a deposição de Ricardo II e ascensão de Henrique IV, as batalhas em meio a Guerra dos Cem Anos, de Crécy à Agincourt, a usurpação de Ricardo III no final do século XV, são eventos que encontraram caminhos de alcance aos cronistas. O que demonstra que a escrita histórica no final da Idade Média era muito além de relatos do passado, mas narrativas contemporâneas. O interesse por eventos historicamente próximos a estes homens, ou esse passado recente, se dá também pelos novos atores sociais que tinham alcance à memória. Os laicos ganharam destaque, e isto significa que nobres, oficiais régios, oficiais das cidades, mercadores, a *gentry*, agora atuavam na produção cronística e escreviam essas crônicas de modo a compor discursos que corroborassem com a observação do mundo que esses grupos detinham. Inclusive, o *Dinasticismo* do século XV foi um elemento decisivo no que lembrar e esquecer, e também em como lembrar.

Monges e frades pouco a pouco foram perdendo a proeminência na composição histórica. Não significa que as crônicas de origem monástica tenham tido fim, mas sim, que os séculos XIV e XV marcaram o encerramento do protagonismo e a redução da produção por parte do clero regular²¹⁶. Com os laicos que tinham agora interesse na produção cronística, e sobretudo aqueles que tinham acesso à Corte ou ao rei, a monarquia começa a ser representada como protagonista nos caminhos históricos do reino. Ditando, inclusive, através de preceitos ideológicos uma nova verdade à história do reino. Soma-se a isso o papel que o inglês e francês ganharam ao lado do latim.²¹⁷ As crônicas receberam, à vista disto, um tom

²¹⁴ GIVEN-WILSON. *Chronicles* ... op. cit. pp. XXI-XXII.

²¹⁵ Ibidem. p. XXI.

²¹⁶ GRANSDEN, Antonia. *History writing in England. vol. 2 c. 1307 to Early Sixteenth Century*. Londres: Routledge, 1996. pp. XI-XII.

²¹⁷ GALLOWAY, Andrew. Crisis and Nation in Fourteenth-Century English Chronicles. In: JAHNER, Jenifer, STEINER, Emily; TYLER, Elizabeth M. (Orgs.) *Medieval Historical Writing. Britain and Ireland, 500-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. p. 450.

político maior. Corroborando o papel importante e crescente da nobreza que também viu nas crônicas um caminho de expressão através do patronato.

A alusão ao passado foi, desta forma, um dos instrumentos mais comuns e necessários de legitimação política. Seus usos “historiográficos”, tornaram-se essenciais para favorecer uma consciência de comunidade política, além de proporcionar a vinculação dos indivíduos do reino a uma determinada dinastia ou projetos políticos enunciados pela monarquia. Promove-se uma coincidência entre a concepção política do reino e a concepção histórica de comunidade política a ele associada²¹⁸.

A proximidade com a Corte significava também escrever sobre homens importantes e nesse caso há a significativa atenção à história dos reis. A narrativa régia era como um instrumento rítmico, um tanto didático de percepção do tempo, dando noções de continuidade e sentido ao passado.

A história centrada no rei também ajudou os cronistas a esclarecerem o passado e torná-lo mais gerenciável, fornecendo um tipo de “grande tema” que lhes permitiu impor ordem sobre o que de outra forma teria parecido uma coleção bastante amorfa de eventos: os nascimentos, mortes e ressurgimentos e queda de rei sobre rei, a narração quase rítmica das linhagens genealógicas que uniam cada geração à seguinte e reiteravam que cada *cui successit* (‘que foi sucedido por’) a legitimidade do poder real, criou um fio biológico que manteve história junta e, assim, forneceram a continuidade social e política que permitiu ao presente se envolver diretamente e dar sentido ao passado²¹⁹.

Uma consequência principal, é que a história centrada na realeza acabou por retratar a imagem dos reis como uma personificação de seu povo²²⁰. Essa narrativa segue um ritmo similar às crônicas eclesiásticas sobre monastérios, que narram a história de um determinado

²¹⁸ SORIA, José Manuel Nieto. El Reino: La monarquía bajomedieval como articulación ideológico-jurídica de un espacio político. In: *Los espacios de poder en la España medieval: XII Semana de Estudios Medievales, Nájera*, 2002. p. 355.

²¹⁹ GIVEN-WILSON. *Chronicles ...* op. cit. p. 157. “King-centred history also helped chroniclers to clarify the past and make it more manageable, providing the sort of ‘grand theme’ which enabled them to impose order upon what would otherwise have seemed a rather amorphous collection of events: the births and deaths and rise and fall of king upon king, the almost rhyme narration of the genealogical blood-lines which coupled each generation to the next and reiterated which each *cui successit* (‘who was succeeded by’) the legitimacy of royal power, created a biological thread which held history together, and thereby provided the social and political continuity which enabled the present to engage directly with and make sense of the past.” (Tradução Livre)

²²⁰ Idem. p. 157.

mosteiro de acordo com cada abade. A história do rei, portanto, é demonstrativa da força ou fraqueza do reino. *O Rei é o Reino*.

2.2.1. AS CRÔNICAS ECLESIÁSTICAS

A Era Lancastriana também foi uma época produtiva para a escrita cronística em torno do reino, considerando a narrativa régia. Mapear, porém, a autoria de algumas crônicas é uma tarefa difícil. Essas obras sobre os reis Lancastrianos seguem o ritmo letrado da época, com um aumento de trabalhos provenientes do clero secular e laicos, mas sem perder a atuação de monges e frades. Por vezes frequentadores da corte e que utilizavam seus conhecimentos acerca do passado religioso com questões vivenciadas por eles. As narrativas produzidas na primeira metade do século XV eram majoritariamente escritas em latim. No entanto, a partir de meados do século, o inglês ganha cada vez mais proeminência.

Essas narrativas sobre os monarcas Lancaster são em grande parte obras de compilação da vida dos reis ingleses. Em certos momentos estes cronistas não narravam necessariamente a história monárquica, tendo um enfoque em questões gerais que ocorriam na Cristandade, como o Cisma da Igreja, acontecimentos políticos em reinos como “Espanha”, Portugal e França, as tensões políticas em meio ao Império, entre outros. A perspectiva cronológica característica dessas crônicas é pautada na delimitação temporal do monarca reinante.

Vejamos o quadro a baixo que mostra as principais crônicas sobre os reis lancastrianos produzida ao longo do século XV no meio eclesiástico.

Período	Autor	Obra
c. 1380 – 1420	Thomas Walsingham (St. Albans)	<i>The Chronica Maiora</i>
c. 1400 – 1422	Adam de Usk (Padre)	<i>Chronicon Adae Usk</i>
c. 1413 – 1416	Anônimo (Provavelmente Capelão régio)	<i>Gesta Henrici Quinti</i>
c. 1418	Thomas Elmham (Capelão régio)	<i>Liber Metricus de Henrico Quinto</i>
c. 1420 – 1430	Anônimo — Pseudo- Elmham (Provavelmente Capelão régio)	<i>Vita et Gesta Henrici Quinti</i>
c. 1440 – 1450	John Capgrave (Mosteiro de Santo Agostinho — Lynn)	<i>The Book of Illustrious Henries</i>
c. 1460 — c. 1464	John Capgrave (Mosteiro de Santo Agostinho — Lynn)	<i>The Chronicles of England</i>

Quadro I – Principais crônicas analisadas produzidas no meio eclesiástico sobre os reis Lancastrianos

Thomas Walsingham era um dos poucos cronistas que escreveram sobre os reis Lancastrianos no âmbito monacal. O fato de que sua narrativa termina no reinado de Henrique V, demonstra que a escrita cronística, como era efetuada até o início do século XV, não foi preservada nos reinados de Henrique VI, dos Yorkistas e Tudor. O monge beneditino de St. Albans, buscava reviver o florescimento de Matthew Paris²²¹, outro cronista da Abadia supracitada, que escreveu suas *Chronica Maiora* no século XIII. A obra de Paris seguia o lugar-comum de outros cronistas de seu tempo, uma história do mundo com início de suas narrativas na Criação. Isto teve impacto em Thomas Walsingham que nos séculos XIV e XV não fugiu à regra da memória educada surgida nos mosteiros.

²²¹ GRANSDEN. *Historical writing*. Vol. 2 ... op. cit. p. 118.

O conhecimento que a historiografia tem de St. Albans no século XIV são procedentes de Thomas Walsingham. Sua primeira obra de que há conhecimento foi o *Liber Benefactorum* que lista os bem feitores da Abadia, divididos entre os reis, rainhas, bispos, papas e outros laicos.²²² Sua *Gesta Abbatum Monasterii Sancti Albani* é uma das principais obras em que é possível entender as diversas dinâmicas e disputas políticas e senhoriais entre os citadinos e nobres da vila de St. Albans e os abades da região²²³. O cronista exerceu parte de seu sacerdócio em uma das principais células de St. Albans, na Abadia de Wymondham em Norfolk.

O interesse do cronista de St. Albans só ocorreu por volta de 1380, quando buscava reviver a tradição de Matthew Paris. As intenções de Walsingham residiam na continuação.

Ranulf Hidgen, o escritor da *Polychronicon*, cuja narrativa inicia-se com a Criação, mas com relatos privilegiados sobre os anos entre 1343 e 1377 influenciaram o Thomas Walsingham, mas o maior trabalho do cronista de St. Albans, as *Chronica Maiora*, embora tivessem fortes influências de Hidgen, foram elaboradas com claras intenções de ser uma continuação das *Chronica Maiora* de Matthew Paris. As narrativas das *Chronica* de Walsingham até o ano de 1377 não são de todo originais, mas sim a reunião de diversas tradições cronísticas. Somente neste ano que Walsingham passou a dedicar-se aos relatos de eventos contemporâneos.

As *Chronica Maiora* foram o produto de uma carreira monástica que durou mais de sessenta anos, até um terço dos quais Walsingham passou como presidente da chancelaria e do *scriptorium* do mosteiro. Mas não foi o único resultado de seus longos anos em St. Albans. Walsingham foi um escritor prolífico e sua crônica só pode ser devidamente compreendida quando colocada ao lado de muitas outras obras que ele compôs ou compilou²²⁴.

As *Chronica Maiora* são fruto de diversos anos do cronista dedicado ao sacerdócio e a vida “intelectual”. Também não é uma obra escrita de forma contínua. Até o ano de 1396, Walsingham conciliou a recuperação de narrativas antigas somadas a suas observações

²²² Ibidem. p. 123.

²²³ Ibidem. p. 118.

²²⁴ CLARK. James G. Introduction. In: *TCM*, p. 7. “The *Chronica Maiora* was the product of a monastic career which spanned more than sixty years, as much as a third of which Walsingham passed as the presiding officer of the monastery’s chancery and scriptorium. But it was not the only outcome of his long years at St Albans. Walsingham was a prolific writer and his chronicle can only be properly understood when set alongside the many other works that he is known to have composed or compiled.” **(Tradução Livre)**

contemporâneas. Em seu retorno da célula de Wymondham para a Abadia em St. Albans, seu interesse em história parece ter esfriado. Talvez os acontecimentos políticos do início do século XV tenham nutrido o retorno das intenções do autor em escrever história, pois até 1420 continuou seus relatos cronísticos. Em 1422, no contexto de sua morte, Walsingham ainda trabalhou em uma crônica menor, sobre os últimos anos de Henrique V, sem ter tempo, porém, de viver para narrar os anos de Henrique VI²²⁵.

Vejamos o quadro abaixo com as principais influências de Thomas Walsingham e estruturação das *Chronica Maiora*.

Período	Momento de Escrita	Obra e Autor de Referência.
1070 – 1253	—	Matthew Paris — <i>The Chronica Maiora</i>
1253 – 1307	c. 1380	William Rishanger — Continuação da <i>The Chronica Maiora</i>
1308 – 1343	c. 1380	Trowlowe, Blanford, Nicholas Trevet, Ranulf Hidgen — <i>Polycronicon</i> .
1343 – 1377	c. 1380	Continuação da <i>Polycronicon</i> de St. Albans.
1377 – 1396	c. 1380	Próprias narrativas do cronista
1396 – 1420	c. 1400 – 1420	Próprias narrativas do cronista.
1420 – 1422	c. 1422	Próprias narrativas do cronista.

Quadro II — Período de Produção e influências na escrita das *Chronica Maiora* de Thomas Walsingham

Os relatos de Walsingham são extremamente interessantes no que concerne à política da época. Os detalhados exemplos de privilégios, garantias, títulos, entre outros, dados a indivíduos e locais entre os anos de 1377 e 1422 sugerem que provavelmente o cronista tinha acesso à documentação dos escritórios de governo. O cronista de St. Albans também dá à luz de questões que em muitos casos não estão presentes nos *Rolls* do período, por exemplo, o relato dos cavaleiros e lordes no Parlamento de 1402 que buscavam “roubar as temporalidades da Igreja”, que revelou uma controvérsia na relação entre Henrique IV e a

²²⁵ GRANSDEN. *Historical writing*. Vol. 2 ... op. cit. pp. 124 – 126.

Igreja (que foi apoiadora da usurpação de 1399), narrativa que teria sido excluída do *Rotuli Parliamentorum*. Walsingham tinha proximidade com a Corte, garantida também pelo protagonismo que St. Albans adquiriu na vida religiosa durante o século XV. Essa proximidade teve papel fundamental nos recursos do cronista para escrever suas narrativas históricas.

A escrita de Walsingham é marcada pela sua intensa relação com a espiritualidade. A maneira ele articula suas narrativas está ligada diretamente com o mundo em que vivia. O Cisma ocupa um espaço importante, narrado por diversos momentos e Walsingham demonstra sua fidelidade ao Papa de Roma. A heresia Lollardista que cresceu no final do século XIV e XV encontrou espaço entre seus relatos. O monge demonstra desgosto em relação a John Wyclif, chamando-o por diversas vezes de satã, ou um sinal da chegada do anticristo²²⁶. Soma-se à espiritualidade do autor representada na obra através do conjunto de profecias evocadas para argumentar e justificar os acontecimentos do período.

Do mesmo modo, a identidade de Walsingham e sua relação com a realeza são expressos por diversos momentos da obra. Seja pelas intensas críticas elaboradas a Ricardo II no momento de sua deposição em 1399, ou também no apoio à causa Lancastriana. Um sentimento anti-francês²²⁷ era presente nas *Chronica Maiora*, em que a deslegitimação do outro, e neste caso o outro francês, foi um aspecto essencial na construção da memória Lancastriana e na relação dessa memória com a identidade inglesa.

É difícil mensurar o alcance e recepção das *Chronica Maiora* — e aqui me refiro especificamente às narrativas feitas inteiramente por Walsingham entre 1377 e 1422 — no momento contemporâneo à escrita do autor, sobretudo para além do âmbito erudito da sociedade. É possível supor que havia certa popularidade entre o meio cronista no final do século XV, quando parte de suas narrativas são recuperadas em meio uma produção cada vez mais descentralizada dos monastérios. Esbarramos no problema dos manuscritos, pois não há sobreviventes contemporâneos à obra de Walsingham. O que inclusive as impressões e edições elaboradas no século XVI até os dias atuais fazem são observações em torno de manuscritos que datam da metade do século XV, contendo revisões derivadas provavelmente de gerações futuras.²²⁸

²²⁶ Ibidem. p. 131.

²²⁷ Idem p. 131.

²²⁸ Há duas edições das *Chronica Maiora* de Walsingham produzidas recentemente e que utilizam como base algumas edições como a *Historia Anglica* de Riley do século XIX. A *The St Albans Chronicle: The Chronica*

Os manuscritos mais completos, dos quais as edições impressas foram derivadas, foram feitos em meados do século XV e, sem nenhuma conexão óbvia com St. Albans ou um de seus satélites. Eles estão a alguma distância de qualquer original perdido. As próprias intenções de Walsingham para o texto, seu método de trabalho e a extensão de suas revisões devem, portanto, ser extraídas das camadas de melhorias e intervenções feitas por gerações subsequentes de compositores, leitores e escribas.²²⁹

Os monges não deixaram de escrever história, mas com o decorrer do século XV seus interesses eram cada vez mais locais, o resultado disto é que uma história do mundo passou a ser ligada a uma história produzida no meio secular, inicialmente com clérigos e depois somam-se os laicos. O estilo da escrita também era transformado.

Adam de Usk seguiu um caminho similar a Walsingham ao escrever sua *Chronicon Adae Usk* que pretendia ser a continuação da *Polychronicon* do monge Ranulf Hidgen — que também começa sua narrativa com a Criação e termina no reinado de Eduardo III. Assim como Walsingham, Adam de Usk oferece um relato próprio e interessante sobre os reinados de Ricardo II a Henrique V.

Usk era um padre galês e era parte dos cronistas que tinham contato direto com a Corte. Inicialmente prestou serviços a Roger Mortimer, conde de March, que detinha o senhorio de Usk em Monmouthshire em Gales. Algum tempo depois trabalhou diretamente na corte do arcebispo de Canterbury, Thomas Arundel, o que possibilitou seu acesso a membros proeminentes da sociedade política da época e inclusive reis. O autor acompanhou o momento da chegada de Henrique de Bolingbroke à Inglaterra em 1399 e suas intenções de assumir o trono, também participou do grupo de Doutores em Direito que debatiam os meios legítimos e jurídicos de ascensão dos Lancaster sem infringir as leis e costumes do reino. Segundo seus próprios relatos, era consultado por Henrique IV frequentemente quando o rei necessitava de conselhos jurídicos²³⁰.

Maiora of Thomas Walsingham, por J. Taylor, W. Childs e L. Watkiss em dois volumes, com o primeiro em relação ao período de 1376 a 1394, e o segundo volume até o ano de 1422. Aqui nesta Tese utilizo *The Chronica Maiora* editadas por Clark e Preest, traduzido de acordo com o texto da *Historia Anglica* de Riley.

²²⁹ CLARK. Introduction ... op. cit. p. 10. "The most complete manuscripts, from which the printed editions have been derived, were made in the mid fifteenth century, and with no obvious connection to St Albans or one of its satellites, they stand at some distance from any lost original. Walsingham's own intentions for the text, his method of working and the extent of his revisions, must therefore be teased out from beneath the layers of improvements and interventions made by subsequent generations of compositors, readers and scribes"

(Tradução Livre)

²³⁰ AU. pp. 48-54.

A relação de Usk com a realeza nem sempre foi das melhores. No contexto da Revolta Galesa iniciada em 1400, a fidelidade do cronista para com o rei da Inglaterra estava em jogo, inclusive com dúvidas do soberano se Usk compactuava com os revoltosos. Talvez seja uma das razões, em 1402, quando o padre se direcionou para Roma, buscando alcançar cargos proeminentes na hierarquia eclesiástica, o que não ocorreu. Entretanto, os problemas entre Usk e a Coroa não se relacionam somente à questão de Gales. Nos *Patent Rolls* de 1402 há dois relatos de perdão do rei Henrique IV ao padre pelo roubo de um cavalo²³¹. Se tal acusação era real, é difícil dizer, mas há historiadores pondo em xeque tal fato, acreditando que o clérigo pode ter sido vítima de falsa acusação em meio aos problemas políticos da época.²³² Até 1411 há indícios, ditados pelo próprio cronista, de que ele buscava o perdão de Henrique IV e o direito de retornar ao reino²³³. Somente neste ano ele obteve o perdão do monarca e permaneceu na Inglaterra até seus últimos dias de vida.

A maneira como Usk escreve sua obra é extremamente interessante. Esse ambiente próximo à Corte definiu as características do trabalho, assim como a maneira que o cronista se insere na narrativa, ditando influências demasiadas a certos indivíduos, o que alguns pesquisadores colocam em dúvida. No decorrer de sua obra, ao contrário de Walsingham, ele enumera diversos documentos utilizados por ele para alcançar o entendimento de certas questões. Walsingham por um lado deixa suas informações e acesso à documentação implícitos, Usk deixa explícito. Foi um ponto importante, inclusive, no debate sobre a linhagem Lancastriana no contexto da ascensão da dinastia.

O pensamento legendário também é forte no cronista. Ele recupera profecias, lendas antigas, baseadas em autoridades como Geoffrey de Monmouth. “Ovos maravilhosos, um bezerro de duas cabeças, um menino de um único olho, o toque espontâneo de sinos, um fluxo de sangue, estão registrados. (...) Adam em cada ocasião adequa um sonho ou uma visão para contar, o que dá pelo menos crédito a sua imaginação.”²³⁴

Assim como o cronista de St. Albans, é difícil mensurar a circulação da obra de Usk. Do mesmo modo que o primeiro, somente em fontes de meados do século XV e até mesmo no século XVI encontramos narrativas que parecem tomar o exemplo do que foi escrito pelo

²³¹ CPR 1401-1405. p. 188 e p. 234.

²³² GRANSDEN. *Historical writing vol 2* ... op. cit. p. 175.

²³³ AU. p. 105.

²³⁴ THOMPSON. Sir Edward Maunde. Introduction. In: AU. pp. XIX – XX. “Wonderful eggs, a two-headed calf, a one-eyed boy, the spontaneous ringing of bells, a stream flowing blood, are all faithfully recorded. (...) Adam has on every fitting occasion a dream or vision to recount, which at least does credit to his imagination. (Tradução Livre)

galês. Apesar de confirmarmos a autoria de Usk, os medievalistas há muito apontaram que a definição de autoria corre riscos enormes quando aplicadas à realidade medieval. A *Chronicon Adae Usk* fora elaborada por várias mãos, daqueles que escreveram as narrativas talvez por instrução do padre, ou daqueles que liam ou faziam alterações quando achassem necessário. As margens do único manuscrito sobrevivente que data entre as décadas de 1440 ou 1450, possuem diversas anotações.

As tradições de escrita cronística permaneceram em meio ao clero secular por praticamente todo o século XV, mas a natureza dessas obras foi sendo transformada conforme à realidade política. O reinado de Henrique V, sobretudo por suas ações em batalhas e devoção bem conhecidas nas fontes, incentivou a produção de numerosas biografias do rei, contemporâneas e póstumas. Parte destas eram originárias do clero secular, como capelães do rei. Gransden assinala que apesar dos reis terem proeminência em meio às narrativas, nenhum outro monarca da Inglaterra na Idade Média conseguiu ter tantas biografias, até porque essa tradição não era comum no reino²³⁵.

Estas biografias não eram independentes umas das outras, seguiam influências de biografias do rei pré-existent. Apenas algumas podemos pontuar se são de origem eclesiástica.

A mais antiga biografia de Henrique que se tem conhecimento foi a *Gesta Henrici Quinti*²³⁶ de um autor anônimo que provavelmente era capelão régio, devido os detalhados detalhes da vida piedosa do soberano. A obra faz uma narrativa de sua ascensão em 1413 até o ano de 1416.

Já Thomas Elmham escreveu o *Liber Metricus de Henrico Quinto* por volta de 1418, quando Henrique ainda reinava, cujo autor era capelão régio. As outras biografias do rei, poderiam ser de origem eclesiástica, mas há uma grande quantidade de obras que devido o anonimato, não conseguimos definir a autoria, como a *Vita et Gesta Henrici Quinti*²³⁷ produzida pelo Pseudo-Elmham, pois até o século XX alguns intelectuais creditavam a autoria da obra a Thomas Elmham, mas hoje sabe-se que não fora.

John Capgrave, que era Frade Agostiniano, parece nesse período representar o respiro das crônicas produzidas em meio ao clero regular. Todavia, sua escrita está inseria

²³⁵ GRANSDEN. *Historical writing vol 2...* op. cit. p. 196.

²³⁶ ANÔNIMO. *Gesta Henrici Quinti*. The Deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with Introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford Medieval Texts. Oxford: Clarendon Press, 1975.

²³⁷ PSEUDO-ELMHAM. *Vita et Gesta Henrici Quinti, anglorum regis*. Editado por Thomas Hearne. 1727.

mais próxima do contexto erudito em que viveu, do que dos “anos dourados” da escrita monacal. O *Liber de Illustribus Henricis* traduzida no século XIX para *The Book of Illustrious Henries* com único manuscrito conhecido e iluminado encontrado no British Museum, é interessante, pois é uma das poucas produzidas para o rei Henrique VI onde o autor demonstra sua fidelidade ao soberano, que mais tarde foi modificada. Há incertezas sobre o contexto exato de produção do *Book of Illustrious Henries*. Entretanto, John Capgrave nos dá algumas pistas da época provável de escrita: inicia o relato do reinado do Henrique VI que como ele diz “ainda vive.”²³⁸ Ainda a narrativa sobre o último monarca Lancaster é encerrada no ano de 1446, desejando ao rei um bom reinado. Sabemos que John Capgrave faleceu em 1464, quando Eduardo IV de York reinava, desta forma, provavelmente escreveu sua crônica entre os fins da década de 1440 e 1450.

O mais interessante, é que a obra foi escrita como um *espelho de príncipe*, visando oferecer a Henrique VI exemplos de homens que tiveram, segundo o cronista, a sorte de serem abençoados com o nome Henrique, como apresentado pelo autor ao rei Henrique VI em sua dedicatória.

Por isso ao seu nome consagrei este trabalho, (...) De modo, então, a aumentar seu desejo de seguir os passos dos melhores homens, eu publiquei este pequeno livro, em que eu reuni as ações antepassadas e louvores daqueles que tiveram a oportunidade de possuir seu nome, então, a você, que por arte foi coroado com este nome, deves também imitar a virtude do nome²³⁹.

Capgrave, no entanto, dedicava-se nos últimos anos de sua vida ao estudo das Sagradas Escrituras e outros trabalhos históricos, o que o auxiliou na construção de suas crônicas, e com destaque em sua *The Chronicles of England*. Além disto, o frade agostiniano escrevera uma biografia sobre Santa Catarina de Alexandria e uma história sobre o mosteiro de Santo Agostinho em Lynn (o que confirma que os frades e monges no final do medievo se dedicavam cada vez mais com uma história local). Mas com destaque em sua carreira como escritor, há sem dúvida a importância de *Chronicles of England*.

²³⁸ TBIH. p. 144. “yet lives” **(Tradução Livre)**

²³⁹ TBIH. p. 3. “Therefore to thy name I have consecrated this work, (...) In order, then, to increase thy desire to follow in the steps of the best of men, I have published this little book, in which I have gathered together from the works of the ancients the praises of those who have chanced to bear thy name, so that thou, who art crowned with this name, mayest also imitate the virtue of the name”. **(Tradução Livre)**

Embora *The Chronicles of England* buscasse seguir aquele padrão de história do mundo bem conhecida no clero regular, a obra não é caracterizada pelas narrativas elaboradas como aquelas de Walsingham. Os relatos de Capgrave são extremamente sintetizados e parecem “copiar” narrativas antigas de autores talvez considerados por ele autoridade. A dedicatória da obra, feita ao rei Eduardo IV de York, demonstra como o Dinasticismo do século XV encontrou caminho para a produção histórica. Enquanto anteriormente, no *The Book of Illustrious Henries* o frade de Lynn preocupava-se em exaltar a linhagem Lancastriana, agora o cronista procurava deslegitimar a dinastia, pontuando Henrique IV como um usurpador.

Capgrave seguiu o mesmo caminho que as crônicas laicas tiveram ao longo do século XV também influenciadas pelo Dinasticismo, em que dependendo daqueles que tinham uma razão minimamente plausível, poderiam reivindicar o trono e a memória posta nos textos históricos sofria influências do contexto político do reino, sendo ressignificada, ou até manipulada.

2.2.2. AS CRÔNICAS LAICAS

No capítulo anterior fiz um panorama da dinâmica política de deposições da Inglaterra ao longo do século XV, que alguns historiadores enxergam à luz do conceito de Dinasticismo. Também comentei que as guerras tinham enorme importância política, a Guerra das Rosas exacerbou o Dinasticismo e o faccionalismo da época. Estes elementos chegaram aos cronistas que agora derivados do meio laico, se dedicavam a uma escrita histórica. Ainda neste capítulo, mencionei a redução de crônicas provenientes do clero regular.

O quadro abaixo nos mostra a produção cronística inglesa oriundas do meio laico, e como grande parte delas eram continuações de obras produzidas anteriormente aos séculos XIV e XV.

Período	Autor	Obra
Séculos XIII – XIV Continuações no século XV	Vários autores	<i>The Brut or The Chronicles of England</i>
Séculos XIV – XV	Vários autores	<i>Chronicles of London</i>
c. 1450	John Hardyng	Primeira versão <i>The Chronicle of John Hardyng</i>
c. 1460	John Hardyng	Segunda versão <i>The Chronicle of John Hardyng</i>
c. 1460	Anônimo	<i>An English Chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI.</i> (Provável continuação de <i>The Brut</i>)
Século XVI	Richard Grafton	Continuação de <i>The Chronicle of John Hardyng</i>

Quadro III — Principais crônicas laicas analisadas sobre os reis Lancastrianos.

Assim como no final do século XIV e início do século XV, as continuações continuaram existentes. É o que vemos em relação ao *The Brut or The Chronicles of England* escritas originalmente no século XIII, mas com continuações ao longo dos séculos XIV e XV. Também das *Chronicles of London* que há muito já eram originadas do meio laico. Novos escritores estavam emergindo: mercadores, oficiais das cidades, oficiais régios, membros da *gentry*, entre outros²⁴⁰. Com isto cresceu o interesse em uma escrita cronística vernacular. O inglês ganha espaço proeminente em relação ao latim, como resultado do papel político e social que os comuns ganharam desde meados do século XIV, em que poetas clássicos como Geoffrey Chaucer John Gower e William Langland tinham proeminência²⁴¹. Essa importância do inglês na escrita cronística entra em coordenação com a própria documentação régia em

²⁴⁰ PEVERLEY, Sarah. Polemical History and the Wars of the Roses. In: JAHNER, Jenifer, STEINER, Emily; TYLER, Elizabeth M. (Orgs.) *Medieval Historical Writing*. Britain and Ireland, 500-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. p. 468.

²⁴¹ GRANSDEN. *Historical writing vol. 2...* op. cit. p. 221.

que ao longo do século XV o inglês ganhava cada vez mais espaço em relação ao francês e latim.²⁴²

As crônicas laicas conduziam ligações entre a história “nacional” — aqui utilizo esse anacronismo nacional apenas em referência à dimensão territorial do reino — com as relações civis locais e internacionais conforme o interesse comunal, sem contar que elas tendiam a preferir relatos contemporâneos. A Guerra das Rosas exacerbou o interesse já existente em criar narrativas menores e mais fáceis de redigir, atualizar, ou combinar com interesses pessoais, somando outros elementos que se intensificaram no contexto: as profecias²⁴³. Mesmo em períodos de “paz” na Guerra das Rosas os cronistas não se arriscaram em grandes narrativas históricas, embora existissem exceções à regra²⁴⁴.

Sarah Peverley pontua que ao lado dessa produção cronística com narrativas menores, cresceram as genealogias no final da Idade Média. O interesse secular nas genealogias, assim como nas crônicas menores, era a capacidade de simplificação das convulsões políticas da época. Narrativas simples, mostrando causa e efeito, transformando-as numa forma simples de segui-las.²⁴⁵

Parte considerável das crônicas produzidas no meio laico tinham tendências Yorkistas, principalmente por questões econômicas. Eram crônicas que favoreciam a guerra com a França que trazia lucros exponenciais às elites da sociedade: principalmente mercadores. Apoiavam os interesses Yorkistas que, como vimos no capítulo anterior, favoreciam a continuidade da guerra, em detrimento dos Lancastrianos que iniciaram tentativas de paz. A crônica *Brut*, por exemplo, diferente daquelas narrativas eclesiásticas moldadas em torno da Criação. Tem como pilar a lenda de Brutus de Troia que seria o fundador mítico dos reinos britânicos. As *Chronicles of London*, por outro lado, eram desenvolvidas em torno dos prefeitos e xerifes de Londres. São obras desenvolvidas para grupos específicos da sociedade²⁴⁶, como nobres, cavaleiros, oligarquias urbanas.

A crônica *Brut*, por exemplo, que anteriormente havia sido produzida em latim, tem suas versões do século XIII traduzidas para o inglês médio, e são majoritariamente continuações dentre os anos de 1377 até meados do século XV. O que seria talvez uma das

²⁴² C.f. Idem. p. 221. Gransden salienta que o Estatuto Parlamentar de 1362 oficializava o papel do inglês no Estado, em que os julgamentos nas cortes de justiça deveriam ser feitos em inglês, mas arroladas em latim. Isto, porém, foi apenas o início da importância do inglês na Baixa Idade Média.

²⁴³ PEVERLY. *Polemical History* ... op. cit. p. 468.

²⁴⁴ Idem. p. 468.

²⁴⁵ Ibidem. p. 469.

²⁴⁶ GRANSDEN. *Historical writing Vol. 2*... op. cit. p. 222.

versões de *The Brut* foi a obra de autor anônimo *An English Chronicle of the Reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI*, no contexto de reinado de Henrique VI. Segundo Gransden, é provável que *The Brut* tenha sido escrita em Londres, devido ao grande conhecimento da cidade presente na obra²⁴⁷. Já as *Chronicles of London*, possivelmente eram produzidas pela elite mercantil da cidade ou oficiais da região²⁴⁸. Havia enorme simpatia das crônicas aos Yorkistas, inclusive ao duque de Gloucester — que era Lancastriano, mas a favor da guerra com a França — Denegriam a imagem do duque de Suffolk e da rainha Margaret de Anjou, embora tolerassem o rei Henrique VI²⁴⁹.

John Hardyng é outro exemplo de como a escrita cronística estava condicionada à política da época. Era um soldado aposentado e servidor dos condes de Northumberland. A obra combina narrativas de Geoffrey de Monmouth sobre o personagem mítico Brutus de Troia, com características de *espelhos de príncipes* e também comentários políticos da época de Henrique VI. A obra foi elaborada em duas versões. A primeira dedicada a Henrique VI, escrita na década de 1450. Malgrado escrever num período em que já ocorrera o início da Guerra das Rosas, a legitimidade Lancastriana não foi colocada à prova até 1460. O faccionalismo político, as críticas ao círculo pessoal do rei Henrique VI e as perdas na França moldaram a obra do cronista que narrava até o ano de 1437. Segundo Peverley, a narrativa de Hardyng tinha esperança na maioridade de Henrique VI e a esperança de que o monarca cessaria o faccionalismo da época²⁵⁰.

Aparentemente, essa primeira versão teve pouca circulação. Não é possível deduzir, inclusive, se o círculo Lancastriano a leu. Também, o fato dela ter um foco na herança de Henrique VI na França e na esperança do fim do faccionalismo, teria impedido um alcance maior entre o período da compilação e o Ato de Acordo de 1460²⁵¹. Com isto, a crônica também teve pouco tempo de se estabelecer como autoridade histórica.

Não é claro quando Hardyng começou a reescrever seu texto para Richard, duque de York e por consequência seu filho, Eduardo IV. A segunda crônica responde às perturbações da década de 1450 e 1460, compondo ainda uma dedicatória para o rei e a rainha Elizabeth Woodville por volta de 1464. O cronista trata dos temas de legitimidade, reconciliação, como

²⁴⁷ Ibidem. p. 225.

²⁴⁸ Ibidem. p. 230.

²⁴⁹ Ibidem. p. 243.

²⁵⁰ PEVERLY. *Polemical History ... op. cit.* p. 471.

²⁵¹ Ibidem. p. 473.

ainda as responsabilidades do soberano em relação aos interesses de seu povo²⁵². Hardyng ressignificou a história dos Lancastrianos, principalmente Henrique IV, inclusive justificando as rebeliões dos Percies e do arcebispo de York, Richard Scrope.

Do final do século XV até o século XVI, a segunda versão da obra de Hardyng teve o alcance e popularidade que não foi conquistado pela primeira versão, sobretudo no ambiente de Londres que, como já citado, tinha afinidades com os Yorkistas. No período de retorno de Henrique VI ao trono entre 1470 e 1471, alguns cronistas tentaram ressignificar a narrativa de Hardyng numa forma de “propaganda” pro-Lancastrianos²⁵³. O mesmo ocorreu no período Tudor, quando cronistas como Richard Grafton, elaboraram continuações, numa tendência de ressignificar o reinado de Henrique VI.

2.3. O LOCAL DE PRODUÇÃO

Em cinco dos cronistas aqui analisados, podemos definir com clareza o ambiente em que eles escrevem suas crônicas. Adam de Usk que remete em sua obra por diversos momentos a importância de Gales, assim como o papel dos senhores locais nas relações “públicas” e privadas com a Coroa, e também seu relato um tanto paradoxal da Revolta de Gales iniciada em 1400, em que sua fidelidade com o rei da Inglaterra era colocada à prova pelos seus sentimentos identitários como galês. Thomas Walsingham, em contrapartida, escrevia história com base em outras produções que tinham origem na Abadia de St. Albans, local onde exercia o sacerdócio. As ideias em torno inclusive dos relatos contemporâneos do autor são moldadas de acordo com suas visões de mundo conectadas ao ambiente de St. Albans (Abadia e vila de St. Albans). Por fim, John Capgrave que exalta a narrativa de Bishop’s Lynn, seu local de nascimento, como ainda de atuação no sacerdócio como frade agostiniano.

A produção desses cronistas não se afasta da relação de identidade que eles tinham com o local de produção e o reino. São narrativas marcadas pelas experiências de vida desses letrados, assim como de suas atividades. Isto é, a história que eles colocam de seus locais de produção é a história do reino, suas conquistas e adversidades. Enquadradas num contexto de expansão da autoridade régia e das diversas identidades construídas na Inglaterra.

²⁵² Ibidem. p. 462

²⁵³ Ibidem. p. 474.

Adam de Usk colocava suas experiências pessoais em sua crônica. Apesar de narrar a história dos reis ingleses, Gales ocupa um certo protagonismo. Lá recebeu o patrocínio de Roger Mortimer, conde de March, que detinha o senhorio de Usk. Por fim, com esse patrocínio, Adam foi para Oxford, onde se tornou Doutor em Teologia e Doutor em Direito. Após sua carreira em Oxford, entre os anos de 1390 e 1397, ele trabalhou diretamente ao lado do arcebispo de Canterbury, participante, inclusive, de eventos aos quais o arcebispo estava, como os Paramentos do reinado de Ricardo II. A proximidade de Usk com o arcebispo de Canterbury possibilitou o cronista observar de perto os eventos políticos da época, em que ele buscava se mostrar presente nas narrativas.

No momento do retorno do arcebispo e também de Bolingbroke à Inglaterra, Usk celebra sua importante participação no momento que o duque de Lancaster buscava paz com o senhorio de Usk, que possibilitou os anseios dos apoiadores Lancastrianos contra Ricardo II.²⁵⁴ Também, durante a reunião de doutores em direito para resolver a questão da deposição de Ricardo II conforme a lei, Usk faz questão de dizer que ele foi convocado como um dos doutores, e que lá reuniram diversos crimes contra a Coroa, o reino, e a Igreja.²⁵⁵ Também, quando Ricardo II estava na Torre de Londres, recebido pelo arcebispo de Canterbury, o duque de Lancaster que estava próximo de tornar-se rei e outros lordes espirituais e temporais, para assinar sua carta de renúncia, Usk afirma estar presente no momento.²⁵⁶ Esses são apenas alguns exemplos ligados ao momento da ascensão Lancastriana, do qual Usk era partidário. Todavia, em toda a sua crônica o autor se coloca presente na narrativa.

Walsingham, de outra maneira, era parte do clero regular. Monge beneditino em St. Albans, e suas narrativas consideram a própria importância e interação entre a Abadia e o reino (religiosamente, politicamente e intelectualmente). Durante o medievo, a Abadia de St. Albans ganhou destaque em todo o reino inglês, tornando-se uma das principais da ordem beneditina, com diversas células espalhadas pelo sul e pelos condados centrais. No século XIII, a Abadia já tinha importante protagonismo político, exacerbado no século XIV, sobretudo pelas disputas senhoriais entre os abades de St. Albans e os habitantes da vila de St. Albans. A permanência das tensões entre os monges e cidadãos da região também era aparente durante a Revolta Camponesa de 1381, presentes inclusive na *Gesta Abbatum Monasterii Sancti Albani*, uma das produções de Thomas Walsingham.²⁵⁷ Gransden aponta

²⁵⁴ C.f. AU. p. 25.

²⁵⁵ C.f. AU. pp. 29-30.

²⁵⁶ C.f. AU. p. 30.

²⁵⁷ GRANSDEN. *Historical writing vol. 2...* op. cit. pp. 118-119.

que os contextos de crise política eram especiais em causar convulsões e tensões entre os cidadãos e a Abadia de St. Albans no século XIV. Estes embates em certos casos saíam da jurisdição local e se direcionavam para as Cortes de Justiça de Westminster, especialmente pelos privilégios e propriedades da Abadia.

Através das células que St. Albans tinha em várias partes da Inglaterra, por exemplo, que Thomas Walsingham provavelmente ganhou conhecimento de diversos assuntos que envolviam o reino no final da Idade Média. Além disso, St. Albans desde o século XIII principalmente, se tornou um centro de produção escrita e acima de tudo cronística. Não se restringia, porém, apenas à escrita histórica, mas a uma produção “intelectual” mais ampla.²⁵⁸ Antes de Thomas Walsingham, outro monge de St. Albans também teve um papel importante na escrita de uma *Chronica Maiora*: Matthew Paris.

Por volta de 1240 ou depois, Matthew Paris escreveu seu maior trabalho as *Chronica Maiora*. Matthew também iniciou por volta da década de 1250 a escrita da *Historia Anglorum*, tratando da Conquista Normanda até o ano de 1253. Entre os outros trabalhos de Matthew Paris temos a crônica *Abbreviatio Chronicarum* e *Flores Historiarum*, além de algumas compilações suplementares as suas *Chronica Maiora*, como o *Liber Additamentorum*.²⁵⁹ Além disto Matthew Paris estava preocupado com a história do monastério de St. Albans. Por volta de 1250, ele escreveu a primeira parte da *Gesta Abbatum Monasterii Sancti Albani*.²⁶⁰

O fato de St. Albans ser um espaço religioso de importância no reino, provavelmente também influenciou a produção intelectual na região e é claro, Thomas Walsingham. A Abadia se encontrava a uma distância curta de Londres e possuía células em Tynemouth, Belvoir, Binham e Wymondham, que conectavam com o Norte, Midlands e East Anglia. Mesmo acontecimentos de caráter mais local, nas proximidades das células influenciavam a escrita de Thomas Walsingham, como, por exemplo, a divisão de um riacho entre as vilas de Selston e Herewood próximo a Bedford, que segundo Walsingham foi uma profecia de divisão política e de propriedades no reino, e será discutido no capítulo III desta Tese. Como o editor das *Chronica Maiora* aponta, Bedfordshire era um local importante para a Abadia, onde ela possuía diversos senhorios e de onde grande parte dos monges eram recrutados.²⁶¹

²⁵⁸ Ibidem. p. 122.

²⁵⁹ GRANSDEN. *Historical writing in England vol 1*. c. 500 – c. 1307. Londres: Routledge, 1996. pp. 356-357

²⁶⁰ Ibidem, p. 357.

²⁶¹ CLARK. Introduction ... op. cit. nota de rodapé de número 2, p. 304.

John Capgrave também teve um papel importante escrevendo obras históricas. Assim como o cronista de St. Albans, também era membro do clero regular. Foi frade agostiniano em Bishop's Lynn no condado de Norfolk. Lynn além de ser uma cidade (*town*) com um comércio frutífero que foi possibilitado ao longo da Baixa Idade Média pelos bispos de Norwich — detentores da cidade — era também um espaço com diversas casas religiosas. Ao menos cinco casas fundadas foram documentadas ao longo do século XIII e tiveram seu apogeu no século XIV.

Os Frades Agostinianos se estabeleceram em Lynn nos primeiros anos de reinado do rei Eduardo I em 1295.²⁶² Por fim, a ordem dos Frades de Sack que durou pouco tempo, e muitos de seus membros se uniram aos Agostinianos.²⁶³ Por ser uma cidade comercialmente importante e, por ser um bispado atraía diversas casas religiosas, Bishop's Lynn ganhou importância no reino. É claro, cronistas como John Capgrave buscavam exaltar essa importância da cidade. Capgrave seguiu boa parte de sua vida, além das orações, compilando trabalhos históricos.

As cidades medievais eram espaços de atuação do poder régio, das fraternidades, das elites urbanas e onde a Igreja possuía importância social e até mesmo econômica. Como o exemplo de Bishop's Lynn nos mostra, no qual seu destaque religioso auxiliou também no crescimento econômico da região além de auxiliar na manutenção da ordem política e social. Sendo assim, segundo a perspectiva de Le Goff,²⁶⁴ a cidade passa a ser um espaço de trocas materiais e intelectuais. É um ambiente da discussão pública, do desenvolvimento do teatro, de uma cultura urbana que se difere ainda de uma cultura erudita e da cultura leiga. As ordens mendicantes crescem no meio urbano fazendo crescer santos urbanos.²⁶⁵ Bishop's Lynn é exemplo disto, visto a fundação e sucesso das ordens mendicantes na região, com destaque os Franciscanos e Dominicanos. A cidade, bem aponta Le Goff, é um espaço da cultura comunitária, espaço de novas coletividades urbanas, de uma cultura forjada pela escola, praça, taverna, teatro, pela pregação.²⁶⁶

Ao escrever sua narrativa, John Capgrave se propõe produzir uma memória sobre o reino inglês, compiladas com uma memória da Cristandade. Apensar de ser do reino, por

²⁶² PAGE, William. "Friaries: Lynn" PAGE, William (ed.) *A History of the County of Norfolk: volume 2*. Londres, 1906. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/vch/norfolk/vol2/pp426-428> parágrafo, 29.

²⁶³ Ibidem, parágrafo, 36.

²⁶⁴ LE GOFF, Jacques. Cidade. In : LE GOFF, Jacques ; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol.1. Bauru: EDUSC, 2002. pp. 229-235.

²⁶⁵ Ibidem, pp. 230-231.

²⁶⁶ Ibidem, p. 232.

diversos momentos John Capgrave promove uma memória de Bishop's Lynn como também de sua comunidade, dos Frades Agostinianos. A produção que John Capgrave faz sobre Bishop's Lynn é resultado da recuperação e adaptação de histórias e narrativas antigas, certas lendas e mitos de fundação, confirmada pela ação dos reis. A história de Lynn é, portanto, a história do reino inglês, suas conquistas e adversidades.

A produção escrita efetuada no meio eclesiástico sofria com as intenções específicas desse grupo social e religioso. No entanto, quando paramos para analisar as obras feitas no meio laico, esse parâmetro se exacerba, sobretudo quando relacionado com contextos de turbulências políticas. John Hardyng em sua crônica teve o privilégio de obter narrativas daqueles que atuavam próximo dos Lancastrianos, por servir os Percies de Northumberland. Apontei no capítulo anterior que os Percies tiveram atuação importante na usurpação de Henrique IV, como também na instabilidade política causada pela rebelião iniciada pela família e seus vassalos em 1403. No reinado de Henrique V os Percies adquiriram o perdão régio e mais uma vez configuraram um grupo importante nas afinidades Lancastrianas, que permaneceu até os anos de Henrique VI, inclusive no contexto da Guerra das Rosas.

Por Hardyng ser laico, e também por ser um soldado aposentado, suas experiências de vida conjugaram para formar uma crônica que tem um caráter moralístico e cavalheiresco. Mencionei anteriormente que a crônica de Hardyng possui duas versões, a primeira dedicada a Henrique VI, e a segunda para Eduardo IV. Em relação à primeira versão, o foco do cronista na herança de Henrique VI na Inglaterra e França são somados com atos de nobres e história de ordens cavaleirescas.²⁶⁷ Outro ponto interessante, a obra de Hardyng fora escrita em verso, o que se distanciava das escritas cronistas que comumente eram realizadas em prosa. Dessa forma, a cronística de Hardyng se aproxima de temas dialogados por John Lyndgate na obra *Fall of Princes*.²⁶⁸ Por isto, o soldado aposentado tem um foco no bom conselho e na defesa do bem-comum, que além de estar relacionado com as intempéries políticas do reinado de Henrique VI, tinham influência nos meios laicos da sociedade, especialmente pelo problema da ordem.

Assim como Hardyng tinha preocupação com os acontecimentos do período, outros cronistas da época também tinham. O fato da cronística estar ligada com os laicos causou uma curiosidade com o passado recente. Segundo Gransden, os escritores do final do século XV estavam sujeitos à propaganda régia e a propaganda de facções rivais. A insegurança dinástica

²⁶⁷ PEVERLEY. *Polemical History* ... op. cit. p. 471.

²⁶⁸ Idem. p. 471.

foi utilizada para buscar o apoio popular, especialmente pela classe média crescente. Portanto, a expansão da literacia foi o que possibilitou o aumento de uma propaganda escrita mais efetiva.²⁶⁹

As crônicas elaboradas no meio laico tornaram-se uma ponte entre os interesses nobiliárquicos, dos comuns, interesses financeiros, e uma escrita cronística que visava a legitimação da dinastia reinante ou facções rivais. Isto cresceu, sobretudo com interesses, especialmente da nobreza e *gentry*, na criação de bibliotecas e no patronato a eruditos.

2.4. OS VETORES DA MEMÓRIA

A memória é feita de vetores. Quais seriam, então, os elementos principais trazidos pelos cronistas? Esses vetores são formados conforme a relação de autoridade criada entre os letrados da época. Aqui entra uma questão importante levantada por Mary Carruthers. No medievo, não existia a ideia contemporânea de plágio, onde nossas ideias devem seguir o fruto da nossa própria “imaginação”, e a utilização intelectual do outro deve ser devidamente reconhecida de forma ética. As narrativas antigas ou coetâneas se confundem no emaranhado de palavras dos cronistas, em que em raras exceções eles dizem de onde retiraram as ideias expostas no texto²⁷⁰.

2.4.1. BEDA E GEOFFREY DE MONMOUTH

Raramente as crônicas aqui estudadas citam Beda ou Geoffrey de Monmouth. Isto não significa que não haja influências desses homens na escrita cronística do final da Idade Média.

Beda era um monge do reino da Nortumbria, um dos sete principais reinos da Inglaterra anglo-saxã na Alta Idade Média. Atuava no monastério de Jarrow, um dos principais do reino, e devido sua atuação erudita, ficou conhecido como Venerável. As obras de Beda representam um enorme valor intelectual na Nortumbria²⁷¹.

²⁶⁹ GRANSDEN. *Historical writing vol. 2* ... op. cit. p. 251.

²⁷⁰ CARRUTHERS. *The book of memory* ... op. cit. pp. 234-235.

²⁷¹ GRANSDEN. *Historical writing vol. 1* ... op. cit. p. 13.

O Venerável também era conhecido por sua enorme devoção e valores religiosos, aparentes em suas obras e também nos relatos de sua vida. Segundo Gransden, nos trabalhos de Beda, o passado romano e as superstições pagãs não eram importantes²⁷². Do mesmo modo, a morte do monge demonstra sua devoção associada com o aprendizado, já que passou grande parte de sua vida traduzindo os Evangelhos de São João para o anglo-saxão. Quando não se dedicava aos ofícios divinos, concentrava-se ao estudo e escrita. A vida “intelectual” de Beda traduz suas preocupações religiosas. Tinha um foco em escritos de teologia, geografia, ciência, cronologia e história, além de algumas homilias e poemas. Era reconhecido por seus contemporâneos, sobretudo pelos comentários realizados por ele sobre a Bíblia²⁷³.

Beda escreveu quatro livros históricos e duas biografias. Dois de seus trabalhos históricos eram crônicas do mundo. Entre suas obras mais famosas encontra-se a *História Eclesiástica do Povo Inglês*. O monge compartilhava com outros autores anteriores a ele, como Gildas, que a história nunca foi universal ou local, mas sempre as duas, com os feitos de uma determinada região, ligados a um meio maior, de um plano divino, e uma maior rede cultural que permeava a Europa cristã²⁷⁴.

As crônicas de Beda estavam inseridas numa tradição maior dos primeiros historiadores e cronologistas medievais. Demonstram, sobretudo, uma percepção teológica. O monge da Nortumbria organiza a história do mundo em idades, correspondendo aos sete dias da Criação, os sete períodos da vida do homem na terra (nascimento, infância, adolescência em diante.). A última idade representa a vida eterna dos homens no céu ou inferno. “Assim, ilustra o conceito agostiniano de que toda a vida na terra não é mais que uma jornada à felicidade eterna ou à danação”²⁷⁵

A forma de observação e entendimento do tempo que as narrativas históricas, originadas dos monastérios, produzem na Idade Média, principalmente as histórias do mundo, demonstram uma visão da teologia cristã do tempo. Para isto, dependiam de um método calendarial de cálculo chamado *computus*. As crônicas do mundo seriam uma forma de treinamento dessa instrução, que seria também uma forma de expressão dos desejos de

²⁷² Idem. p. 13.

²⁷³ Ibidem. pp. 13-14.

²⁷⁴ JAHNER; STEINER; Elizabeth M. Tyler. Introduction ... op. cit. p. 5.

²⁷⁵ GRANSDEN. *Historical writing vol. 1*... op. cit. p. 16. “(...) thus illustrating the Augustinian concept that all life on earth is but a journey to eternal happiness or damnation.” **(Tradução Livre)**

Deus²⁷⁶. A cronologia que Beda estabelece em suas obras, combinam o estudo de letrados como Eusébio, São Jerônimo, e é claro, Santo Agostinho. Para Beda, a história do mundo era a maior e mais complexa expressão da providência, e durante toda a Idade Média, essa forma de escrever sobre o passado foi adotado no âmbito secular e regular²⁷⁷.

Beda teve forte influência sobre cronistas baixo-medievais ingleses. Não somente pelas narrativas de história do mundo que se tornaram uma tradição desde a Alta Idade Média, mas sobretudo pelas reflexões do monge acerca da cronologia e elementos históricos específicos. Como apontei anteriormente, grande parte das crônicas analisadas nesse estudo são continuções de outras obras que tem essa característica de narrar o passado conectado com a Criação. No entanto, a *Chronicle of England* de John Capgrave possui um relato completo, onde as influências de Beda são aparentes.

John Capgrave inicia *The Chronicles of England* com a Primeira Idade, com a Criação²⁷⁸, e termina a obra com a Sexta Idade que é a era iniciada com o nascimento de Cristo²⁷⁹ até a narrativa da Inglaterra, que ele termina no ano de 1417²⁸⁰, provavelmente pelo falecimento do frade em 1464, não dando tempo de continuação da obra.

A influência de Beda em Capgrave é apresentada também quando o cronista de Lynn afirma que Cristo era o óleo da misericórdia. Capgrave faz um relato do nascimento de Set, filho de Adão e das grandes invenções dele junto ao seu pai, com base na obra *Antiquidades judaicas* de Flavio Josefus. Set teria indo aos portões do Paraíso, sob o pedido de Adão, para pedir o óleo da misericórdia, devido sua idade avançada. Apesar disso, o anjo Miguel afirmou que ele deveria esperar até o ano cinco mil e duzentos, quando o óleo chegaria²⁸¹. O óleo chegou através do nascimento de Cristo, iniciando uma nova era. O fim do tempo de Adão e agora o tempo de Cristo, seus seguidores e da salvação. A datação de Capgrave segue o caminho de Beda²⁸².

O papel que Beda ocupa, não somente em Capgrave, mas em outros cronistas também, faz parte de uma ideia em que o “presente em que vivemos” não é distinto do

²⁷⁶ O'DONNELL, Thomas. Monastic History and Memory. In: JAHNER, Jennifer; STEINER, Emily; Elizabeth M. Tyler. *Medieval Historical Writing*. Britain and Ireland, 500-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. pp. 44-45.

²⁷⁷ Ibidem. p. 45.

²⁷⁸ TCE. p. 6.

²⁷⁹ TCE. p. 59.

²⁸⁰ TCE. p. 317.

²⁸¹ TCE. p. 7.

²⁸² TCE. p. 59.

período de Cristo. A distância temporal é reduzida pela relação dos homens com a espiritualidade e também pelas expectativas da salvação. Os messianismos régios que surgiram em diversos reinos europeus no final da Idade Média se relacionam com a relação que a monarquia tem com seu povo. O rei torna-se um guia do reino à Salvação, ao Paraíso Celeste.

O monge galês Geoffrey de Monmouth também tinha grande influência na escrita cronística baixo-medieval. Ele ganha destaque principalmente entre as crônicas produzidas no meio secular e dos laicos que adquirem destaque cronístico. A *Historia Regum Britaniae*, que narra a história dos reis britânicos sob dois pontos principais: a fundação dos reinos da Britânia por Brutus de Troia e a lenda de Arthur, tem proeminência de influência nos cronistas influenciados por Geoffrey de Monmouth.

Adam de Usk, além de recuperar lendas do ciclo arturiano, utilizava diversas profecias associadas a Merlim, comumente referenciadas por ele como presentes em Geoffrey de Monmouth²⁸³. Já os cronistas laicos desse período tinham como referência a narrativa de Brutus de Troia como fundador dos reinos britânicos, como vemos em *The Brut*.²⁸⁴ Outros autores, como John Capgrave mesclam as narrativas de uma história do mundo, com as Idades em referência de Beda e também com as narrativas sobre Brutus de Troia e elementos de lendas do ciclo arturiano.

Beda e Geoffrey de Montmouth são autoridades utilizadas pelas cronistas e suas ideias produzem coesão entre as formas de observar o passado, unindo os preceitos do cristianismo acerca do tempo — da Criação ao Juízo final — com as lendas e mitos circulantes nessa sociedade.

²⁸³ AU. p. 25. Acerca das profecias em torno dos reis Lancastrianos, discutirei no Capítulo III.

Embora Usk referencie algumas de suas profecias em Geoffrey de Monmouth, veremos que nem todas realmente estavam associadas a ele.

²⁸⁴ BRUT. p. 5.

2.4.2. O PASSADO BÍBLICO E A HISTÓRIA DO MUNDO

Na Idade Média, a história bíblica não é somente uma anedota, ou algo pertencente ao passado, mas sim, tinha influência na formação do presente. Mais que narrativas, ela produz materialidade em meio o imaginário medieval e caminha como legitimadora de ideias, criando conexões diretas entre o passado, presente e futuro.

Isto significa que na Idade Média os indivíduos não são somente herdeiros de um passado local, uma identidade regional, mas sim originados de um conjunto de identidades, onde o passado bíblico se une ao que poderíamos chamar de passado histórico, para construção de relações de pertencimento²⁸⁵. Os cronistas medievais utilizam as narrativas bíblicas produzindo uma história do reino que nada mais é que uma continuação da história bíblica. O passado se conduziria real no presente e segue sendo um pilar para produção de memória.

Os cronistas baixo-medievais, além de recuperarem elementos da tradição bíblica e da interpretação do tempo em torno de eruditos como Beda e Geoffrey de Monmouth, também buscavam promover uma escrita sobre grandes civilizações. Até meados do século XIV essa tradição era significativa, mas começa a reduzir até o século XV, quando essas narrativas são cada vez mais raras.

Os medievais não deixam de salientar sua herança em relação aos gregos, sobretudo, com relação à filosofia, que já desde as universidades dos séculos XII-XIII era recuperada e ressignificada com os preceitos do Cristianismo. Segundo Jacques Verger, esse saber era transmitido universalmente, através do latim, e impedindo qualquer “nacionalismo”, imprimindo o conhecimento por toda a Cristandade.²⁸⁶

O que diríamos de Roma? Essa grande abstração, desejo político e social durante a Idade Média. Roma oferecia arquétipos políticos não somente para o Império medieval que mais que uma reconstrução, era o próprio Império, mas também com modelos para os reinos.

²⁸⁵ FRÓES, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para concurso de professor titular. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995. p. 55.

²⁸⁶ VERGER, Jacques. Universidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol. 2. Bauru: EDUSC, 2002. p. 580.

O povo romano (ortodoxo, europeu, ocidental) é o *Povo Eleito* e por Roma (o Império ou o Papado) deve lutar o bom cristão, como lutaria por Jerusalém e o *Reino Celeste*. Se Roma foi um mito político eficaz que viabilizou a representação, pela forma do *Imperium*, da unidade preconizada pela Igreja e os padrões da cultura clerical que ela criara, uma representação, que muitas vezes é uma variante da primeira, aparece também como eficaz, — o *Reino Celeste* de Deus como arquétipo político.²⁸⁷

Apesar das contendas entre ingleses e franceses na Baixa Idade Média, Carlos Magno ainda é citado como aquele grande imperador que restaurou o Império Romano.

2.4.3. O REI E O IDEAL DE INTEGRAÇÃO MONÁRQUICA

Sobretudo a partir dos séculos centrais do medievo, com o desenvolvimento de um imaginário de sociedade tripartida, o rei ocupará um lugar superior e de unificação, ao menos simbólica, dos indivíduos. Assim, a ideia de *corpo* será utilizada para formar uma noção de unidade no âmago dessa sociedade.²⁸⁸ A importância que a realeza ganhou no cotidiano medieval nos permite entender porque essa figura possuía deveras magnitude na produção escrita em toda a Europa Ocidental. A imagem do rei e a imagem do reino são confundidas e a figura do monarca exerce funções integradoras simbólicas acerca dos grupos da *communitas*.

A comunidade do reino era, portanto, uma integração dos grupos políticos, ou melhor, da sociedade política, que tinha sua influência na administração central e local, assim como nas instituições de consenso. A comunidade do rei, junto com os nobres que detinham o poder militar e eram os principais magnatas nas localidades e que tinham um papel considerável no estabelecimento da lei régia nessas localidades, eram responsáveis também pela defesa em nome do rei, como aqueles das marcas galesas e das marcas escocesas ao norte da Inglaterra²⁸⁹. Uma comunidade também formada pelos clérigos que atuavam diretamente no governo, eram alguns dos principais conselheiros do rei, cobravam a defesa dos privilégios e temporalidades da Igreja, além de darem as bases ideológicas para o funcionamento do poder na Idade Média. Também uma comunidade formada pelos comuns, que adquiriram enorme poder no final da Idade Média, pois a cobrança de impostos estava condicionada à

²⁸⁷ FRÓES *Era no tempo do rei ...* op. cit. p. 55.

²⁸⁸ Ibidem. p. 82.

²⁸⁹ A historiografia concorda que sem o apoio dos nobres provenientes das marcas galesas e de norte, seria muito difícil à Coroa inglesa manter o estabelecimento do domínio sobre galês e evitar os embates com escocesas.

aceitação por parte deste grupo, além de atuarem diretamente em favor da monarquia, como a *gentry* que se tornava uma alternativa aos nobres, e foram essenciais no exercício do poder régio²⁹⁰.

O funcionamento dessa comunidade política, porém, era feito conforme os costumes e as leis do *common law* e nisto, sobretudo o Parlamento, mas as crônicas também, são eficientes em afirmar. Uma comunidade que visa atender interesses privados, mas que são confundidos com os interesses coletivos, ou interesses “públicos”. Dessa forma, ditam a relação com a administração régia e o funcionamento dos aparatos administrativos – a nobreza que detém o poder local, e a *gentry* e as oligarquias urbanas que enchem as localidades de oficiais régios.²⁹¹

Além desses aspectos majoritariamente políticos, elementos simbólicos e do imaginário foram eficazes para formar a relação entre o rei e a comunidade política. No caso do poder régio, tem impacto direto na memória régia. O primeiro ponto que deve ser considerado é que na Idade Média, Deus é o comandante supremo de todos os reinos no mundo. Inclusive nas representações imagéticas é comum vermos Deus em meio a sua Corte celeste no *Reino dos Céus*. A partir desse pressuposto, é que todo senhorio humano, como afirma Gierke, é uma representação – verdade, limitada – de um senhorio divino, em que os reis são colocarmos no trono, e lá permanecem controlados pelo rei celeste²⁹². “Havia, por um lado, uma tendência de exaltar a pessoa do governante. (...) Ele foi sobreposto ao corpo no qual a liderança lhe foi confiada. Ele tinha uma esfera de poderes que eram todos seus. Ele foi criado acima e além da Comunidade.”²⁹³

Apesar da ideologia da comunidade vista como um copo, por outro lado, os medievais também defendiam a independência das partes do corpo, como forma de evitar a tirania e rebeliões. Isto justifica, na Inglaterra, por exemplo, os mecanismos utilizados em torno das deposições régias, em que comumente se debatia as falhas da cabeça do corpo político, e visando o bem-comum, essa cabeça precisava ser trocada. Para Dubabin, a popularidade da ideia orgânica do poder é demonstrada por sua flexibilidade e vividez²⁹⁴.

²⁹⁰ GENET. *La genèse d'État Moderne* ... op.cit. p. 56.

²⁹¹ Ibidem. p. 54.

²⁹² GIERKE, Otto. *Political Theories of the Middle Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 32.

²⁹³ Ibidem. pp. 33.34. “So there was, on the one hand, a tendency to exalt the person of the Ruler. “(...) He was set over and against that body whereof the leadership had been entrusted to him. He had a sphere of powers which was all his own. He was raised above and beyond the Community” **(Tradução Livre)**

²⁹⁴ DUNBABIN, Jean. Government. In: BURNS, J.H. *The Cambridge History of Medieval Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 480.

A ideia que se forma de comunidade no medievo, e por consequência a ideia de corpo estavam pautadas nas bases do pensamento cristão, em que, segundo Vânia Fróes, pertencer a comunidade é acreditar em um tempo futuro, no qual os homens se unem a Deus através da aliança. A Bíblia como principal referência da vida cristã foi a responsável por criar memórias, unindo os membros da comunidade e produzindo representações de inclusão ou exclusão. As noções de *Povo Eleito* e *Terra Prometida* foram transpassadas para o bojo dos ideais da comunidade à época.

As noções de *Povo Eleito*, *Terra Prometida*, *Aliança* e *Nova Aliança*, *Reino* e *Rei* que a Idade Média herdou e releu são categorizações políticas que se mesclam com o imaginário religioso. O texto escrito as vezes duramente normativo, traz também a alentadora promessa da salvação diante de um Deus-Rei *sábio, justo*, misto de *carne e luz* vinda à Terra por um corpo humano, entre as bestas, os pastores e as estrelas. Que fonte maior de fantasia? Moisés, Saul, David, Salomão e Cristo são certamente os antepassados de Carlos Magno, S. Luís e o Mestre de Avis. Pois é isso que afirmam as genealogias, e as inúmeras representações em forma de árvore das gerações cristãs – a árvore de Jessé, por exemplo, que abriga todos os tempos do mundo. Tempos que certamente pertencem à *Plebis Christi*²⁹⁵.

O reino da Inglaterra também herdou esse ideal de *Povo Eleito*, e ele foi importante para fomentar a construção de uma identidade, especialmente nos séculos finais da Idade Média em que a guerra com a França movimentou a sociedade e a política. Cronistas e publicistas do século XV, por exemplo, expunham constantemente as rivalidades entre França e Inglaterra, fomentando inclusive, na perspectiva de McKenna, uma busca pela “nacionalidade” ou “identidade” de Deus²⁹⁶. Soma-se a isto uma construção na memória de uma imagem estereotipada dos reis, mas também do povo inglês e a próxima relação deles com Deus.

Junto à exaltação das habilidades religiosas e militares dos ingleses, formou-se uma analogia cada vez maior da Inglaterra com Israel, especialmente em momentos de batalhas que de alguma forma impactaram a vida política e social do reino, como Agincourt em 1415²⁹⁷. A imagem que era produzida em torno do *Rei* e do *Reino* também estava direcionada

²⁹⁵ FRÓES. *Era no tempo do rei* ... op. cit. p. 56.

²⁹⁶ MCKENNA, John W. How God Became an Englishman. In: GUTH, DeLloyd J. & MCKEENA, John W.(Orgs.) *Tudor Rule and Revolution: Essays for Grelton from his Americans friends*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. pp. 26-30.

²⁹⁷ Veremos adiante no Capítulo IV que os cronistas utilizaram várias referências bíblicas, especialmente do Livro de Deuteronômio, que comparava a Inglaterra a Israel e o exército inglês ao exército de Israel.

ao que os historiadores chamam de “arquétipos políticos”. Diversos estudos já foram feitos em relação às monarquias ibéricas, todavia em relação à Inglaterra ainda carecem pesquisas. Segundo Fróes, o *Reino Celeste* foi uma das bases políticas medievais e além de uma teoria era um desejo em meio às turbulências do período. Acabou por se unir às noções de realeza sagrada e a relação com o *Reino terreno*²⁹⁸. Os reis eram vistos como vigários de Deus, o que lhes permitia posses e poderes, além de virtudes oriundas do sobrenatural.

A analogia entre o governo de Deus no universo e o governo do rei na terra conseguiu terreno em meio à filosofia política medieval, no qual se formava a tradição do rei como vigário de Deus. Segundo Dubabin, essa ideia também tinha apoio na filosofia aristotélica, em que a monarquia seria a melhor forma de governo²⁹⁹. Portanto, o rei se encaixava facilmente na imagem orgânica, no qual a realeza representava a cabeça ou ocasionalmente o coração do corpo político. Governar, portanto, passou a ser um ato ético, em que o rei precisava ter sobre ele virtudes personificadas³⁰⁰.

Através dos ideais de comunidade política, e também de corpo, a imagem do rei passa a exercer – ao menos simbolicamente, mas em certos casos era utilizado na prática política – funções integradoras. Essa imagem integradora da monarquia aparece em grande escala em poemas ou canções, produzidas no século XV, em meio às dificuldades políticas ocasionadas pelas mudanças dinásticas e religiosas, como resultado do Lollardismo e no contexto “internacional”, com o Cisma. É interessante notar um poema escrito no reinado de Henrique V que nos diz muito sobre o papel integrador da monarquia.

O título do poema, *God save king Henry V* ou *God kepe oure king, and saue the croun!*³⁰¹ trata-se de uma apresentação da relação entre a figura do monarca e a Coroa, conceito emergente desde o século XIII, no qual a paz e estabilidade do reino se dá pelas boas ações do rei. O poema foi escrito para Henrique V, provavelmente no início de seu reinado, após 1413, o autor é desconhecido pela historiografia, mas seu escrito se relaciona com as turbulências políticas e religiosas da época. Os boatos de sobrevivência de Ricardo II que assombravam os Lancaster desde Henrique IV permaneciam no imaginário popular do

²⁹⁸ FRÓES. *Era no tempo do rei* ... op. cit. p. 68.

²⁹⁹ DUBABIN. *Government* ... op. cit. p. 483.

³⁰⁰ Idem. p. 483.

³⁰¹ *God save King Henry V*. In: ROBBINS, Rossel Hope. (Ed.) *Historical poems of the XIVth and XVth Centuries*. Nova York: Columbia University Press, 1959

período.³⁰² Além disso há elementos na escrita do poema que sugerem a preocupação com o Lollardismo e a proximidade de um de seus principais membros John Oldcastle com o rei Henrique V. Sem contar, é claro a relação mais direta com a Guerra dos Cem Anos, já que provavelmente o texto fora escrito às vésperas da ida de Henrique V para a batalha de Agincourt na França. O texto ainda é incluído no âmbito de uma literatura pedagógica, já que tem um caráter de Espelho de Príncipes, apresentando ao rei as virtudes e ações necessárias para manter a coroa e o bem do reino.

Um dos principais momentos em que a monarquia aparece como integradora das diversidades do reino – reino natural e humano – se dá quando o poeta desconhecido se questiona os significados da coroa (material) rodeada de pedras e flores, que representavam os senhores, clero e os comuns. A coroa se mantém com o reino por inteiro, com suas riquezas naturais e com os sujeitos de graus distintos.

O que significa a coroa de um rei,
Quando rodeada de pedras e flores?
Senhores, os comuns e o clero,
Todos concordem,
Para manter essa coroa, preste muita atenção,
Nas florestas, campos, vales e planícies,
O mais baixo sujeito, com seu corpo e fenda,
Ele faz parte da coroa.³⁰³

Em outro momento, o poeta se questiona quais as razões da coroa ser rodeada de pedras. Estas representavam as riquezas e generosidade do reino. Ele pressupõe que parte dessas riquezas eram oriundas de reinos estrangeiros, conquistadas com a força da guerra. Ainda, o mar é representado como espaço de proteção para os ingleses, no qual sem ele, os inimigos conquistariam o reino. É, de fato, uma clara associação às diversas vitórias inglesas em território francês que ocorriam desde o século XIV no âmbito da Guerra dos Cem Anos e que permaneceram durante o reinado de Henrique V. As cidades e castelos conquistados dos reinos estrangeiros, poderiam ser uma associação à cidade de Harfleur no norte da França, porto importante, inclusive para a defesa inglesa contra piratas franceses, conquistada por

³⁰² Um debate sobre como a memória de Ricardo II foi moldada de acordo com as necessidades dos Lancaster após a usurpação de Henrique IV e como, mesmo após sua morte sua imagem foi um “tortura” à nova dinastia serão debatidos no capítulo III desta tese.

³⁰³ God save King Henry V. In: ROBBINS, Rossel Hope. (Ed.) *Historical poems of the XIVth and XVth Centuries*. Nova York: Columbia University Press, 1959. p. 45. “What doþ a kynges crowne signyfye, Whan stones & floures on sercle is bent? Lordis, comouns, & clergye. To ben all at on assent, To kepe þat crowne, take good tent, In wode, in feld, in dale, & downe, þe leste lyge-man, wiþ body & rent, He is a parcel of þe crowne. (Tradução Livre)

Henrique V em 1415. Essa importante conquista inglesa se relaciona com a importância do mar para o reino, considerando os intensos ataques que vinham por terra (escoceses) e pelo mar (franceses). Trata-se, também, de estereótipos formados durante o final da Idade Média das habilidades marciais dos ingleses, elemento importante de construção das noções de identidade e pertencimento, integradas pelo papel da monarquia.

O que essas pedras circundadas significam?
 Riquezas, força e grande generosidade.
 Nossas cidades e castelos em reinos no exterior.
 São nossas pedras de grande poder,
 E mantêm todo este país em paz,
 Santidade e contemplação.
 Que Deus permita que eles nunca sejam dispersos
 E salve o rei e mantenha a coroa.

Se não tivéssemos nada além do mar
 E todos os nossos inimigos fossem amigáveis conosco,
 Embora trouxessem todo o seu ouro para cá,
 Eu o reservaria pouco.
 Nossos inimigos lutariam por ele em formação de batalha,
 E ganhariam isso e muito mais:
 Nossas terras, nossas vidas, o reino, a coroa.³⁰⁴

O bem do reino se dava também pela manutenção da paz interna. E de fato, a paz era um dos principais objetivos do monarca medieval. A guerra era vista como um instrumento para se alcançar essa paz, não a guerra interna, mas sim pela justiça contra inimigos estrangeiros. Portanto, faz parte desse discurso do bem estar do reino a exaltação das habilidades marciais dos ingleses que segundo o poeta desconhecido, fez pagãos e cristãos tremerem.³⁰⁵ A monarquia neste sentido é representada como responsável direta pela estabilidade interna do reino, através do cumprimento da lei pelo próprio rei e pelo bom aconselhamento dele através da escolha de bons conselheiros e juizes. O poeta desconhecido ainda menciona preocupação, provavelmente, com o movimento Lollardo dos anos 1413-1414, no qual um de seus principais líderes, John Oldcastle, era próximo do rei Henrique V.

³⁰⁴ Ibidem, pp. 45-46. “What signyfyeth þo stones aboute? Richesse, strengþe, & gret bouthe. Oure townes & castels, þo reme wiþ-oute, þey are oure stones of gret pouste. In pes þey kepe all þis contre, Holynes, contemplacioun. God let hem neuer skaterid be, And sauve þe king, & kepe þe crowne. By-þonde þe see, and we had nouȝt, But all oure enemys so neyȝe vs were; Þouȝ all here gold were hider brouȝt, I wolde set hit at lytel store. Oure enemys wolde coke þerfore Wiþ ordynaunce & habergeoun; Wynne þat, and wel more – Oure lands, oure lyues, þe reme, þe crowne. **(Tradução Livre)**

³⁰⁵ C.f. Ibidem. 49. “Englische men dede maystryȝes make; Þurgh all þe world, here wold it sprong. Cristen & hapen þey mad to quake, (...)”. “Os ingleses tiveram muitas vitórias e a notícia se espalhou por todo o mundo. Eles fizeram cristãos e pagãos tremerem, (...). **(Tradução Livre)**

Um homem pode ser retirado
para longe do lugar de um rei;
E fazer com que um rei cometa perjúrio
Ao impedir a lei.
E faria acreditar que ele estava em de graça
E santa condição
E mantendo seu pecado
Enquanto retirava as pedras da coroa.³⁰⁶

Essa possível associação com o movimento Lollardista mostra a preocupação com a manutenção não apenas da lei dos homens, mas também da lei de Deus, e o bem da Igreja, considerando ser uma das promessas principais da coroação régia e constantemente lembrada nas fontes do período, principalmente quando havia intenção de cobrança de impostos da Igreja. A corrupção de um indivíduo próximo ao rei é comprometedora para a estabilidade de todas as partes que compõe a coroa.

Na busca por formular uma imagem integradora da realeza, pensando na coroa, o poeta anônimo a pensa em seu sentido material, a coroa rodeada de pedras e flores. No entanto, isto não significa que ela perde seu caráter simbólico e político, da Coroa mais ampla, inerente ao rei. Acerca disto, a historiografia há muito já tem debatido as diferenças entre a coroa material e a Coroa imaterial, um conceito mais amplo, que caracteriza alguns simbolismos, inclusive a teoria de *Os dois corpos do rei*.³⁰⁷ Ernst Kantorowicz definiu que existia no âmbito do pensamento político medieval uma distinção entre o corpo político do soberano seu corpo natural. O primeiro seria aquele sem defeitos, representava o reino, a comunidade política no qual o soberano é a cabeça (ou o coração), o segundo o corpo físico, capaz de errar e de sofrer com enfermidades. Ao mesmo tempo, o corpo político tinha a capacidade de se sobrepor aos problemas do corpo natural, como forma de manter a unidade política almejada na Idade Média.

A Coroa imaterial engloba privilégios e prerrogativas do poder transmitidas por Deus aos reis e ligadas a um poder invisível³⁰⁸. Igualmente, existia uma clara distinção nos textos medievais de uma separação entre a Coroa, o rei e o reino, que embora fossem associados,

³⁰⁶ Ibidem. p. 47. “A an myzte be forbon; ffer fro a kynges place; Wolde make a king to be forsworn. To lette þe lawe it most not passe. And mak hym wene þat he grace, And holy in condicioun, And mayntene hym in his trespace, While he pykeþ þe stones out of þe crowne. **(Tradução Livre)**

³⁰⁷ KANTOROWICZ. Ernst. *Os dois corpos do rei*. Um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁰⁸ Ibidem. p. 206.

não eram a mesma coisa³⁰⁹. Porém, Kantorowicz aponta que em certos casos é difícil compreender quando os autores da Baixa Idade Média estavam se referenciando à coroa material ou à Coroa imaterial e sobretudo, invisível³¹⁰.

Havia uma preocupação, inclusive, entre os medievais de distinção entre as propriedades, prerrogativas, direitos e senhorios pertencentes à Coroa e aquelas pertencentes ao rei. Apesar disso, comumente as fontes trabalham a ideia de que a Coroa é incompleta e incapacitada sem o rei. Demonstra, conforme a ideia de Kantorowicz, que apesar da distinção, não significava uma cisão ou contraposição entre Coroa e rei³¹¹. O caso do Ducado de Lancaster é um exemplo a respeito desta distinção. Com a usurpação de Henrique IV em 1399, o Ducado, considerado uma propriedade privada do rei, foi separado das propriedades da Coroa³¹². O que foi importante nas afinidades Lancastrianas e o que permitiu em meio a tantas instabilidades a manutenção da dinastia no trono se pensarmos na questão financeira, já que grande parte dos recursos do rei eram provenientes do Ducado.

Era uma distinção jurídica que refletia e enfatizava a diferença de espécie entre a autoridade pública da Coroa - aquela que era ‘constituída para a direção do povo e a administração do bem público’- e o poder privado do duque de Lancaster, como qualquer outro nobre, apreciado como um magnata territorial³¹³.

Na Era Yorkista, Eduardo IV tinha noção dos poderes e rendas originados do Ducado de Lancaster, e assim, junto a seus conselheiros incorporaram as regiões às posses da Coroa. Isto só foi possibilitado com a condenação de Henrique VI por alta traição, a única razão que possibilitava a um rei confiscar títulos e bens do soberano anterior. Eduardo IV, portanto, só passou a ter direitos sobre o Ducado de Lancaster em nome da Coroa³¹⁴. Entretanto, os debates em torno do Ducado de Lancaster permaneceram até a Era Tudor. Helen Castor mostra que a relação entre o rei, a Coroa e o Ducado foram abordados por advogados de

³⁰⁹ Ibidem. p. 207.

³¹⁰ Ibidem. p. 206.

³¹¹ Ibidem. p. 221.

³¹² Ibidem. p. 243.

³¹³ CASTOR. *The King, The Crown and the Duchy of Lancaster* ... op. cit. p. 4. “This was a distinction in law which reflected and emphasized the difference in kind between the public authority of the crown – that which was ‘constituted for the direction of the People, and the Management of the public weal’ – and the private power which the duke of Lancaster, like any other nobleman, enjoyed as a territorial magnate.”

³¹⁴ KANTOROWICZ. *Os dois corpos do rei* ... op. cit. p. 244.

Elizabeth I. A conclusão seria de que o Ducado pertencia ao rei pelo seu corpo natural, ao invés de seu corpo político³¹⁵.

A ideia, portanto, em torno da Coroa presente no poeta anônimo, oferece uma distinção direta entre a instituição e a figura do rei. O papel principal do monarca era a conservação da Coroa por todas as suas características. A monarquia, age como integradora das diversidades humanas e naturais do reino, como ainda sua função de guia de um povo escolhido por Deus no qual tal rei fora escolhido, a fim de manter a integridade da Coroa. Servia também, como uma forma de exaltar as habilidades marciais dos ingleses. O poeta desconhecido projeta uma imagem do reino inglês como escolhido de Deus para vitórias e seu rei como um guia, que só alcança a mesma com a manutenção de todas as partes que integram a coroa.

³¹⁵ CASTOR. *The King, The Crown and the Duchy of Lancaster...* op. cit. p. 3.

PARTE II – A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E LEGITIMAÇÃO

CAPÍTULO III

“ESTE REINO À BEIRA DA RUÍNA”

A MEMÓRIA NO ESTABELECIMENTO DOS LANCASTRIANOS AO TRONO

3.1. A RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA DE RICARDO II

Quando Henrique IV usurpou o trono em 1399, instaurou-se uma era de instabilidades na Inglaterra. Inúmeros instrumentos foram utilizados para criticar Ricardo II e estabelecer os Lancastrianos no trono. O primeiro ato da nova dinastia, exemplificado no âmbito do Parlamento e das crônicas pós-usurpação, era a produção de estereótipos sobre o rei deposto, Ricardo II; demonstrando como o reino inglês estava ao ponto da ruína devido à ação dos antigos apoiadores de Ricardo, como também suas próprias condutas. Os letrados ligados à Casa de Lancaster produziram uma memória sobre o monarca deposto que o transforma numa chave de interpretação no tempo, possível de ser recuperada, de modo a consolidar propósitos específicos da nova dinastia. Isto é, parte essencial da construção da memória Lancaster foi a elaboração de uma memória cercada de estereótipos acerca de Ricardo II. Ainda, essa memória é marcada pela utilização e relação com personagens bíblicos ou literários.

Antes de me aprofundar na análise dos estereótipos formulados sobre Ricardo II, alguns elementos contextuais merecem ser destacados.

Thomas Walsingham aponta que o duque de Hereford (Henrique de Bolingbroke antes de ser estilizado duque de Lancaster) teria acusado o duque de Norfolk, Thomas Mowbury de pronunciar testemunho que traria desgraça ao nome do rei. O soberano, porém, teria arranjado um duelo entre os dois duques na região de Coventry. No discurso, Walsingham afirma que Ricardo II não era um rei injusto. Primeiro reconhece, durante o duelo, que Henrique agiu certamente e com honra. O rei, porém, toma a causa em suas mãos, mas envia Henrique a exílio por dez anos. Segundo o cronista, a ação de Ricardo era contra “à justiça, às leis da cavalaria e os costumes do reino”.³¹⁶

³¹⁶ TCM. p. 303. “(...) this was contrary to justice, the laws of knighthood and the customs of the kingdom.” (Tradução Livre)

Adam de Usk segue um roteiro narrativo similar. Alegou que o duque de Hereford acusou o duque de Norfolk apresentando provas de traição. O monarca decidiu que ambos deveriam duelar no dia seguinte à festa de Exaltação da Cruz. Ambos nobres apareceram no duelo em grande estado, porém ele não nega sua admiração e preferência ao falar do duque de Hereford, mostrando-se de “forma gloriosamente distinta”³¹⁷ com “diversos equipamentos”³¹⁸ e “sete cavalos”.³¹⁹ Usk ainda confirma seu apreço pelo duque de Hereford, quando assinala que as intenções de Ricardo ao proclamar o duelo eram derrotar Hereford, com a simples finalidade de ver o sofrimento do duque. Entretanto, vendo que isto não aconteceria, banuiu Norfolk perpetuamente e Hereford por dez anos, este último, que voltou ao reino com “triunfo”³²⁰ e reinando com “poder”³²¹.

Em fevereiro de 1399, John de Gaunt, então duque de Lancaster faleceu, deixando seu título e terras para seu herdeiro, o duque de Hereford, que agora tornava-se duque de Lancaster. Todavia Ricardo II decretou exílio perpétuo a Bolingbroke, revogando seus direitos de herança. Thomas Walsingham assegura que o rei não possuía “amor verdadeiro pelo duque”³²², e que sua intenção em o banir não era por justiça, mas sim uma oportunidade de tomar as fortunas dos Lancaster. Para Usk, o retorno do duque para a Inglaterra significaria a injúria do rei Ricardo, por esta razão a decisão de pô-lo em exílio perpétuo.³²³

Ricardo II se direcionou para a Irlanda e Henrique de Lancaster iniciou seus projetos de retornar à Inglaterra a fim de reivindicar sua herança. Há nisto um ponto importante: o apoio que ele teve dos lordes espirituais e temporais, mas também dos comuns. Isto foi um ponto crucial no estabelecimento Lancastriano ao trono, embora inicialmente se projetasse apenas a reivindicação de sua herança. O apoio de senhores detentores de grandes senhorios do reino sem dúvida é a principal explicação para compreender a empreitada de Henrique. O crime contra as propriedades privadas por parte de Ricardo II foi uma das bases para a criação de um aporte jurídico que mais tarde foi utilizado para justificar sua deposição. É provável que esses aristocratas vissem no exemplo de Henrique de Lancaster – tendo seus bens confiscados – como passíveis de ocorrer consigo mesmos o confisco por parte da Coroa.³²⁴

³¹⁷ AU. p. 24. “multum gloriosius”. (Tradução Livre)

³¹⁸ AU. p. 24. “diversitatis apparatu”. (Tradução Livre)

³¹⁹ AU. p. 24. “septem equorum”. (Tradução Livre)

³²⁰ AU. p. 24. “regnum gloriose rediit” (Tradução Livre)

³²¹ AU. p. 24. “potenter regnavit” (Tradução Livre)

³²² TCM. p. 305. “the king had no sincere love for the duke” (Tradução Livre)

³²³ AU. p. 24.

³²⁴ C.f. FLETCHER, C.D. Narrative and political strategies at the deposition of Richard II. In: *Journal of Medieval Studies*. Nº 30, 2004., p. 323-347.

Parte da nobreza e da *gentry* que defendeu a deposição de Ricardo e apoiou a usurpação de Henrique IV recebeu um conjunto de bens, terras, títulos e cargos “públicos” no reino. Essa relação, que também é marcada pela dependência política e militar, foi responsável pelas primeiras instabilidades enfrentadas pelos Lancastrianos.

Ao chegar na Inglaterra, era significativo o número de nobres que apoiavam a causa do duque de Lancaster. É o caso do arcebispo de Canterbury que também estava em exílio desde 1397, como também o conde de Northumberland e seu filho Henry ‘Hotspat’ Percy e o conde de Westmorland. Os Percies, sobretudo, são vistos com grande importância, pois eram detentores de enormes senhorios no norte da Inglaterra, parte essencial das afinidades Lancastrianas e responsáveis pelo levante contra o rei em 1403 quando houve contendas entre Henrique IV e parte de suas afinidades.

Nas *Chronica Maiora* há a menção dos condes de Northumberland e Westmorland na perseguição aos “maus conselheiros do rei Ricardo”, o que confirma a importância que ambos aristocratas tiveram na formação de um exército aliado ao duque de Lancaster contra o rei.³²⁵ Usk também faz uma menção ao ocorrido, dando detalhes dos aliados e oficiais do rei Ricardo que foram executados por coligados dos Lancaster.

Ricardo II foi capturado em setembro de 1399 por Henrique de Bolingbroke. Ordenações em seu nome foram enviadas para todo o reino, convocando lordes espirituais e temporais, assim como alguns comuns para um Parlamento em Westminster³²⁶. O primeiro Parlamento de Henrique IV ocorreu entre os dias 6 de outubro e 19 de novembro de 1399³²⁷. Embora a documentação oficial aponte a assembleia como sendo no período de Henrique IV — é assim que observamos nos *Rotuli Parliamentorum* — as narrativas cronísticas do período assinalam como sendo ainda um Parlamento do reinado de Ricardo II. Isto se dá por duas questões: a primeira porque os crimes de Ricardo ainda eram debatidos, como também o futuro do reino; segundo, pois retirar um rei ungido do trono não era tarefa fácil, o duque de Lancaster ao conseguir apoiadores e armas apresentava-se como um reivindicador de sua herança e não da Coroa e reino. Apenas após a renúncia de Ricardo, deposição e aceitação dessa renúncia e deposição é que havia um espaço cabível para Henrique de Bolingbroke

³²⁵ C.f. *TCM*, p. 308.

³²⁶ C.f. *CCR 1396-1399*, pp. 520-521.

³²⁷ O Parlamento de 1399 é dividido em dois rolos, contendo ainda uma lista de petições de comuns. O primeiro rolo contém a cópia do *Record and Process* de deposição do rei e a *demerita notoria* — uma versão sanitizada da abdicação de Ricardo II entre 29 de setembro e 01 de setembro de 1399. O segundo rolo contém o julgamento dos principais apoiadores de Ricardo II, inclusive no âmbito da alta nobreza, que ocorreu entre 29 de outubro e 3 de novembro de 1399.

reivindicar o trono. Esse Parlamento ainda conta com o *Record and Process* de deposição de Ricardo II, contendo a narrativa dos crimes praticados pelo monarca.

Era tradição o Parlamento ser iniciado com uma fala ou sermão de um clérigo, e em 1399 esta tradição ficou a cargo de Thomas Arundel, arcebispo de Canterbury. Em seu discurso inicial, ele explicou como “este reino honorável da Inglaterra”³²⁸ que ainda segundo ele “é o mais abundante e bom canto do mundo inteiro”³²⁹ estaria sendo liderado, governado e comandado por “crianças” e “conselhos de viúvas”.³³⁰ O arcebispo ainda apontou que se não fosse Deus em sua graça e misericórdia, através do envio de um homem sábio e propenso ao conselho de sábios e anciões do reino — em clara associação a Henrique IV — o reino teria ido à ruína. Após tal alocução o arcebispo continuou outra tradição dos Parlamntos na Inglaterra com a elaboração de um sermão. Neste caso baseado em 1 Macabeus, “Além disso, os cuidados do reino aguardam-nos”³³¹ afirmando que é dever o rei ser aconselhado por pessoas honradas, inteligentes e prudentes, seguindo um conselho comum e consenso ao que é melhor para o reino, sem governar seguindo sua própria vontade ou inclinações pessoais.

É possível que o arcebispo — e isto aparece bem claro inclusive na forma como depois os cronistas desenvolveram suas narrativas — estivesse associando o duque de Lancaster com Judas Macabeus. Consequentemente algumas questões sobre o livro merecem serem expostas com clareza.

A primeira parte do livro de 1 Macabeus trata principalmente do período que Antíoco Epifânio dominava Israel e possibilitou a penetração do helenismo na região. O livro narra que “por esses dias apareceu em Israel uma geração de perversos”³³² Os artigos do *Record and Process* e os próprios cronistas dos séculos XIV e XV associavam Ricardo II com Antíoco Epifânio, pela “perversidade” estabelecida no reino inglês durante seu reinado. O arcebispo ainda havia citado que o novo homem que surgiu no reino para restaurar o esplendor da Inglaterra estava disposto a ouvir o conselho dos anciões, o que mais uma vez teria relação direta com o livro de Macabeus, quando é apontado:

³²⁸ *RP 1399 parte 1*. p. 415. “monstre, qe cest honorable roialme d'Engleterre”. **(Tradução Livre)**

³²⁹ *RP 1399 parte 1*. p. 415. “q'est la pluis habundant angle de richesse parmy tout le monde”. **(Tradução Livre)**

³³⁰ *RP 1399 parte 1*. p. 415. “et gouvernez par enfauntz, et conseil des vefves”.

³³¹ *RP 1399 parte 1*. p. 415. “Incumbit nobis ordinare pro regno”. **(1 Mc 6:57) (Tradução com base na BJ)**

³³² 1Mc 1:11.

Chefes e anciãos gemeram,
 moças e moços perderam seu vigor,
 murchou a beleza das mulheres,
 Todo recém-casado entoou uma elegia,
 ficou de luto a esposa em sua câmara nupcial,
 A terra estremeceu por causa de seus habitantes,
 e toda a casa de Jacó se cobriu de vergonha.³³³

A retórica pejorativa sobre o reinado de Ricardo II traz a ideia de um período em que os bons conselhos eram ignorados, nesse caso, o conselho de anciãos, e por esta razão toda perversidade se instaurou no Inglaterra. Junto a isto, Ricardo cometia o crime de impedir os costumes do reino, as leis estabelecidas pelos monarcas antecessores e as leis da terra³³⁴. Associado diretamente à ideia de Macabeus onde as leis e costumes judaicos foram ameaçados pelo helenismo inserido por Antíoco Epifânio. O papel de Judas Macabeus a unir-se a seus irmãos, vendo toda a injustiça estabelecida em Israel, foi possibilitar o retorno das liberdades e para que os judeus pudessem viver conforme seus costumes. Portanto, ao apontar o Livro de Macabeus, o arcebispo associava Henrique de Bolingbroke a Judas Macabeus na possibilidade de retomar as tradições, costumes e liberdades antes retiradas por Ricardo II.

Além do *Rotuli Parliamentorum*, as crônicas também tendem a apresentar Ricardo como um rei que governou segundo seus próprios desejos e vontades. Não é adjetivado diretamente como um tirano, entretanto enfatizam decisões políticas tomadas conforme às vontades do rei que o caracterizam como tirano. Segundo Chris-Given Wilson, o Parlamento de 1399 assumiu um papel moral e legal. Distorcendo e exagerando elementos da vida do rei, ressignificando em favor dos projetos Lancastrianos³³⁵.

Um dos casos mais clássicos narrados diz respeito aos empréstimos exorbitantes que Ricardo teria exigido de muitos lordes temporais, espirituais e outros homens do reino³³⁶. Confirmado em *letters patent* que tais empréstimos seriam devolvidos em uma data fixada, o que não teria ocorrido.³³⁷ O rei ainda teria extorquido altas quantias de dinheiro de dezessete condados específicos do reino, devido ao apoio de tais aos Apelantes de 1386 – 1388 (duque

³³³ 1Mc 1: 26-28.

³³⁴ *RP 1399 parte 1*. p. 415.

³³⁵ GIVEN-WILSON. *Henry IV ... op. cit.* p. 153.

³³⁶ O Parlamento de 1399 revogava o pagamento dessas taxas, e em 1400 os *Close Rolls* enviaram ordenações para o reino ordenando a suspensão dos pagamentos. C.f. *CCR 1399-1401*. p. 276.

³³⁷ C.f. *TCM*. pp. 305-306. Tal narrativa também aparece no *Rotuli Parliamentorum de 1399*. C.f. *RP 1399 parte 1*. p. 417.

de Gloucester, e os condes de Arundel e Warwick), vistos como inimigos do rei. Pagando tais quantias essas regiões juravam lealdade ao rei.³³⁸

Feito isso, ele enviou certos bispos com outros homens respeitados a esses condados para persuadir os lordes espirituais e temporais e os homens de posição moderada desses condados a se submeterem ao rei e a reconhecer que eles próprios haviam sido traidores por meio de cartas assinadas com seus próprios selos. Nesta ocasião, o clero, o povo comum e os lordes temporais desses condados foram forçados a conceder ao rei somas insuportáveis de dinheiro para recuperar sua boa vontade.³³⁹

As ações tirânicas de Ricardo II em favor de um bem próprio e não de um bem-comum do reino, demonstradas por Thomas Walsingham mostram que o rei ordenou que o povo de vários condados fizesse juramentos nunca feitos. O cronista não detalha esses juramentos, nem os artigos de deposição no Parlamento, embora seja salientado que tais juramentos causariam prejuízos aos súditos.³⁴⁰ Há também os relatos em que Ricardo II teria escolhido xerifes para os condados não para o bem do reino, mas sim para benefício próprio, indo contra os interesses da comunidade, operando para enriquecimento próprio, agindo com avaréza. O *Record and Process* do Parlamento demonstra isto com mais clareza:

Apesar do que foi estabelecido, que eles serão em cada um dos anos, os oficiais do rei, com os juizes, e outros necessários ao conselho do rei, os xerifes da época em todos os condados do reino, seriam escolhidos de acordo com sua discrição e por consentimento para o bem ou benefício do Reino, deveriam ser nomeados pelo rei, nomeados ou justamente eleitos, o rei, no entanto, colocou outros em seus lugares por vontade própria, e alguns de sua própria família e amigos (...)³⁴¹

³³⁸ C.f. *TCM*. p. 306. O *Rotuli Parliamentorum* de 1399 também faz tais críticas a Ricardo, assim como exemplifica os atos criminosos do rei contra os Apelantes, especialmente o duque de Gloucester. C.f. *RP 1399 parte 1*. p. 418.

³³⁹ *TCM*. p. 306. “Once this was done, he sent certain bishops with other respected men to these counties to persuade the lords spiritual and temporal and the men of moderate standing of these counties to submit to the king and to acknowledge that they themselves had been traitors by means of letters signed with their own seals. On this occasion the clergy, the common people and the temporal lords of these counties were forced to grant to the king insupportable sums of money to regain his goodwill.” **(Tradução Livre)**

³⁴⁰ C.f. *TCM*. p. 306.

³⁴¹ *RP 1399 parte 1*. p. 419. “ITEM, non obstante quod statutum erat, quod in singulis annis Officiarii Regis, cum Justie, & aliis de Consilio Regis, Vicecomites per omnes Comitatus Regni eligantur & nominarentur Dñõ Regni, secundum qd eorum discretioni & conseientie pro bono & utilitate Regni videbitus expedire, idem Rex non nominatos aut electos hujusinodi, set alios pro fue libito voluntatis, quandoque suos familiares” **(Tradução Livre)**

A preocupação que o Parlamento de 1399 teve se relaciona com a própria tentativa de objetivação do poder no final da Idade Média, separando as vontades do rei do que é bom para o reino. Havia, portanto, a necessidade de objetivar a ordem política do reino e diferenciação da Coroa e o rei, como discutindo no Capítulo anterior. Se forma em torno do conceito de Coroa uma crença num “patrimônio comum”, em que o rei não atua como proprietário, mas sim como administrador, exigindo uma unidade como instrumento para salvaguardar e conservar.³⁴² Em diversos momentos o *Rotuli Parliamentorum* afirma que Ricardo II cometeu o crime de perjúrio por alienar as propriedades da Coroa, assim como infligir sobre sua dignidade. Os artigos da deposição asseguram que ele entregava grande parte do “dito patrimônio para pessoas sem valor”³⁴³

Na homilia do arcebispo de Canterbury no Parlamento, algumas questões eram necessárias para a manutenção de um bom governo: a justiça, preservação das leis do reino, e que cada indivíduo fosse governado de acordo com seu estado, grau e por esta razão o arcebispo apontou o lugar especial da Inglaterra. Como sendo um reino privilegiado para execução de tais coisas que, no momento não estariam sendo feitas devido ao mau governo de Ricardo II.³⁴⁴

Outro ponto importante que aparece no *Record and Process* é a questão da maturidade, exibida também na homilia do arcebispo de Canterbury. A chegada de Henrique IV ao trono em 1399 significava a superação de uma era de infantilidade. Estereotipar a imagem de Ricardo II significava também, no âmbito da reivindicação Lancastriana ao trono, mostrar como a nova dinastia deveria atuar para o bem do reino. Isto é, significava mostrar os erros de um rei e demonstrar como o novo monarca não deveria agir. A ideia principal de comparar os atos de Ricardo a de uma criança e de Henrique de Bolingbroke à maturidade são relacionados ao texto de 1 Coríntios 13:11³⁴⁵. Trata-se, na verdade, de manipulação da imagem de Ricardo, considerando que ele e o duque de Lancaster possuíam aproximadamente a mesma idade.

O que foi debatido e produzido acerca da renúncia e deposição de Ricardo II impactou a produção escrita de épocas seguintes, responsável principalmente para a cultivo de uma memória política “boa” sobre a nova dinastia. Boa parte da construção de memória do rei

³⁴² SORIA, El Reino ... Op.Cit., p. 353.

³⁴³ *RP 1399 parte 1*. p. 419. “(...) dicti patrimonii sui donavit eciam personis indignis”. **(Tradução Livre)**

³⁴⁴ C.f. *RP 1399 parte 1*.. p. 415.

³⁴⁵ 1Co 13:11. “Quando era criança, falava como criança, pensava como criança, pensava como criança, raciocinava como criança. Depois que me tornei homem fiz desaparecer o que era próprio da criança.”

deposto foi feita após seu reinado, são raras crônicas e biografias de Ricardo contemporâneas a ele. Como consequência, grande parte do *corpus* documental que trata de Ricardo II tem um foco nos seus atos falhos como rei ou até “crimes” contra a Coroa, o reino e o povo.

O *Annales Ricardi Secundi* foi escrito após 1399, assim como a seção da crônica de Adam de Usk, que abrange os anos de 1377 a 1400, escrita na primavera de 1401. A segunda parte do *Vita Ricardi Secundi*, que abrange os anos de 1390 a 1402, foi escrito depois de 1404. O *Continuatio Eulogii*, descrevendo os anos de 1367 a 1405, foi escrito em, ou pouco depois de 1405, incorporando e complementando um original mais curto em latim com fim em 1401. Dois tratados poéticos do reinado de Ricardo, *Cronica tripartita* de John Gower e o anônimo *Richard the Redeless*, também foi composto logo após a deposição³⁴⁶.

Os trabalhos que narram o reinado de Ricardo II — e aqui com destaque as crônicas — não reescrevem a história radicalmente, mas sim explicam a política e certos eventos do final do reinado dele, seguindo como exemplo os artigos de deposição presentes no *Record and Process* dos rolos do Parlamento e trazem a ideia do monarca deposto como um tirano e infantil. Eles importam estereótipos pós-deposição para narrar eventos pré-deposição. Jenni Nuttall observou que a prisão de três dos Apelantes em junho de 1397 foi mencionada pelo autor da *Vita Ricardi Secundi* como atos tolos e infantis do monarca. O autor do *Annales Ricardi Secundi* afirma que a deposição de Thomas Arundel de seu cargo de arcebispo de Canterbury e nesse período a prisão e assassinato do duque de Gloucester, como também a prisão perpétua do conde de Warwick era resultado da astúcia, leviandade e insolência de Ricardo II. John Gower, por outro lado, na sua *Cronica Tripartita* afirma que Ricardo investiu em projetos para enriquecimento próprio e para oprimir seus súditos, explorando o reino tiranicamente. Para Nuttall, a narrativa de Gower, especialmente, mostra como os artigos da deposição circulavam e estavam livremente articulados com o texto.³⁴⁷ “Esses paradigmas entrelaçados conseguiram influenciar autores predispostos a aceitar a representação

³⁴⁶ NUTTALL, Jenni. *The creation of Lancastrian Kingship: literature, language and politics in Late Medieval England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 18. “The *Annales Ricardi Secundi* was written after 1399, as was the section of Adam Usk’s chronicle covering the years from 1377 to 1400 which was written in the spring of 1401. The second part of the *Vita Ricardi Secundi*, covering the years from 1390 to 1402, was written after 1404. The *Continuatio Eulogii*, describing the years from 1367 to 1405, was written in or shortly after 1405, incorporating and supplementing a shorter Latin original ending in 1401. Two poetic treatments of Richard’s reign, John Gower’s *Cronica tripartita* and the anonymous *Richard the Redeless*, were also composed shortly after the deposition.” **(Tradução Livre)**

³⁴⁷ Ibidem. pp. 18-19.

Lancastriana de Ricardo e seu reinado porque eles produzem eventos amorfos, caóticos e desconcertantes, explicáveis e narráveis”³⁴⁸

Os cronistas que defendiam a deposição de Ricardo tomavam como base atos do soberano que remetiam a sua ascensão em 1377. Afirmavam que muito era esperado de Ricardo II quando ele assumiu o trono, e que o monarca não cumpriu com esse desejo e entusiasmo esperados pelos súditos. O primeiro ato do novo rei foi estabelecer a paz entre os cidadãos de Londres e o então duque de Lancaster, John de Gaunt, o que foi visto com bons olhos pela sociedade política. Neste ano, o novo rei selou a paz também entre o duque de Lancaster e o bispo de Winchester, o que demonstrava, de acordo com Thomas Walsingham que “de fato, o jovem rei, motivado por sua bondade inata, desejou paz entre todos os seus súditos (...)”³⁴⁹. Adam de Usk também corroborava com a expectativa criada em torno de Ricardo, utilizando referências bíblicas. Usk associou a beleza do monarca com Absalão, filho do rei bíblico Davi, conhecido por sua beleza, mas também pela rebeldia³⁵⁰. Afirmou que o monarca foi coroado em Westminster no dia de São Kenelm (santo anglo-saxão) e muito era esperado do soberano, mas por estar em “anos tenros”³⁵¹, era manipulado por aqueles que cuidavam do rei e do reino e “não cessaram em infligir sobre a terra atos de devassidão, extorsão e erros insuportáveis”³⁵².

Thomas Walsingham, por outro lado, elaborou uma narrativa em torno da coroação do rei e seus juramentos à Coroa e o reino, que permitiam uma via dupla: respeito ao povo e às leis e costumes do reino; obediência dos súditos para com o rei. Ao seguir esse caminho narrativo, o monge beneditino já projetava a questão que seria debatida no momento da deposição de Ricardo II no ano de 1399: o descumprimento dos juramentos da coroação e os diversos “crimes” praticados pelo rei.

Então o bispo pregou um sermão ao povo acerca do rei e de seu reino, mostrando como o rei deveria se comportar em relação a seu povo, e em que maneiras o povo devia-lhe obediência. Após o sermão, o rei fez o juramento ante o arcebispo e os magnatas que estavam presentes na abadia, já que eles

³⁴⁸ Ibidem, p. 19. “These interlocking paradigms succeeded in influencing authors predisposed to accept the Lancastrian representation of Richard and his reign because they rendere amorphous, chaotic and perplexing events explicable and narratable.” **(Tradução Livre)**

³⁴⁹ TCM, p. 36. “Indeed the young king, prompted by his innate goodness, desired peace among all his subjects.” **(Tradução Livre)**

³⁵⁰ C.f. 2Sm. 13-18.

³⁵¹ AU, p. 1. “tenere etatis”. **(Tradução Livre)**

³⁵² AU, p. 1. “(...) lascivias, extorciones, intollerabiles injurias regno irrogare non desistebant.” **(Tradução Livre)**

estavam sozinhos, foi possível ouvirem seu juramento. Ele jurou que permitiria a Igreja aproveitar suas liberdades, e que ele respeitaria a mesma e seus ministros, e manteria a boa fé e poria fim a pilhagens e todos os atos de injustiças contra todas as classes do povo. Segundo, ele jurou que garantiria que as boas leis da terra seriam em todos os lugares sustentadas (particularmente as leis do rei Eduardo, o Confessor, agora santo, que está sepultado nesta igreja), e que as más leis seriam repelidas. Terceiro, ele jurou que não faria acepção de pessoas, mas julgaria com justiça entre homem e homem, e tomaria os cuidados especiais para mostrar misericórdia, assim como Deus perdoador e misericordioso estava garantindo-lhe em favor de sua misericórdia.³⁵³

Logo depois o arcebispo de Canterbury efetuou outro sermão, pedindo a Deus que abençoasse o novo rei, e que “abençoe e glorifique-o para que ele possa empunhar seu cetro com a altivez do rei Davi, (...)”³⁵⁴ Mais à frente o sermão ainda pede que o escudo do rei “proteja seus nobres, e por sua graça que ele saia vitorioso em todos os lugares”³⁵⁵ Pede ainda que “em seus dias a justiça surja entre nós”³⁵⁶ e ainda que o monarca consiga manter seu trono real e possa se alegrar no “reino eterno”³⁵⁷

A importância dos juramentos do rei e da relação criada entre ele e o *Reino* também foi retomada em 1399 no Parlamento para oferecer justificativas para a deposição e renúncia de Ricardo II.

Alguns pontos merecem a atenção sobre a relação da chegada de Ricardo ao trono, os juramentos e o sermão do arcebispo de Canterbury.

1. A relação de mão dupla entre rei e seus súditos, as ações — voltadas à justiça — do rei para com seus súditos que dessa forma garantiria a obediência para com o rei. O que Walsingham e outros cronistas desenvolvem ao narrar a deposição do rei é que houve uma

³⁵³ TCM. pp. 39-40. “Then the bishop preached a sermon to the people on the subject of the king and his kingdom, showing how the king should behave towards his people, and in what ways the people owed him obedience. After the sermon, the king took his oath before the archbishop and the magnates who were present in the abbey, since they alone were able to hear his oath. He swore that he would allow the church to enjoy her liberties, that he would respect her and her ministers, that he would keep to the true faith and that he would put a stop to plunder and all acts of injustice in all classes of people. Secondly he swore that he would ensure that the good laws of the land were everywhere upheld (particularly the laws of King Edward the Confessor, now a saint, who lay buried in that very church), and that the bad laws were repealed. Thirdly he swore that he would be no respecter of persons but would judge fairly between man and man, and take special pains to show mercy, just as a forgiving and merciful God was then granting him the favour of his mercy.” **(Tradução Livre)**

³⁵⁴ TCM. p. 40. “so bless and glorify him that he may wield his sceptre with the loftiness of King David (...)”. **(Tradução Livre)**

³⁵⁵ TCM. p. 40. “May your shield protect him and his nobles, and by your grace may he emerge the victor everywhere” **(Tradução Livre)**

³⁵⁶ TCM. p. 40. “in his days justice may arise among us” **(Tradução Livre)**

³⁵⁷ TCM. p. 40. “eternal kingdom” **(Tradução Livre)**

espécie de quebra de pacto, o que permitiu que os comuns, muito citados pelos cronistas, retirassem sua fidelidade para com o rei e entregassem para Henrique de Bolingbroke.

2. A manutenção das liberdades da Igreja e dos seus ministros. Nesse quesito Ricardo teria descumprido ambos: primeiro pela cobrança de impostos exorbitantes aos membros do clero, e também pelo exílio de Thomas Arundel, então arcebispo de Canterbury, destituído do cargo por Ricardo II em 1397 no momento que o rei perseguia seus inimigos e opositores do movimento dos Lordes Apelantes do final da década de 1380.

3. A promessa do rei em estabelecer a justiça e ir contra injustiças, independente da classe de pessoas. Como veremos adiante um dos pontos defendidos pelos defensores da causa Lancastriana é a denúncia acerca de oficiais de Ricardo II que eram escolhidos sem causa justa ou que agiam com tirania em relação aos súditos do reino, levantando, inclusive, a insatisfação dos comuns que entregaram posteriormente a fidelidade deles ao duque de Lancaster.

4. A manutenção das leis, principalmente àquela estabelecida por Eduardo o Confessor, como ainda os costumes do reino. Era comum na retórica Lancastriana apontar que Ricardo descumpria as leis do reino, representado mais uma vez com a escolha de maus oficiais e no desrespeito das propriedades, privilégios e liberdades.

5. O fato de que o rei não deveria fazer acepção de pessoas e agir com a justiça. Nesta questão há dois desdobramentos: a relação do rei com indivíduos que segundo o discurso das fontes escritas não representavam uma boa influência a Ricardo, ou privilégios dados a indivíduos que não mereciam tais: é o fato do título concedido a Robert de Vere de marquês da Irlanda. Ainda o que foi invocado no Parlamento de 1399, o rei sendo “aconselhado por viúvas”³⁵⁸. A segunda questão derivada é a corrupção dos juízes do rei. Já apontei no capítulo 1 que a corrupção de oficiais régios e de juízes se tornou uma questão a ser combatida pelos monarcas ingleses, com destaque na época de Eduardo I e Eduardo III. Isto, no entanto, era evidenciado nas fontes do final do século XIV no que tange a corrupção no governo de Ricardo II e sobretudo, como o rei reagia a isto.

6. A defesa dos nobres do reino, como dita pelo arcebispo de Canterbury. Nisto podemos encontrar um dos principais argumentos que possibilitaram a usurpação de Henrique IV em 1399. Primeiro, pelo exílio ao qual Bolingbroke foi enviado em 1399, com data de fim em dez anos; segundo, após a morte de John de Gaunt, o confisco da herança de Bolingbroke,

³⁵⁸ *RP 1399 parte 1*. p. 415.

que agora se tornava duque de Lancaster e a manutenção de seu exílio de forma perpétua. Ambas atitudes do rei para com Bolingbroke foram vistas como injustas e, logo, contra o juramento da coroação de 1377³⁵⁹.

Os partidários Lancastrianos afirmavam que o reino foi reduzido à insegurança devido às perseguições do rei entre 1397 e 1399 aos seus opositores do movimento dos Lordes Apelantes entre 1386 e 1388. Essa circunstância por si só possibilitou a deposição de Ricardo.³⁶⁰ Todavia, restava a questão do que permitiu Henrique de Bolingbroke reivindicar o trono no Parlamento de 1399. Sua deserdação pelo rei Ricardo foi o principal argumento utilizado pelos partidários de Henrique, e com isto ele teve apoio também de grandes proprietários de terras que observavam na ação do rei um temor as suas próprias propriedades. A ascensão de Henrique possibilitava a chegada ao poder de membros da nobreza que eram “marginalizados” por Ricardo II ou que viam um risco de perderem suas propriedades, títulos e privilégios. Acaba por demonstrar porque tantos nobres tiveram atuação na usurpação, como Henry Percy, conde de Northumberland e Ralph Neville, conde de Westmorland. Para Fletcher, ideais informais, fora do aspecto legal teriam sido a base para tal justificativa.³⁶¹

Muitos dos “crimes” denunciados sobre Ricardo II eram fracos em justificativa, com exceção dos atos tirânicos de 1386 – 1388 e 1397 – 1399. Na verdade, muitos eram ações comuns a monarcas anteriores ou sucessores de Ricardo (o próprio Henrique IV), no entanto, não tiveram a mesma reação jurídica, com exceção ao caso de Eduardo II na década de 1320.³⁶²

Adam de Usk, por exemplo seguiu o exemplo dos artigos de deposição, ao expor que Ricardo II tinha em sua natureza a prática de “humilhar os nobres e exaltar a base”³⁶³ ao citar o caso de William Bagot, um cavaleiro, segundo o cronista, de “baixo grau” que foi “criado pelo rei em lugares altos”.³⁶⁴ Em sua retórica, Usk afirma que isto causou a ruína desses homens devido a um grande salto em suas vidas.

A preocupação com a lei e os costumes do mesmo modo se fez presente nesse processo de deposição: Adam de Usk afirma que colocar um novo rei no lugar de Ricardo II deveria ser feito conforme a lei, portanto, diversos doutores e bispos foram convocados para

³⁵⁹ RP 1399 parte 1. p. 419.

³⁶⁰ FLETCHER, C.D. Narrative and political strategies at the deposition of Richard II. In: *Journal of Medieval Studies*. Nº 30, 2004. pp. 324-326.

³⁶¹ Ibidem, p. 329.

³⁶² Ibidem, p. 326.

³⁶³ AU. p. 29. “nobiles deprimere ac ingobiles exalare” **(Tradução Livre)**

³⁶⁴ AU. p. 29. “infimi generis milite per regem ad alta promote, secum inviculato ducto.” **(Tradução Livre)**

debater tal assunto. O cronista se coloca na narrativa ao afirmar que ele era um dos escolhidos para discutir tal questão. Logo neste momento é possível observar o cronista pontuando diversos “crimes” de Ricardo que eram em peso para justificar a deposição de tal monarca e analisados por essa “comissão” de letrados: perjúrios, sacrilégios, até mesmo sodomia, exploração de seus súditos, redução do povo à escravidão, covardia e fraqueza do governo.³⁶⁵ O cronista ainda cita o decreto de deposição de Frederico II, o *Liber sextus Decretalium* para dar suporte aos diversos crimes de Ricardo. O rei estaria disposto a abdicar a coroa, mas ainda assim, de modo e manter a segurança do reino foi decidido que ele deveria ser deposto pela autoridade do clero e do povo.

Em seguida, a questão de deixar de lado o rei Ricardo e de escolher Henrique, duque de Lancaster, em seu lugar, e como isso deveria ser feito e por que razões, foi judicialmente comprometido a ser debatido por certos doutores, bispos e outros, de quem eu, que agora estou anotando essas coisas, era um. Sendo descoberto por nós que perjúrios, sacrilégios, sodomia, exações de seus súditos, redução de seu povo à escravidão, à covardia e à fraqueza do governo, com todos os crimes que o rei Ricardo era conhecido por ser contaminado, eram razões suficientes para deixá-lo de lado, conforme o capítulo “*Ad apostolicæ dignitatis*,” sob o título: “*De re judicata*,” in the *Sextus*”; (...) ³⁶⁶

É interessante, na verdade, perceber as semelhanças entre a carta de deposição citada no Parlamento de 1399, com a recepção dela entre os cronistas do período. Thomas Walsingham apenas cita a carta em que o rei assume seus crimes e livra seus súditos de homenagens e juramentos. Adam de Usk, por outro lado aponta que visitou com outros doutores e lordes temporais e espirituais o rei na Torre de Londres. Autores mais tarde que ainda repercutiam a produção de memória da deposição como John Capgrave e *The Brut or The Chronicles of England* não fazem menção detalhada do processo de deposição, mas reproduzem alguns estereótipos de Ricardo II que estavam relacionados à carta de renúncia e os artigos de deposição.

³⁶⁵ AU. pp. 29-30.

³⁶⁶ AU. pp. 29-30. “Item, per certos doctores, episcopos, et alios, quorum presencium notator unus extiterat, deponendi regem Ricardum et Henricum, Lancastrie ducem, subrogandi in deregem materia, et qualiter et ex quibus causis, iudice comcommittebatur disputanda. Per quos determinatum fuit quod perjuria, sacrilegia, sodomidica, subditorum exinnanicio, populi in servitutem reduccio, vecordia, et ad regendumim becilitas quibus rex Ricardus notorie fuit infectus, per capitulum, “Ad apostolice,” (extractus, “De re judicata,” in Sexto,) (...)” (Tradução Livre)

Tanto os artigos de deposição, quanto Thomas Walsingham apontam que Ricardo II extorquia altas quantias de seus súditos, entretanto não mostram diretamente no que essas quantias eram gastas. O *Record and Process*, por exemplo, apenas cita que o rei possuía recursos pessoais e da Coroa que o permitia não cobrar impostos de seus súditos, também, que poucas guerras estavam ocorrendo, por isso não havia necessidade de cobrança de impostos dos súditos. Também, a Inglaterra passava por longos períodos de trégua com seus inimigos³⁶⁷. Nuttall observou o *Cotinuatio Euloggi*, em que descreve dois momentos em que o arcebispo de Canterbury associava certas atitudes do rei Ricardo: antes de seu exílio em 1397 Arundel teria antecipado críticas ao rei e sua *household*, na forma como ambos viviam em avareza, o que prejudicava todo o reino. O segundo momento seria após seu retorno em 1399 quando o arcebispo enfrenta o rei, mostrando que seu exemplo ruim contaminou toda a Corte. Já o autor da *Vita Ricardi Secundi* ao narrar a morte de Ricardo em 1400 pontua que o soberano viveu sem limites para o consumo de comidas, bebidas, sem rotinas para dormir, caminhar e sempre de pé a noite. Embora tais fatos não sejam provados historicamente, essas afirmações marcaram as representações póstumas de Ricardo II e sua corte.³⁶⁸

Segundo esses cronistas *post hoc*, Ricardo demonstrou seu gosto pelo luxo não apenas através de comida e hospitalidade, mas também através da exibição grandiosa de sua soberania e poder, particularmente através de roupas caras e esplendor cerimonial. O autor da *Vita* registra em seu epitáfio que Ricardo era incomensuravelmente ostensivo em suas festas e roupas.³⁶⁹

Além dos luxos de Ricardo II, vistos como prejudiciais ao reino e também, de certa forma, a figura do monarca — o corpo do rei e não seu corpo natural — outro ponto apresentado nos diversos artigos de deposição é a relação de Ricardo com aqueles que diziam a verdade e sua relação com lisonjeadores. Os artigos trazem momentos em que Ricardo buscava punir aqueles que vinham em sua presença para aconselhar, criticar ou falar qualquer

³⁶⁷ C.f. *RP 1399 parte 1*. p. 419.

³⁶⁸ NUTTAL, *The creation of ...* Op.Cit., p. 20.

³⁶⁹ Ibidem, p. 21. “According to these post hoc chroniclers, Richard demonstrated his taste for luxury not only through food and hospitality but also via the grandiose display of his sovereignty and power, particularly through expensive clothing and ceremonial splendour. The author of the *Vita* records in his epitaph that Richard was immeasurably ostentatious in his feasts and clothing.” **(Tradução Livre)**

tipo de verdade. Isto também aparece no sermão de Arundel ao falar que os Lancastrianos vieram trazer o retorno da verdade e banir os lisonjeios³⁷⁰.

Com relação às crônicas, é interessante uma breve observação do autor anônimo do *AEC* sobre a formação do Conselho régio no sétimo ano de reinado do monarca. Ele aponta que o rei Ricardo transformou o conde de Oxford e Sir Michael de la Pole, como também outros “lisonjeadores”³⁷¹ membros principais do Conselho régio. Aponta ainda que por eles o rei era governado. Adam de Usk ao narrar o momento da chegada de Henrique de Bolingbroke em Ravenspur, menciona a tentativa do duque junto ao arcebispo em libertar Thomas Prestbury, monge na Abadia de Shrewsbury. Este, segundo Usk, é um exemplo da figura que se opunha a Ricardo II e seus excessos, silenciado e aprisionado pelo monarca ao pregar sobre os excessos do rei e sua *household*³⁷². Na “agenda” de criação de estereótipos de Ricardo sob a visão de cronistas ligados ao projeto da memória Lancaster, Prestbury era um falador de verdades, que foi reconhecido, restaurado e premiado pelos membros da facção Lancastriana.

Por trás de todos os estereótipos criados sobre a figura de Ricardo II, de fato estavam questões relacionadas à legitimação da nova monarquia ao trono. Era necessário para os letrados ligados ao projeto da nova monarquia encontrar um espaço “constitucional” que possibilitasse a entrada de um novo rei ao trono, evitando qualquer aspecto de ilegitimidade ou ilegalidade de ascensão de Henrique IV. Era também uma forma de evitar qualquer questionamento da reivindicação de Henrique.

Além da questão pró-dinástica havia também a questão do *Reino*. Os crimes apontados e de certo modo, construídos discursivamente em relação a Ricardo demonstram abundantemente o descumprimento dos juramentos de sua coroação em 1377 e das expectativas em instaurar a paz e ordem no reino num contexto em que dificuldades políticas ocasionadas pela Guerra dos Cem Anos eram enormes, assim como dificuldades religiosas. Ricardo II alienava a Coroa, desconsiderava a impessoalidade da mesma, confundindo seu corpo natural com seu corpo político. Descumpria ainda o texto bíblico, não só pela justiça que o rei deveria manter no reino terrestre, mas também por “pecados não naturais”, como é o

³⁷⁰ *RP 1399 parte 1*. p. 419.

³⁷¹ *AEC*. p. 3. “And this same tyme, king Richard made the erlle of Oxenford and ser Michael de la Pole, and othir flateres, chief of his counsel; and be thayn was gouerned.” “Nesta mesma época, o rei Ricardo fez o conde de Oxford e sir Michael de la Pole, e outros lisonjeadores, principais de seu conselho; e por eles era governado.” **(Tradução Livre)**.

³⁷² *AU*. p. 26. “(...) tune cerceribus per regem Ricardum detentum, eo quod contra excessus suos quedam mérito predicasset, (...)”.

caso de associação à sodomia pelo rei através de Adam de Usk. Ricardo, portanto, impedia uma das principais prerrogativas régias: manter o *Reino terrestre* à semelhança do *Reino dos céus*. Trata-se, na verdade, de construções. Não podemos cair no erro de acreditar que o discurso produzido no Parlamento de 1399 e nas crônicas do século XV como verdades. São produções de memória de um monarca específico de modo a legitimar outro pretendente do trono.

3.2. A LINHAGEM E MEMÓRIA

Logo após a exposição dos crimes de Ricardo II e a concretização de sua renúncia e deposição. Também, após ficar claro que nenhum indivíduo do reino devia juramentos ou homenagens ao agora deposto rei Ricardo, o duque de Lancaster teria ficado de pé, feito o sinal da cruz em sua testa e peito, invocando o nome de Cristo³⁷³, e tendo em vista a vacância do trono inglês reclamou a Coroa da Inglaterra, utilizando o inglês vernacular.

‘Em nome do Pai, Filho e Espírito Santo, eu, Henrique de Lancaster, reivindico este reino da Inglaterra e a Coroa com todos os seus membros e seus aspectos, na medida em que descendo por linhagem direta do sangue do bom senhor rei Henrique o terceiro, e através desse direito que Deus em sua graça me enviou, com a ajuda de meus parentes e amigos em recuperá-lo; qual o reino estava em ruínas por falta de governo e destruição das boas leis.’³⁷⁴

Esta mesma reivindicação aparece em forma e estrutura bem similar em Thomas Walsingham ou ainda em cronistas mais distantes no tempo dos acontecimentos, como John Capgrave tanto no *The Book of Illustrious Henries* e *The Chronicles of England*. Nesta questão três pontos devem ser analisados: o Parlamento como lugar de produção simbólica, a reivindicação em língua vernacular e também a questão da linhagem Lancaster.

³⁷³ C.f. *RP 1399 - parte 1*. p. 422.

³⁷⁴ *R.P.* pp. 422-423. “In the name of Fadir, Sone, and Holy Gost, I, Henry of Lancast’r chalenge yis rewme of Yngland, and ye corone with alle ye membres and ye appurtenances, als I yt am disendit be right lyne of the blode comyng fro the gude lorde Kyng Henry therde, and thorghe yat ryght yat God of his grace hathe sent me, with helpe of my kyn and of my frendes to recover it; the whiche rewme was in poynt to be undone for default of governance and undoyng of the gode lawes.” (**Tradução Livre**)

Sendo um lugar de memória, o Parlamento de 1399 se configurou como um espaço que agrupou o reino através dos diversos grupos sociais que o compõe. O duque de Lancaster reivindicava o reino inglês e a Coroa com todos os membros que a compunham, isto é, todos os “estados” ou “grupos sociais” do reino, mas também a Coroa como unificadora do reino em seu aspecto natural. Portanto, reafirma a ideia da monarquia e sua função integradora das diversidades do reino. Ele também reclamava o trono em língua vernácula, demonstrando sua relação com a questão identitária da Inglaterra, considerando que em grande parte a documentação normativa do reino, dentre elas os *Rotuli Parliamentorum* eram produzidos em latim e francês, deixando a língua inglesa um espaço coadjuvante. Todavia, desde meados do século XIV com o crescimento da participação dos comuns na vida política, a língua vernácula ganhava cada vez mais importância. Expressa primeiro na literatura (é o grande exemplo dos *The Canterbury Tales* de Geoffrey Chaucer.)³⁷⁵

A produção de Chaucer também influenciou a literatura inglesa ao longo do século XV e podemos ver isto claramente no *Espelho de Príncipes* de Thomas Hoccleve *The Regiment of Princes*. Além disto, os poemas escritos para a monarquia ou sobre a monarquia em grande parte eram feitos em língua vernacular. Com relação às crônicas, há sem dúvida aquelas escritas em inglês vernáculo nos séculos XIV e XV, mas a grande maioria preserva a tradição do latim. Na segunda metade do século XV esse jogo vira e há uma intensa produção em inglês, como é o caso, nesta Tese, de John Capgrave em *The Chronicles of England, The Brut, The Chronicle of John Hardyng* e do cronista desconhecido de AEC.

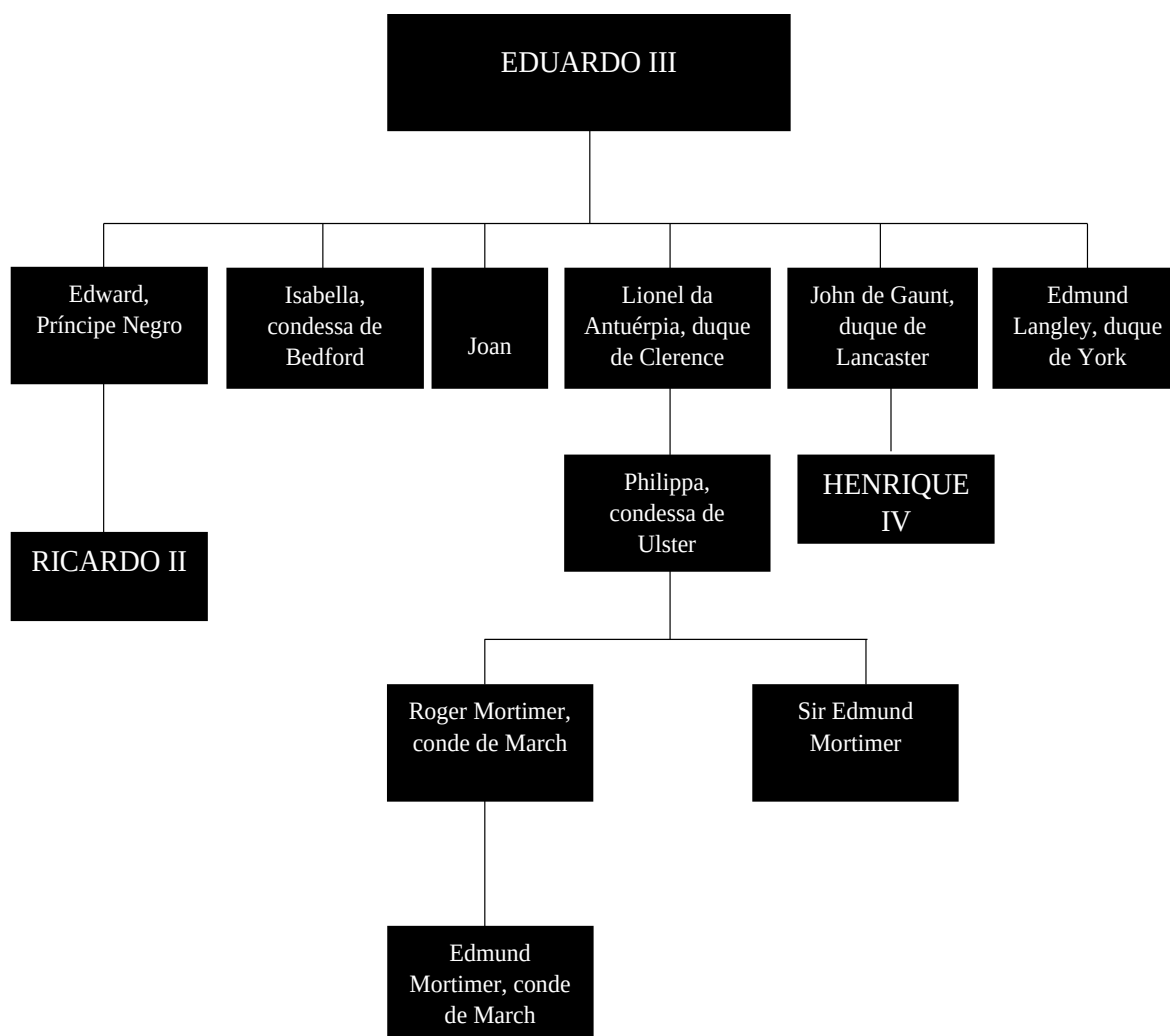
Para Given-Wilson, a reivindicação de Henrique ao trono em inglês também era uma forma de aproximação da figura do novo rei ao povo, em contraposição a Ricardo e seu afastamento que cultivou a distância em relação ao reino³⁷⁶. Outros instrumentos foram utilizados pelos Lancaster como forma de clamar a Coroa. Primeiro a ideia de conquista, o que não era vista muito bem pela comunidade política, sobretudo pelos detentores de terra. Apesar disso, Given Wilson salienta que alguns elementos da ideia de conquista permaneceram no discurso, através do ideal de que Deus era a favor da causa Lancastriana, a fim de “recuperar” o reino³⁷⁷.

³⁷⁵ Sobre a relação entre identidade, língua e a produção de Geoffrey Chaucer C.f. JESUZ, Viviane Azevedo. *A litel jape that fil in oure citee: A construção da identidade cidadina e o discurso sobre a Londres Medieval*. (Tese de Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

³⁷⁶ GIVEN-WILSON. *Henry IV ... op. cit.* p. 155.

³⁷⁷ Ibidem. p. 156.

Outro elemento foi a tentativa de justificar sua linhagem. Quando Ricardo II foi deposto e renunciou à Coroa, Henrique de Bolingbroke era o próximo na linha de sucessão, graças a uma lei aprovada no Parlamento de Eduardo III de 1376, em que retirava os homens da sucessão por herança feminina³⁷⁸. Pelo *Common Law* e pela forma como os próprios comuns acreditavam, o herdeiro de Ricardo II era Edmund Mortimer, conde de March, que era descendente da filha de Lionel da Antuérpia, duque de Clarence, filho mais velho de Eduardo III após o falecido Príncipe Negro. John de Gaunt era o terceiro filho (vivo) de Eduardo III, e além de ser um nobre extremamente poderoso, Bolingbroke reivindicou o trono através da linhagem masculina oriunda de seu pai. O esquema abaixo possibilita entender com maior clareza a questão da linha de sucessão.



Esquema III – Árvore de Eduardo III e o problema da linha de sucessão ao trono inglês.

³⁷⁸ Para uma análise historiográfica da lei de Eduardo III, C.f. BENNETT, M. Edward III's Entail and the Succession to the Crown, 1376 – 1471. In: *The English Historical Review*, CXIII (452). pp. 580-609.

O problema residia no fato de que Henrique apenas era o mais proeminente herdeiro masculino, mas não a prioridade em termos sanguíneos ao trono. Segundo Given-Wilson, é acreditado que Ricardo II tentou mudar a lei de sucessão no Parlamento de 1386 e confirmar os Mortimer como seus herdeiros, embora não haja menção disso nos registros oficiais³⁷⁹. Por fim, até a Guerra das Rosas os Lancastrianos enfrentaram a sombra dos direitos dos Mortimer ao trono.

Encontramos um paradoxo nesta questão. Como parte da construção da memória Lancastriana e construção da retórica de poder da casa real que permitisse a legitimidade, Henrique IV, já no Parlamento de 1399, ele ignorou em partes sua própria descendência de Eduardo III. Aqui entra uma lenda que desde os anos de John de Gaunt perturbavam a comunidade política.

Após os debates sobre a sucessão do trono ainda no reinado de Ricardo II, John de Gaunt teria recuperado a lenda de Edmund ‘Crouchback’, primeiro conde de Lancaster e segundo filho de Henrique III, em que na realidade ele era o filho mais velho do soberano do século XIII, mas devido a sua deficiência física, foi deserdado em favor de Eduardo I³⁸⁰. Ainda no século XIV essa ideia forjada por Gaunt teria criado problemas e desconfiança em meio à alta nobreza, embora seja possível que Henrique IV tenha se utilizado dela. A evidência disso se encontra em Adam de Usk. Sendo assim, o que essa retórica assegurava era que todos os monarcas ingleses a partir de Eduardo I eram usurpadores, portanto, Henrique IV, como descendente de Crouchback era o verdadeiro rei de direito da Inglaterra. Surpreendentemente, Henrique IV ao reivindicar sua linhagem de Henrique III utilizou também a linhagem feminina como base, pois sua mãe, Blanche de Lancaster, era filha de Henry de Gronsnot, descendente de Edmund Crouchback.

Apesar das intenções dos Lancastrianos em manipular a memória em torno da linhagem, mesmo Usk que apoiou a dinastia via a retórica de Crouchback como o verdadeiro primogênito de Henrique III com desconfiança. Adam de Usk apontou que na reunião dos doutores para decidir a questão da deposição de Ricardo II e a possibilidade de Henrique de Bolingbroke ascender ao trono, foi debatida a linhagem de Bolingbroke que oferecesse uma legitimidade à sua reivindicação. Entretanto Usk parece não concordar com tal ideia de primogenitura de Edmund Crouchback. Explica que leu em diversas crônicas e documentos

³⁷⁹ GIVEN-WILSON. *Henry IV ...* op. cit. p. 112.

³⁸⁰ Ibidem. p. 112.

contemporâneos a meados do século XIII que afirmam que o verdadeiro herdeiro do trono era sim Eduardo I.

Li o seguinte nas crônicas dos frades pregadores de Londres: “Nasceu Eduardo, filho mais velho do rei Henrique, em Westminster; a quem o legado Oto batizou” (livro vii. Cap. Xxv., 1239 d.C.). Novamente: “O rei Henrique deu a seu filho mais velho, Eduardo, a Gasconha, Irlanda, Gales, Chester e Surrey” (livro vii. Cap. Xxxvij., 1253 d.C.). Novamente: “No décimo quinto dia de maio, na batalha de Lewes, os barões fizeram prisioneiros o rei Henrique e seu filho mais velho, Eduardo” (livro vij. Cap. Xxxvij., 1253 d.C.). Novamente: “Eduardo, filho mais velho do rei Henrique, foi com sua esposa à Terra Santa” (livro vij. Cap. Xxxvij., 1271 d.C.). - *Polychronicon*. Novamente: “O rei Henrique celebrou o Natal em Winchester. No mesmo ano de nosso Senhor, 1239, nasceu do rei Henrique e da rainha Eleanor, seu filho mais velho, Eduardo, no décimo sétimo dia de junho”. Novamente: “O rei convocou a rainha e seu filho mais velho, Eduardo, para a França, para tratar de um casamento entre ele e a filha do rei da Espanha, no ano de nosso Senhor 1254 e no trigésimo oitavo do rei Henrique”. Novamente: “O mesmo ano foi enviado à Espanha, em grande estado, o filho mais velho do rei, Eduardo, ao rei Alfonso, pelo referido casamento.” Trivet. Novamente: “A rainha Eleanor trouxe seu filho Eduardo em Westminster, no ano de nosso Senhor 1239.” “A rainha Eleanor deu à luz sua filha Margaret, no ano de nosso Senhor 1241.” “A rainha Eleanor deu à luz seu filho Edmund, no ano de nosso Senhor 1245. ‘*Crônica de Gloucester*.’”³⁸¹

O que Usk escreveu é interessante, pois não bastava ao cronista apenas discordar da narrativa Lancastriana sobre a linhagem, era importante também apresentar provas. Como as crônicas na Idade Média tinham a intenção de serem portadoras da verdade, o cronista galês utilizou diversas crônicas produzidas ao longo do século XIII que atestavam a legitimidade de Eduardo I. Tal ponto também revela outro problema. Apesar dos Lancastrianos terem tido sucesso para se manterem no trono, a reivindicação por descendência de Henrique III se

³⁸¹ AU. p. 31. “In cronicis fratrum predicatorum Londonensium ita legi : " Natus est Edwardus, primogenitus regis Henrici, aput Westmonasterium; quern Oto legatus baptizavit" : libro vij ., capitulo xxv ., anno Domini millesimo ducentesimo tricesimo nono. Item, "Rex Henricus Edwardo primogenito suo dedit Vasconiam, Hiberniam, Waiam, Cestriam, et Surreiam": libro vij.,cap. xxxvij ., anno Domini millesimo cclij. Item, " Idibus Maii, in bello de Lewys, barones ceperunt regem Henricum et primogenitum suum Edwardum ": libro vij., cap. xxxvij ., anno Domini m cc lxiij. Item, "Edwardus, primogenitus regis Henrici, cum uxore sua, adiit terrain sanetarn": libro vij ., cap. xxxvij ., anno Domini m cclxxj. *Pollicronica*. Item, "Rex Henricus tenuit festum Natale Wyntonie. Eodem anno Domini mcccxxxix., regi H[enrico] et A[lianore] regine natus filius primogenitus Edwardus, xv. kalendas Julii." Item, "Rex vocavit reginam et primogenitum suum, Edwardum, in Franciam, pro tractatu matrimonii inter ipsum et filiam regis Hi[s]panie, anno Domini mcc liij. et regis Henrici xxxvij .". Item, "Eodem anno missus est Edwardus primogenitus in magno apparatu in Hispaniam ad Alfonsum, regem Hispanie, pro dicto matrimonio." *Trevet*. Item, " Alienora regina peperit filium suum, Edwardum, apud Westmonasterium, anno Domini mcccxxxix. Alienora regina peperit filiam suam Margaretam, anno Domini mccxlj .". "Alienora regina peperit filium suum Edmundum, anno Domini mccxlv .". *Cronica Glowcestrie*.” (**Tradução Livre**)

revelava frágil. Não há indícios de documentos ou livros de linhagem que provassem de alguma forma a verdadeira legitimidade de Henrique IV.

Havia, no entanto, outros elementos que facilitaram a tomada do trono por Henrique IV em detrimento dos Mortimer. Em primeiro lugar, Edmund, conde de March era jovem, e no caso de sua ascensão uma regência deveria ser estabelecida, o que não era bem visto pela sociedade política. Como Given-Wilson reiterou, a Inglaterra necessitava de unidade após a deposição de Ricardo II, o que seria difícil de ser alcançada com um rei jovem³⁸².

Como dito, Henrique IV enfrentou problemas relacionados à reivindicação dos Mortimer durante todo o seu reinado. Primeiro com a Revolta galesa que se iniciou em 1400 e a captura de Sir Edmund Mortimer (tio do conde de March) e a recusa de Henrique IV em pagar o resgate do mesmo devido ao temor da reivindicação dos Mortimer ao trono. Nesse contexto, é o primeiro caso que vemos cronistas a favor da dinastia formularem uma memória que pudesse colocar Sir Edmund Mortimer como inimigo da ordem. Thomas Walsingham, por exemplo, relata a morte do nobre. Alegou que ele foi feito prisioneiro, mas por razões “desconhecidas” mudou de lado e traiu o rei, em referência à aliança que foi feita entre os Percies, Owain Glyndŵr e Sir Edmund, o *Tripartite Indenture*³⁸³.

Nessa época, veio à morte de [Sir] Edmund Mortimer. Ele era o jovem que eu disse antes ter sido feito prisioneiro por Owain Glyndŵr. Tanto pelo tédio de seu terrível cativeiro, quanto pelo medo da morte ou por alguma outra razão desconhecida, ele mudou de lado e declarou sua lealdade a Owain e inimizade com o rei da Inglaterra ao se casar com a filha de Owain, embora tenha sido um casamento muito humilde e abaixo do nível de seu nascimento nobre.³⁸⁴

Até mesmo o reinado de Henrique V, que obteve sucesso militar e boas relações com a comunidade política, ocorreram conspirações de aliados da causa dos Mortimer³⁸⁵. Revelava que apesar dos esforços da nova dinastia em manipular a memória, a linhagem ainda carecia de legitimidade.

³⁸² GIVEN-WILSON. *Henry IV* ... op. cit. p. 156.

³⁸³ C.f. Capítulo I.

³⁸⁴ TCM, p. 325. “At this time came the death of [Sir] Edmund Mortimer. I He was the young man whom I said before was taken prisoner by Owain Glyndŵr. Either through the boredom of his awful captivity or through fear of death or for some other unknown reason, he had changed sides and declared his allegiance to Owain and enmity to the king of England by marrying Owain’s daughter, although it was a very humble marriage and below the level of his high birth.” **(Tradução Livre)**

³⁸⁵ Outros elementos em torno da reivindicação dos Mortimer serão recuperados no Capítulo V, quando a projeção e desafios à memória Lancastriana serão analisados.

3.3. AS PROFECIAS DA ASCENSÃO LANCASTRIANA

Um dos instrumentos principais das narrativas cronísticas sobre os primeiros reis Lancastrianos é a recuperação do pensamento profético. Certas profecias são criadas pelos letrados aqui estudados, enquanto outras estão inseridas em uma tradição literária maior, com influências de figuras mitológicas da tradição inglesa, da Cristandade e a tradição bíblica. A proliferação de profecias que ocorria não só na Inglaterra, mas em vários reinos da Cristandade se liga sobretudo com as possíveis perturbações internas ou externas, motivos para incentivar a crença em profecias³⁸⁶. Resta-nos perguntar em que momento no tempo e espaço essas profecias estão relacionadas e porque elas são recuperadas. Vale ter em mente que tais profecias não estão afastadas de um pensamento escatológico.

A primeira questão que podemos lembrar ao estudar o pensamento profético nas crônicas e, sobretudo relacionado à figura régia, é a concepção cristã de que o passado não está completo.³⁸⁷ Portanto, as crônicas estão inseridas num mundo onde o passado é redito, “pois a profecia era considerada um meio pelo qual se poderia obter uma compreensão da natureza e do propósito da história.”³⁸⁸ No que concerne os reis Lancastrianos, muitas dessas profecias são conectadas às habilidades marciais ou guerra. Apontado por Lesley Coote³⁸⁹, os discursos onde as profecias políticas estão relacionadas possuem aspectos moralizantes e cavaleirescos³⁹⁰. Os primeiros momentos que profecias são evocadas nas crônicas se relacionam ao momento de ascensão de Henrique IV ao trono, mas elas permanecem vivas no imaginário no período do rei Henrique V.

É muito difícil delimitar com certeza a época de formulação de certas profecias. Algumas são simples recuperações, como o caso da *Prophetia Aquilae*, ou as profecias de John Bridlington, e assim conexas na construção de memória com o período vivido. Outras profecias inicialmente parecem totalmente novas, sem referências a autores ou intelectuais que tratassem delas anteriormente. Outros elementos históricos, como a lenda do óleo de Thomas Becket que será analisado no próximo capítulo, também poderiam se enquadrar numa profecia. Ou ainda, o sermão do arcebispo de Canterbury no Parlamento de 1399, alertando como Henrique IV foi eleito por Deus como um homem maduro para “salvar” a Inglaterra,

³⁸⁶ GUENNÉE. *O Ocidente nos séculos XIV e XV ...* op. cit. p. 91.

³⁸⁷ C.f. DUKKER, Tamar. Vision and History: Prophecy in the Middle English Prose *Brut Chronicle*. In: *Arthuriana*, Vol. 12, Nº4. (Winter, 2002), p. 25.

³⁸⁸ Idem, p. 25. “(...) for prophecy was believed to be a medium through which one could gain an understanding of history's nature and purpose.” **(Tradução Livre)**

³⁸⁹ COOTE, Lesley A. *Prophecy and Public Affairs in Later Medieval England*. York: York Medieval Press, 2000.

³⁹⁰ Ibidem. p. 14.

também tem características proféticas. A simples ideia de predestinação e ligação com um passado bíblico poderia ser considerada uma espécie de profecia.

Nas crônicas há ao menos 8 profecias ligadas diretamente ou indiretamente aos reis Henrique IV e Henrique V. E quando digo ao menos 8 profecias, isto é, porque é difícil definir exatamente o que é uma profecia nessas narrativas, rodeadas de lendas e mitos. Todas essas profecias são correspondentes à ascensão da dinastia e o problema da legitimação. Elas buscam justificar ascensão dinástica e produzem uma retórica de poder que exalta esses reis e suas habilidades militares. Elas tendem a se concentrar nos impasses da ordem interna do reino e o papel da monarquia em manter o bem-comum.

Poderíamos estabelecer algumas categorias para rapidamente analisar essas profecias. 1. As profecias ligadas ao reinado de Ricardo II e os problemas que ocorreram no reino causadas pelo mal governo do monarca, que justificaria a ascensão Lancastriana e a necessidade dessa dinastia. 2. Há profecias de natureza mitológica, como aquelas alusivas a personagens como Merlim, ou às profecias de John de Bridglington e até Beda. 3. Algumas dessas profecias envolvem eventos naturais, como o clima, sendo associadas principalmente com as habilidades militares desses monarcas e os problemas em torno da ordem.

Apesar do foco neste estudo ser as crônicas, segundo Coote, a ascensão de Henrique IV em 1399 marcou uma enorme proliferação de profecias em manuscritos, sobretudo em poemas. Algumas dessas profecias não eram tradicionais na Inglaterra antes de 1399, não visto nenhuma associação a elas nem mesmo nas crônicas³⁹¹.

Adam de Usk, apresenta uma profecia, relacionada ao dia da coroação de Ricardo II, que demonstrava os sinais de que seu reinado seria marcado por intempéries e ao fim rápido. Aparentemente ela não está associada diretamente com a ascensão Lancastriana, embora sua recuperação tenha ocorrido em meio às narrativas da morte de Ricardo em 1400 e as conspirações de seus apoiadores contra Henrique IV. No plano do imaginário, essa profecia demonstrava que Ricardo há muito estava fadado a perder sua Coroa.

Na coroação deste senhor, três insígnias da realeza renunciaram para ele três infortúnios. Primeiro, na procissão ele perdeu um dos sapatos da coroação; de onde, em primeiro lugar, os comuns que se levantaram contra ele o odiaram por toda a sua vida: em segundo lugar, uma das esporas de ouro caiu; donde, em segundo lugar, a soldadesca se opôs a ele em rebelião: em terceiro lugar, no banquete uma súbita rajada de vento levou a coroa de

³⁹¹ Ibidem. p. 157.

sua cabeça, donde, em terceiro e último lugar, ele foi afastado de seu reino e suplantado pelo rei Henrique.³⁹²

O problema sobre o que seria a determinação de uma profecia também aparece nos discursos das fontes normativas. No Parlamento de 1399 quando o arcebispo de Canterbury fez seu sermão de abertura e apontou que o reino inglês estava fadado a desgraças por ser governado por crianças (o rei e seus preferidos), tal infantilidade, conectada ao Livro de Coríntios, determinava que o futuro da Inglaterra estava incerto, portanto, era necessário um monarca maduro. Tal enunciado, de certo modo, poderia ser considerado uma profecia, e mostra como profecias eram utilizadas pelo “regime” formulando relações entre a política no aspecto tangenciável e seu aspecto simbólico.

Soma-se a isto, um conjunto de poemas contemporâneos à deposição de Ricardo que corroboram com os estereótipos dos artigos de deposição e com os discursos enunciados pelas crônicas pós-1399, que associam Ricardo a um tirano fadado a perder seus direitos reais³⁹³.

Uma imagem semelhante de Ricardo como tirano é representada em “*Vulpis cum cauda*”. A raposa, ‘*fals beste e deceyuable*’, regozija-se com o ‘clero pernicioso’, como ‘*siccantur stagna iusticiae spina tacebatur*’ (‘as lagoas secaram e o espinho da justiça silenciou’). O rabo da raposa, característica distintiva mais visível, pode ser uma referência aos maus conselheiros de Ricardo, ou àqueles de sua corte que eram vistos como seus ‘seguidores’. ‘*Vulpis cum cauda*’ aparece pela primeira vez em Oxford, Bodleian Library, MS Rawlinson D. 1230, ao lado de documentos relativos à renúncia ao poder de Ricardo II e ao subsequente desafio de Henrique de Bolingbroke no Parlamento, e o texto ‘*Bruti posteritas*’, sobre a reunificação de Britania. O novo rei foi associado por alguns com Galfridian, profecia britânica, e isso estava relacionado diretamente com a deposição de Ricardo II. BL MS Royal 15 C. XVI, datado de c. 1400, contém a ‘*Prophecia aquile*’, com ênfase na dinastia e nação (‘*Arbor fertilis*’), e a reunificação galfridiana sob um libertador de além-mar, em associação com a *Historia Regum Britannie*³⁹⁴.

³⁹² AU. p. 42. “In coronacione istius doraini, tria regalitatis insignia tria sibi infortunia portentabant. Primo, in processione, unum de coronacionis sotularibus perdidit; unde et primo plebei contra ipsum insurgentes ipsum post per totam vitam suam detestabantur: secundo, unum de calcaribus aureis ab eo cecidit; unde et militares, secundo, sibi rebelando adversabantur: tercio, in prandio subitus venti impetus coronam a capite deposuit; unde, tercio et finaliter, a regno depositus et per regem Henricum supplantatus fuit.” (Tradução Livre)

³⁹³ COOTE. *Prophecy and Public Affairs* ... op. cit. p. 158.

³⁹⁴ Ibidem. pp. 162 – 163. “A similar picture of Richard as tyrant is painted in ‘*Vulpis cum cauda*’. The Fox, ‘a fals beste and deceyuable’, rejoices with the ‘pernicious clergy’, as ‘*siccantur stagna iusticiae spina tacebatur*’ (‘the pools are dried up and the thorn of justice is silent’).¹⁸ The fox’s tail, his most visible distinguishing feature, may be a reference to Richard’s evil counsellors, or to those of his court who were perceived to be his ‘hangers-on’. ‘*Vulpis cum cauda*’ first appears in Oxford, Bodleian Library, MS Rawlinson D. 1230, alongside documents relating to Richard II’s renunciation of power and Henry Bolingbroke’s subsequent challenge in Parliament, and

Estas profecias políticas circulavam, e estavam ligadas a uma rede intertextual mais ampla. É por isto que profecias previamente escritas eram recuperadas e adaptadas aos problemas contextuais de determinada época. Além disso, normalmente elas seguem juntas nas narrativas. É o exemplo das profecias ligadas a personagens mitológicos como John de Bridlington presente em Adam de Usk, conectada a uma profecia de Merlin. Por um lado, a circulação dessas profecias em meio aos eventos do início do século XV atestam a popularidade delas, por outro, já no final do século, alguns escritores as viam com desconfiança. As profecias, no entanto, serviam como uma forma de justificar os acontecimentos do contexto.

(...) Froissart afirmou ter sido informado disso trinta anos antes; Adam Usk não conseguiu decidir se Henrique era a águia profetizada por Merlin para derrubar o rei branco ou o galgo profetizado por Bridlington para subjugar o cervo; até mesmo o autor ricardiano da Crônica de Dieulacres relatou rumores de que a vitória de Henrique havia sido predestinada. Creton foi mais cético: na viagem de Flint para Chester, ele se deparou com um cavaleiro mais velho da comitiva de Henrique, que lhe disse que Merlin e Beda haviam profetizado a queda de Ricardo “nas partes do norte, em um lugar triangular”, e que Conway era esse lugar; embora Creton concordasse que Conway era triangular, ele achava os ingleses crédulos demais em profecias, fantasmas e feitiçaria, uma característica que ele acreditava indicar “uma grande falta de fé”. Ele estava certo, porém, ao dizer que os ingleses davam grande importância às profecias, e era particularmente em tempos de crise ou convulsão que as pessoas se lembravam delas. As profecias não apenas explicavam os eventos, elas os justificavam, e os eventos que as pessoas estavam testemunhando exigiam justificação. Quer o próprio Henrique tenha ou não divulgado profecias no verão de 1399 para justificar sua perseguição ao rei, ele certamente o faria em breve³⁹⁵.

the text ‘Bruti posteritas’, about the reunification of Britain. The new king was associated by some with Galfridian, British prophecy, and this was related directly to the deposition of Richard II. BL MS Royal 15 C. XVI, dated c. 1400, contains the ‘Prophecia aquile’, with its stress on dynasty and nation (‘Arbor fertilis’), and Galfridian reunification under a deliverer from over the seas, in association with the *Historia Regum Britannie*. **(Tradução Livre)**

³⁹⁵ GIVEN-WILSON. *Henry IV ...* op. cit. p. 151. “Froissart claimed to have been told as much thirty years previously; Adam Usk could not decide whether Henry was the eaglet prophesied by Merlin to overthrow the White King, or the greyhound prophesied by Bridlington to subdue the hart; even the Ricardian author of the Dieulacres Chronicle reported rumours that Henry's victory had been preordained. Creton was more sceptical: on the ride from Flint to Chester, he fell in with an elderly knight in Henry's retinue who told him that both Merlin and Bede had prophesied Richard's fall ‘in the parts of the north, in a triangular place’, and that Conway was that place; although Creton agreed that Conway was triangular, he thought the English far too credulous of prophecies, phantoms and witchcraft, a characteristic which he believed to indicate ‘a great want of faith’. He was right, though, to say that the English put great store by prophecies, and it was particularly at times of crisis or upheaval that people recalled them. Prophecies not only explained events, they justified them, and the events people were witnessing required justification. Whether or not Henry himself circulated prophecies in the summer of 1399 to justify his hounding of the king, he would certainly do so soon. **(Tradução Livre)**

Em seu retorno para a Inglaterra, Henrique de Bolingbroke havia se tornado duas vezes duque (duque de Hereford e duque de Lancaster), sua chegada sendo associada por Usk a uma profecia de John de Bridlington.

A saída do exílio do referido duque de Hereford, agora com a morte de seu pai, tornou-se duque de Lancaster, portanto, duas vezes duque, estava de acordo com a palavra da profecia de Bridlington, onde estão os versículos: -

“Com escassos trezentos homens, o duque voltará;

E Filipe, falso, fugirá, todos imprudentes mortos”³⁹⁶

John Thwenge, ou John de Bridlington – relacionado ao priorado de Bridlington, em Yorkshire, onde ele teve atuação religiosa — é um santo canonizado no século XV, mas com atuação no século XIV. Em alguns casos as fontes também mencionam o santo como John de Beverley em referência ao local do túmulo. Embora as profecias de John de Bridlington sejam comumente, pelo nome, associadas a ele, a verdade é que elas consistem num poema anônimo em latim, contendo cerca de 600 linhas, dedicado a Hamphrey de Bohun.³⁹⁷ Vale ressaltar que a primeira esposa de Henrique IV era Bohun, e a família era grande patrocinadora na Ordem dos Agostinianos na Inglaterra, o que pode ser uma das razões da utilização da profecia de Bridlington em meio à usurpação³⁹⁸.

É difícil afirmar até que ponto os Lancastrianos utilizaram as profecias de Bridlington como forma de manutenção do “regime”. Sabe-se, porém, que somados aos patrocínios dos Bohun ao culto de John de Bridlington que tinham ligações com os Lancastrianos, Henrique IV garantiu diversos privilégios à cidade de Beverley em Yorkshire em 1399³⁹⁹, confirmados no ano de 1403 nos *Patent Rolls*, em “devoção ao confessor St. John de Beverley, cujo corpo está sepultado na Igreja de Beverley”⁴⁰⁰

O corpo das profecias de Bridlington trata de questões relacionadas às necessidades políticas do governo de Eduardo III, escrito provavelmente na década de 1360. Embora tenha

³⁹⁶ AU. p. 24. “Adventus sui exilii dicti Herffordie, et per mortem sui patris jam Lancastrie, ducis, sic duplici ducatu functi, juxta illud prophecie Brydlintoun, ubi versus:- “Bis dux vix veniet cum trecentis sociatis. Phi. falsus fugiet, non succurret nece stratis.” **(Tradução Livre)**

³⁹⁷ CURLEY, Michael J. The cloak of Anonymity and “The Prophecy of John of Bridlington”. In: *Modern Philology*, vol. 77, No. 4 (May, 1980), p. 361.

³⁹⁸ COOTE. *Prophecy and Public Affairs* ... op. cit. p. 164.

³⁹⁹ CPR 1399 – 1401. p. 119.

⁴⁰⁰ CPR 1401 – 1405. p. 227. “(...) devotion to the confessor St. John of Beverley, whose body lies buried in the church of Beverley (...)” **(Tradução Livre)**

a característica profética, a obra trata-se mais de comentários das relações inglesas durante o reinado de Eduardo II quatro décadas antes.

Há um total de aproximadamente 37 manuscritos das profecias, que segundo Curley, atestam a popularidade delas, e recapitulações em crônicas e biografias. Entretanto, há discordâncias em torno da identidade real do autor das profecias. A relação com John de Bridlington se deu provavelmente pela popularidade desses textos e circulação em Yorkshire no final do século XIV, que mais tarde alguns letrados atribuíram a John Thwenge.⁴⁰¹ A popularidade das profecias demonstra também que no âmbito das profecias políticas, elas não andavam sozinhas. Comumente eram associadas, relacionadas ou citadas com outros personagens proféticos da tradição inglesa, como Thomas Becket, Beda e o personagem mitológico-literário Merlim. Essas profecias também se proliferavam em momentos de intensa dificuldade política, como é o caso já apontado do fim do reinado de Ricardo II e a ascensão de Henrique IV.

Pouco depois de sua morte, a tumba de Thwenge foi considerada o local de inúmeros milagres cuja fama se espalhou por toda a Inglaterra. (...) Foram instaurados inquéritos oficiais visando a canonização de Thwenge; seu corpo foi traduzido em 1404. Entre os que apoiaram sua canonização estava Henrique IV, que mais tarde colocou seu filho sob o patrocínio especial do santo de Yorkshire; o próprio príncipe Hal, enquanto visitava Bridlington em 1407, fez uma oferenda de cinco marcos a “São João” em cumprimento de um voto especial. A essa altura, partes da profecia já estavam sendo usadas como propaganda anti-lancastriana. É tentador levantar a hipótese de que os adeptos Yorkistas foram responsáveis por primeiro atribuir a profecia a São John de Bridlington e depois usando-o como propaganda contra a realeza lancastriana, cujo patrono se tornou um profeta de sua própria condenação. Por outro lado, apesar da rejeição desdenhosa de Henrique IV de certas linhas da profecia, permanece a possibilidade de que em algum momento seus próprios propagandistas se opuseram às reivindicações Yorkistas ao trono com trechos supostamente pró-lancastrianos da profecia que eles próprios atribuíram ao popular norte santo.⁴⁰²

⁴⁰¹ Ibidem, pp. 361-363.

⁴⁰² Ibidem, p. 364. “Shortly after his death, Thwenge's tomb was said to have been the site of numerous miracles whose fame spread throughout England. (...) Official inquiries were established which aimed at Thwenge's canonization; his body was translated in 1404.¹⁸ Among those supporting his canonization was Henry IV, who later placed his son under the special patronage of the Yorkshire saint; Prince Hal himself, while visiting Bridlington in 1407, made an offering of five marks to “Saint John” in fulfilment of a special vow. By this time, parts of the prophecy were already being used as anti-Lancastrian propaganda. It is tempting to hypothesize that Yorkist adherents were responsible for first attributing the prophecy to Saint John of Bridlington and then using it as propaganda against the Lancastrian royalty, whose patron thereby became a prophet of their own doom. On the other hand, in spite of Henry IV's scornful dismissal of certain lines of the prophecy, the possibility remains that at some time his own propagandists countered Yorkist claims to the throne with supposedly pro-Lancastrian excerpts from the prophecy which they themselves attributed to their popular northern saint.” **(Tradução Livre)**

Felipe o falso foi associado a Ricardo II, aquele que fugiu e era ilegítimo ao trono devido seus crimes contra o reino e à Coroa. Os imprudentes, bem aparente, seriam aqueles que rodeavam o monarca com conselhos ruins que também prejudicavam o reino e a Coroa. O duque que retornou, neste caso Henrique de Bolingbroke, teria um papel quase que messiânico de restaurar a ordem no reino. Essa ideia de restauração da ordem aparece novamente em outra profecia exposta por Usk, no caso em relação a *Prophetia Aquilae*.

Este duque Henrique, conforme a profecia de Merlim, era a águia, como filho de João. Mas, seguindo Bridlington, ele era justamente o galgo, por causa do emblema de uma coleira de galgos ligados e por ter aparecido nos dias de calor; e porque ele expulsou totalmente do reino os veados infieis, isto é, o emblema do rei Ricardo, que era o veado.⁴⁰³

A tal profecia de Merlim que Adam de Usk cita é uma clara associação ao emblema da águia característica de S. João. A *Prophetia Aquilae*, não está presente nas *Prophecia Merlini* da *Historia Regum Britaniae* de Geoffrey de Monmouth, mas Adam de Usk associou ao monge galês do século XIII, cuja obra contém diversas profecias associadas a Merlim. Ainda nesta profecia o cronista liga a questão dos símbolos de Henrique, os galgos, e o símbolo de Ricardo II, o veado-branco, que neste caso, ainda fora associado à infidelidade.

Elementos dessa profecia estão presentes em John Gower em um poema para o rei Henrique IV, com referência à *pullus aquilae*.⁴⁰⁴ A profecia de Merlim como apresentada em Usk também tem ligações com a profecia de Bridlington apresentada anteriormente. Henrique IV, neste caso, foi associado ao galgo cinza, contra o *rex albus* - rei branco ou veado branco, que neste caso em específico era o símbolo principal de Ricardo II. Estas profecias pretendiam justificar as ações militares de Henrique IV em seu retorno para a Inglaterra e reivindicação dos seus direitos ao Ducado de Lancaster e por fim o reino.

Segundo Coote, não há evidências de que Henrique IV tenha utilizado essas profecias como forma particular para associar a seu governo, embora indivíduos próximos ao

⁴⁰³ AU. p. 25. “Iste dux Henricus, secundum propheciam Merlini juxta propheciam, pullus aquile, quia filius Johannis. Set secundum Bredlintoun merito canis, propter liberatam collarium leporariis conveniencium; et quia diebus canicularibus venit, et quia infidos cervos, liberatam scilicet regis Ricardi in cervis existentem, penitus regno affugavit.”

⁴⁰⁴ C.f. GOWER, John. Complimentary verses on king Henry IV. In: *Political Poems and Songs relating to English History*. Editado por Thomas Wright. Londres: Longman, Green, and Roberts, 1861. p. 3. “H. aquilae pullus quo nunquam gratior ullus, Hostes confregitque tyrannica colla subegit. H. aquilae cepit oleum quo regna recepit, (...)”

rei, como o arcebispo de Canterbury e os Percies talvez tenham entrado em contato mais direto com elas. Ainda segundo a autora, essas profecias serviam aos Lancastrianos enquanto eles assumiam um papel de oposição ao monarca reinante, neste caso Ricardo II, a partir do momento que eles ascenderam ao trono, elas poderiam ter um papel mais perigoso do auxiliar⁴⁰⁵. Essas profecias até serviam a Henrique IV para associa-lo a imagem do herói que salvaria o reino, mas lembremos que seu reinado foi atingido por diversas crises (econômicas e da ordem). As profecias políticas não pertenciam à monarquia, mas sim à comunidade política. As profecias utilizadas durante a ascensão, poderiam ser utilizadas como forma de oposição ao novo regime devido à crise gerada por ele⁴⁰⁶.

No que tange profecias ligadas à natureza, há certos exemplos associados aos reinados de Henrique IV e Henrique V. O primeiro foi a profecia da divisão de um rio em 1399, que corria entre as vilas de Selston e Harewood, próximo à região de Bedford, deixando, inclusive seu curso original seco por 3 milhas (4,83 km). Segundo o cronista, seria um presságio para muitos de que uma divisão e rebelião contra o rei Ricardo II ocorreriam no reino. Presumidamente o cronista se refere à usurpação de Henrique IV, ou a tomada das posses do Ducado de Lancaster após a morte de John de Gaunt. “Para muitos, esse milagre parecia predizer uma divisão de propriedades e uma rebelião do rei, coisas que realmente aconteceram neste ano.”⁴⁰⁷ John Capgrave, seguindo talvez uma inspiração em Thomas Walsingham narrou tal profecia em *The Chronicles of England*, O cronista também diz que este “maravilhoso”⁴⁰⁸ também predizia a divisão entre o povo inglês.

Com relação a tal profecia, dois pontos merecem ser considerados. Primeiro a ideia de milagre, isto é, o que constituía tal e, porque ele foi evocado na narrativa de Thomas Walsingham. O problema em torno da profecia destacada em Walsingham e Capgrave é a questão da delimitação entre milagre e maravilhoso. Há na Idade Média um interesse entre os limites do sobrenatural e natural. Deus é o responsável único pela realização de milagres e, assim, os homens são dados como testemunhas das maravilhas realizadas pelo plano divino. Na questão do “milagre” evocado nas *Chronica Maiora*, entra o problema da distinção entre milagre e maravilha, que como aponta Jacques Le Goff, foi algo que preocupou clérigos e

⁴⁰⁵ COOTE. *Prophecy and Public Affairs* ... op. cit. p. 168.

⁴⁰⁶ Ibidem. p. 169.

⁴⁰⁷ TCM. p. 304. “This miracle seemed to many to foretell a division of property and a rebellion from the king, things which actually happened in this year.” **(Tradução Livre)**

⁴⁰⁸ TCE. p. 268. “merveyle”. **(Tradução Livre)**

laicos no medievo.⁴⁰⁹ Pode ser que Walsingham estivesse relacionando a divisão do riacho de forma mais explícita com o sentido de maravilhoso, já que era expressão do sobrenatural em um evento natural. Porém, os limites de tal definição seguem uma linha muito tênue. É o ponto debatido também por Le Goff, ao falar do termo. O inglês vernacular utilizou — derivado de sua raiz germânica — a palavra *wonder* para definir um maravilhoso. Todavia a raiz francesa da língua pode ter derivado, com maior aparência em John Capgrave, o termo *merveyl*, no inglês médio.

Na Idade Média, há um conjunto de fenômenos que se aproximam diretamente do divino, que é, portanto, mais próximo do milagre, como ainda questões de domínio natural, como produto da criação divina.⁴¹⁰ Numa divisão cronológica do maravilhoso, ou ainda, numa história dele no final da Idade Média, “o maravilhoso torna-se mais literário do que religioso”.⁴¹¹ O papel do Cristianismo foi administrar as diversas mitologias presentes na cultura “pagã” e até mesmo no antepassado judaico, sob uma única fonte de atuação: sendo Deus. Jacques Le Goff demonstra que na religião cristã, o maravilhoso atinge os homens tanto pelas formas oral, escrita ou figurada.⁴¹² A profecia é uma forma de manifestação do maravilhoso e do milagre divino.

O texto bíblico é o lugar privilegiado de manifestação de milagres e maravilhas. Resultado da ação direta do divino com o povo e também as promessas de Deus a Israel. A criação é um milagre,⁴¹³ assim como é uma maravilha. Jesus logo após tornou-se o modelo principal de milagre que mais tarde foi representado através de seus santos e também, de certa forma na taumaturgia régia, debatida por Marc Bloch. No que concerne a questão da divisão de águas como ação divina, o texto bíblico está repleto delas. O exemplo principal é a abertura do Mar Vermelho por Moisés, que foi, na verdade, por intermédio de Deus.

À vista disso, a divisão do rio próximo a Bedford é tanto uma representação profética de continuação do passado bíblico, como também uma representação escatológica de um tempo que caminha para um fim. A escatologia judaico-cristã foi formada com bases bíblicas, sendo a judaica, claro, baseada no Antigo Testamento, enquanto o Cristianismo pelos desenvolvimentos do Novo Testamento e ainda ressignificando elementos da escatologia

⁴⁰⁹ LE GOFF, Jacques. Maravilhoso. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*, vol. 2. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 105.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 106.

⁴¹¹ Ibidem, p. 108.

⁴¹² Ibidem, p. 114.

⁴¹³ VAUCHEZ, André. Milagre. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*, vol. 2. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 198.

vetero-testamentária. A relação que as profecias possuem com uma questão escatológica na Idade Média se liga diretamente à escatologia judaica, apresentada pelos livros proféticos. São acentuadas as provas de Israel e seus crimes que levaram à cólera do Senhor. O Messias, agora, ao invés de um monarca de sangue real, descendente de Davi, é agora um homem, profeta e salvador, um Messias redentor. Outro ponto importante de tal escatologia é a transformação da Nova Sião, ou seja, Nova Jerusalém, que deixa de ser um local de Salvação apenas para Israel, mas sim para todo o mundo.⁴¹⁴

Pela época de Jesus a escatologia estava sujeita a uma tensão entre a sua perspectiva histórica terrestre e uma orientação, cada vez mais vincada, para um mundo transcendente e celeste, a tal ponto que poderíamos perguntar-nos se os acontecimentos do fim do mundo se produziam na terra ou no céu, e que não saberíamos conciliar o Messias anunciado por Daniel, Filho do Homem vindo das nuvens, com o Messias predito por Zacarias, que devia entrar em Jerusalém montado numa burra. Através do Evangelho, constatamos que os judeus hesitavam entre um Messias de origem misteriosa e um Messias da raça de David, originário de Belém [*João*, 7, 27 e 42; cf. Galot, 1960, col. 1023].⁴¹⁵

No âmbito da escatologia cristã, os evangelhos sinóticos introduziram transformações em relação à escatologia vetero-testamentária. Jesus representa no Novo Testamento o cumprimento da promessa, assim como sua morte o início do *Reino de Deus*. “(...) a vinda de Jesus é o início, a antecipação do reino futuro; as calamidades que se aproximam não são o fim do mundo, são o ‘começo das dores’”⁴¹⁶ No medievo, a representação máxima da escatologia cristã foi o enriquecimento dos ideais milenaristas. Surgem, no entanto, segundo Le Goff, sem uma base social precisa. Comumente essas tradições se concentram na vinda do Anticristo, que devem anteceder o Milênio.⁴¹⁷ Há um ponto na escatologia medieval que não podemos deixar de lado: a relação mais direta com o tempo e também o papel da figura régia.

O tempo cristão, embora siga para um futuro e busque esse futuro, é sempre um futuro que remete ao passado: do Paraíso terrestre ao Paraíso celeste. A salvação se efetua no presente, por isso a preservação da alma era uma das principais preocupações da época. Essa

⁴¹⁴ LE GOFF, Jacques. Escatologia. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990, pp. 341-342.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 343.

⁴¹⁶ Idem, p. 343.

⁴¹⁷ Ibidem, pp. 350-351.

preservação se efetua também no âmbito das vivências sociais. O *Reino de Deus* é, sabemos, um arquétipo político para o *Reino Terrestre*, e é por isto que as noções de *povo eleito* e *terra prometida* se arraigaram no âmbito das monarquias regionais no final da Idade Média.

Como apontado por Lesley Coote, profecias políticas comumente consideram Rei, Povo e “Nação”⁴¹⁸. A imagem do rei se mantém como guia do povo a um tempo de glória. É através do aprofundamento dessas ideias que comumente observamos a explosão de messianismos régios, vistos com mais clareza nas monarquias ibéricas, mas isto não significa que ideais messiânicos não tenham existido na Inglaterra referentes ao rei. A própria profecia da divisão do rio representa isto. Pois, esses cronistas projetam, na divisão das águas que representam a divisão das propriedades, a chegada de um monarca que estabelecesse a justiça e a ordem no reino. No caso da profecia das *Chronica Maiora* e de *Chronicles of England*, Henrique IV foi representado como o monarca que surgiria em meio as divisões políticas do reino de modo a restaurar a ordem.

Outra profecia ligada a questão da natureza se refere à coroação de Henrique V. Em que há uma referência direta à guerra e ordem no reino. O primeiro caso aparece nas *Chronica Maiora*. Henrique V foi coroado em Westminster no dia 9 de abril de 1413, um domingo de Páscoa, seguindo a tradição medieval em que grande parte dos monarcas ingleses eram coroados no domingo e/ou em datas privilegiadas do calendário litúrgico. Além da importância expressa através da Páscoa e das bênçãos que viriam a seu reinado, oriundas da sagração no dia do Senhor, o clima também teria um impacto em seu governo, como uma profecia, que demonstrava o que viria à frente. A coroação de Henrique V ocorreu durante a primavera, embora o clima europeu, sabemos, seja marcado pela dureza do tempo frio, era raro, mesmo na Idade Média, as nevascas em épocas como a “estação das flores”. Walsingham menciona haver “grande queda de neve neste dia. Todos estavam surpresos pela severidade do clima”⁴¹⁹ Para o cronista dois pontos de vista foram apresentados pelos que visualizaram o intenso clima da coroação, primeiro que o rei seria um homem de atos frios e severos na administração do reino; segundo, para aqueles que conheciam o monarca,

⁴¹⁸ COOTE. *Prophecy and Public Affairs* ... op. cit. p. 14. Coote afirma que haviam outros meios de proliferação de um discurso que envolvesse o rei, o povo e a “nação” – a autora utiliza o termo nação – mas as profecias políticas seriam um meio privilegiado de discussão desses assuntos, independente do idioma que essas profecias fossem escritas (latim, francês e inglês). Tais profecias políticas estavam preocupadas com eventos recentes e contemporâneos, e podiam reagir de forma criativa a circunstâncias alteradas. Tal flexibilidade era o que permitia que tais profecias perdurassem por gerações, sendo recuperadas e ressignificadas.

⁴¹⁹ TCM. p. 389. “(...) great fall of snow on this day. Everybody was surprised by the severity of the weather” (Tradução Livre)

significava uma enxurrada de bênçãos no reino e, o frio e a neve significavam que o monarca “congelaria o vício e permitiria os justos frutos da virtude crescerem.”⁴²⁰

A complementação da profecia foi feita pelo cronista utilizando um trecho do livro *Cântico dos Cânticos*, em que as bênçãos do reinado de Henrique significariam o cumprimento de uma promessa bíblica: “O inverno passou. As chuvas acabaram e se foram”.⁴²¹ Usk segue o caminho de Walsingham, de forma sintetizada, contudo afirma que em todas as regiões montanhosas do reino uma tempestade violenta e inusitada destruiu e afogou homens e propriedades.⁴²² Não tem, no entanto, uma visão tão profética acerca do clima. Quem, anos mais tarde, seguiu o caminho de Walsingham foi John Capgrave. Em sua *Chronicles of England* não há nenhuma referência acerca do clima severo, mas em seu *Book of Illustrious Henries* o autor evoca uma linguagem profética acerca do que era aguardado dos anos de Henrique V. Apontou, assim como nas *Chronica Maiora* que o rei fora coroado no nono dia do mês de abril no ano de 1413. Ao invés de focar apenas no clima especificamente no dia da coroação, o autor afirma que todo o inverno daquele ano foi marcado por intensos alagamentos e quedas de neve e chuva. Já o verão foi marcado por diversos incêndios. Todos esses fatores climáticos significavam, primeiro, os sinais de que Henrique V seria um rei guerreiro, experimentando diversos perigos em guerra.⁴²³

Um ponto importante, antes ainda de sua ascensão em 1413, lembremos que Henrique já havia tomado as rédeas do governo em uma posição de quase-regência em razão da saúde instável de Henrique IV. À época ele não poderia reivindicar os simbolismos ligados à figura do rei, justamente por ainda não ter sido coroado, isto significa que inclusive as profecias associadas a um herói não eram diretamente ligadas ao príncipe de Gales. Quando Henrique assumiu o trono em 1413, os Lancastrianos, e por consequência os autores ligados a essa dinastia iniciaram a projeção de sua imagem como um herói do reino, só a partir desse momento que de fato as profecias passam a ser associadas a Henrique V. “A vitória inglesa em Agincourt deu grande ímpeto à imagem do governante apocalíptico e campeão da Cristandade.”⁴²⁴

As profecias associadas a Henrique V têm um enfoque também na unidade do reino. Thomas Hoccleve em seu espelho de príncipes defendia que o papel do rei é cumprir os

⁴²⁰ Idem, p. 389. “would freeze vice and allow the fair fruits of virtue to spring up”. (Tradução Livre)

⁴²¹ Ct. 2:11.

⁴²² C.f. AU. p. 120.

⁴²³ C.f. TBIH. p. 125.

⁴²⁴ COOTE, *Prophecy and Public Affairs* ... op. cit. p. 172. “The English victory at Agincourt gave great impetus to the image of the apocalyptic ruler and champion of Christendom.” (Tradução Livre)

juramentos da coroação, de modo a manter a unidade da Inglaterra⁴²⁵. O poema *God save king Henry V*, apresentado anteriormente, também tem um foco na unidade política através da Coroa, que só seria alcançado com rei devidamente virtuoso para essa capacidade, associado, portanto, a Henrique.

Algumas profecias, em adição àquelas ligadas a eventos naturais, são associadas ao rei Henrique V e o problema da ordem e legitimidade que eram caras ao reino no século XV. Estas profecias são principalmente conectadas ao nascimento de Henrique V. São, porém, produções de memória após seu reinado, e suas bases são o contexto político da época. O nascimento de Henrique V foi pouco documentando devido aos poucos “riscos” dele assumir o trono — pois não havia expectativas de que seu pai se tornasse rei. Apenas em algumas biografias póstumas há a construção de memória através de profecias ligadas ao seu nascimento. Na *Vita et Gesta Henrici Quinti* comumente associada a Thomas Elmham, capelão de Henrique V, embora o verdadeiro autor é desconhecido⁴²⁶, anuncia que um jovem nasceria em Gales e manteria a coroa e o reino, sendo que um verdadeiro monarca, bom e valente, contra todas as rebeliões.⁴²⁷

A profecia neste caso, sendo também uma produção de memória na biografia de um rei que inclusive já falecera, evoca o sucesso de Henrique V no controle de algumas revoltas no reino — com destaque ao levante em Gales e ao Lollardismo — e ainda seu sucesso em meio às campanhas na França entre 1415 e 1419. O ponto principal do sucesso de Henrique V foi a legitimação e o direito dos Lancastrianos ao trono, que só foi posta à prova novamente no momento da Guerra das Rosas na década de 1460. Outra profecia com papel de construção de memória sobre o rei em relação ao seu nascimento foi escrita mais tarde por um autor anônimo conhecido como *The traslator of Livius*⁴²⁸, reafirmando que um Príncipe nascido em Monmouth no País de Gales seria responsável por reger o “reino universal da Inglaterra”⁴²⁹ e comandaria a todos.

As profecias mencionadas anteriormente não são as únicas ligadas à construção da memória Lancastriana, pois aqui selecionei aquelas que tratam diretamente com a questão da

⁴²⁵ C.f. ALLMAND. *Henry V* ... op. cit. pp. 404 – 405. Allmand demonstra que uma parte considerável dos textos produzidos acerca dos primeiros anos de Henrique V tem um foco na unidade política da Inglaterra, em referência aos problemas ocorridos no reinado do soberano antecessor.

⁴²⁶ C..f. Capítulo 2.

⁴²⁷ C.f. PSEUDO-ELMHAM.. *Vita et Gesta Henrici Quinti*, ... op. cit. p.4.

⁴²⁸ ANÔNIMO. *The First English Life of Henry V* - written in 1513 by an anonymous Author known commonly as The Translator of Livius. Editado por Charles Lethbridge Kingsford. Oxford: Clarendon Press, 1911.

⁴²⁹ Ibidem, p. 8. “that shoulde gouerne the vniuersall realme of Englande”. **(Tradução Livre)**

ascensão e legitimação e as que estão presentes nas crônicas analisadas. Ainda assim, analisei as que são mais perceptíveis, pois como dito, é difícil definir com exatidão uma profecia, quando qualquer discurso que remete ao futuro, predestinação de algo, ou cumprimento de algo, poderia ser visto como profecia. As profecias serviram, primeiro, para criar um ideal de unidade entre a figura do rei e o povo. O monarca, assim, é como um guia de seu povo.

3.4. À SOMBRA DE RICARDO II

Através de uma retórica que estereotipava Ricardo II, projetava-se a necessidade de um novo rei capaz de reestruturar o reino da Inglaterra. Quando Henrique V assumiu em 1413 esse ideal de monarca “salvador” ainda pairava no imaginário político e social da época devido às diversas intempéries que marcaram os anos de Henrique IV. Mas quais foram tais intempéries? Conspirações, revoltas, levantes populares e aristocráticos, ascensão do Lollardismo, e ainda uma crise econômica devido à dificuldade da Coroa em sustentar financeiramente suas campanhas militares e sua dependência de uma aristocracia já fragilizada para a cobrança de impostos. Sem dúvida isto marcou não só o reinado daquele que foi considerado um usurpador do trono, mas também de seu filho Henrique V.

Mas embora se tenha projetado uma imagem negativa de Ricardo II de modo a apagar a “bastardia” dos Lancastrianos ao trono, isto não significa que tal memória foi aceita de forma homogênea. Na nobreza havia magnatas importantes que permaneceram fiéis ao antigo rei. Isto era visível também nos meios religiosos, entre padres e ordens de frades menores. No âmbito social o igual era visível. O século XV é marcado por uma atmosfera de boatos, inclusive, nas crônicas tais práticas são discutidas em diversos momentos por seus autores. A memória de Ricardo II, não aquela negativa formulada pelos partidários Lancastrianos, mas sim a de um rei ungido e legítimo ao trono permaneceu pairando sob os ares da época, e foi, de certo modo, um problema por resolver dos primeiros Lancastrianos. De Henrique IV a Henrique V vemos diversas conspirações e boatos da sobrevivência de Ricardo II e suas intenções de retornar ao trono. Sem dúvida isto é um tema extremamente interessante. Capta nossos olhos e foi ainda pouco estudado pela historiografia.

Ainda no Parlamento de 1399 houve o julgamento dos aliados do rei Ricardo, que possibilitaram a morte do duque de Gloucester. Como resultado, alguns nobres, com destaque

o duque de Albemarle, duque de Surrey e duque de Exeter perderam seus títulos de “duques” sendo reduzidos a “condes”. Walsingham interessadamente cita o trecho da sentença desses lordes, seguindo o texto direto do Parlamento de 1399, expondo os diversos crimes de tais indivíduos contra o reino e a justiça.

‘Os senhores do atual parlamento, com o consentimento do rei, julgam e decretam que os duques de Albemarle [Edward de York], Surrey [Thomas Holland] e Exeter [John Holland], que agora estão presentes e que eram os apelantes do duque de Gloucester, devem perder o título de duque e, consequentemente, suas honras e igualmente suas autoridades como duques. E que o marquês de Dorset [John Beaufort], que está presente, deve perder o nome de marquês, e que o conde de Gloucester [Thomas Despenser], que está presente, deve perder seu título para si mesmo e seus herdeiros, assim como as pessoas mencionadas acima. E que todos os castelos, propriedades, terras e outras posses, que pertenciam aos acusados e que, como resultado desta acusação, eles ganharam a partir do dia da prisão do duque de Gloucester e dos outros senhores ou posteriormente a qualquer momento, devem ser completamente tiradas deles sem nenhuma graça ou piedade sendo mostrada a eles. E que todos os outros castelos, propriedades, terras, posses e liberdades, que eles ganharam do rei no próprio dia ou depois, devem a partir desta hora permanecer na graça do rei. E que todas as cartas patentes e garantias que eles tinham, ou que qualquer um deles ainda tenha, relativas a seus títulos, castelos, propriedades, posses e liberdades deveriam ser devolvidas à chancelaria e ali canceladas. E que eles deveriam ser estabelecidos exatamente na mesma posição que ocupavam com seu título e posses antes do dia da prisão do duque de Gloucester. E que nenhum dos apelantes deve conceder *libres* ou distintivos, ou manter um séquito de homens para além dos funcionários domésticos em suas casas e os funcionários externos para cuidar de suas casas de hóspedes, terras e posses e outros funcionários domésticos, como seria razoável e adequado para pessoas dessa condição.

‘E, além disso, os senhores temporais, com o consentimento do rei, julgam e decretam que os ditos senhores, o duque de Albemarle e os outros, ou qualquer um deles, ficarão sob pena de traição e serão mantidos e presos como traidores, se eles alguma vez apoiarem Ricardo, que era rei e foi deposto, trazendo-lhe conselho, ajuda ou conforto contrário ao depoimento, julgamento, decreto ou declaração referente à pessoa do referido Ricardo feita no parlamento atual. E também, porque houve e ainda há grande clamor e tumulto entre os comuns, porque os serviços dos ditos senhores oprimiram e prejudicaram o povo comum e extorquiram deles enormes somas para manter suas forças, os senhores neste presente parlamento, com o consentimento do rei, juiz e decreto que proclamações etc. devem ser feitas, declarando que se alguém deseja reclamar dos senhores acusados ou de qualquer pessoa de suas famílias, que ainda está com eles ou estava com eles em nessas ocasiões, isto é, reclamações sobre as extorsões e sobre os

ferimentos e injustiças infligidas a eles por esses homens, ele deve se apresentar e registrar sua reclamação e, então, receber uma indenização.’’⁴³⁰

A primeira grande conspiração ocorreu entre o Natal de 1399 e a virada para o ano de 1400. Ricardo ainda estava vivo, mas mantido em cativeiro no Castelo de Pontefract na região de Yorkshire. Já o rei Henrique IV havia se direcionado a Windsor com sua família a fim de passar o Natal. As crônicas da época apontam que os condes que haviam perdido seus títulos, conde de Kent (antes duque de Surrey) e Huntingdon (antes duque de Exeter) com o conde de Salisbury armaram um plano para envenenar o rei e seus herdeiros. As *Chronica Maiora* comentam que esses condes não demonstravam nenhuma gratidão pelo rei, que os manteve vivos, contrariando a vontade dos comuns e outros nobres. O objetivo de tais condes? Retomar o trono para Ricardo e assim receber seus títulos de duques e seus feudos novamente.⁴³¹

A narrativa com maiores detalhes da conspiração se encontra em Thomas Walsingham, que afirma que os condes de Kent e Salisbury pensavam que o rei não sabia da conspiração e chegaram no dia 4 de janeiro, domingo após a festa de circuncisão de Cristo,

⁴³⁰TCM. pp. 313-314. “‘The lords in the present parliament, with the assent of the king, judge and decree that the dukes of Albemarle [Edward of York], Surrey [Thomas Holland] and Exeter [John Holland], who are now present and who were the appellants of the duke of Gloucester, should lose the title of duke and consequently their honours and equally their authority as dukes. And that the marquis of Dorset [John Beaufort], who is present, should lose the name of marquis, and that the earl of Gloucester [Thomas Despenser], who is present, should lose his title for himself and his heirs, just as the persons named above. And that all castles, estates, lands and other possessions, which belonged to the accused and which, as a result of this accusation, they gained from the day of the arrest of the duke of Gloucester and the other lords or subsequently at any time, should be completely taken away from them without any grace or pity being shown to them. And that all other castles, estates, lands, possessions and liberties, which they had gained from the king on the day itself or afterwards, should from this hour remain in the grace of the king. And that all letters patent and charters which they had, or anyone of them still has, relating to their titles, castles, estates, possessions and liberties should be given back to the chancery and there cancelled. And that they should be established in exactly the same position that they held with its title and possessions before the day of the arrest of the duke of Gloucester. And that no single one of the appellants should grant liveries or badges, or keep a retinue of men apart from the domestic officials in their houses and the outside officials to look after their guest houses, lands and possessions and the other domestic officials, as would be reasonable and suitable for persons of such status.

‘And further the lords temporal, with the assent of the king, judge and decree that those said lords, the duke of Albemarle and the others, or any single one of them, are to be under the penalty of treachery and held and imprisoned as traitors, if they ever support Richard, who was king and has been deposed, by bringing him counsel, help or comfort contrary to the deposition, judgement, ordinance or declaration touching the person of the said Richard made in the present parliament. And also, because there has been and still is great clamour and uproar among the commons, because the servants of the said lords oppressed and harmed the common people and extorted huge sums from them for the sake of maintaining their forces, the lords in this present parliament, with the assent of the king, judge and decree that proclamations etc. should be made, stating that if any one wishes to complain about the accused lords or about any person from their households, who is still with them or was with them at those times, that is complaints about the extortions and about the injuries and injustices inflicted upon them by these men, he is to come forward and register his complaint and he is to then receive compensation.’ (Tradução Livre)

⁴³¹ C.f. TCM. p. 315.

com um grupo de cerca de quatrocentos homens armados. Ao descobrir que o rei sabia do plano, rapidamente se direcionaram para Sonning, uma residência próxima a Reading, onde a rainha Isabella de Valois (esposa de Ricardo II) residia.⁴³² Ao entrar na residência o conde de Kent teria se ajoelhado em frente à rainha, desejou-lhe bençãos e fez o sinal da cruz em si. Depois iniciou um discurso afirmando que Henrique de Lancaster havia escapado, mas que era fiel a Ricardo, que “era, é e sempre será”⁴³³ o verdadeiro rei. Segundo o cronista o conde ainda teria retirado colares que representavam símbolos do rei Henrique e também de seus aliados, como o símbolo da lua crescente presente em uma das damas da rainha (símbolo de Henry Percy, conde de Northumberland).

Para fazer crer em suas palavras, ele desdenhosamente tirou os colarinhos, que eram os brasões do rei Henrique do pescoço de alguns que ele viu portando tais brasões e disse que não deveriam usar tais equipamentos no futuro. Ele também tirou dos braços das damas de companhia os emblemas da lua crescente e os jogou no chão. Então, tendo alegrado a rainha com uma invenção, o conde se retirou, indo primeiro para Wallingford e depois para Abingdon, e ao longo do caminho ele instigou o povo a pegar em armas e se juntar a Ricardo, seu rei.⁴³⁴

Logo após o cronista aponta que os condes se direcionaram para Cirencester no fim da noite, porém, os comuns da cidade, achando estranho o exército que entrava, cercaram as entradas e saídas da casa onde os conspiradores se hospedaram. Teria ocorrido uma pequena batalha entre nobres e cidadãos de Cirencester, tendo os últimos vencido a batalha contra os nobres, que foram presos e alguns mortos. O conde de Salisbury, segundo Walsingham, “que durante toda a sua vida apoiou os Lollardos e menosprezou, desprezou e riu das imagens, do direito canônico e dos sacramentos, morreu, assim se dizia, sem o sacramento da confissão.”⁴³⁵

⁴³² C.f. *TCM*. p. 316.

⁴³³ *TCM*. p. 316. “who was, is and will be our true king” **(Tradução Livre)**

⁴³⁴ *TCM*. p. 316. To make his words believed, he contemptuously took the collars, which were the devices of King Henry, from the necks of some there whom he saw bearing such devices and said that they were not to wear such devices in the future. He also took from the arms of the ladies-in-waiting the devices of the crescent moon and threw them on to the ground. So having gladdened the queen though with a fabrication, the earl withdrew, making first for Wallingford and then Abingdon, and all along the way he urged the people to take up arms and join Richard, their king.” **(Tradução Livre)**

⁴³⁵ *TCM*, p. 316. “who all his life had been a supporter of the Lollards, and had belittled, despised and laughed at images, canon law and the sacraments, died, so it was said, without the sacrament of confession”. **(Tradução Livre)**

As *Chronica Maiora* ainda continuam um relato extenso tratando do fim dos outros conspiradores. Diz que o conde de Huntingdon, que não estava entre os outros na conspiração em Windsor, mas participava dela, se encontrava em Londres esperando notícias de seus parceiros. Ao saber que nada ocorreu como planejado, teria fugido para Essex, onde fugiu pelo mar. Seus planos falharam devido à força dos ventos, por isto desistiu da fuga. Foi para a casa de um amigo e no momento do jantar fora preso pelos comuns da região. Levado para Chelmsford e depois para a fortaleza de Pleshey. Antes de ser morto o conde confessou seus pecados contra Deus e o rei.⁴³⁶ A memória reproduzida por John Capgrave em sua *Chronicles of England* anos mais tarde segue um roteiro narrativo extremamente similar ao de Walsingham, embora de forma mais sintetizada e com menos detalhes.⁴³⁷

Por outro lado, Adam de Usk dá menos atenção aos desdobramentos desta conspiração, apenas cita que após o rei descobrir os planos dos conspiradores se direcionou com sua família para Londres. Já os condes fugiram para a região de Chester de modo a conseguir socorro entre os apoiadores de Ricardo II na região, o que não foi possível por passarem antes em Cirencester, onde alguns foram decapitados devido a um levante dos comuns contra as ações dos conspiradores. Outros teriam tentado fugir para Oxford, mas também foram decapitados. O cronista, no entanto, ainda afirma que o conde de Huntingdon, tentava fugir por Essex para a França, mas fora capturado pelos comuns da região e decapitado no mesmo local onde o deposto rei Ricardo havia decapitado o duque de Gloucester.⁴³⁸ Sabe-se, porém, que Henrique IV enviou ordenações para os guardas da Torre de Londres, assim como para algumas cidades e condados do reino ordenando o aprisionamento dos condes apoiadores de Ricardo II⁴³⁹.

O cronista anônimo do *AEC*, de outra forma, oferece uma perspectiva diferente da maneira pela qual o rei foi avisado da conspiração. Segundo ele, o arcebispo de Canterbury teria após o Ano Novo ido de Canterbury para Windsor a fim de encontrar o rei. Um dos membros da *household* de Henrique IV teria passado a noite com uma mulher em Londres, ao se despedir, a mulher teria dito certas palavras ao homem, expostas pelo cronista como discursos diretos:

⁴³⁶ C.f. *TCM*, p. 317.

⁴³⁷ C.f. *TCE*, pp. 275-276.

⁴³⁸ C.f. *AU*, pp. 41-42.

⁴³⁹ *CCR 1399 1401*, p. 28.

(...) e pela manhã ela disse-lhe, “Adeus, amigo”, ela disse, “pois eu nunca mais irei vê-lo novamente”. “Por que?” ele disse. “Certamente” disse ela, “pois o conde de Huntingdon, o conde de Salisbury, o duque de Surrey, e muitos outros, aguardam em Kingstown, de modo a matar o rei e o arcebispo, já que vão para Windsor, pretendendo restaurar o rei Ricardo de novo ao seu reino”. “Como sabes disto?” disse ele, “Certamente” disse ela, “um de seus homens dormiu comigo noite passada e me disse isto”. E assim ele pegou a estrada em encontro ao rei, e disse-lhe o que a mulher havia lhe dito; e o rei avisou ao arcebispo disto através de uma mensagem, e o mesmo retornou novamente ao Castelo de Reigate.⁴⁴⁰

É importante notar que esses cronistas enfatizam um “conselho ruim” do rei Ricardo, considerando que tais magnatas envolvidos na conspiração eram membros do Conselho régio. De certa forma, as ações desses conspiradores, tendo em vista que a mesma fracassou, auxiliou que os partidários Lancastrianos divulgassem a imagem estereotipada do deposto rei Ricardo, mas não só do rei, também daqueles que o rodeavam. O sucesso desta retórica se dá pelo alcance na memória, já que cronistas décadas mais tarde continuam reproduzindo em seus discursos adjetivos negativos ao tratar de tais conspirações. Inclusive, John Capgrave em *The Chronicles of England*, que parece em sua dedicatória acreditar na ilegitimidade dos Lancastrianos — o que não é observado no *Book of Illustrious Henries*, pois ele exalta as virtudes Lancaster — julga que tais condes eram “cruéis, pois o povo os queria mortos, e o rei os poupou.”⁴⁴¹

Há uma insistência dos cronistas em demonstrarem os comuns como defensores da causa régia e da justiça. Não digo, porém, que talvez estes indivíduos não tivessem tido participação em tais eventos em favor da causa régia, mas sim, os cronistas optaram por marcar a participação deste grupo como importante. A razão se dá no próprio contexto político, discutido anteriormente, em que a comunidade política crescia para além da aristocracia, ganhando papel os grupos comuns da sociedade — maiormente os grupos mais ricos, embora também tenha o papel do campesinato, como foi o caso da Revolta Camponesa

⁴⁴⁰ AEC. p. 20. “(...) and in the morow she saide to him, “Fawelle frende,” saide she, “for I shalle nevir se the more.” “Whi so?” saide he. “Forsoth,” saide she, “for the erlle of Hutyngdoun, the erl of Salesbury, the duke of Surrey, and meny othir, lyen in waite aboute Kyngestoun, forto sle the kyng and the Archebisshoppe as they come fro Wyndesore, purposing to restore king Richard ayenne to his kyndoum.” “How knowest thou this?” saide he. “Forsoth”, saide she, “on of their men lay with me the lattir nyght, and told me this.” And he anon in haste rood to the kyng, and tolde him as the wommanne hadde said; and the kyng warned tharchebisshoppe heof be a messenger, and he retourned ayen in to the castelle of Reigate.” **(Tradução Livre)**

⁴⁴¹ TBIH. p. 275. “Unkynde were thei, for the puple wold have hem ded, and the Kyng spared hem.” **(Tradução Livre)**

de 1381 — expresso também pela presença deles no Parlamento. O papel proeminente que a monarquia adquiriu ao longo dos séculos XIII e XV, com sua função legisladora e administrativa trouxe para a questão pública um número maior de indivíduos e agentes. Confirma-se ao lado disto a participação de sociedades locais no governo central, que demonstra uma interação e preocupação crescente com o governo régio. Primeiro visível na crise política do século XIII, depois com mais clareza ao longo dos séculos XIV e XV. Christopher Fletcher⁴⁴² aponta que as crises decorrentes da monarquia ao longo do século XV — as conspirações contra Henrique IV e mais tarde o colapso do *kingship* Lancastriano — demonstram que o povo queria e requisitava participação e opinião na vida política, representado inclusive em manifestos produzidos na época.⁴⁴³

Nos últimos anos, os historiadores têm enfatizado repetidamente a importância da opinião popular na cultura política do final da Idade Média. Eles argumentaram que, após a Revolta dos Camponeses de 1381, a deposição de Ricardo II em 1399 e o colapso do *kingship* Lancastriano nas décadas de 1440 e 1450, os atores políticos do centro passaram a atribuir nova importância à opinião pública, tanto como ameaça e como um recurso. Por um lado, uma nova atenção foi dada aos esforços do governo real para policiar palavras sediciosas em momentos de instabilidade política. Por outro lado, os historiadores notaram uma tendência aparentemente nova por parte dos aspirantes a rebeldes de influenciar a opinião pública por meio da circulação de manifestos escritos e projetos de lei justificando suas ações. Os historiadores descreveram, assim, uma cultura política em que as notícias e informações, e a reação a elas por parte de um amplo público, assumiram uma nova importância política.⁴⁴⁴

Como resultado da importância que a opinião pública adquiriu ao longo do século XV, a política inglesa foi marcada por uma atmosfera de boatos que se tornaram um termômetro político. Marcou praticamente todo o século XV. O primeiro exemplo no caso dos reis Lancastrianos foi o momento da usurpação de Henrique IV, quando aparentemente teve

⁴⁴² FLETCHER, C. News, Noise, and the Nature of Politics in Late Medieval English Provincial Towns. In: *Journal of British Studies*. N°56. (Abril 2017). pp. 250-272.

⁴⁴³ Ibidem, pp. 252-257.

⁴⁴⁴ Ibidem, pp. 272-273. “In recent years, historians have repeatedly stressed the importance of popular opinion in late medieval political culture. They have argued that, after the Peasants’ Revolt of 1381, the deposition of Richard II in 1399, and the collapse of Lancastrian kingship in the 1440s and 1450s, political actors at the center came to ascribe new importance to public opinion, both as a threat and as a resource. On the one hand, new attention has been paid to the efforts of the royal government to police seditious words during moments of political instability. On the other, historians have noted an apparently new tendency on the part of would-be rebels to canvas public opinion by circulating written manifestos and bills justifying their actions. Historians have thus described a political culture in which news and information, and the reaction to them on the part of a broad public, took on a new political importance”. **(Tradução Livre)**

forte apoio dos comuns, como representado através das narrativas cronísticas da época. O segundo exemplo é no que tange as conspirações e boatos contra ou em relação à nova monarquia, que segue o argumento de Fletcher, em que a opinião pública poderia ser vista como ameaça ou recurso. Ainda no que tange a questão do recurso, anos mais tarde, o que as crônicas de certo modo parecem apontar, é que Henrique V mobilizou a opinião pública no reino, de modo a enquadrar sua empreitada guerreira na França como uma expedição do reino. Também, anos mais tarde os problemas políticos enfrentados por Henrique VI e os boatos referentes a sua morte que se espalharam pelo reino. Tudo isto significa também, que no plano do discurso o rei não governa apenas para seus pares, mas sim para todo o reino.

O que todos os cronistas dizem, é que logo após saber da tentativa de conspiração de 1400 e fracasso dela, o deposto rei Ricardo que estava em Pontefract teria permanecido em depressão e jejum voluntário, que contribuiu para sua morte. Embora deposto, os cronistas afirmam que Ricardo teve um funeral digno de um rei, uma forma talvez de demonstrar que, embora Ricardo tenha agido mal com Henrique de Bolingbroke retirando sua herança, o atual rei não possuía mágoas relacionadas ao antigo soberano.

Malgrado cronistas como Adam de Usk reafirmarem no momento da morte de Ricardo seus atos falhos como rei⁴⁴⁵, e mesmo a tentativa de Henrique IV no momento do velório do falecido rei deposto, em ordenar que seu rosto fosse coberto com um pano branco transparente, para que todos vissem que era Ricardo, os boatos da sua sobrevivência permaneceram e ao longo do século XV se intensificaram.

Somente entre os cronistas analisados nesta pesquisa, é possível mapear ao menos seis conspirações e boatos relacionados à sobrevivência de Ricardo II e suas intenções de retornar ao trono. Apesar desses dados serem presentes nas crônicas, em outras fontes do século XV, como o poema *God Save King Henry V* produzido no início do reinado de Henrique V, sugere que o rei não deixe que boatos mentirosos conduzam à perda da coroa, possível atribuição aos boatos de sobrevivência de Ricardo.

Para manter a coroa, Deus conceda a você graça,
E nunca permita que ela seja quebrada,
por rumores de pouca importância;
Nenhum dano é causado embora palavras sejam ditas.⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ C.f. AU. p. 43.

⁴⁴⁶ God Save King Henry V ... op. cit. p. 46.. “To kepe þe crowne, god graunte 3ow grace/ And let it neuere be to-broken;/ffor word of wynd lityl trespase;/Non harm nys don, þou3 word be spoken. **(Tradução Livre)**

Segundo Given-Wilson, uma das prováveis origens dos boatos da sobrevivência de Ricardo se dá através dos escoceses, que no inverno de 1401-2 teriam disseminado que o rei deposto havia fugido de Pontefract para a Escócia, planejando seu retorno ao reino⁴⁴⁷. A razão para o interesse dos escoceses em proliferar tais boatos seria uma tentativa de minar o regime de Henrique IV, como de fato aconteceu nos anos subsequentes. Malgrado a relação dos escoceses com os boatos, é impossível “culpa-los” pela proliferação deles no reino. Algumas das conspirações contra Henrique IV não parecem estar relacionadas diretamente com o início desses boatos. As conspirações serviram para minar o reinado de Henrique, mas ao mesmo tempo, exacerbou o problema da desordem. Esses contratemplos ligados à ordem também mostravam a falta de esperança em torno de Henrique IV que inicialmente foi almejada por ele no contexto da usurpação.

(...) a lei e a justiça estavam exilados do reino, enquanto cresciam os assassinatos, roubos, perseguição aos pobres e os ultrajes de toda espécie, de modo que a vontade do tirano substituiu o império da lei. Como punição, Deus permitiu que as pessoas comuns usurpassem a autoridade natural de seus superiores e se tornassem “insensíveis e incontroláveis como animais selvagens”, e se o rei não conseguisse conter essa insubordinação, uma vingança divina mais terrível e abrangente seguiria em breve, semelhante ao que havia acontecido com Ricardo II⁴⁴⁸.

A primeira conspiração relacionada à proliferação de rumores da sobrevivência de Ricardo II teria ocorrido em maio de 1401 no condado de Herefordshire, durante a Festa de Pentecostes. Um grupo de pessoas estaria conjurando para matar o rei Henrique IV, declarando que Ricardo II ainda estava vivo. O medo de tal conluio teria desaparecido apenas quando um padre da região teria escrito uma lista com os nomes dos envolvidos no plano. Porém, parte dos indivíduos citados em tal lista não participaram da conspiração, como antes afirmado. Após confessar seu engano, algumas pessoas teriam sido colocadas em frente ao padre, questionado se as conhecia. Afirmando que não, e que havia as acusado pois apenas pensava que participavam da conspiração. Alguns suspeitos foram libertos, já os acusados,

⁴⁴⁷ GIVEN-WILSON. *Henry IV* ... op. cit. p. 209.

⁴⁴⁸ Ibidem. p. 211. “(...) law and justice were exiles from the kingdom, while murder, robbery, persecution of the poor and outrages of all kinds abounded, so that the will of the tyrant had replaced the rule of law. As a punishment, God had permitted the common people to usurp the natural authority of their superiors and become ‘senseless and uncontrollable like wild beasts’, and if the king failed to curb this insubordination, a more terrible and comprehensive divine vengeance would shortly follow, similar to that which had befallen Richard II.” (Tradução Livre)

junto do padre teriam sido enforcados e arrastados.⁴⁴⁹ Ainda nesta época Walter Baldock, antigo prior de Launde no condado de Leicestershire teria confessado saber dos planos conspiratórios contra o rei e manteve para si o segredo, sendo depois acusado de traição.

Surpreendente é também o relato presente nos cronistas de uma conspiração envolvendo frades menores entre os anos de 1401 e 1402. O relato deste conluio aparece apenas em dois dos cronistas estudados aqui, Thomas Walsingham e no anônimo do *AEC*. Tal conspiração se relaciona com dois pontos principais: primeiro o início do colapso do *kingship* da nova dinastia e também uma crise no âmbito do franciscanismo na Inglaterra no período. Tratando-se da questão do papel que os frades menores tiveram em meio às conspirações contra o reinado de Henrique IV, há poucos estudos a respeito, causado, segundo Derek Whitfield, devido à ausência de informações detalhadas sobre o evento no período.⁴⁵⁰

Em 1400, havia iniciado a Revolta em Gales de Owen Glyndŵr contra o domínio inglês, e associado a isto estava também a próxima relação entre os cidadãos galeses e o rei Ricardo II. Portanto, a proliferação de boatos da sobrevivência de Ricardo II estava relacionada diretamente em alguns casos com a revolta e seus desdobramentos. A monarquia necessitava cada vez mais de dinheiro para sustentar as campanhas militares na região. O recurso principal era o aumento da cobrança de impostos, o que conforme os cronistas tornou-se na época uma prática não muito bem vista. O cronista anônimo do *AEC*, salientou em sua produção de memória que o povo inglês começou a reunir forças contra o rei Henrique IV, pois o soberano teria “tirado seus bens e não pagou nada por isso”⁴⁵¹. Provavelmente em referência aos impostos cobrados para sustentar a campanha em Gales. A promessa, ou “esperança” principal em Henrique quando assumiu o trono era um respeito às propriedades, e ao bem-comum no reino.

O ato de Henrique se compara nesta narrativa às extremas exortações de dinheiro que Ricardo II realizou entre os anos de 1397 e 1398, utilizado como argumento de sua deposição no Parlamento de 1399. O descontentamento com o rei Henrique, que desta forma se igualava em atos ao deposto rei Ricardo teria nesta narrativa ocasionado um desejo do povo em ter o rei Ricardo ao trono novamente. Essa “falha” no *kingship* Lancastriano ocasionou uma mudança em tais conspirações, saindo do âmbito nobiliárquico e se espalhando para o plano

⁴⁴⁹ Para a narrativa de tal conspiração C.f. *TCM*. p. 312 e *TCE*. p. 278.

⁴⁵⁰ WHITFIELD, Derek W. Conflicts of Personality and Principle: The political and religious crisis in the English Franciscan Province, 1400-1409. In: *Franciscan Studies*, Vol. 17. No. 4. (Dezembro 1957), p. 321.

⁴⁵¹ *AEC*. p. 23. “because he took thair good and paide not therfore”. **(Tradução Livre)**

religioso (como foi o caso dos frades menores) e também entre os comuns, indivíduos cuja opinião era um termômetro político.

O cronista desconhecido ainda apontou que de fato a motivação do povo em ter o rei Ricardo II de volta ao trono foi feita por incentivo de indivíduos que antes eram próximos ao rei deposto, cartas que foram supostamente enviadas pelo próprio Ricardo a seus amigos, configurando sua sobrevivência, deixando o povo feliz e desejando o retorno do monarca.⁴⁵²

Com relação à conspiração dos frades franciscanos, ela se enquadra num período em que a Ordem enfrentava problemas dentro da Inglaterra, que se relacionava diretamente com os problemas políticos enfrentados pelos Lancaster na primeira década do século XV. Primeiro, havia a questão do Cisma do Ocidente, que teve um grande impacto na vida religiosa em todos os reinos europeus ocidentais. Ao lado disso, encontravam-se os debates no âmbito do franciscanismo entre conventuais e observantes. No caso inglês, há ainda a relação direta da fundação de mosteiros franciscanos pelo rei Ricardo II, que teria alimentado a oposição da Ordem a Henrique IV.

Thomas Walsingham oferece uma narrativa sintetizada do evento. Pontua apenas que, com falta de sorte, tais frades foram presos por pensarem trair o rei. Um dos frades, em julgamento, teria sido perguntado se ele desejava que Ricardo II estivesse vivo, apontou também que estaria pronto para lutar em favor do rei deposto. Tal frade fora enforcado e arrastado com roupas de sua ordem, tendo seus irmãos, porém, a permissão de seguir os rituais finais do Cristianismo antes de sua morte.⁴⁵³

É significativo também o fato de que essas conspirações franciscanas também divulgavam que Ricardo II, além de estar vivo, também reunia recursos financeiros para enviar a Owain Glyndŵr em sua Revolta em Gales, planejando matar Henrique IV⁴⁵⁴.

Seguindo um relato que engloba questões de maravilhoso e profetismo Walsingham afirma que em Danbury em Essex, às vésperas da Festa de Corpus Christi — é interessante, pois em diversas fontes medievais inglesas o período de Corpus Christi é marcado por milagres ou manifestações do maravilhoso — o “diabo teria aparecido disfarçado de um dos Frades Menores”⁴⁵⁵ A chegada de um espírito de origem maligna não seria despercebida a um

⁴⁵² C.f. AEC, p. 23.

⁴⁵³ C.f. TCM, p. 321-322.

⁴⁵⁴ GIVEN-WILSON. *Henry IV* ... op. cit. p. 213.

⁴⁵⁵ Idem, p. 321. “there was an appearance of the devil in the likeness of one of the Friars Minor” (**Tradução Livre**)

espaço marcado pelo sagrado. Segundo o autor houve violentas tempestades e raios, e inclusive o telhado da igreja teria sido destruído pelo evento climático. Após esse ocorrido, alguns frades da mesma região foram presos e levados à corte pública, condenados por conspiração contra o rei Henrique, alguns foram enforcados, arrastados e outros decapitados em Londres.⁴⁵⁶

Entretanto, como dito, o cronista anônimo de *AEC* oferece um relato maior sobre a conspiração. Sua produção de memória sobre o evento, assim como em outras ocasiões, é marcada por discursos proferidos, ou ao menos que o cronista acreditava ou projetava terem sido proferidos pelos personagens da época. O primeiro caso foi dos frades menores na cidade de Aylesbury, no Condado de Buckinghamshire, o mesmo fora levado por traição diante do rei Henrique e havia articulado palavras de alegria e fidelidade ao rei Ricardo II.

“Você tem ouvido que o rei Ricardo está vivo, e está feliz por isso”. O frade respondeu e disse, “Estou feliz como um homem feliz pela vida de seu amigo, pois estou ligado a ele, assim como todos meus irmãos, pois ele é nosso fundador e promotor.” O rei disse, “Você tem divulgado e dito abertamente que ele vive, e então você tem excitado e agitado o povo contra mim.” O frade disse, “Não” E então o disse o rei a ele, “Diga-me a verdade, como está em seu coração; — se você visse o rei Ricardo e eu no campo lutando juntos, em que você apoiaria?” “Certamente”, disse o frade, “com ele, pois eu estou ligado a ele”. (...) ⁴⁵⁷

Em seguida, o rei questiona se a vitória fosse de Ricardo contra o rei Henrique o que o frade faria do rei. Igualmente, teria afirmado que transformaria Henrique novamente em duque de Lancaster. Ao constatar que o frade não era amigo do rei, ele foi julgado culpado de conspiração e logo condenado depois à morte.

Neste período, outro frade menor teria denunciado irmãos de sua ordem que junto a senhores seculares e outros religiosos estariam planejando se encontrar em Oxford, ao lado do conde de Leicester, para procurar o rei Ricardo, que segundo boatos do período estaria reunindo armas para lutar contra o rei Henrique IV. A participação de frades demonstra que o

⁴⁵⁶ *TCM*. p. 322. “After examination there, they were found guilty of conspiring against the king and were drawn, hanged and beheaded in London.”

⁴⁵⁷ *AEC*. pp. 23-24. “Thou hast herd that king Richard is alive, and art glad therof.” The frere ansuerde and saide, “I am glad as a man is glad the liff of his frende, for I am holden to hum, and alle my kyn, for he was our furtherar and promoter.” The king saide, “Thou hast noised and told openli that he livithe, and so thou hast excitid and stirid the peple ayens me.” “The frere saide, “Nay”. Than saide the king to him, “Telle me trouthe as it is in thi herte; - yf thou sawest king Richard and me in the feld fighting togedir, with whom woldest thou holde?” “Forsoth,” saide the frere, “with him, for I am more beholde to him.” (...)” (**Tradução Livre**)

problema era extremamente amplo, que deixava o plano laico e atingia o plano eclesiástico. O julgamento dos frades menores ao longo da crônica foi feito pelo rei, o arcebispo de Canterbury e outros lordes. Ao serem perguntados sobre a razão de afirmarem a sobrevivência de Ricardo II, o julgamento desses frades demonstrava o problema da deposição de um rei ungido que foi retirado do trono. Portanto, a legitimidade Lancaster era posta à prova. Um dos frades teria afirmado que Ricardo era o “verdadeiro rei da Inglaterra”, o que traz de volta a questão do Parlamento de 1399, de deposição, renúncia e aceitação da deposição e renúncia. O frade afirma que o rei resignou o trono contra sua vontade, que era, assim, contra a lei.⁴⁵⁸

Era debatido a questão de a possibilidade de um rei renunciar sua Coroa em prisão, posta em consideração pelo frade. Isto é, o que tais clérigos afirmavam, era Henrique como um usurpador do trono, pois o verdadeiro rei ungido ainda era Ricardo. De fato um problema à memória Lancastriana. Por esta razão que os cronistas do século XV, partidários de tal casa real, procuraram projetar a ideia de que o rei não assumiu o trono por intenção própria, mas sim porque era necessário ao reino. Dessa forma, Henrique IV em seu discurso contra o frade destacou que não era um usurpador do trono, mas que fora colocado por eleição.⁴⁵⁹ O frade ainda afirmava que a eleição do rei não valia nada se ela não fosse feita conforme a lei, e se Ricardo estava preso, isto era contra a lei. Da mesma forma se o rei deposto estava morto, ele estava morto pelas mãos de Henrique e assim, o título e a coroa não eram legítimos à Casa de Lancaster.⁴⁶⁰

Logo após o julgamento pelo rei, arcebispo e outros lordes, os frades foram enviados aos juízes que julgavam “falso testemunho”, indo contra, inclusive, às leis canônicas.

Neste ponto, as conspirações relacionadas à memória de Ricardo acabaram se pautando em problemas maiores no reino. Primeiro a rivalidade entre ingleses e escoceses, já que parte dos boatos sugeriam que Ricardo se encontrava exilado na Escócia, unindo forças para retornar ao reino. O outro boato sugeria a participação dos revoltosos galeses à proteção de Ricardo II, com destaque para Owain Glyndŵr.⁴⁶¹ Em 1403, quando Henry Percy, conde de Northumberland, e seu filho herdeiro Henry ‘Hotspur’ Percy haviam iniciado uma revolta contra o rei Henrique, segundo alguns cronistas, boatos da sobrevivência de Ricardo teriam sido espalhados. Os Percies nessa altura haviam se aliado aos revoltosos galeses. As *Chronica*

⁴⁵⁸ C.f. AEC. p. 25. “The king saide, “He resigned.” The maister ansuerde, “He resigned ayens his wil in prison, the whiche is nought in the lawe.”

⁴⁵⁹ C.f. AEC. p. 25. “The kyng saide, “I hue not vsurpid the croune, but I was chosen therto be eleccioun.”

⁴⁶⁰ C.f. AEC. p. 25.

⁴⁶¹ C.f. AEC. p. 26.

Maiores dizem que eles e seus cúmplices espalharam boatos em todo o reino afirmando a sobrevivência de Ricardo e na preparação de um exército para levantar armas contra o rei Henrique.

E se os homens desejassem ver Ricardo sem demora, deveriam vir equipados com armas e, em seu acampamento em Chester, sem falta veriam seu rei. Embora esse anúncio fosse uma mentira, ele despertou emoções variadas na mente de muitos, e fez com que a maioria vacilasse, de modo que eles não sabiam de que lado era mais seguro apoiar. E, de fato, muitos sentiram afeição pelo rei Ricardo, especialmente aqueles que já foram membros de sua *household* e receberam feudos e outros presentes dele.⁴⁶²

Walsingham em sua narrativa, no entanto, afirma que a memória de Ricardo não se tratava de uma ameaça generalizada ao *kingship* Lancastriano, pois aqueles que buscavam de alguma forma formular e espalhar boatos de sua sobrevivência e intenções de retornar ao reino eram membros da antiga *household* de Ricardo ou indivíduos que se beneficiaram diretamente das práticas errôneas e crimes cometidos pelo rei deposto. Dessa forma, o autor projeta a ideia de que não havia um apoio generalizado do povo e dos nobres à possível volta de Ricardo, mas sim de um grupo específico e pequeno. O exemplo disto se dá pela proliferação de boatos através da condessa de Oxford em 1404.

Tal condessa era mãe de Robert de Vere, duque da Irlanda, e que nos tempos de Ricardo havia provocado a raiva de magnatas devido sua proximidade com o rei, recebendo inclusive o título de marquês de Dublin. Ao mesmo tempo, esses cronistas exemplificavam uma relação amorosa entre o rei e o marquês. Não podemos cair na crença de existência do conceito de homossexualismo no medievo, entretanto o que paira no plano do discurso é de uma possível relação entre Robert de Vere e o rei, dito por Adam de Usk como atos de sodomia (e neste caso o homossexualismo se enquadra em sodomia). Seria um erro julgar que Ricardo tinha relações homossexuais, pois se trata de uma produção de memória, mas, justamente por ser uma produção de memória com viés pejorativo produzida por cronistas partidários dos Lancastrianos é que se torna importante considerar essas relações pessoais citadas pelos autores. Portanto, a mãe de Robert de Vere, se enquadra, de certa forma, no

⁴⁶² TCM. p. 327. “And if men wished to see Richard without delay, they were to come equipped with arms and in their camp at Chester they would without fail see their king. Although this announcement was a lie, it roused varying emotions in the minds of many, and caused the majority to waver, so that they did not know which side it was safer to support. And indeed many felt affection for King Richard, especially those who once had been members of his household and had been awarded fiefs and other gifts by him.” **(Tradução Livre)**

grupo de indivíduos que, próximos ao rei deposto, veria benefícios na crença de sua sobrevivência, ou ao menos veria um benefício no espalhamento de boatos que punham em risco a memória Lancastriana.

A condessa de Oxford teria sido ajudada por William Serle, antigo camareiro de Ricardo, e que, se seguirmos o roteiro argumentativo dos cronistas, com destaque em Thomas Walsingham, também possuía benefício em afirmar a sobrevivência do antigo rei. O que as *Chronica Maiora* apresentam, é que a condessa possuía um conjunto de símbolos e outros dispositivos característicos do rei Ricardo distribuídos pelo condado de Essex, significando a sobrevivência do antigo monarca, já que eram dispositivos comumente distribuídos para cavaleiros, escudeiros e amigos do rei deposto. Por Serle ter anteriormente ocupado um cargo de confiança do monarca desposto, isto teria sido visto como real. O espalhamento de tal “mentira”, como dito pelo cronista, teve uma proporção tão grande, que foi acreditado por “abades dos mosteiros de Essex”⁴⁶³

Pelo fato de terem sido vistos ao lado da condessa, esses abades foram posteriormente ordenados pelo rei e mantidos na prisão, e a própria condessa, após o confisco de todas as suas propriedades, foi mantida em estreito confinamento. E um padre que enganosamente jogou todas essas mentiras nos ouvidos de muitos foi recompensado com enforcamento e arrastamento. Pois ele pessoalmente se dera ao trabalho de percorrer o país em seus esforços para fazer com que pessoas de destaque acreditassem que o rei Ricardo não estava apenas vivo, mas logo se revelaria a todos. Ele ainda acrescentaria que ultimamente havia falado com o rei que usava esse tipo de vestuário.⁴⁶⁴

Logo ocorreu depois o julgamento de William Serle, questionado pelos julgadores se desejava que Ricardo estivesse vivo, ou ainda o que criou seu ódio contra o rei Henrique IV. Serle argumentou que seu objetivo era estritamente “afastar o coração dos súditos em relação ao rei”⁴⁶⁵ Serle no julgamento teria destacado suas intenções de seguir para a Corte do rei da França, mas em seu caminho ouvira boatos de que Ricardo estava na Escócia e para lá se

⁴⁶³ TCM. p. 332. “even believed by some of the abbots of monasteries in Essex” **(Tradução Livre)**

⁴⁶⁴ TCM. p. 332. “On the grounds that they had been seen to side with the countess, these abbots were later by the king’s order held and kept in prison and the countess herself, after the confiscation of all her property, was kept in close confinement. And a priest who had deceitfully dropped all these lies into the ears of many was rewarded with drawing and hanging. For he had personally taken the trouble to go around the country in his efforts to get prominent people to believe that King Richard was not only alive but would soon reveal himself to everybody. He would even add that he had lately in such and such a place spoken to the king who had been wearing such and such apparel.” **(Tradução Livre)**

⁴⁶⁵ TCM. p. 333. “and to alienate the hearts of his subjects from him”. **(Tradução Livre)**

direcionou. Ao chegar no outro reino descobrira que se tratava de um impostor, mesmo assim Serle continuou a proliferação dos boatos de sobrevivência de Ricardo.

Mas quando ele percebeu mais tarde que sua invenção fraudulenta havia explodido e se viu sem dinheiro, ele foi até Sir William Clifford em Berwick, pensando que Sir William iria acalmar suas preocupações ajudando-o com o dinheiro que lhe permitiria retornar para França. Mas ele estava desapontado com suas esperanças aqui. Pois, Sir William o mantinha prisioneiro, empregando o truque muito astuto de obter o favor do rei em troca desse ato de serviço. Assim, a sentença foi finalmente proferida sobre Serle, e ele foi traído em uma das principais cidades entre Pontefract e Londres, começando seu merecido castigo na própria cidade real de Pontefract.⁴⁶⁶

O julgamento de William Serle e o aprisionamento da condessa de Oxford não sessaram os boatos da sobrevivência de Ricardo. Com maior destaque entre os cronistas estava ainda no reinado de Henrique IV, certas notícias colocadas em diversos pontos de Londres e na Catedral de St. Paul que pontuavam a sobrevivência de Ricardo II e suas intenções de retornar em “majestade e glória”⁴⁶⁷.

Após a proliferação destes boatos, as fontes são quase silenciosas no que tange a possíveis rumores nos anos finais de Henrique IV e nos primeiros anos de Henrique V. Dois relatos são evidências de que, embora não documentados, tais fatos ainda ocorriam. E devemos considerar que nos primeiros anos de Henrique V, o problema da ordem ainda era grande. Como Allmand aponta, ao menos seis Parlamntos dos nove do reinado do soberano supracitado há reclamações referentes aos casos de indivíduos infringindo contra a lei e ordem, principalmente nos Parlamntos de 1414, 1417 e 1421⁴⁶⁸. Aqui já é possível notar um lugar-comum, os anos de 1414 e 1417 são marcados pelas insurreições da heresia Lollardista, e veremos adiante, que esses casos se conectam ao problema dos boatos acerca da sobrevivência de Ricardo II

⁴⁶⁶ TCM. p. 333. “But when he later realised that his deceitful fabrication had been exploded and found himself in want of cash, he had gone to Sir William Clifford at Berwick, thinking that Sir William would allay his worries by helping him with the money that would enable him to return to France. But he was disappointed of his hopes here. For Sir William kept him prisoner, employing the very cunning trick of gaining the favour of the king in exchange for this act of service. So sentence was finally passed on Serle, and he was drawn in one of the chief towns between Pontefract and London, beginning his merited punishment in the royal town of Pontefract itself.” **(Tradução Livre)**

⁴⁶⁷ TCM. p. 349. “majesty and glory” **(Tradução Livre)**

⁴⁶⁸ ALLMAND. *Henry V* ... op. cit. p. 306.

Há referência efetuada pelo poeta anônimo de *God Save King Henry V*, mostrado anteriormente, que revela ao rei o cuidado com “boatos de pouca importância”. A segunda evidência ocorreu logo após a coroação de Henrique V em 1413, quando o rei planejou o traslado do corpo de Ricardo de Langley para a Abadia de Westminster (local principal de sepultamento dos monarcas ingleses). Embora aparentemente as intenções de Henrique V em realizar o traslado e com isso toda uma cerimônia funerária novamente tenha sido feita, de modo a pôr fim aos boatos da sobrevivência de Ricardo, os cronistas na produção de memória relacionavam a causa do traslado ao amor e veneração de Henrique para com o antigo rei. As *Chronica Maiora* são sugestivas e salientam que o rei possuía veneração para com Ricardo II e tanto amor quanto em seu pai na carne.⁴⁶⁹ O cronista do *AEC* destaca que Ricardo foi sepultado ao lado da rainha Anna da Boêmia, sua primeira esposa, falecida em 1394, seguindo os desejos do antigo rei.⁴⁷⁰

De fato, após o traslado do corpo de Ricardo II em 1413, há poucas evidências de tentativas de conspiração ou de proliferação de boatos acerca da sobrevivência do rei deposto. Aparece, no entanto, uma referência em Thomas Walsingham, acerca do ano de 1417, quando o rei Henrique V ainda enfrentava levantes Lollardistas. Sir John Oldcastle, um dos principais líderes da heresia no século XV, que antes havia recebido a piedade de Henrique V entre os anos de 1413 e 1414 estava em julgamento devido sua heresia. O cavaleiro teria seguido o lugar-comum das outras conspirações e boatos. Citara que não reconhecia nenhum senhor ou juiz que não fosse o rei Ricardo, que estava vivo na Escócia.⁴⁷¹

É interessante, pois, em nenhum dos outros cronistas estudados aqui há qualquer evidência de ligação entre os Lollardos e os boatos de sobrevivência de Ricardo, apenas as *Chronica Maiora* de Thomas Walsingham há esta menção. Insuficiente, no entanto, para dizer que tais boatos eram uma prática no reinado de Henrique V após o traslado de Ricardo. Evidencia que a sombra do rei deposto permanecia no imaginário. Todavia, após este pequeno relato relacionado a Oldcastle não há nenhum outro. Transformou-se numa memória que por um tempo atrapalhava a memória dos Lancaster e o *kingship* da monarquia. Nem mais tarde

⁴⁶⁹ C.f. *TCM*, p. 394.

⁴⁷⁰ C.f. *AEC*, p. 40.

⁴⁷¹ *TCM*, p. 428. “With consummate arrogance and perversity he evaded the question and forthwith replied that he acknowledged no judge among them, while his liege lord, King Richard, was still alive in the kingdom of Scotland. Once they had received this reply, there was no need of witnesses, and they immediately ordered him to be drawn and hung from the gallows and then to be burnt while hanging from them.” / “Com consumada arrogância e perversidade, ele evitou a pergunta e imediatamente respondeu que não reconhecia nenhum juiz entre eles, enquanto seu senhor feudal, o rei Ricardo, ainda estava vivo no reino da Escócia. Depois de receberem essa resposta, não houve necessidade de testemunhas, e eles imediatamente ordenaram que ele fosse afogado e pendurado na forca e depois queimado enquanto fosse enforcado” (**Tradução Livre**)

no reinado de Henrique VI, quando ainda criança num período de regência e instabilidades, não há mais tais relatos de sobrevivência de Ricardo.

É possível que o fim ou diminuição desses rumores em meados do reinado de Henrique V estejam relacionados diretamente com o sucesso militar do monarca na França. Primeiro em Agincourt em 1415 e depois nas campanhas de 1417 – 1420. Soma-se a isto o sucesso do monarca contra os heréticos do Lollardismo. Portanto, Henrique conseguiu o que seu pai buscou durante anos, cercado de revoltas, levantes e boatos: a legitimação Lancaster. Resultado de uma realza que dependia diretamente do sucesso militar para sua legitimação e construção de memória.

CAPÍTULO IV

“SEPARANDO O JOIO DO TRIGO”

SACRALIDADE, DEVOÇÃO E GUERRA

Até o momento, foi feita uma análise dos elementos que auxiliaram na construção da memória Lancastriana no contexto da ascensão desses reis. Cabe agora perceber como a memória continuou sendo construída quando tal dinastia buscava permanecer no trono, a relação dela com a legitimação e também como ela se transformava nas fontes ao longo do século XV. Os símbolos do poder eram parte essencial das estruturas políticas durante a Idade Média, e tinham papel extraordinário nos ideais de legitimação.

Através de alguns elementos, que serão apresentados adiante, será possível perceber como o jogo da memória poderia transformar e ressignificar a memória de um rei em contextos de crises, apagando certas ações e atitudes, adaptando para o período em que a memória precisa ser recuperada.

A relação entre passado, presente e futuro continuava sendo importante nas narrativas cronísticas, somadas às virtudes associadas aos reis Lancastrianos, que tinham ligação com elementos do sagrado, através da utilização de narrativas de santos e elementos do texto bíblico. A Bíblia, por exemplo, foi essencial para legitimar as campanhas de Henrique V na França entre 1415 e 1420. Relacionavam a Inglaterra, o rei e o povo inglês com Israel, fomentavam uma relação de pertencimento que se unia às tradições presentes na Cristandade e no reino, sobretudo o culto aos santos.

Pelo meio de certas ações relacionadas à imagem dos reis Lancastrianos, no jogo da memória se fomentava relações de pertencimento e exclusão. Veremos ao longo do capítulo, sobretudo quando for feita a análise acerca do Lollardismo, como uma parábola bíblica foi associada à ação do rei, separando os bons cristãos dos infiéis.

A guerra é um elemento estrutural, e ao longo deste capítulo veremos como certos símbolos de poder são relacionados a ela no que tange os monarcas da Dinastia de Lancaster. O pensamento profético continuava sendo importante, a lenda do óleo de Thomas Becket é um exemplo. Também servia para legitimação dinástica, mas por fim, ela acabou sendo

ressignificada em alguns aspectos à questão das virtudes régias e no papel dos reis em campanhas militares, sobretudo em relação à Henrique V.

4.1. O ÓLEO SAGRADO DA COROAÇÃO DOS REIS LANCASTRIANOS

O tema da sacralidade régia é bem estudado pela historiografia, apesar de atualmente encontrar-se “fora de moda”. Todavia, ainda há alguns problemas de interpretações, sobretudo porque é uma questão que merece novas formas de análise. As crônicas inglesas e também alguns poemas do século XV costumam associar a imagem sagrada dos reis Lancastrianos integrada a dois pontos que me dedico agora: a devoção e a guerra.

Ainda hoje, a historiografia costuma integrar à realza inglesa à existência de um modelo de representação simbólica — que foi inicialmente tratado por Marc Bloch em *Os reis taumaturgos*⁴⁷² — que seria a ideia da sagração e da capacidade curativa dos reis ingleses em curar os escrofulosos. Enquanto a afirmação não está de toda errada, a suposição de que existe um *modelo* nos faz esquecer as diversas formas de observar a sacralidade da monarquia inglesa. O objetivo de Bloch foi uma análise dos simbolismos sagrados que envolviam as Coroas francesa e inglesa através do toque curativo das escrófulas. Para isto, o historiador seguiu um roteiro de análise: primeiro percebeu o caráter sagrado dos reis que incluiu a imagem dos soberanos comparados a personagens do texto bíblico, segundo pela atenção ao ritual da sagração e unção que seria o fator que conferia o poder curativo aos monarcas. Todo o processo de sacralização régia se inseria num aspecto mais amplo do conjunto de ideias e crenças presentes no imaginário medieval⁴⁷³.

Embora o trabalho de Bloch tenha influenciado uma grande geração de historiadores e suas análises tenham sido motivadas por escolhas específicas, que fazem parte do ofício do historiador, gerou certas críticas, algumas plausíveis e outras, fruto de má interpretação de sua escolha temática e metodológica.

A cerimônia de coroação, a sagração e unção são de fato elementos importantes na monarquia inglesa e possui um papel significativo na imagem da monarquia e sua relação mais ampla com a *communitas* e o *Reino*, isto não pode ser negado. Entretanto, parece demasiado acreditar que apenas o ritual dotava o rei de caráter sagrado. A coroação é o ato principal que

⁴⁷² BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra. São Paulo. Companhia das Letras: 1993.

⁴⁷³ Ibidem. p. 68.

celebra a posição do monarca, a unção atribuía ao rei autoridade espiritual.⁴⁷⁴ A sagração era uma cerimônia religiosa que garantia forte elemento sacrálico ao rei, mas havia outros rituais que reforçavam tal imagem⁴⁷⁵. A importância da coroação aparece em menor grau que outros elementos que trabalharei neste capítulo, como a devoção dos reis e as representações sagradas da monarquia em momentos de guerra.

Nas crônicas, por exemplo, a coroação surge como coadjuvante nas narrativas, a não ser quando tem relações diretas com a legitimação régia. Entre os reis Lancastrianos, por exemplo, apenas Henrique IV tem uma das maiores narrativas da sagração, devido à usurpação de 1399. A narrativa do óleo de Thomas Becket, foi importante na produção da retórica de legitimação de Henrique IV e retornarei a esse tema ainda neste tópico. Henrique V possui relatos mais curtos, simples, comentando a importância de o dia ser um domingo de Páscoa e também sua transformação em um novo homem. Henrique VI, raramente tem relatos mais amplos sobre sua coroação, em alguns casos certos poemas e canções foram dedicados ao momento da coroação e crônicas destacam a viagem do monarca para a França de modo a ser coroado rei dos franceses em Paris, para consolidar uma imagem de reino dual.

Outro problema ao considerar exacerbadamente a importância da coroação é no que tange o tempo entre a ascensão do monarca e sua coroação. Na Inglaterra, o cerimonial era visto como emergencial em casos onde a legitimação real era necessária. Como ocorreu com Henrique IV e Henrique V. Todavia, de maneira geral, o cerimonial não era emergencial. Henrique III no século XIII assumiu o trono ainda na menoridade e teve duas cerimônias: a primeira em outubro de 1216 em Gloucester, resultado da instável situação do reino à época, a segunda em 1220 na Abadia de Westminster. Eduardo I, em contrapartida, teve sua coroação em 1274, dois anos após tomar as rédeas do reino. Eduardo II foi coroado rei em 1308, um ano após assumir o trono. Já Eduardo III, experimentando a instabilidade política dos últimos anos de seu pai teve sua coroação apenas um mês após ascender ao trono⁴⁷⁶.

Henrique IV precisava ser legitimado, apesar da renúncia e deposição de Ricardo II, a ideia pleiteada pelos Lancastrianos da vontade de Ricardo que Henrique o sucedesse, e da mobilização de elementos da linhagem Lancastriana que lhes davam direito ao trono, a legitimação da casa real ainda era necessária. Por isso a coroação e sagração do usurpador

⁴⁷⁴ PRESTWICH. *Plantagenet England* ... op. cit. p. 28.

⁴⁷⁵ Ibidem. p. 29.

⁴⁷⁶ Ibidem. pp. 28-29.

fora feita às pressas. Apenas treze dias após a aceitação por parte Parlamento de sua reivindicação, o monarca foi coroado em Westminster⁴⁷⁷.

A coroação às pressas tornava mais difícil a contestação ao novo rei, significava que ele era um ungido do Senhor e obtinha uma autoridade celestial. Depor um soberano ungido era um problema, foi assim para a deposição de Eduardo II em 1327, também de Ricardo II em 1399, o mesmo para Henrique VI em 1461. Por mais que a deposição destes reis tenha sido possível, depô-los ainda era um ato que trazia consequências imaginárias e políticas diversas, na maioria, casos de crise. A necessidade de legitimação foi o que justificou a pressa na coroação.

A escolha da data da cerimônia também não foi ao acaso, ocorreu no dia 13 de outubro, dia de Eduardo, o Confessor, representava três questões: a importância que o Santo possuía para a monarquia, o aniversário de um ano após o rei ter sido enviado ao exílio por Ricardo II, por fim, a escolha da coroação em um dia de santo. Desde há muito, o *Liber Regalis* estabelecera alguns princípios para a coroação dos monarcas ingleses, dentre eles a preferência para o dia do cerimonial: “E é de notar que a coroação do rei e da rainha deve acontecer sempre em um domingo ou algum dia santo”⁴⁷⁸ A data da coroação, portanto, já significava o estabelecimento de um aspecto sagrado sobre a figura do rei, já que na tradição cristã o domingo é por si só um dia sagrado “o dia do Senhor”, ou também pela santidade da coroação no dia de um santo, notadamente aqueles especiais na devoção da realeza ou dos súditos. Todavia, o ponto que me interessa nesse momento são os objetivos legitimatórios e mitos oriundos de uma lenda específica em torno da coroação: o óleo de Thomas Becket.

Que Thomas Becket é um santo importante para os ingleses na Idade Média não há dúvidas. É claro que sua fama, milagres e culto se estendiam para o restante da Cristandade, especialmente na França. Os *Canterbury Tales* de Geoffrey Chaucer demonstram com clareza uma enorme rede de peregrinações⁴⁷⁹ dedicadas ao santo instituídas pela própria realeza no século XII.

A relação entre a monarquia e Becket foi marcada por paradoxos desde o início. Arcebispo de Canterbury no reinado de Henrique II, participante da administração régia,

⁴⁷⁷ Considera-se a ascensão de Henrique IV a partir do dia 30 de setembro de 1399, sua coroação ocorreu no dia 13 de outubro do mesmo ano.

⁴⁷⁸ LB. p. 82. “Et preuideatur semper quod coronacio tarn regis quam regine fiat in die dominico uel in festo aliquo solempni.” **(Tradução Livre)**

⁴⁷⁹ C.f. JESUZ, Viviane Azedevo de. *A cidade sob o texto: um estudo acerca da sociedade urbana inglesa a partir da narrativa de Geoffrey Chaucer (segunda metade do século XIV)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.

adquiriu poder político e também uma imagem paradoxal. Contemporâneos do santo de Canterbury não viam sua imagem conforme os hagiógrafos dos séculos seguintes. Observavam Becket com crítica, como ambicioso por influência e poder. A santidade de Becket estava muito mais ligada com sua morte e milagres a ele associados⁴⁸⁰, do que pelas suas virtudes em vida. Era, entretanto, um homem da Igreja e dedicado a afirmar a primazia da instituição, o que o fez entrar em contendas diretas com o rei da Inglaterra. Malgrado a defesa da Igreja, isto não impediu que críticas a sua figura fossem difundidas dentro da instituição.

Só porque Thomas foi saudado como um santo de maneira espetacular, não significava que sua santidade não fosse problemática. Na verdade, de certa forma, tornou-se mais problemático. Thomas atraiu muitas críticas durante sua vida, e não apenas de seus inimigos. A crítica do ponto de vista monarquista sobreviveu no poema de Estêvão de Rouen, *Draco Normannicus*, escrito em 1169, e em vários relatos nas Vidas, mas as críticas mais difundidas e prejudiciais vieram de dentro da Igreja. A carta de Gilbert Foliot de 1166, *Multiplitem nobis*, é uma acusação dilacerante dos feitos e do caráter de Thomas. Foliot afirma que Thomas comprou o cargo de chanceler e usou sua influência na corte real para se tornar arcebispo de Canterbury. Sua experiência como “pastor de falcões e cães de caça” e sua intrusão irregular no arquiépiscopado por meio da pressão real pavimentaram o caminho para os desastres que se seguiram. Ao capitular aos costumes reais em Clarendon, em sua fuga subsequente e suas censuras contra seus inimigos em Vézelay, Thomas, afirma Gilbert, colocava em perigo a causa da Igreja que ele afirmava abraçar. Esta é a crítica mais eloquente e prejudicial que sobreviveu, mas em outras cartas, mesmo de fontes eclesásticas mais amigáveis, o comportamento de Thomas é frequentemente caracterizado como arrogante, obstinado e perigoso para a Igreja. É claro que essa crítica a Thomas sobreviveu à sua morte. Pouco depois do assassinato, ocorreu um debate em Paris entre o teólogo Peter the Chanter e um certo Mestre Roger. Considerando que Peter declarou que Thomas era um mártir em virtude de seu assassinato pela liberdade da Igreja, Roger denunciou-o como um traidor condenável, digno de morte, “se não essa morte”. E William de Newburgh, escrevendo em 1196-8, reconhece a santidade de Thomas, mas aprova suas ações apenas com relutância, dizendo que em alguns casos deve-se elogiar o homem, mas não todas as suas obras⁴⁸¹.

⁴⁸⁰ STAUNTON, Michael. *Thomas Becket and His Biographers*. Woodbridge: The Boydell Press, 2006. p. 13.

⁴⁸¹ Ibidem. p. 12. Just because Thomas had been hailed as a saint in spectacular manner did not mean that his sanctity was unproblematic. Indeed, in certain ways it made it more problematic. Thomas attracted much criticism during his life, and not only from his enemies. Criticism from a royalist standpoint survives in Stephen of Rouen's poem *Draco Normannicus*, written in 1169, and in numerous reports in the Lives, but more widespread and more damaging criticism came from within the Church. Gilbert Foliot's letter of 1166, *Multiplitem nobis*, is a lacerating indictment of Thomas's deeds and character. Foliot claims that Thomas bought the office of chancellor and used his influence in the royal court to become archbishop of Canterbury. His background as a 'pastor of hawks and hounds' and his irregular intrusion into the archiepiscopate through royal

Por fim, Becket foi para exílio na França, e algum tempo depois morreu por cavaleiros do rei Henrique II, o que teria causado enorme escândalo no reino. Após a morte do arcebispo, rapidamente cresceram as hagiografias sobre o santo que em passo acelerado foi canonizado pela Santa Sé. Notários do período eram os responsáveis por narrar a vida santa de Becket, dentre eles John de Salisbury, Edward Grim, William de Canterbury, William Fitzstephen, Guernes de Ponte-Ste-Maxence, Herbert Bosham, Anônimo I e Anônimo II, e Benedict de Peterborough.⁴⁸² Ao contrário de narrarem as ambições por poder, o exemplificaram pelos atos santos. As hagiografias de Becket foram, portanto, responsáveis por ressignificar a imagem do santo em vida.

O que alguns textos do século XII afirmam é que o rei Henrique II foi atormentado pela culpa ao ser responsável pela morte do arcebispo, por isso teve papel em iniciar uma rede de peregrinações que se estenderam até o século XVI (interrompidas pela Reforma). Essa rede para Canterbury é importante, e veremos mais alguns pontos adiante. As hagiografias de Becket dos séculos XII e XIII não mencionam nenhuma lenda de um óleo ou qualquer item parecido que tenha sido de posse do arcebispo. Apenas no século XIV, em meio à crise do reinado de Eduardo II que a primeira narrativa era representada.

Foi em uma carta enviada pelo Papa João XXII, respondendo uma solicitação do rei Eduardo II — conduzida pelo Frade Nicholas Stratton — que foi enviado à Santa Sé em nome do rei. A narrativa do óleo é extremamente interessante e demonstra elementos da espiritualidade cristã medieval.

A carta é iniciada com o pontífice afirmando que teve audiências com o bispo de Hereford, embaixadores e outros emissários, além de também ter lido cartas enviadas por bispos ingleses como de Ely, Norwich e Salisbury. Também, o documento do Papa ao rei inglês afirma que o assunto a ser tratado, e que foi resultado da solicitação do frei Nicholas

pressure paved the way for the disasters which followed. In capitulating to the royal customs at Clarendon, in his subsequent flight and his censures against his enemies at Vézelay, Thomas, Gilbert claims, endangered the cause of the Church which he claimed to espouse. This is the most eloquent and damaging critique that survives, but in other letters, even from friendlier ecclesiastical sources, Thomas's behaviour is often characterized as arrogant, headstrong and dangerous to the Church. It is clear that such criticism of Thomas survived his death. Shortly after the murder a debate occurred in Paris between the theologian Peter the Chanter and a certain Master Roger. Whereas Peter declared that Thomas was a martyr by virtue of his murder for the liberty of the Church, Roger denounced him as a damnable traitor worthy of death, 'if not such a death'. And William of Newburgh, writing in 1196–8, acknowledges Thomas's sanctity, but approves his actions only grudgingly, saying that in some cases one ought to praise the man, but not all his works. **(Tradução Livre)**

⁴⁸² Ibidem. p. 1.

Stratton tratava-se de “assuntos secretos”⁴⁸³. Em seguida, o Pontífice afirma que leu os argumentos e requisições efetuados pelo rei através de seus representados, e anotados junto ao bispo de Sabina, que auxiliou o Papa na resolução da questão. A primeira menção direta ao óleo ocorre mais adiante no documento, em que o frade Nicholas teria secretamente proposto ao Santo Padre um óleo revelado do céu. A partir disto segue toda uma narrativa acerca do exílio de Thomas Becket, a aparição da Virgem, a entrega do óleo e os destinos dele até chegarem na Inglaterra.

Thomas Becket, na França em exílio, recebeu a aparição da Virgem, afirmando que o arcebispo deveria morrer pela Igreja. O quinto rei após Henrique II — monarca reinante à época — seria um homem bom e campeão da Igreja. O quinto rei, portanto foi Eduardo II. Para os sucessores de Henrique foi entregue um óleo santo, em que o rei ungido com ele recuperaria a Terra Santa dos “pagãos”. Por ordem da Virgem, Becket entregou o óleo a um monge de S. Cipriano, dizendo que deveria ser revelado no momento certo, e a cabeça de um pagão seria a causa da descoberta.⁴⁸⁴

Apesar da lenda afirmar que o óleo foi entregue a Becket pela Virgem, ela deixa claro que a relíquia já circulava no mundo terreno antes do século XII, intercalando com a trajetória de outros personagens importantes da Cristandade. Na carta do Pontífice ao rei Eduardo, o arcebispo de Canterbury antes de entregar o óleo aos monges de São Cipriano havia deixado junto ao frasco uma placa onde continham os relatos acerca da visão que ele teve da Virgem. Na mesma placa existia a menção de que Carlos Magno teria sido ungido por tal óleo.

Por último, ele mencionou um certo óleo divinamente revelado ao abençoado Papa Leão, e duas placas de ouro, escondidas em Aachen na Alemanha, em que o próprio santo havia escrito o assunto sobre este óleo, e este frade afirmou que Carlos, o Grande (Carlos Magno), havia sido secretamente ungido com este óleo pelo Arcebispo Turpin⁴⁸⁵.

⁴⁸³ C.f. Letter of John XXII to Edward II about the Oil of Coronation. In: LEGG, L.G. Wickham. *English Coronation Records*. Westminster: Archibald Constable & Co. Ltd, 1902. p. 69.

⁴⁸⁴ C.f Ibidem. p. 70.

⁴⁸⁵ Idem. p. 70. “Fecit denique mentionem de unctione quadam beato Leoni Pape reuelata diuinitus, et duabus laminis aureis, in quibus per ipsum sanctum ad banc unctionem pertinentia scripta erant, absconditis in alamannia aquisgranis, de qua frater dictus per Archiepiscopum Turpinum unctum secreto fuisse Regem magnum Karolum affirmabat” (**Tradução Livre**)

É curioso, pois a monarquia francesa reivindicava a lenda do óleo da Santa Âmbula para a coroação dos reis, que tinha origens no batismo de Clóvis. Todavia, é interessante que o início da lenda de Becket tenha se misturado com a de um personagem tão importante da Cristandade quanto Carlos Magno, sobretudo porque através da noção de recuperação da Terra Santa, e da imagem do Imperador, de certo modo reivindicava-se a figura do monarca inglês uma ideia de unidade ligada à própria Cristandade.

Não há nenhum indício de que o óleo de Becket seja o mesmo da coroação dos reis franceses ou uma parte retirada para a unção dos reis ingleses, era um óleo específico para a realeza inglesa, cuja autoridade da relíquia é pautada na ação da Virgem e também na unção de Carlos Magno.

Os destinos do óleo, até ser encontrado pelos ingleses, também são mencionados na carta ao rei. Demônios teriam avisado a um príncipe dos pagãos das virtudes da relíquia, por isso tal príncipe enviou um soldado a Poitiers para roubar o frasco miraculoso sob a promessa de riqueza, este soldado faleceu. Como por sorte divina, um cristão tomou posse da relíquia até chegar ao duque de Brabante que levou o óleo para a coroação de Eduardo II⁴⁸⁶.

A partir do momento que tal frasco torna-se de posse da realeza, a lenda adquire aspectos mais interessantes. Primeiro, o Papa observa que Eduardo II havia recusado ser ungido pelo óleo, pois seguiu seus conselheiros que achavam suficiente os simples óleos consagrados dos ingleses. Nicholas Stratton hospedado com a duquesa de Brabante e a condessa de Luxemburgo percebeu junto a elas o cheiro maravilhoso e também a capacidade de cura da relíquia (um *topos* nas narrativas sobre santos e relíquias na Cristandade).⁴⁸⁷

Diversos infortúnios acometeram o reinado de Eduardo II, sobretudo a revolta baronial liderada inicialmente por Thomas de Lancaster e mais tarde pela própria rainha de Eduardo. O Pontífice respondia ao rei justamente uma solicitação de Eduardo para ter uma nova coroação, tendo em vista as desgraças que acometiam seu reinado, provavelmente pela crença de que o rei sofria uma maldição pela recusa em cumprir a profecia da Virgem, ou mesmo por interesses legitimatórios e para a expansão da autoridade real tão fragilizada no início do século XIV.

O documento do Papa ao rei deixa claro que o Santo Padre acreditava que a relíquia de fato era oriunda da Virgem, neste caso ela não cita Thomas Becket, somente a Virgem.

⁴⁸⁶ C.f. Ibidem. pp. 70-71.

⁴⁸⁷ C.f. Ibidem. p. 71.

Também afirma que não havia nenhuma questão litúrgica ou teológica que impedisse o rei de receber a unção com o óleo, nem sendo superstição, nem pecado. Todavia, o Pontífice deixava claro que a nova unção não anulava de modo algum a primeira, pois ela não iria impactar a alma do rei⁴⁸⁸.

Com relação à autorização por parte do Papa a uma nova unção, o pontífice, junto ao bispo de Sabina, resolveu nem conceder ou recusar o pedido do soberano inglês. Mas afirmava que caso a unção fosse feita, deveria ocorrer secretamente, evitando qualquer escândalo que pudesse daí surgir. Entretanto, mesmo na ausência de uma recusa direta, o Papa não permitia que qualquer prelado fosse encarregado de conferir a unção⁴⁸⁹.

Se Eduardo II foi por fim ungido com o óleo de Becket, não sabemos. Doravante, até 1399 a narrativa da relíquia do santo permaneceu em silêncio nas fontes. Ela reaparece para legitimação dos interesses Lancastrianos ao trono, de modo a afirmar a sacralidade da nova casa real. Junto ao reaparecimento da narrativa do óleo, sua estrutura também foi modificada. Os elementos dela que surgiram no reinado de Eduardo II e a história do encontro do óleo sumiram das crônicas sobre a ascensão Lancastriana, e apenas a entrega do óleo ao santo pela Virgem permaneceu nas narrativas do final do século XIV e o século XV.

Segundo a retórica Lancastriana, o óleo ficou escondido na França, preso sob uma pedra, em um frasco no formato de águia dourada. Henry de Grosmont, duque de Lancaster, quando estava lutando pelo rei Eduardo III nas campanhas militares no continente, teria encontrado a relíquia sagrada, levado à Inglaterra para a coroação do Príncipe Negro, o que não foi possível devido à morte precoce do herdeiro do trono.

A relíquia teria sido guardada em meio aos objetos preciosos da Coroa na Torre de Londres, e esquecido até o término do reinado de Ricardo II. Os cronistas diziam que o rei vasculhava os bens da Coroa e encontrou o óleo. Ao saber de sua preciosidade religiosa buscou uma nova unção, negada pelo arcebispo de Canterbury.

Em meio à crise de 1399, quando o monarca se direcionou para a Irlanda, ele teria levado o frasco sagrado consigo, que foi recuperado por Thomas Arundel e utilizado pela primeira vez na coroação de Henrique IV⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ C.f. Ibidem. p. 71-72.

⁴⁸⁹ Ibidem. p. 72.

⁴⁹⁰ O principal relato cronístico sobre o óleo e a coroação de Henrique IV em 1399 talvez seja o de Thomas Walsingham em suas *Chronica Maiora* o que foi perpetuado de certo modo por outros cronistas que também narrava sobre o óleo da maneira que fora feita por Walsingham. C.f. *TCM*. pp. 311 - 312.

Em 1399, o Rei Ricardo estava curiosamente examinando os objetos deixados a ele por seus ancestrais e inesperadamente se deparou com a águia e seu frasco, junto com um escrito ou profecia do bendito mártir Thomas, e sabendo da grande virtude possuída pelo óleo, ele pediu a Thomas, arcebispo de Canterbury, para ungi-lo uma segunda vez com este óleo. Mas o arcebispo absolutamente se recusou a fazer isso, dizendo que era suficiente ao rei que em sua coroação original ele recebeu o óleo sagrado em suas mãos, e que não era certo repetir a unção. O rei Ricardo levou a águia e o frasco com ele quando partiu para a Irlanda e também ao retornar novamente a esta terra. A pedido do arcebispo, ele entregou a águia e frasco a ele em Chester, dizendo que agora estava permanentemente claro para ele que não era desejo divino que ele fosse ungido com este óleo, mas que tal nobre sacramento estivesse destinado a outro. E o arcebispo mantinha religiosamente esses objetos preciosos sob cuidadosa guarda e os tinha preservado até a época da coroação do atual rei, que foi o primeiro dos reis da Inglaterra a ser ungido com um líquido tão precioso⁴⁹¹.

Há diversas razões para a recusa do arcebispo em ungir o rei Ricardo novamente, algumas pertinentes, outras, fruto da insatisfação do lorde espiritual para com o rei. Ricardo adquiriu tantos inimigos no reino e a nobreza estava marcada pelo faccionalismo, questões já discutidas anteriormente. Uma nova unção era talvez almejada pelo rei de modo a alcançar legitimação de seu regime e também conseguir apoio divino. Arundel era parte do grupo de lordes que tinha histórico de contendas com o rei, foi parte dos Lordes Apelantes e assim como Henrique IV também fora enviado para exílio, em seu caso no ano de 1397. Era um enorme defensor dos privilégios e temporalidades da Igreja, e seu apoio ao regime Lancastriano em 1399 era pautado nessa defesa. Ao longo de todo o reinado de Henrique IV e também em parte de Henrique V, Arundel postulada o papel da Coroa em defender a Igreja, em sua primazia religiosa e também contra o “roubo de propriedades”. O apoio de Arundel poderia ser uma das causas da recusa de Ricardo em ser ungido novamente e Henrique IV ter

⁴⁹¹ TCM. p. 312. “In 1399 King Richard had been curiously examining the objects left to him by his ancestors, and had unexpectedly come across the eagle with its flask, together with a writing or prophecy of the blessed martyr Thomas, and learning of the great virtue possessed by the oil, he asked Thomas [Arundel], archbishop of Canterbury, to anoint him a second time with this oil. But the archbishop absolutely refused to do this, saying that it was sufficient for the king that at his original coronation he had received the holy oil at his hands, and that it was not right to repeat the anointing. King Richard took the eagle and the flask with him when setting out for Ireland and also when returning again to this land. At the archbishop’s request he had handed the eagle and the flask to him at Chester, saying that it was now patently clear to him that it was not the divine will that he should be anointed with this oil, but that such a noble sacrament was destined for another. And the archbishop had religiously kept such precious objects under careful guard and had preserved them right up to the time of the coronation of the present king, who was the first of the kings of England to be anointed with so precious a liquid.” (Tradução Livre)

sido agraciado pela relíquia. Também, Coote afirma que algumas fontes do período associavam Arundel ao sucessor de Becket, inclusive pela similaridade do nome.

*Ele é o portador encarregado do óleo, e ele, não o papa, como na história original, decide quem será ou não ungido com ele. Em outra fonte, Arundel é chamado de 'Thomas, sucessor de Thomas', identificando-o com Becket. Arundel pode ter procurado tais comparações, mas é pouco provável que, pelo menos após o término da crise política imediata, Henrique IV tivesse concordado com as afirmações grandiosas feitas pela história de Walsingham. O depoimento de Ricardo II foi o tipo de evento em torno do qual as histórias se reuniram, e isso representa um deles*⁴⁹².

Todavia, não podemos esquecer do potencial de legitimação que a unção proporcionava. Foi o objetivo de Eduardo II no início do século XIV e também de Ricardo II no final do mesmo século. Não é estranho que o primeiro rei que de fato foi ungido com a relíquia de Becket foi um usurpador. O rei, dessa forma, era ligado diretamente com um santo extremamente importante para os ingleses. Aproximava o culto cada vez mais da monarquia, e relacionava o soberano diretamente com o sagrado, numa rede mais ampla. O óleo, apesar de ser de Becket foi entregue ao santo pela Virgem, que por sua vez era mãe de Cristo, a Virgem é por si mesma um relicário de Cristo. O rei e Cristo eram figuras cada vez mais relacionadas, o rei espelhava Cristo.

Com exceção de Henrique IV as narrativas sobre o óleo sagrado são praticamente invisíveis na produção cronística do século XV. No início do século XIV, provavelmente na Corte de Eduardo II, ocorreu a circulação de um manuscrito a quem associavam a Thomas Becket, como sendo sua própria explicação da origem da relíquia. Entretanto, tem-se conhecimento da circulação de uma mesma versão dessa fonte no início do século XV, provavelmente produzida para os reis Lancastrianos⁴⁹³.

Em relação a Henrique V, apenas a biografia escrita pelo Pseudo-Elmham por volta da década de 1430 menciona que o rei foi coroado com o óleo entregue pela Virgem a São

⁴⁹² COOTE. *Prophecy and Public Affairs in Later Medieval England* ... op. cit. p. 162. "He is the bearer entrusted with the oil, and he, not the pope, as in the original story, decides who will or will not be anointed with it. In another source Arundel is called 'Thomas, successor to Thomas', identifying him with Becket. Arundel may have sought such comparisons, but it is hardly likely that, at least after the immediate political crisis was over, Henry IV would have acquiesced in the grandiose claims made by Walsingham's story. Richard II's deposition was the kind of event around which stories gathered, and this represents one of them." **(Tradução Livre)**

⁴⁹³ C.f. Description by Thomas Becket of the Delivery of the Holy Oil to him by St. Mary. Bodl. Ashmole MS. 1393. In: LEGG, L.G. Wickham. *English Coronation Records*. Westminster: Archibald Constable & Co. Ltd, 1902. pp. 169-171. C.f. Anexo IV.

Thomas de Canterbury⁴⁹⁴. Nenhuma outra narrativa do rei cita o tal óleo. Todavia, há um elemento sobre Henrique V que remete diretamente a Thomas Becket e talvez a própria relação entre a imagem construída sobre o rei e a imagem do santo mártir.

Quando Henrique V foi coroado em 1413, seguiu a “norma” do *Liber Regalis*. Foi coroado em um domingo de Páscoa. Dentre o “maravilhoso” que ocorreu se encontra o já mencionado clima da coroação, por intensas nevascas. Segundo o poeta de *God save king Henry V*⁴⁹⁵, o período da coroação do rei representava um tempo santo, em referência à Páscoa. Também, marcava mudanças em todo o reino. Essas mudanças não se restringiam ao reinado, mas também à pessoa do rei. Segundo os cronistas, logo após a unção e coroação, Henrique V se transformou em um novo homem, dedicado às virtudes e defesa da Igreja. Observemos o que Thomas Walsingham disse ao tratar da coroação do rei:

E de fato, logo que ele foi investido com os emblemas da realeza, ele de repente se tornou um homem diferente. Seu cuidado agora era com a autocontenção, a bondade e a gravidade, e não havia nenhum tipo de virtude que ele colocasse de lado e não desejasse praticar por si mesmo. Sua conduta e comportamento foram um exemplo para todos os homens, clérigos e leigos, e aqueles a quem foi concedido seguir seus passos consideravam-se felizes.⁴⁹⁶

Vejamos agora o que John Capgrave na década de 1460 também observou a ideia de transformação de Henrique V.

No ano do mundo de 6611, e do nosso Senhor Jesus de 1413, foi Henrique V coroado em Westminster no domingo de Páscoa. E após sua coroação ele se tornou um outro homem, e todas as suas ações inclinadas às virtudes⁴⁹⁷

⁴⁹⁴ PSEUDO-ELMHAM. *Vita et Gesta Henrici Quinti* ... op. cit. p. 21. “Et modo devotissimo, princeps magnificus, unccione coelica, per manus beatae virginis quondam Sancto Thomae Cantuariensi tradita, juramento de juste regendo prius, ut moris est, praestito, in ecclesia beati Petri Westmonasterii in regen ab archipraesule est perunctus.”

⁴⁹⁵ *God save king Henry V* ... op. cit. p. 45. “Pes holy tyme” / Este tempo santo. **(Tradução Livre)**

⁴⁹⁶ *TCM*. p. 390. “And indeed as soon as he was invested with the emblems of royalty, he suddenly became a different man. His care now was for self-restraint and goodness and gravity, and there was no kind of virtue which he put on one side and did not desire to practise himself. His conduct and behaviour were an example to all men, clergy and laity alike, and those to whom it was granted to follow in his footsteps accounted themselves happy. **(Tradução Livre)**

⁴⁹⁷ *TCE*. p. 303. “In the yere of the world 6611, and of oure Lord Jesu 1413, was Herry the V. crowned at Westminster on Passion Sunday. And aftir his coronacion he was evene turned onto another man, and alle his mociones inclined to vertu.” **(Tradução Livre)**

É difícil afirmar se o mito da transformação de Henrique V se tornou um *topos* nas fontes do século XV, observamos isto com maior clareza nas duas fontes apresentadas até agora, *The Chronica Maiora*, contemporâneas de Henrique e *The Chronicles of England*, posterior ao reinado do monarca. Uma das biografias mais completas de Henrique V, a *Gesta Henrici Quinti*, não há nenhuma menção a ideia de que o rei foi transformado em um novo homem, apenas nota que o soberano era novo em idade, mas “velho” em experiência.⁴⁹⁸, entretanto, é possível afirmar que mesmo que os documentos escritos não contassem com enormes relatos sobre a transformação do rei, talvez esse mito tenha prevalecido na tradição oral, ou ao menos o que foi escrito pelos cronistas foi preservado na memória, pois tal mito se estendeu até o século XVI quando Shakespeare narrou a transformação do monarca. Todavia, o príncipe de Gales de Shakespeare era impetuoso, pouco dedicado a suas obrigações como herdeiro da Coroa. Essas características não aparecem nas crônicas ou biografias sobre o rei.

A lenda da transformação de reis em novos homens não era estranha à Cristandade. O texto bíblico dava as bases para isso. O Livro de Samuel, por exemplo, afirma que Saul após ser escolhido rei e ungido foi transformado em um novo homem. Saul também era um rei guerreiro, e na narrativa bíblica, enquanto era fiel aos mandamentos de Deus sempre gozou dos benefícios celestiais dados a ele, imagem que pode ter sido associada a Henrique V.

Então o espírito de Iahweh virá sobre ti, e entrarás em transe com eles e te transformarás em outro homem.

Assim que voltou as costas para deixar Samuel, Deus lhe mudou o coração, e todos esses sinais se verificaram naquele mesmo dia.⁴⁹⁹

Mas há um ponto a ser considerado, e aqui retornamos a Thomas Becket. Embora passado bíblico ter sido recuperado como vetor da lenda da transformação de Henrique, ela não se afasta de outro mito relacionado ao santo possuidor do óleo sagrado. Como mencionado anteriormente, com base em Michael Staunton, os contemporâneos de Becket, inclusive oriundos da própria Igreja tinham enormes críticas a sua personalidade, o que de certo modo foi apagado das hagiografias. Os hagiógrafos de Becket, como Staunton nos mostra, afirmavam que após Becket ter sido ungido arcebispo de Canterbury, fora

⁴⁹⁸ C.f. *Gesta Henrici Quinti* ... op. cit. p. 2 -3.

⁴⁹⁹ 1 Sm 10: 6-9

transformado em um novo homem e iam contra a ideia da personalidade problemática do clérigo.

Os biógrafos de Becket concordam que algo extraordinário aconteceu quando ele se tornou arcebispo de Canterbury em 1162. Transformado, eles escrevem, em um novo homem, ele imediatamente embarcou em uma vida mais religiosa e começou com novo zelo para defender a causa da Igreja⁵⁰⁰.

A transformação de Henrique V em 1413 de certo modo conectava a imagem de Henrique V à imagem de Thomas Becket. O rei ungido, assim como o santo possuidor da relíquia da unção foi transformado.

Após os relatos já escassos da coroação de Henrique V, as narrativas sobre o óleo de Becket tornaram-se cada vez mais escassas. Em alguns casos tornou-se difícil também deduzir se o óleo ainda era utilizado ou não pela realeza e também seu fim. Com relação ao reinado de Henrique VI, segundo Ullman, a melhor evidência do papel do óleo, ocorreu em um documento de Portugal, produzido a pedido do conde Álvaro Vaz d'Almada, que foi criado cavaleiro da Ordem da Jarreteira,⁵⁰¹ e notou as maravilhas ligadas à relíquia sagrada.

É possível deduzir que o óleo também foi utilizado pelos reis Yorkistas, já que documentos provenientes da Abadia de Westminster pontuavam o uso do óleo sagrado ao menos por três décadas. Um dia após a coroação de Ricardo III em 1483 dois representantes episcopais do rei teriam levado a *regalia* da sagração a John Esteney, abade de Westminster. Essa documentação além de demonstrar que Ricardo III seguiu os reis Lancaster, pontua que provavelmente Eduardo IV fez o mesmo⁵⁰². Alguns historiadores têm hipóteses de que os monarcas Tudor recorreram às bênçãos do frasco miraculoso, outros como Marc Bloch acreditam que até os reis Stuart a relíquia fora utilizada⁵⁰³. De qualquer modo, a Revolução de 1648 e posteriormente a Revolução de 1668 provavelmente diminuiu o imaginário em torno da realeza, conseqüentemente o enfraquecimento da importância do óleo, apesar de, até os

⁵⁰⁰ STAUNTON. *Thomas Becket and his biographers ...* op. cit. p. 75. "Becket's biographers agree that something extraordinary happened when he became archbishop of Canterbury in 1162. Transformed, they write, into a new man, he immediately embarked upon a more religious life and began with new zeal to champion the cause of the Church." **(Tradução Livre)**

⁵⁰¹ ULLMAN, Walter. Thomas Becket's Miraculous Oil. In: *The Journal of Theological Studies*, Vol. VIII, Ed. 1, Abr. 1957. p. 134.

⁵⁰² MCKENNA, John W. The coronation Oil of the Yorkist Kings. In: *The English Historical Review*. Vol. 82, No. 322. (Jan. 1967), p. 103.

⁵⁰³ BLOCH. *Os reis taumaturgos...* op. cit. p. 178.

dias atuais, preserva-se o frasco da coroação dos reis britânicos em formato de águia dourada, assim como a relíquia de Becket.

Tendo o conhecimento da lenda de Becket e algumas relações dela com a imagem e mitos dos reis lancastrianos, resta agora compreender como essa lenda somava ao regime Lancastriano no século XV.

Primeiro, há de considerar que a lenda do óleo surge como um contraponto e rivalidade com outra realeza que era portadora de símbolos tão importantes quanto qualquer outra do Ocidente europeu, a realeza francesa. Desde o século IX circulava a lenda — ao menos através da escrita — da Santa Âmbula, o óleo maravilhoso da coroação dos reis franceses que teria vindo dos céus através do Espírito Santo, entregue a São Remigio para o batismo de Clóvis⁵⁰⁴. A monarquia francesa utilizou da imagem de “rei cristianíssimo”⁵⁰⁵, para demonstrar a relação íntima desses reis com o sagrado, afirmavam ser os reis mais cristãos, o que serviu de munição para rivalidades simbólicas.

A lenda do óleo de Becket surgiu no início do século XIV em meio a dois problemas principais: o acirramento das rivalidades senhorinhas entre ingleses e franceses, e as revoltas baroniais contra o regime de Eduardo II. Independente da crença de que este era o quinto rei que deveria ser ungido com a relíquia, a possível unção servia como contraposição entre o poder régio e os poderes baroniais, já que apenas o rei podia reivindicar uma sacralidade. Também, a lenda servia de “propaganda” inglesa de modo que esses soberanos se tornavam agora os reis mais cristãos, reivindicavam a proximidade maior com o sagrado que os franceses, ou ainda, segundo McKenna, Deus se tornava um inglês⁵⁰⁶.

A intenção da lenda de Becket em servir como contraponto à lenda da Santa Âmbula criou um paradoxo, pois também formou a fragilidade dela, e os escassos relatos sobre a utilização dela na coroação dos reis a partir de 1399. Ela oferecia elementos legitimatórios para os primeiros Lancastrianos, mais tarde, ficou na tradição, talvez sem grandes ideais de legitimação.

⁵⁰⁴ Ibidem. pp. 170-171. Segundo Bloch, o primeiro registro escrito que se tem conhecimento da lenda da Santa Ambula provem de Hincmar de Reims em sua *Vita Remigii*. Todavia o autor afirma que há registros iconográficos anteriores à escrita de Hincmar. Todavia o alcance popular da lenda da Santa Ambula só teria ocorrido ao longo do século XIII, inclusive com histórias relacionadas ao material da ambula e os milagres provenientes dela.

⁵⁰⁵ ULLMAN. Thomas Becket's Miraculous Oil ... op. cit. p. 129.

⁵⁰⁶ McKenna afirma que desde o século XV se intensificou na Inglaterra a utilização de elementos simbólicos que afirmassem a especial relação dos ingleses com Deus. Criava-se uma “*religion of nationalism*” que tem seu ápice nos séculos XVI e XVII, quando se concretiza um ideal de Deus como um inglês. C.f. MCKENNA, John W. How God Became an Englishman ... op. cit. pp. 25-30.

Henrique IV, é claro, aproveitou das oportunidades legitimatórias que a lenda proporcionava. Henrique V, que buscava legitimação através da guerra, alcançou a promessa de Becket ao se tornar um campeão da Igreja, na luta contra os injustos (hereges e franceses). No século XV, embora alguns reis ainda observassem a oportunidade de uma Cruzada, a lenda do óleo teria sido ressignificada para a realidade das guerras entre franceses e ingleses. Talvez seja por isso que os cronistas costumam afirmar que após as campanhas vitoriosas do rei em Harfleur e Agincourt em 1415, ao retornar para a Inglaterra, o soberano foi à Canterbury, agradecer sua vitória. Agradecer, talvez, a Thomas Becket, pelo cumprimento da profecia do óleo santo.

A lenda do óleo também se somava a elementos das tradições religiosas inglesas e da identidade inglesa. Surgiu num período em que há a construção da identidade, incentivada pelo acirramento das tensões junto aos franceses. Não é de estranhar que o santo que passou a ter ligações com os símbolos da realeza era um santo inglês e também importante nas representações religiosas dos ingleses. A lenda de Becket auxiliou a produção de um sentimento de “*Englishness*”, ainda, o fato dela estar ligada diretamente aos reis, nos mostra que a identidade inglesa, o pertencer à comunidade, significava especialmente ser súdito de um rei.

4.2. A DEVOÇÃO DOS REIS LANCASTRIANOS

Na Idade Média, as virtudes de um bom rei não se restringiam à justiça, prudência e perseverança, isto é, aquelas que tinham papel direto no processo da administração do reino. Os *espelhos de príncipe*, principalmente, também pontuavam o papel de outra virtude, que também estava presente em outros textos da época, como as crônicas: a devoção. A virtude da devoção, ao lado da justiça, é como uma criadora de outras virtudes, ou ao menos, um rei devoto é aquele guiado pelas forças do sobrenatural, e já que as outras virtudes são também divinas, um rei devoto tem a possibilidade de executá-las devidamente.

Em uma dupla relação entre o *Rei* e *Reino*, a escrita educativa para príncipes e reis possibilitava a produção daquilo que poderíamos chamar de “imagem régia”. Conceito já bem trabalhado por historiadores sobre a Península Ibérica, mas pensar seu campo acerca da Inglaterra ainda é algo pouco estudado. As virtudes não estão isoladas de um conjunto mais amplo dos aparatos simbólicos das monarquias europeias, além dos rituais régios, que somados formam uma ideia de realeza mística, englobando elementos da sacralidade régia. A

própria frase *topos* “rei pela graça de Deus” é um exemplo de como símbolos são utilizados para conferir imagens ao rei.

A fórmula "rei pela graça de Deus" foi um dos meios retóricos mais amplamente usados para comunicar a origem divina do poder real. Talvez todas as concepções de origem teológica-religiosa aplicáveis à instituição monárquica estivessem concentradas nesta fórmula. (...) ⁵⁰⁷

A imagem régia está associada diretamente com as virtudes conexas à figura do monarca. O rei *justiceiro, piedoso, legislador, o messianismo régio, a proteção régia, o rei cristianíssimo, o rei virtuoso* entre outras. Na Inglaterra do século XV, o funcionário da monarquia Thomas Hoccleve escreveu o *The Regiment of Princes* para o príncipe de Gales, exaltou o papel da justiça como o principal pilar de todas as virtudes régias e do bom governo. As virtudes possuem origem divina e estão relacionadas com o juramento da coroação.

Um rei é feito para manter a justiça
e a ela fazer reverência. (...)
O rei é por convênio
No juramento feito em sua coroação
Pronto para estar em meio aos juízes da salvação ⁵⁰⁸.

A percepção de Thomas Hoccleve tem da justiça se enquadra também numa perspectiva escatológica. O entendimento do tempo medieval é de um tempo que leva a salvação, portanto isto justifica a preocupação dos letrados da época com o bom governo e com a manutenção do *Reino de Deus na terra*. É no âmago desse arquétipo político que a imagem da monarquia se fortalece e, de modo a manter a harmonia no reino, comparável ao reino celeste, o rei aglutina uma imagem integradora. O reino inglês desenvolveu, principalmente no final da Idade Média uma ideia de “povo escolhido” e a figura do monarca como desse povo, que não se desprende das noções de messianismo régio.

Os três reis Lancastrianos têm a característica de serem imaginados como devotos. Entretanto, dois dos monarcas, Henrique V e Henrique VI, tem uma imagem devocional mais

⁵⁰⁷ SORIA, José Manuel Nieto. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real En Castilla*. Madrid: Eudema, 1988. p. 53. “La fórmula ‘rey por gracia de Dios’ fue uno de los medios retóricos más utilizados para comunicar el origen divino del poder real. Tal vez en esta fórmula se concentraron todas las concepciones de origen religioso-teológico aplicables a la institución monárquica. (...)” **(Tradução Livre)**

⁵⁰⁸ TRP. p. 113.. “A kyng is maad to keepen and maynteene/ Justice, for shee makith obeissant (...)/ A kyng is by covenant/ Of ooth maad in his coronacioun/ Bownde to justices sauvacioun” **(Tradução Livre)**

clara e serviam também para a situação política da Inglaterra à época. É possível perceber inicialmente que, embora houvesse comparações em outros assuntos políticos entre esses reis, não há comparações entre seus atos devocionais. Também, a devoção desses monarcas aparece com mais clareza em fontes específicas ligadas ao momento de produção.

Ao considerar o papel da virtude da devoção na formação de uma sacralidade da realeza Lancastriana, e considerar como essa virtude tem papel na formação da retórica de poder desses reis, é considerar o papel, no plano mais ideológico, dos gestos no Ocidente Medieval. Segundo Le Goff, os gestos constituem uma linguagem, codificada e controlada pelas instâncias ideológicas da sociedade. Esse papel dos gestos teve impacto na realeza francesa como um dos pontos de partida para a formação da santidade de Luís IX, sobretudo porque os gestos das ordens mendicantes influenciavam a imagem do rei santo. A gestualidade, de certo modo, se configura, sobretudo, ao lado da devoção.⁵⁰⁹ Dessa forma, ao considerar a devoção dos reis, considera-se também uma gestualidade que provem do sagrado e também a uma das formas mais óbvias de presentificação dos símbolos sagrados sobre a figura do rei. “Os gestos são sinais, ou seja, *signa* no sentido agostiniano do termo, símbolos. Eles são elementos essenciais do grande sistema simbólico medieval.”⁵¹⁰

Certas narrativas sobre os reis Lancastrianos são quase inteiramente relatos sobre seus atos devocionais. Poderia ser por intenções dos cronistas em demonstrar a importância da devoção para a boa governança, sobretudo porque era uma exemplificação da próxima relação desses reis com Deus, mas também poderia ser pela dificuldade, em tempos de crise, de demonstrar outras ações desses reis, sobrando à devoção o papel de “apaziguar” a imagem, por vezes ruim deles.

Vejamos, portanto, como algumas narrativas produziram a imagem devocional dos reis Lancastrianos e dessa forma, trabalhar o problema conforme avança o século XV e observamos o colapso do *kingship* Lancastriano. Irei me dedicar aos casos de Henrique IV e Henrique V.

O rei Henrique VI é conhecido por sua enorme devoção, e ganhou destaque cronístico acerca disso, talvez mais que os outros monarcas Lancastrianos. Todavia, a exaltação de sua vida devocional é resultado das intempéries políticas que ele enfrentou

⁵⁰⁹ LE GOFF, Jacques. Os gestos de São Luís. In: LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 68.

⁵¹⁰ Ibidem. p. 73.

durante seu reinado e tiveram papel na tentativa de sua canonização no final do século XV e início do XVI. Portanto, tais questões serão analisadas no Capítulo V.

As narrativas de devoção de Henrique IV, tanto em quantidade quanto em forma, se diferenciam entre as crônicas contemporâneas ao rei e as obras produzidas no contexto de crise do *kingship* Lancastriano na segunda metade do século XV. Justamente pela situação política da Inglaterra às vésperas da Guerra das Rosas é que certos atos devocionais do monarca são exemplificados com maior clareza, especialmente pelos autores partidários — mesmo que momentaneamente — à casa real.

Thomas Walsingham, por exemplo, pouco fala das ações do rei para com os santos, atos que ele tenha efetuado diretamente para beneficiar a Igreja, peregrinações ou outros atos devocionais de Henrique IV. Apesar disto, o cronista deixa claro que as razões que levaram o rei a assumir o trono em 1399 foram como bênçãos divinas por seu enorme respeito e defesa da Igreja.

Os crimes de Ricardo II contra as propriedades da Igreja, mostrado inclusive nos *Rolls* da chancelaria, com a retirada das temporalidades do arcebispo de Canterbury, foi um dos descumprimentos dos juramentos da coroação. Ao assumir o trono, Henrique IV prometia não alienar as temporalidades da Igreja, mas também restituir aquelas que foram retiradas por Ricardo II. Em outubro de 1399, foi registrado nos *Patent Rolls* a restituição ao arcebispo das posses e senhorios respectivos a ele, antes também confiscados por Ricardo.⁵¹¹ Mais adiante no documento, com registro também de outubro, o termo *kinsman* (amigo/família do rei) aparece relacionado ao arcebispo, quando o rei garante-lhe impostos de “inquilinos” da região de Canterbury que foram coletados no senhorio antes do período da restituição de suas temporalidades.⁵¹²

É claro que o apoio da Igreja à usurpação era importante, e a preservação dos bens da Igreja por parte da Coroa era um ato essencialmente político. Todavia, os cronistas enxergam isto como uma forma de devoção da realeza. Sobretudo, apontam que a Coroa tinha a noção dos males que poderiam ocorrer caso não cumprissem certos requisitos religiosos.

A Igreja foi importante aliada na usurpação Lancastriana. No Parlamento de Coventry em outubro de 1404, conhecido como o “Parlamento não educado”,⁵¹³ Henrique IV

⁵¹¹ CPR 1399, p. 28.

⁵¹² CPR 1399, p. 37.

⁵¹³ O Parlamento ficou conhecido assim, pois diversos Doutores em Direito trabalhavam pelos interesses de seus clientes e não do rei, o que motivou o monarca na escolha de leigos para o aconselhamento nesta assembleia.

necessitava do aumento de impostos, o que foi garantido pelos comuns, no entanto, sem grande facilidade. Possivelmente uma medida controversa foi efetuada na época, ao ponto de não estar presente nos registros oficiais do Parlamento, mas chegou a cronistas como Thomas Walsingham⁵¹⁴.

Walsingham apontou que foi sugerido por alguns cavaleiros que o rei aumentasse a cobrança de impostos e promovesse o confisco de terras da Igreja. Impactava diretamente a relação entre monarquia e Igreja. Para o cronista existia uma tentativa dos cavaleiros de “confiscar o patrimônio de Cristo”. A tensão teria sido aumentada quando tais cavaleiros diziam lutar diretamente em favor do rei, enquanto clérigos permaneciam em seus lares.⁵¹⁵ A tensão cresceu com a resistência do arcebispo de Canterbury, pontuando que o clero pagava um valor maior em impostos que os laicos, assim como os vassalos dos clérigos contribuíam com batalhas e guerras tanto quanto os vassalos dos laicos. O clero, de acordo com o arcebispo, dedicava missas e orações para o bem do rei e sua *household*.⁵¹⁶ Segundo Walsingham, o arcebispo fez questão de lembrar ao rei seus juramentos da coroação, em que prometia manter os direitos de todos os homens, além de manter a Igreja e seus ministros, estando ciente dos períodos e da vergonha que se seguiram com a quebra deste juramento.⁵¹⁷

A preocupação de Walsingham em sua narrativa sobre Henrique IV direcionava-se às questões políticas práticas do período, especialmente por legitimação ser um dos pontos mais importantes. Sabemos que a imagem de um rei devoto era importante para objetivos legitimatórios, e isto foi utilizado na imagem de reis como Henrique V, mas em relação a Henrique IV, ao menos nos cronistas contemporâneos, isto foi pouco debatido. Até mesmo a questão do Lollardismo não encontrou grande alcance na narrativa do rei.

No início do século XV a heresia Lollardista⁵¹⁸ ganhava mais adeptos na Inglaterra, inclusive entre a alta nobreza, e membros do clero, o que preocupava a Igreja. No Parlamento

⁵¹⁴ Chris Give-Wilson confirma na Introdução ao parlamento de 1404 que possivelmente a medida do confisco das temporalidades da Igreja foram feitas no Parlamento de Coventry, mas por ser extremamente problemática foi deixada de lado pelos registros oficiais. C.f. *RP October 1404*. s/p.

⁵¹⁵ C.f. *TCM*. p. 334.

⁵¹⁶ C.f. *TCM*. p. 334.

⁵¹⁷ C.f. *TCM*. pp. 334-335.

⁵¹⁸ O Lollardismo, também chamado de movimento Lollardo foi um “proto-protestantismo” que vigorou entre meados do século XIV até a época da Reforma Anglicana no século XVI. Foi inicialmente liderado por John Wyclif, teólogo ligado a Universidade de Oxford que em 1381 foi desligado da instituição por suas críticas à Igreja. O Lollardismo demandava principalmente uma reforma da Igreja na Crisandade. Era uma “religião” da língua vernacular, opunha-se a muitas práticas da Igreja Romana, inclusive a forma de atuação de certos sacramentos como a eucaristia, batismo e confissão. No final do século XIV e início do XV a heresia conquistou adeptos na *gentry* e também na nobreza inglesa. A primeira grande perseguição dos heréticos ocorreu durante a Revolta Camponesa de 1381, a partir deste momento Realza e Igreja uniram-se contra uma ameaça comum, no

de 1401, o arcebispo de Canterbury conduziu a aprovação do “*De heretico comburendo*”⁵¹⁹ que garantia severas punições aos Lollardos, o que foi aceito pelo rei. Um ponto importante acerca de tal estatuto aprovado no Parlamento, ele foi de fato um dos maiores atos contra heresia produzidos na Inglaterra durante a Idade Média, mas a ação do rei em relação à heresia também se tornava um ponto chave. Tanto os lordes espirituais quanto os comuns cobravam ao rei atuações mais efetivas contra os heréticos⁵²⁰.

Apesar disto, raramente, no Parlamento e nas crônicas há menções a qualquer ação direta de Henrique IV contra os Lollardistas. Há dois pontos aqui, primeiro, no século XIV haviam certos problemas em relação aos Lancastrianos e a Igreja devido à suspeita de que John de Gaunt, duque de Lancaster, seria patrocinador da propagação das ideias de John Wyclif⁵²¹. No século XV tais temores ainda prevaleciam, mas agora em relação ao rei. Seria, portanto, um paradoxo creditar que o soberano apoiado pela Igreja na usurpação atentaria contra ela apoiando uma heresia. Devido a isto, as narrativas cronistas sobre o Lollardismo raramente ou sequer citam Henrique IV, ou qualquer ação do rei contra a heresia.

Não se sabe se Henrique IV tinha opiniões fortes sobre a ortodoxia. Ele estava em excelentes termos com Sir John Cheyne, representante⁵²² de Gloucestershire, que, por ocasião do primeiro Parlamento do novo reinado, havia sido eleito orador apenas para ser forçado a renunciar pelo arcebispo Arundel quando foi relatado antes de uma reunião de convocação, ocorrendo no mesmo período, que ele era há muito inimigo da Igreja e mantinha opiniões anticlericais. Isso não prejudicaria a relação entre o rei e o ex-orador, que logo se tornou membro do Conselho régio e serviu a Coroa de várias maneiras nos anos seguintes⁵²³.

Em cronistas como Thomas Walsingham outro problema é aparente, a morte do arcebispo Richard Scrope de York. Poucos cronistas narram com detalhes tal fato.

século XV a Revolta de John Oldcastle também tem desataque pois neste contexto ele era parte da *houehold* de Henrique V.

⁵¹⁹ *RP January 1401*.

⁵²⁰ *RP January 1401*. pp. 466-467.

⁵²¹ ALLMAND. *Henry V* ... op. cit. p. 283.

⁵²² Christopher Allmand utiliza o termo MP, que significa “Ministro do Parlamento” ou em alguns casos, deputado. Para evitar anacronismos, traduziu para o termo “representante”.

⁵²³ *Ibidem*. p. 286. “Whether Henry IV held strong views about orthodoxy is not known. He was on excellent terms with Sir John Cheyne, MP for Gloucestershire, who, on the occasion of the first parliament of the new reign, had been elected speaker only to be forced to resign by archbishop Arundel when it was reported before a meeting of convocation, taking place at the same time, that he had long been an enemy of the Church and held anti-clerical views. This was not to harm the relationship between the king and the ex-speaker, who soon became member of the royal council and served the crown in a number of ways in the years to come.” **(Tradução Livre)**

Especialmente se tais fossem aliados dos Lancastrianos, encontrariam problemas diretos ligados à questão dos direitos da monarquia ao trono, e a relação dessa com a Igreja. Thomas Walsingham, entretanto, faz uma narrativa do evento. Sabe-se que Scrope foi acusado de rebelião e atentado à ordem e paz no reino em 1405, como apoiador de uma rebelião no norte do reino liderada pelo conde de Marshal, próximo dos Percies. Thomas Walsingham, entretanto, afirma que nunca foi intenção do arcebispo atentar contra o rei, mas sim, que ele havia sido manipulado por um lorde temporal, o conde de Marshal. Após a condenação em 1405, Scrope foi decapitado, e quase que instantaneamente um culto a sua imagem foi originado, culto reconhecido por Walsingham ao dizer que “já que ele havia suportado a morte com muita bravura, ele acabou na opinião popular como um mártir glorioso.”⁵²⁴

Walsingham evita fazer críticas ao rei em relação à condenação do arcebispo, todavia, há outros problemas que englobam a questão. Henrique IV desde 1405 experimentou diversos problemas de saúde, inclusive com doenças que desfiguravam sua pele, e mais seriamente ataques agudos até sua morte em 1413. No século XV alguns documentos afirmam que Henrique sofria de lepra, sendo problemático já que quase toda doença de pele no período poderia ser associada à lepra. O rei também sofreu ataques de epilepsia e doenças cardiovasculares. Segundo McKenna, após a morte de Scrope em 1405, tornou-se comum associar que os problemas de saúde do monarca eram punições divinas devido ao assassinato do arcebispo.

Uma lenda persistente que logo se espalhou assiduamente pelos inimigos do rei afirmava que Henrique havia sido acometido de lepra no próprio dia da execução. Maidstone conta que George Plumpton, filho de Sir William Plumpton que também foi executado naquele dia, viu o rei oito dias depois carregando a “*magnae pustulae leprosa*”⁵²⁵.

Há um ato de devoção que aparece nos cronistas contemporâneas, mas inicialmente não parece como tal. Sabe-se que antes de tornar-se rei Henrique IV adquiriu boa reputação militar, inclusive ao lado da Igreja, sobretudo pelas batalhas que lutou ao lado dos Cavaleiros Teutônicos até 1392. Neste mesmo ano, Henrique teria feito uma peregrinação a Jerusalém

⁵²⁴ TCM. p. 338. “since he had endured death very bravely, he finished up in the popular opinion as a glorious martyr.” **(Tradução Livre)**

⁵²⁵ MCKENNA. Popular canonization ... op. cit. p. 612. “One persistent legend which was soon spread assiduously by the King’s enemies held that Henry had been afflicted with leprosy on the very day of the execution. Maidstone recounts that George Plumpton, the son of Sir William Plumpton who was executed that day as well, saw the king eight days later bearing the “*magnae pustulae leprosa*.”

onde realizou ofertas ao Santo Sepulcro e no Monte das Oliveiras. Há indícios de que Henrique pretendia, já como rei, efetuar uma peregrinação, ou uma “cruzada” para a Terra Santa, de modo a libertá-la dos “infiéis”. Todavia, questões referentes à situação do reino, as conspirações constantes e a Revolta em Gales, teriam aparentemente impedido o rei de se direcionar para Jerusalém. As narrativas sobre a morte do rei, entretanto, respondem melhor à devoção, inclusive a Thomas Becket.

Quando morreu, Henrique foi sepultado, a sua ordem, na Câmara de Jerusalém na Catedral de Canterbury, próximo ao santuário de Becket⁵²⁶. Cumpriu em morte sua intenção de se direcionar à Terra Santa, ainda, cumpriu em morte a profecia de que o primeiro rei ungido com a relíquia do santo se direcionaria para a Terra Santa. Os cronistas contemporâneos elaboram essa narrativa, embora curta. Ela ganhou fôlego no final do século com o francês Engerrand de Monstrelet, para atingir Shakespeare no século XVI através do cronista Tudor Raphael Holinshed⁵²⁷.

Os atos de devoção de Henrique IV tornam-se mais claros quando nos direcionamos para o momento de crise da casa de Lancaster em meados do século XV. O primeiro caso é do frade agostiniano John Capgrave na crônica *The Book of Illustrious Henries*. Lembremos⁵²⁸, obra foi escrita provavelmente entre a década de 1440 e 1450 quando já havia críticas o suficiente contra Henrique VI e seus preferidos. Também crescia apoios ao duque de Gloucester e ao duque de York que mais tarde, a partir de 1460 iniciou seus planos de tomar o trono. Nessa altura, já havia tantas críticas à Casa de Lancaster que agora elas poderiam ressoar não apenas no monarca reinante, mas também em seus antecessores — como de fato aconteceu na década de 1460.

Capgrave buscou justificar a ascensão de Henrique IV em 1399 através de sua devoção. Toda a narrativa é pobre em relatos do reinado do governante.

Um primeiro ponto de relevância nessa narrativa é a questão da ascensão do rei. Capgrave tem noção de que Henrique ascendeu ao trono não por direitos de sucessão, mas postula a ideia de eleição do povo⁵²⁹, e as razões que justificam essa eleição são pelos inúmeros atos devocionais do rei. Primeiro porque o cronista afirmou que o monarca foi

⁵²⁶ TCM, p. 388.

⁵²⁷ C.f. GIVEN-WILSON. *Henry IV ... op. cit.* p. 29.

⁵²⁸ C.f. Capítulo II.

⁵²⁹ C.f. TBIH, p. 102.

“glorioso em sua geração, e gentil para com a Igreja quando assumiu as rédeas do governo”⁵³⁰
 Outro ponto são as ações militares do rei antes de sua ascensão ao trono, que marcam sua devoção para com a defesa da Igreja e da fé. Os relatos de peregrinação do monarca são aparentes, mas também ele aponta como Henrique teria lutado na Prússia em uma batalha entre cristãos e os inimigos da Cruz de Cristo⁵³¹.

Com relação ao segundo monarca Lancastriano, os atos devocionais de Henrique V, por outro lado, não costumam ser diferentes entre as crônicas contemporâneas e póstumas do soberano. Em dois casos a devoção de Henrique é mais aparente, ambos ligados de certo modo a contextos bélicos: suas campanhas militares na França e sua luta contra heréticos do Lollardismo. Irei me dedicar ao caso do Lollardismo, pois a questão das campanhas militares do rei será vista adiante.

Como afirmado anteriormente, o problema da heresia se intensificou na Inglaterra no século XV durante o reinado de Henrique IV, inclusive com intenções da Igreja em combater a heresia aplicando medidas punitivas mais duras aprovadas no Parlamento. Desde o Concílio de Latrão em 1215, tornou-se papel crucial do rei em combater as heresias, proteger a Igreja e manter a fé. O que em monarquias como da Inglaterra e França eram também promessas da sagração. A realidade do Concílio considerava problemas ligados à heresia catara, mas no contexto do século XV inglês isto também foi realidade.

No curso do século, foi papel importante de Henrique V em combater a heresia, inclusive com diversas batalhas regionais sendo lutadas, e elementos de memória sendo produzidos acerca do soberano.

Os problemas da heresia no reinado de Henrique V se iniciaram já em meados de 1413, especialmente, com denúncias de que cavaleiros da *household* do rei estariam praticando atos heréticos. Se pensarmos que a *household* era de certo modo também uma ponte entre os interesses do rei e do povo, era natural a preocupação com a contaminação com heresias. O problema maior é que um dos envolvidos com o Lollardismo e também principal líder no contexto era John Oldcastle, cavaleiro e amigo próximo do monarca, que até 1414 sofreu diversos inquéritos por parte da Igreja. Comumente as doutrinas pregadas pelo Lollardismo se opunham à guerra. Oldcastle, no entanto, tinha uma carreira militar consolidada, tendo participado da campanha escocesa de Henrique IV em 1400 e de outras

⁵³⁰ TBIH. p. 102. “How glorious he was in his generation, and how king to the church before he assumed the reins of government (...)” (Tradução Livre)

⁵³¹ TBIH. p. 104.

campanhas empreendidas pela Coroa no início do século XV. Apesar de John Oldcastle ter se tornado um dos principais líderes da heresia, ainda é obscuro a razão de seu afastamento em relação a alguns conceitos primordiais dela⁵³².

Segundo Allmand, a confirmação da participação de Oldcastle na heresia teria chocado Henrique V, enquanto os clérigos estariam mais acostumados com a situação. Sabe-se, porém, que devido à proximidade entre Henrique e o cavaleiro, o arcebispo Arundel teria deixado os procedimentos a serem tomados nas mãos do monarca⁵³³. Não havia muito que Henrique V pudesse fazer, como dito anteriormente, era parte de suas obrigações como rei defender a Igreja, e possivelmente o soberano sofria com pressões provenientes dos clérigos.

O processo ficou a cargo do arcebispo de Canterbury e por fim Oldcastle foi condenado por heresia, mas a decisão de seus destinos ainda cabia somente ao rei, e por isto Thomas Walsingham demonstra como o soberano deveria agir perante tal situação.

Após esses procedimentos, o arcebispo de Canterbury informou o rei do que havia acontecido. Então, com uma oração de sua voz viva, ele fez a petição mais forte possível ao rei e pediu que ele pensasse o certo, agora que Sir John havia sido condenado nos tribunais, graciosamente conceder-lhe quarenta dias para se arrepender. Pois em sua afeição por ele, tanto o rei quanto o arcebispo não desejavam sua morte, mas sua vida, e trabalharam duro para salvá-lo. permitiu que ele se arrependesse, e assim merecesse a graça que havia recebido tanto da igreja quanto do rei. Mas essa concessão especial do rei e do arcebispo tornou-se uma oportunidade para o diabo, pois dentro do prazo fixado ele havia escapado do cativeiro e, reunindo seus malvados partidários ao seu redor, não pensava em nada além de vingança⁵³⁴.

Apesar da condenação de Oldcastle ter partido de membros do clero e coubesse ao rei Henrique agir para o bem-estar espiritual do reino, o cronista deixa claro que mesmo o arcebispo de Canterbury não desejava a morte do cavaleiro. O tempo dado para que ele se

⁵³² ALLMAND. *Henry V* ... op. cit. p. 294.

⁵³³ Ibidem. p. 295.

⁵³⁴ TCM. p. 393. "After these proceedings, the archbishop of Canterbury informed the king of what had happened. Then with a prayer from his living voice he made the strongest possible petition to the king and asked that he should think it right, now that Sir John had been condemned in the courts, to graciously grant him forty days in which to relent. For in their affection for him both king and archbishop desired not his death but his life, and they worked hard to save him. And so it happened that he was taken back to the Tower, where he could come to his senses in the period allowed him to relent, and so deserve the grace he had received from both church and king. But that special concession from king and archbishop became an opportunity for devilment, since within the fixed term he had escaped from captivity, and, collecting his wicked supporters around him, thought of nothing but vengeance." **(Tradução Livre)**

arrependesse de seus atos heréticos teria sido uma convenção entre o arcebispo e o rei. O que por fim tornou-se uma armadilha. O que temos de conhecimento dos caminhos da heresia provêm diretamente das crônicas. Além disto, cabe lembrar que grande parte das produções cronísticas do início do século XV ainda residiam nas mãos dos membros do clero, fossem do clero regular (como o caso de Thomas Walsingham) ou do clero secular (como o caso de Adam de Usk). Mesmo no final do século, as crônicas laicas continuaram reproduzindo um discurso sobre as heresias que se assemelhava ao das obras feitas pelos clérigos. A memória sobre a heresia Lollardista e inclusive sobre o papel do rei contra a heresia era sobretudo uma memória eclesiástica.

Os cronistas afirmam que apesar da misericórdia do arcebispo e do rei para com Oldcastle, o cavaleiro não teria nenhuma gratidão e neste momento junto a seus seguidores iniciou uma tentativa de atacar o rei. A conspiração dos heréticos contra o monarca ocorreria em Londres, logo após o Natal. Allmand menciona que o rei possuía espiões a seu serviço, que tomaram conhecimento das conspirações e provavelmente alertaram o rei. A partir desse momento, a heresia deixava de ter apenas um sentido religioso, mas também tinha um papel político, e a ser reconhecida como uma ameaça política ao reino e à Coroa⁵³⁵. Até 1414, Henrique perseguiu e condenou diversos heréticos, empreendendo uma pequena campanha militar no campo de St. Giles, onde vários acusados de heresia e conspiração foram condenados.

O que as autoridades queriam destacar era a dimensão da traição nas atividades daqueles que participaram do levante. Inspirado pode ter sido pelos Lollardos, pelas ideias Lollardas e pelas implicações sociais dessas ideias. Mas, tanto por parte das autoridades quanto pelos cronistas (que refletiam suas opiniões), o levante foi uma tentativa de pôr em perigo a vida (se não matar) o rei e seus irmãos que eram seus herdeiros e, assim, ameaçar a sucessão da Coroa da Inglaterra⁵³⁶.

A ideia, portanto, de que a heresia também se tornara uma ameaça à Coroa deixou de ser uma ideia e passou a ser divulgada pelas autoridades e cronistas da época. Também

⁵³⁵ ALLMAND. *Henry V* ... op. cit. p. 298.

⁵³⁶ Ibidem. p. 300. "What the authorities wanted to stress was the dimension of treason in the activities of those who had taken part in the rising. Inspired it may have been by Lollards, Lollard ideas and by the social implications of those ideas. But by both those in authority and by the chroniclers (who reflected their views), the rising was an attempt to endanger the life of (if not to kill) the king and his brothers who were his heirs, and thereby to threaten the succession to the crown of England". **(Tradução Livre)**

passaram a ser vistos como uma ameaça à lei e a ordem no reino. Embora Henrique V tenha sido afetado por esses problemas, em 1414 o soberano proclamou o perdão a diversos conspiradores, dos quais se enquadravam também alguns acusados de heresia⁵³⁷. É claro que esse ato poderia ser visto como uma obra virtuoso de Henrique, o que de fato os cronistas do século XV destacavam com frequência. Entretanto, este era um monarca que visava a união e que construiu gradativamente através da Coroa uma noção de unidade do reino, mormente com o estabelecimento da ordem. Por outro lado, neste mesmo ano, o arcebispo Arundel, que desde o início do século era um dos maiores opositores da heresia, havia falecido, o que dava espaço para Henrique atuar mais independentemente em relação às questões religiosas e por consequência políticas do reino.

Se com o perdão concedido pelo rei, ele pretendia apaziguar e controlar os movimentos heréticos no reino, isso não podemos afirmar com certeza. Entretanto, até 1417 a heresia Lollarda se proliferou e tomou aspectos mais radicais⁵³⁸. Junto a isso, retornavam os boatos acerca da sobrevivência de Ricardo II. Lembremos da conspiração de 1417, onde John Oldcastle corroborou com a ideia de que Ricardo ainda estava vivo, e além de ser o legítimo rei da Inglaterra, tinha intenções claras de retornar para o reino e tomar seu trono e Coroa de volta⁵³⁹. A heresia além de política ameaçava a legitimidade Lancastriana.

No final do século XV, o cronista John Capgrave afirma que ao lutar contra os hereges o rei cumpriu uma das parábolas de Cristo, a do joio e trigo, presente no Novo Testamento.⁵⁴⁰ O rei teria tido no combate aos hereges um papel importante em separar os bons cristãos dos maus cristãos do reino. Considerando que a noção de ser cristão e ser súdito se confundem no final da Idade Média, o rei teria separado os maus súditos dos bons súditos.

Após esses eventos, o rei ordenou litanias a serem realizadas e procissões a serem feitas em todo o reino, dizendo ser muito agradável e grato a Deus por graças a serem dadas ao Altíssimo Semeador depois da destruição de tão grande colheita do mal, e o corte do joio mais vil do bom grão⁵⁴¹.

⁵³⁷ CCR 1399 – 1419. pp. 176 – 177.

⁵³⁸ ALLMAND. *Henry V* ... op. cit. p. 301.

⁵³⁹ C.f. Capítulo III.

⁵⁴⁰ Mt. 13:24-46

⁵⁴¹ TBIH. p. 128. “After these events, the king commanded litanies to be performed and processions to be made throughout the kingdom, saying that it was well pleasing and grateful to God for thanks to be given to the Most High Sower after the destruction of so great a crop of evil, and the cutting off of the vilest tares from the good grain.” (Tradução Livre)

Além de lutar contra a heresia, outro ato de devoção de Henrique V foi a fundação dos últimos mosteiros medievais da Inglaterra. Dentre tais estava o mosteiro de Santa Brigite da Suécia. Todavia, mesmo a fundação de tal tinha razões políticas.

A Ordem dos Brigitinianos surgiu na Suécia no início do século XV, fruto da recente canonização de Brigite da Suécia, uma mística cuja devoção é representada pelas peregrinações a santuários sagrados, que deu corpo ao estabelecimento de seu culto. A ordem parece ter no contexto adquirido grande importância dentro da Inglaterra, reconhecida, inclusive por cronistas do final do século XV como John Capgrave. Para David Knowles⁵⁴², a fundação do mosteiro por Henrique V era de razão política, devido às estreitas relações entre o reino da Suécia e Inglaterra, afirmada pelo casamento da filha de Henrique IV e irmã de Henrique V, Philippa, com o rei da Dinamarca e Suécia. Esta relação possibilitou, assim, o conhecimento da importância que a ordem adquiriu na Escandinávia, desta forma o monastério dos Brigitinianos vai possuir um destaque tanto religioso quanto político no século XV. Ao fundar o mosteiro, muito mais uma ação política, confirmava mais uma vez a extrema relação entre o plano sobrenatural e a Inglaterra como um povo devoto.

Embora a devoção seja um ato esperando dos soberanos medievais, como parte de uma sacralidade da monarquia, as narrativas devocionais em torno dos reis Lancastrianos nos mostra que tal virtude é antes de tudo associada diretamente a questões políticas do século XV: a usurpação e necessidade de estabelecimento da nova dinastia, o Lollardismo que foi um problema político, e também a questão da guerra, que também se cerca de elementos devocionais, que serão vistos adiante.

4.3. A MEMÓRIA DAS CAMPANHAS MILITARES DE HENRIQUE V

A guerra era um elemento importante de legitimação na Inglaterra do século XV, pelas situações já expostas anteriormente no Capítulo I, do *Dinasticismo* e a dinâmica de deposições que ocorria no período. A guerra movimentava o reino, mexia com as finanças, mas também com as emoções, fomentando sentimentos de identidade, em que um dos principais atributos dessa identidade é ser súdito de um rei. Relacionar um rei guerreiro com sua devoção era uma forma de mostrar como as ações políticas são justificadas diretamente

⁵⁴² KNOWES, David. *The Religious Orders in England: Volume II – The End of The Middle Ages*. Cambridge University Press, 1995, p. 176.

por vontades divinas. Outro ponto essencial, a guerra precisava se ligar aos interesses da comunidade política. Da nobreza que via interesses feudais e senhoriais, dos comuns, especialmente mercadores e produtores de lã que viam interesses econômicos beneficiados por guerras vitoriosas. Formava-se um sistema de benefício mútuo, a guerra do rei, justificada como guerra do povo, que quando vitoriosos possibilitava a concessão de impostos extraordinários no Parlamento pelos comuns.

Quando Henrique V assumiu o trono em 1413, seus objetivos iniciais eram restaurar a ordem do reino e as finanças da Coroa, tanto fragilizados no reinado de seu pai. Já no primeiro Parlamento deste ano o monarca prometia aos comuns regular os gastos de sua *household* e pagar os débitos devidos por seu pai a oficiais régios⁵⁴³. Para isto, o rei precisava, porém, unir o reino, e no clima político do século XV, a guerra era um dos principais elementos que possibilitariam a união do reino e consequente legitimação da Casa de Lancaster. Foi a partir das campanhas miliares de Henrique V — vitoriosas — que se forjou a ideia da dinastia como natural ao trono, diminuindo as contestações do direito ao trono, ao menos até meados do século, quando se iniciou a Guerra das Rosas. É interessante que as vitórias de Henrique V na França produziram uma imagem relativamente positiva do monarca no reino, que mesmo os partidários Yorkistas não faziam narrativas críticas a ele no final do século. A imagem de Henrique permaneceu intacta, como um herói do reino.

A primeira campanha de Henrique V foi a de Agincourt em 1415, as razões para o deslocamento do soberano à França são ainda motivos de debate na historiografia. Primeiro porque alguns historiadores pontuam uma ganância por legitimação e poder do rei que seriam as causas para o retorno da reivindicação do trono francês. Por outro lado, e acredito que essa seja a melhor linha de interpretação, por mais que a causa da guerra tenha sido por questões legitimatórias, as fontes do século XV pleiteiam uma relação entre a causa do rei e a causa do povo. A campanha para Agincourt era muito mais que uma reivindicação dos direitos de Henrique V, mas uma reivindicação dos direitos do povo inglês.

Quando o monarca inglês lançou suas intenções de reivindicar o trono da França, direito que segundo os letrados da época era um direito divino, havia questões moralistas que envolvem a questão da alteridade. A campanha para Agincourt em 1415 tem um sentido quase de “peregrinação”, em que há a atuação dos santos, um encontro com o sagrado, além de apresentar elementos da tradição bíblica, especialmente o uso do Livro de Deuteronômio.

⁵⁴³ *RP May 1413*. p. 5.

Depois de Agincourt em 1415, pode-se afirmar que houve poucas críticas à legitimidade Lancastriana do trono, o que só ocorreu de fato a partir do Parlamento de 1460 no reinado de Henrique VI. A Batalha de 1415 possibilitou que quase todas as narrativas cronísticas tivessem um fio condutor similar sobre o evento. E inclusive outras batalhas de Henrique V e também aquelas vitoriosas do início do reinado de Henrique VI tiveram elementos similares. Todas costumam ter certos lugares-comuns: Deus, a Virgem e os Santos em favor da causa inglesa ou de um monarca específico. Há, e veremos isto adiante, uma utilização de elementos do maravilhoso que possibilitava além da legitimação, a consolidação de uma ideia de realeza sagrada. Agincourt tornou-se um marco, repetidamente utilizado por autores do período, inclusive para formar relações e comparações com outras campanhas miliares de Henrique V.

A memória de Agincourt, um *topos* cronístico, certamente é uma memória do caminho percorrido pelo rei e seu exército, e as consequências disto. Tais pontos serão observados no decorrer da análise sobre a Batalha.

Um primeiro ponto a ser pensado é um discurso de alteridade utilizado pelos cronistas acerca dos antecedentes da Batalha, e feito para estruturar uma exaltação da figura de Henrique V e desmoralização dos franceses, como injustos que buscavam a Guerra. Adam de Usk, por exemplo, contemporâneo aos eventos, afirma que em 1414 Henrique V enviou à França os bispos de Durham e Norwich, assim como o conde de Dorset, de modo a garantir a paz com o monarca francês, e propondo o casamento com Catarina de Valois. Segundo o cronista, tal foi respondido pelo delfim da França com “risadas” e “deboches”.⁵⁴⁴ Thomas Walsingham possui um relato mais ampliado, e acusou os franceses, seu rei e o delfim de “ações traiçoeiras”.⁵⁴⁵ A memória produzida pelos cronistas contemporâneos aos eventos de 1414 e 1415 foram eficazes em permanecer na tradição cronística, pois anos mais tarde, apesar da crise política que ocorria na Inglaterra, as narrativas eram similares. John Capgrave no *The Book of Illustrious Henries* aponta que o rei buscava primeiro a paz, enviou ao delfim uma carta para que o mesmo lhe cedesse seus direitos.

Aqui a questão do casamento deste mais ilustre rei foi abordada, e ele cedeu e assim concordou, que tal consorte para ele fosse encontrada, para assim garantir a paz e harmonia sobre o reino. Ele então escreveu ao Imperador, a outros reis católicos e príncipes, para fazer ligações de paz e amizade, e

⁵⁴⁴ AU. p. 125.

⁵⁴⁵ TCM. p. 399.

enviou embaixadores especiais para o rei da França, por tocar no seu direito sobre a Normandia e outros territórios injustamente retidos pelo rei. Mas ele atrasou seus enviados com bufonaria e zombarias e então voltaram para casa com nada feito. Diz-se por aí que naquela época o Delfim enviou algumas bolas de tênis para nosso rei, para que ele assim exercitasse o jogo junto com seus jovens homens, presumindo que ele não sabia lidar com um reino tão nobre. Nosso rei logo respondeu por uma carta que iria enviar tais bolas para tomar suas cidades e fazer as grandes torres tremer⁵⁴⁶.

Os autores da época asseguram os franceses como “injustos”, que enviaram bolas de tênis ao rei inglês, pontuando sua juventude e incapacidade de reivindicar ao trono da França. Para Capgrave, o delfim respondeu com zombarias e bufonarias⁵⁴⁷. Entretanto, o discurso um tanto moralizante dos cronistas não é isolado de referências antigas. Tais relatos circulavam na Corte, e serviram como parte de uma retórica de legitimação da monarquia, suas ações e direitos. Provavelmente a ideia de que o rei recebeu bolas de tênis seja uma clara referência a uma literatura da Antiguidade Clássica, em que Alexandre, o Grande, teria recebido do rei Dario da Pérsia um jogo para crianças⁵⁴⁸.

Os cronistas pontuavam que o rei inglês sempre buscava a paz antes dos embates militares, não somente com os franceses, mas sim com toda a Cristandade. A tradição cronística afirma uma imagem pacificadora do rei e providencialista de seu povo, assim como um grande diplomata. Virtudes presentes no Livro de Deuteronômio, que se tornou uma chave nas narrativas das campanhas do rei.

O Livro do Deuteronômio reúne diferentes tradições, é moralista, contendo leis e ideias de uma sociedade ideal. Segundo Levinson⁵⁴⁹, o Deuteronômio apresenta problemas acerca do entendimento da relação entre passado e o presente, tradição e necessidades do momento contemporâneo, revelação e interpretação, como ainda ideias de um povo escolhido

⁵⁴⁶ *TBIH*. pp. 129-130. “Here the subject of this most illustrious king's marriage was broached, and he gave way and consented, provided such a consort could be found for him as would conduce to the peace and harmony and quietness of the realm. He then wrote to the emperor,' and other catholic kings and princes, to make leagues of peace and friendship, and sent special ambassadors to the king of France,' touching his right in Normandy and the other territories unjustly retained by the French. But they delayed the envoys with buffoonery and mockeries; and so in the end they came home with nothing done. (...) It is said, moreover, that at that time the dauphin sent some common tennis balls to our king, and bade him exercise his young men with them; and not presume to contend with so noble a kingdom. Our king answered shortly by letter that he would send them balls which should make their cities and strong towers tremble.” **(Tradução Livre)**

⁵⁴⁷ *TBIH*. p. 129.

⁵⁴⁸ C.f. PEARSALL, Derek. “Crowned King”: war and peace in 1415. In: STRATFORD, Jenny (Org.) *The Lancastrian Court*. Lincolnshire: Harlaxton Medieval Studies, 2001. (Volume XIII). p. 164.

⁵⁴⁹ LEVENSON, Jon D. Deuteronomy: Introduction. In: BERLIN, Adele; BRETTLER, Marc Zvi; FISHBANE, Michael. (Orgs.) *The Jewish Study Bible, featuring The Jewish Publication Society. TANAKH translation*. New York: Oxford University Press: 2004.

e terra prometida. Em todos os livros da *Torah*, o conceito de Terra Prometida estava presente, todavia, o alcance de tal ideia só ocorre na narrativa do Deuteronômio, além dessas ideias serem reforçadas em tal livro.

O Livro presente no Pentateuco está organizado em três discursos relacionados diretamente: uma revisão da história dos israelitas desde a saída da escravidão no Egito até o tempo no deserto, a exposição das leis, por fim a instrução ao povo da importância da lealdade a Deus. A narrativa do livro é atribuída a Moisés, entretanto pesquisadores apontam que a obra provavelmente foi escrita por volta do sétimo século a.C., por escribas da Corte real de Jerusalém. As leis do Deuteronômio tratam de questões mais amplas como a devoção, o calendário festivo, as grandes instituições da vida “pública”, sacerdócio e profecia. Disserta também sobre leis criminais, os ideais familiares, leis civis e éticas. Por trás de todas essas leis também se escabece uma noção de tratado ou pacto entre Deus e o povo escolhido.

Na Baixa Idade Média inglesa, os letrados parecem ter recuperado diversas ideias do Deuteronômio nas narrativas das campanhas de Henrique V, e através do livro Bíblico produzem uma ideia não só das causas da guerra, mas também noções em torno do rei, povo e o reino.

Se tomarmos como base o conceito de identidade, em que cada inglês no final da Idade Média possui um conjunto de identidades: regional, religiosa, linguística e o passado cristão, elementos que somados tornam-se também vetores de memória. Os cronistas do século XV quando utilizam o Deuteronômio comparado às narrativas, especialmente de Agincourt e recuperam a essência do texto bíblico: o passado israelita e as promessas de Deus. A primeira parte do livro de Deuteronômio registra o tempo em que os israelitas esperaram no deserto para entrar na Terra Santa. Desde o momento em que deixaram a escravidão no Egito até o momento em que pretendiam chegar à Terra Santa, foi uma lembrança do passado de Israel. Eles lutaram contra seus inimigos, depuseram reis e conquistaram cidades, tudo com a ajuda direta de Deus⁵⁵⁰. É claro que Deus só realizaria tal ação direta na campanha de Israel se eles acreditassem e fossem fiéis ao plano de Deus, afirmando o conceito de aliança em Deuteronômio.

Ao ler as crônicas, a narrativa de Deuteronômio não aparece diretamente, mas sim, se entrelaça e fica latente nos acontecimentos, principalmente as guerras da época, deixando aos historiadores a observação aprofundada das fontes. Ao mesmo tempo, a imagem da

⁵⁵⁰ Dt. 1:6 – 3:29

Inglaterra como eleita, uma Nova Israel destinada à glória, também aparece nas entrelinhas. O Deuterônomo não relata os problemas internos de Israel, mas sim o movimento do povo contra seus inimigos. Assim, confirma que no contexto da Guerra dos Cem Anos, os cronistas recuperavam o espírito do texto bíblico.

Um primeiro sentido peregrinatório aparece nas crônicas acerca da ida do rei para a França. Após tentativas fracassadas de conseguir a paz, o rei iniciou seus preparativos para a guerra. Juliet Barker aponta que assim que assumiu o trono em 1413, Henrique V fortificou as instalações de proteção do reino nas fronteiras do norte com a Escócia, tendo em vista as ameaças de invasões que se deram desde o reinado de Henrique IV. Até as poucas regiões da França que permaneciam sob o domínio inglês tiveram suas muralhas fortificadas, a julgar pelas ameaças de guerra cada vez mais constantes⁵⁵¹. As atividades de reconstrução ou reestruturação foram também realizadas nos principais portos do reino, como Southampton e Portsmouth, vítimas de diversos ataques e invasões ao longo dos reinados de Ricardo II e Henrique IV.

Ao final do século XIV, Southampton era totalmente circundada não apenas por fossos, trincheiras e barragens, mas também por uma cortina de muros de pedra, atrás dos quais os arqueiros podiam se abrigar e disparar suas armas. Havia torres protegendo os pontos principais e, em resposta à crescente importância da artilharia, fendas para lançar flechas foram convertidas de maneira a encaixar pequenos canhões; uma nova torre tinha até o teto arqueado, de modo a proporcionar a possibilidade de suportar o peso de um canhão mais pesado sobre o telhado⁵⁵².

O processo de preparação para a Batalha mobilizou o reino de forma geral. Através do Parlamento em 1414⁵⁵³ o rei cobrou impostos específicos para suas campanhas militares, o que foi aceito pelos comuns considerando que o monarca já gozava de boa reputação na administração das finanças da Coroa. Ordenou, assim, a construção de novos armamentos e navios. Também mobilizou de toda a Inglaterra pedreiros, carpinteiros, serradores, marceneiros e operários.⁵⁵⁴

Henrique se direcionou para o porto de Southampton em agosto de 1415. “Recuperar” o trono francês significava, conforme os cronistas, reconquistar o que Deus deu a

⁵⁵¹ BARKER, Juliet. *Agincourt: o rei, a campanha, a batalha*. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 109.

⁵⁵² Ibidem. p. 111.

⁵⁵³ *RP Henry V – 1414*.

⁵⁵⁴ BARKER. *Agincourt...* op. cit. p. 117.

seu povo eleito, no caso os ingleses, e foi tomado injustamente pelos franceses. Provações no sentido bíblico, como exposto no Deuteronômio, são comuns na narrativa do evento, para confirmar que através das dificuldades, os ingleses permaneceram com sua fé em Deus e os Santos. A primeira provação teria sido a conspiração de nobres de confiança de Henrique V, que se aliaram ao rei da França, e cometeram atos de traição. Richard, conde de Cambridge, Henry Scrope e Thomas Grey foram condenados à morte.

O rei Henrique desembarcou com sua frota na região da Normandia. Segundo o cronista Thomas Walsingham, iniciou um cerco à cidade de Harfleur, atacando a região com catapultas e espalhando o horror por seus habitantes. Afirmar que os senhores franceses que lá viviam (Gaucourt, Estouteville, Anquetonville e Clère), desesperados com os ataques ingleses; pelo uso de catapultas, mostradas pelo autor através do que seriam “pedras voando” e as armas de “grande força inglesas”,⁵⁵⁵ teriam solicitado uma audiência com o rei inglês para pedir misericórdia, mediada pelo irmão do monarca, o duque de Clarence. O monarca inglês, sendo “misericordioso”, e com grande “reverência a Deus” aceitou cessar os ataques até a festa de São Miguel. Todavia, de maneira a manter o acordo, os senhores franceses deveriam se entregar aos ingleses, tal como o povo de Harfleur. A salvação desses seria apenas se o rei Carlos VI intervisse para garantir a liberdade de seus súditos. Sem nenhuma ação do rei ou do delfim, Henrique V recebeu a cidade e seus cidadãos, também os senhores franceses deram fidelidade ao rei dos ingleses.

Há alguns elementos importantes na narrativa de Walsingham:

1. Ela é um lugar-comum nas narrativas cronísticas do século XV, outro cronista contemporâneo, Adam de Usk, também utilizou elementos similares, apontando a magnificência do ataque inglês e dos horrores que atingiram os franceses. Exaltação da figura do rei e seu exército que também estava presentes nas crônicas produzidas sobre o monarca anos mais tarde, por John Capgrave e também por John Hardyng.

2. Um ponto importante da narrativa é a devoção do rei. A virtude da misericórdia, dada aos senhores franceses que visavam uma audiência com o soberano, além de ser parte das prerrogativas virtuosas da realeza também espelhava Deus, principalmente numa visão neotestamentária em que Deus é visto como misericordioso. Outro ponto de devoção é quando o cronista deixa claro que o rei possuía grande “reverência a Deus”, o que foi uma das razões para aceitar cessar os ataques. Na sua campanha, também, o rei teria ordenado que seus

⁵⁵⁵ C.f. *TCM*, p. 406.

homens respeitassem às mulheres e sobretudo a Igreja. E que a vitória só seria garantida se seus soldados pedissem perdão a Deus pelos seus pecados.

3. Por fim, a narrativa, similar em quase todos os cronistas, tem elementos do Deuteronômio intrínsecos nela. O capítulo 20 do texto bíblico narra que durante a luta contra seus inimigos e na tomada de cidades, os israelitas deveriam primeiro buscar a paz e rendição dos povos, caso tal não ocorresse, deveriam confiar na espada de Deus, que garantiria a vitória dos israelitas.

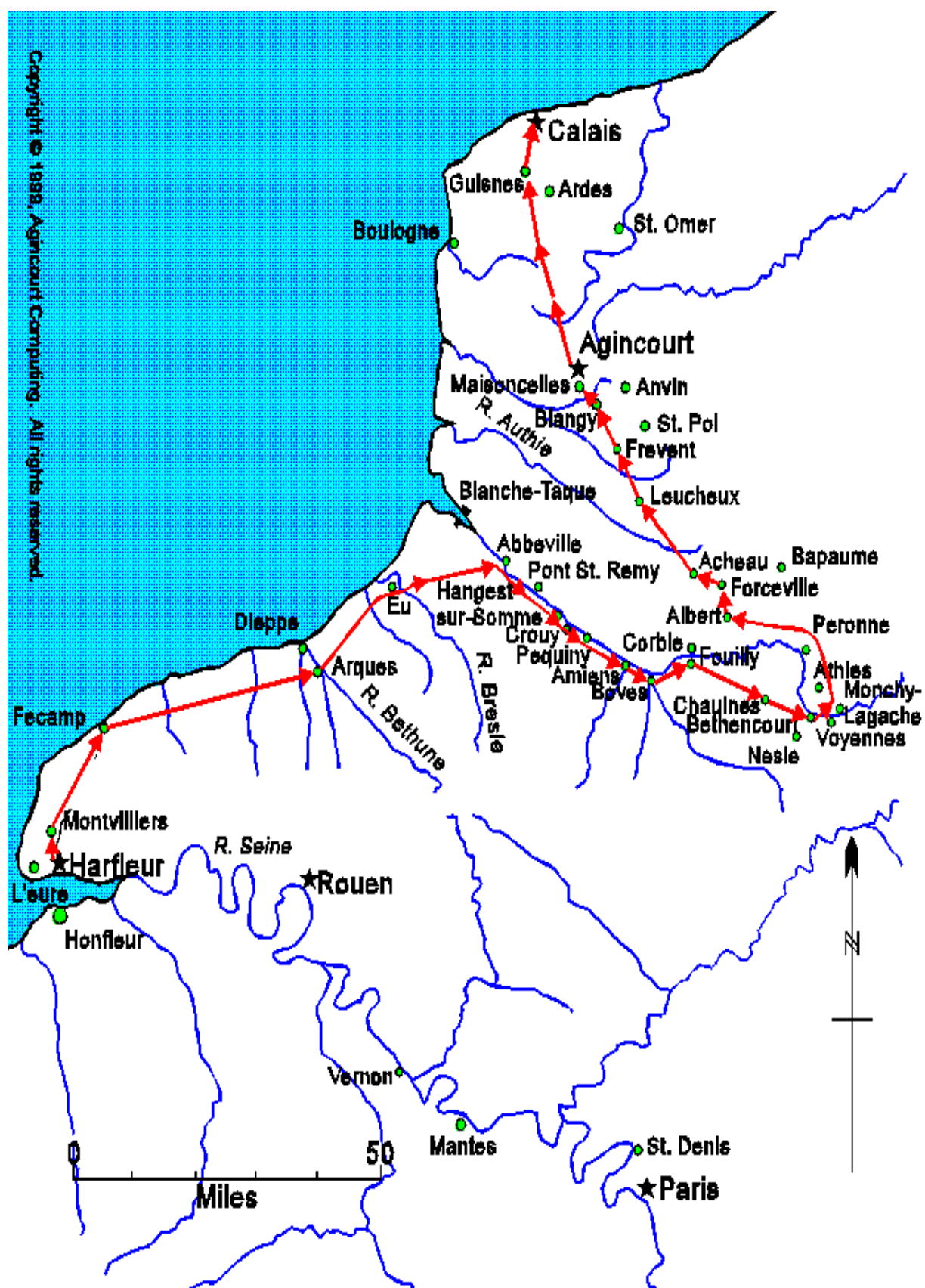
Quando estiveres para combater uma cidade, primeiro propõe-lhe a paz. Se ela aceitar a paz e abrir-te as portas, todo o povo que nela se encontra ficará sujeito ao trabalho forçado e te servirá. Todavia, se ela não aceitar a paz e declarar guerra contra ti, tu a sitiarás. Iahweh teu Deus a entregará em tua mão, e passarás todos os seus homens ao fio da espada. Quanto a crianças, animais e tudo e que houver na cidade, todos os seus despojos, tu os tomarás como presa. E comerás o despojo dos inimigos que Iahweh teu Deus te entregou⁵⁵⁶.

A paz teria sido a intenção inicial do rei, quando enviou embaixadores para a França em 1414, mas não obteve resultado, e também quando cessou os ataques contra Harfleur. Somente após o não alcance da paz é que os ingleses teriam uma justificativa plausível para usar a força, e com a garantia do apoio divino.

Após garantir a posse de Harfleur, o rei e seu exército se direcionaram para outras áreas da França e nesse contexto outras provações são relatadas pelos cronistas. O exército inglês teria enfrentado uma calamidade, cuja única informação dada por eles seria um “mal fluxo de sangue”⁵⁵⁷. Homens importantes da comitiva inglesa teriam falecido como o Conde de Suffolk, o Bispo de Norwich e Richard Courtenay, outros enviados de volta à Inglaterra, restando aos ingleses um exército de apenas cinco mil ou sete mil homens. Vejamos o mapa abaixo que mostra o caminho da campanha de Henrique V para Agincourt em 1415.

⁵⁵⁶ Dt. 20:10.

⁵⁵⁷ *TBIH*, p. 131.



Mapa I – Campanha de Agincourt de 1415.

Henry's route to Agincourt, 8-29 October 1415. Disponível em: <http://www.aginc.net/battle/route-map.htm>

Após as adversidades enfrentadas, o rei se direcionou a Arques, onde teve suas pontes e fortificações reforçadas com o anúncio de uma possível guerra. Depois caminhou para a região de Eu, onde pontes e calçadas foram destruídas, por fim se moveu para Bowes e Corbie, e lá um ataque francês foi contido pela ação dos arqueiros ingleses. Por fim, o monarca passou próximo ao Rio Somme, onde o exército inglês mais uma vez repeliu ataques de franceses. Narrativas devocionais ainda eram presentes, já que o monarca teria passado por igrejas e paróquias, solicitando auxílio de Deus e dos santos, reclamando que seus homens realizassem o mesmo e confessassem seus pecados.

O exército de Henrique V chegou na região de Agincourt em Picárdia. Há informações importantes dadas pelos cronistas da época. O estado de cansaço, fome e sede dos ingleses após as diversas provações no caminho para a batalha tornou-se uma preocupação para o soberano, também o fato do exército inglês ser muito menor que dos franceses — cerca de cinco mil ou sete mil homens contra sessenta mil homens franceses —. Os cronistas apontam haver certa preocupação por parte do rei pelo bem-estar de seus homens e o risco de derrota. Apontam ainda que o rei discursou para seus homens para que confiassem a causa a Deus e aos Santos.

Entretanto, a produção de memória do final do século é interessante. A crônica *An English Chronicle* oferece um “discurso direto” proferido pelo rei ao seu exército, com similaridades ao texto bíblico e que mais tarde chegou à Shakespeare. “O rei olhando a grande multidão e o número de pessoas de seus inimigos orou ao Deus Altíssimo por ajuda e socorro, consolou seu povo e orou para que cada homem fosse feito pronto para a batalha; (...)”⁵⁵⁸ O texto cronístico se assemelha em alguns aspectos ao texto do Deuteronômio, que indica aos homens ter coragem e acreditar em Deus e no caso inglês também a São Jorge para a garantia da vitória.

Quando saíres para guerrear contra teus inimigos, se vires cavalos e carros e um povo mais numeroso do que tu, não fiques com medo, pois contigo está Iahweh teu Deus, que te fez subir da terra do Egito. Quando estiverdes para começar o combate, o sacerdote se aproximará para falar ao povo, e lhe dirá: “Ouve, ó Israel! Estais hoje prestes a guerrear contra os vossos inimigos. Não vos acovardeis, nem fiquéis com medo, nem tremais ou vos aterrorizeis diante deles, porque Iahweh vosso Deus marcha convosco, lutando a vosso favor contra os vossos inimigos para salvar-vos! (Dt. 20:1)

⁵⁵⁸ AEC. P. 41.

Vejamos agora um discurso, que pretende ter sido direto de Henrique V, apresentado pelo cronista desconhecido de *An English Chronicle*...:

Então disse o rei, “Agora é um bom momento para toda a Inglaterra rezar por nós, e, portanto, apostar nessa boa campanha, e nos deixe ir a nossa jornada” (...) Então disse o rei com voz alta “Em nome do Deus Altíssimo, e de São Jorge, Levantem a bandeira! E São Jorge neste dia vos ajuda!” Então na batalha foram juntos e lutaram bravamente por um longo tempo, mas o Deus Altíssimo e São Jorge lutaram aquele dia por nós, e garantiram ao rei a vitória: e isto foi numa sexta-feira, no dia de São Crispim e Crispiano, no ano de nosso senhor M'.cccc.xv, no campo de Agincourt em Picardia.⁵⁵⁹

No momento que Henrique V determinou que seus homens confessassem seus pecados aos clérigos para serem perdoados e livres, além do discurso para que não tivessem medo do exército francês, o monarca age como uma espécie de “sacerdote” determinado pelo Deuteronômio para que discursasse a Israel. A Inglaterra e seu povo tornaram-se através das analogias com o texto bíblico a própria Israel. Thomas Walsingham exalta os arqueiros ingleses durante a batalha — habilidades garantidas por Deus — e a ação dos santos no evento tendo destaque três: São Crispim e Crispiano, cujo o dia foi a batalha, e São Jorge que segundo outro cronista, John Capgrave, foi visto lutando com o rei.

Após a vitória em Agincourt o rei se direcionou para Calais e de lá para a Inglaterra. Segundo os cronistas, o rei teria passado por Canterbury para agradecer pela vitória em sua campanha na França. Se observarmos pelo mapa abaixo, em que mostra o caminho de Henrique V para a França e seu retorno para a Inglaterra, é possível perceber a proximidade entre Canterbury e Calais, até porque além de Southampton, outro porto importante neste contexto era o porto de Dover, em Kent.

Ao ir para Canterbury o rei provavelmente se direcionou ao túmulo de Thomas Becket, em agradecimento ao cumprimento da profecia do óleo de coroação, que foi ressignificado no século XV. Além de lutar uma cruzada, o rei dos ingleses iria também “reconquistar” a França. Vejamos o mapa abaixo que mostra o caminho da campanha de 1415, inclusive o retorno do rei para a Inglaterra.

⁵⁵⁹ AEC. p. 41. “Thanne saide the kyng, " Now is good tyme, for alle Engeland praieth for us, and therefore beth of good chiere, and lat us go to our iourney." (...) And thanne saide the king with an highe vois, " In the name of Almy₃ti God, and of Saint George, Avaunt baner! and Saint George this day thyn helpe!" Thanne the ij bataille₃ mette togedir and fou₃ten sore and longe tyme, but Almy₃ti God and saint George fon₃ten that day for us, and grauntid our kyng the victory: and this was on the Friday on saint Crispyne and Crispiniane₃ day, in the yeer of our Lord M'.cccc.xv. in a fold callid Agyncourt in Picardi.” **(Tradução Livre)**



Mapa II — Norte francês e sul inglês, caminho de ida para a França e retorno à Inglaterra. Disponível em:

<https://hystoricus.files.wordpress.com/2012/09/azin1.jpg>

A vitória do rei e seu exército foi vista como a vitória da Inglaterra. A canção de Agincourt⁵⁶⁰ feita logo após o evento deixou claro, por exemplo, que a Inglaterra deveria festejar e dar glórias, por uma vitória que era também do reino. Mais uma vez a causa do rei é confundida com a causa do povo.

Nosso rei foi em direção à Normandia
Com graça e força da cavalaria
Lá Deus trabalhou por ele maravilhosamente

⁵⁶⁰ The Agincourt Carol (1415). In: ROBBINS, Rossel Hope. (Ed.) *Historical poems of the XIVth and XVth Centuries*. Nova York: Columbia University Press, 1959.

Por isso a Inglaterra deve clamar e chorar
Agradeça a Deus, ó Inglaterra, pela vitória⁵⁶¹.

A vitória do Henrique V não se tratava apenas de um desejo por realização da justiça de Deus, mas também representava a manutenção do bem-comum do reino, especialmente porque através dela o rei conseguiu reunir em torno de si um grande número de nobres, a *gentry* e os comuns. Inclusive pelo fato de que o rei também mobilizou recursos enormes, especialmente num período em que o reino ainda se recuperava das intempéries políticas e econômicas do reinado de Henrique IV.

Agora graças a Deus, ele salvou nosso rei,
Seu povo e todo seu bem-estar,
De a ele uma boa vida e bom fim,
Que com alegria possamos seguramente cantar;
Agradeça a Deus ó Inglaterra, pela vitória.⁵⁶²

O discurso da canção de Agincourt também projeta uma memória, para que tal batalha e a imagem do rei como grande guerreiro, e dos ingleses como um povo habilidoso em guerra, inclusive seus senhores.

Depois das conquistas do rei na França, os cronistas não deixaram de produzir memória acerca de suas campanhas militares. Entre 1417 e 1422, o rei continuou em campanhas na França, entre 1417 e 1420 para garantir seus direitos como rei e de 1421 e 1422 garantir as conquistas do Tratado de Troyes. Importante aqui são as narrativas das campanhas de 1417 e 1419. Campanhas individuais não são narradas pelos cronistas assim como foi feito com Agincourt, mas sim o conjunto das campanhas do monarca no período. Elementos de sua devoção tornaram-se similares com Agincourt: os santos, a devoção do rei, as provações do exército, um exército menor que o francês, foram *topoi* cronísticos da época.

Durante o ano de 1416, houve tentativas de paz entre o rei inglês e francês. No entanto, alguns relatos de ofensivas francesas são exemplificados nas crônicas que influenciaram a intenção de Henrique V em se lançar em batalha contra os franceses

⁵⁶¹ Ibidem. p. 91. “Owre kynge went forth to normandy,/ With grace and myght of chyvalry;/ Ther God for hym wrought mervlusly,/ Wherfore Englonde may calle and cry,/ *Deo gratias, Deo gratias anglia, redde pro Victoria.* (Tradução Livre)

⁵⁶² Ibidem. p. 92. “Now gracious God he save owre kynge,/ His peple and all his welwyllynge,/ Gef him gode lyfe and gode endynge,/ That we with merth mowe savely synge;/ *Deo gratias, Deo gratias anglia, redde pro victoria.*” (Tradução Livre)

novamente. Primeiro, os cronistas do período reafirmam que Henrique buscava primeiro a paz, sendo extremamente piedoso e pacificador, teria aceitado receber emissários da França para dialogar uma proposta de trégua. No momento em que um Tratado de Paz era discutido, os franceses, segundo os cronistas, com “artimanhas”, atentaram contra os ingleses numa tentativa retomar Harfleur: “Uma batalha terrível foi lutada no mar sobre comando do duque de Bedford, irmão do rei, contra os franceses, em que muitos foram capturados com seus navios para a Inglaterra. (...)”⁵⁶³

Após saber do fato, Henrique V se direcionou a Canterbury com o Imperador Sigismundo — que visitava o reino — em peregrinação para agradecer. Em sua capela pessoal, leituras e orações para a Trindade e a Virgem, como também outros santos que ajudavam a causa inglesa em guerra deveriam ser feitas. Cronistas apontam que o monarca comandou seus capelães, enquanto o mesmo vivesse, a prestarem homenagens à Virgem, pois a vitória do duque de Bedford contra os franceses ocorreu na vigília de Assunção da santa.

Entre 1417 e 1419, o monarca empreendeu diversas campanhas vitoriosas. Foram anos em que o rei inclusive ficou fora da Inglaterra e a administração do reino ficou a cargo de oficiais específicos definidos por ele. O soberano se direcionou de Southampton para a cidade de Touques, outro porto importante na região litorânea da Normandia, próximo de Harfleur, mas seguro o suficiente para evitar ataques de piratas franceses. Em 1415, a campanha de Henrique se iniciou em Harfleur, era provável que os franceses acreditassem que a campanha iniciada em 1417 também começasse na região, dessa forma Henrique e seu exército fizeram ao contrário do esperado e partiram para conquistar outras regiões da França. Em Touques o monarca conseguiu cercar a cidade e prender alguns nobres locais. A seguir o monarca se direcionou para a cidade de Caen, e aqui entra um problema em torno do passado inglês. A região é onde se encontra o túmulo do rei Guilherme I, O Conquistador⁵⁶⁴.

Assim como na campanha de Agincourt, essas primeiras empreitadas do rei são marcadas pela aproximação dele com o sagrado, na medida que o rei em suas campanhas passava por lugares santos, especialmente mosteiros e igrejas. Um caso interessante também foi apresentado pelo cronista Thomas Walsingham, no período do cerco de Touques e Caen, em que um monge caminhava só, quando um membro da *household* de Henrique teria saqueado os pertences do monge. Após ser convocado por Henrique V, o monge reconheceu o

⁵⁶³ AU. p. 130. “*Dirum sub duce Bedfordie, regis fratre, cum Francis navale committitur bellum: quorum plures captivantur cum eorum navibus in Angliam (...)*” **(Tradução Livre)**

⁵⁶⁴ Para um mapa da região da Normandia, C.f. Anexo III, mapa II.

ladrão, que foi punido, além do rei elaborar uma ordenação de punição a qualquer um que ousasse se apropriar indevidamente dos bens clericais.

Entre 1418 e 1419, o rei continuou a empreender outras campanhas importantes, dentre elas os cercos das cidades de Falaise e Bayeux. Em 1419 o monarca conquistou a importante cidade de Rouen. À época essa conquista era importante para os ingleses e ameaçadora aos franceses, o cerco de Rouen possibilitou um alcance maior do rei a Pontoise e assim uma aproximação ofensiva inglesa a região de Paris.

Assim como na campanha de Agincourt, os discursos cronísticos das campanhas de 1417 a 1419 serviram para relacionar e confirmar ideais presentes no Cristianismo, herdados pela tradição judaica, de um “povo eleito” e “terra prometida”. As vitórias de Henrique V na França serviram para confirmar a relação especial dos ingleses em relação a Deus e um povo predestinado à glória. Tais campanhas tiveram como consequência a assinatura do Tratado de Troyes em 1420, que conferia a formação de uma monarquia dual — França e Inglaterra. Mas serviu, sobretudo, para na Inglaterra confirmar os Lancastrianos como os justos detentores do trono.

A memória em torno das campanhas de Henrique V também engloba outro ponto importante: a devoção à Virgem. Tal personagem é citada exaustivamente pelos cronistas, tanto acerca das festas dedicadas à santa, presentes no calendário litúrgico, ou procissões e atos de devoção promovidos pela Coroa para agradecimento pelas vitórias militares da Inglaterra. Certas referências a conquistas inglesas ocorreram em datas muito próximas à Vigília de Assunção da Virgem, ficando claro que os letrados da época associavam as vitórias diretamente à atuação da santa.

É possível perceber a primeira grande referência do papel da Virgem no momento da conspiração contra Henrique V em Southampton às vésperas de sua ida para a França. Após o rei ter conseguido neutralizar os conspiradores, a gratidão destes foi direcionada à Virgem:

O Rei, com sua guarda, lançou-se ao mar e desembarcou em Kidkaus com mil e quinhentos navios. Ele entrou na terra numa quarta-feira, que era vigília de Assunção de Nossa Senhora, e no sábado depois ele se direcionou para cercar a cidade de Harfleur⁵⁶⁵.

⁵⁶⁵ TCE. p. 310. “The Kyng, with his nave, took the se, and londid at Kidkaus, with a thousand schippis and five hundred. He entered the lond on a Wednesday, wech was the vigil of Assumpcion of oure Lady; and on the Satirday aftir he leyde serge to the town of Hareflw.” **(Tradução Livre)**

Também, no contexto onde o duque de Bedford, irmão do rei, combateu franceses que tentavam reconquistar Harfleur e por consequência os ingleses foram vitoriosos, lembremos que o rei se direcionou para Canterbury em peregrinação ao lado do Imperador Sigismundo, provavelmente para agradecer a Thomas Becket. Lembremos também que o culto a Thomas Becket, também engloba parte do culto Mariano. Henrique V em agradecimento, também à Virgem, teria ordenado que seus capelães, enquanto o soberano vivesse, prestassem homenagens à Virgem, pois ao ser vigília de Assunção, esta era a razão da vitória.

Quando isto foi feito, o dito duque com suas recompensas e prisioneiros retornou à Inglaterra novamente; portanto, por isso ter ocorrido na Vigília de Assunção de Nossa Senhora, o rei comandou que seus capelães deveriam dizer todos os dias, enquanto ele vivesse, hinos com versículos e reunissem lembranças de Nossa Senhora⁵⁶⁶.

Para a historiadora Miri Rubin.⁵⁶⁷ As representações de Maria tornaram-se essenciais para os sistemas de identificação e também na vida dos homens. A Virgem se torna um elemento importante na tradição cristã, ela não só possui relações diretas com a figura de Cristo, mas também no próprio significado que a Igreja obterá a partir da Idade Média Central. Maria é “mãe de Deus” por consequência da encanação, ao mesmo tempo em que ela é filha dele. Aponta que o culto à Virgem tomará grandes proporções no século XII quando ela é coroada ao lado Cristo afirmando uma quase divinização de sua imagem. Maria então é mãe, filha e esposa de Deus, casamento esse afirmado pela relação Cristo-Virgem-Igreja, fato possível de se observar em torno das representações iconográficas da época.

A observação dos discursos em torno das campanhas de Henrique V nos permite perceber que os eventos militares são dotados de caráter simbólico, aglutinando fundamentos do imaginário cristão medieval. As batalhas lutadas pelo rei carregam ainda elementos da identidade e a noção de que o rei luta para o povo e as batalhas do rei são sobretudo a batalha do reino. Neste contexto, e baseado também em elementos do Cristianismo, as campanhas de

⁵⁶⁶ AEC. p. 43. “Whanne this was don, the said duke with his prise₃ and prisoners retourned into Engeland agayne : and forasmoche as this was don in the Vigilie of Assumpcioun of our Lady, the kyng commaunded that his chapeleyne₃ sholde say euery day while₃ he livid, an anteem with the versicle and collect in remembraunce of our lady.” **(Tradução Livre)**

⁵⁶⁷ RUBIN, Miri. *Emotion and Devotion*. The meaning of Mary in Medieval Religious Cultures. Budapest e Nova York: Central European University Press, 2009.

Henrique começaram a denotar um sentido de guerra justa, dos franceses (o outro) vistos como inimigos da justiça divina.

A guerra significava tinha significados diferentes para diferentes pessoas. Aqueles que concordaram com Tomás de Aquino (m. 1274), a conceberam em um plano elevado, enquanto lutasse pelo fim mais alto, a conquista da paz, que os homens equiparavam à justiça. Em tais condições, quando a guerra foi travada abertamente e honrosamente, era melhor para os homens sofrerem dificuldades, se a paz pudesse ser alcançada⁵⁶⁸.

Por fim, o rei e seu exército se fazem peregrinos, pelo contato com o sobrenatural (Igrejas, santos, a devoção) como ainda pelas provações: fome, doenças, mores, ataques franceses, e o *topos* do exército inglês menor que o francês. Em todos os discursos, permanece a ideia de que Deus se manteve justo aos seus fiéis, neste caso os ingleses.

⁵⁶⁸ ALLMAND. Christopher. *Society at War*. The experience of England and France during the Hundred Years War. Edimburgo: Oliver & Boyd, 1973. p. 16. “War meant different things to different people. Those who agreed with Thomas Aquinas (d. 1274) conceived of it on an elevated plane so long as it fought for the highest end, the achievement of the peace which men equated with justice. In such conditions, when war was fought openly and honourably, it was better to men to suffer hardship, if peace could thereby be achieved.”

PARTE III – A PROJEÇÃO DA MEMÓRIA

CAPÍTULO V

A CASA DE LANCASTER

PASSADO, PRESENTE E FUTURO

A memória é como um jogo. Possui jogadores que visam sua vitória e buscam meios legítimos para tal, assim como sua manipulação. Quando consideramos o poder régio no final da Idade Média, esse jogo se faz presente. A memória é construída, podendo ser modificada conforme os interesses políticos e sociais em que ela é produzida, recuperada, transformada ou ressignificada.

Até o momento, analisei a construção da retórica de poder Lancastriana no contexto de ascensão e afirmação da casa real ao trono inglês. Uma memória que utilizava elementos do discurso somados aos símbolos e o imaginário do cristianismo. Após a morte de Henrique V, até a década de 1450, não havia contestação direta dos direitos dos Lancaster ao trono, maiormente porque seu sucesso político e militar preparou terreno para que Henrique VI se mantivesse no trono por tanto tempo, apesar de suas dificuldades administrativas e a influência dos preferidos do monarca na Corte. Em meados do século XV, percebemos transformações na memória Lancastriana. Henrique IV que anteriormente buscou se mostrar como necessário ao trono, agora passou a ser visto como aquele que causou a desordem no reino. Henrique VI, aquele que foi deposto e tanto criticado pelos Yorkistas, no final do século passou a ser cultuado como santo, uma santidade utilizada por objetivos legitimatórios.

Anteriormente citei que a memória é construída e projetada. Ao longo deste capítulo, analiso a projeção e transformações em torno da memória Lancastriana no século XV, tendo um foco maior no contexto de crise do *kingship* dessa Dinastia.

5.1. AS TRANSFORMAÇÕES DA MEMÓRIA LANCASTRIANA

A narrativa dos eventos dos reinados dos monarcas Lancastrianos era uma questão importante em torno daquilo que deveria ser narrado e por consequência, lembrado ou esquecido. Os cronistas contemporâneos ou posteriores à dinastia parecem ter tido o cuidado com os elementos colocados na memória. Entra, portanto, a questão da preservação da memória e seus usos.

A campanha inglesa de 1400 de invasão da Escócia é um caso interessante de como a memória deve ser feita e também a maneira que ela deve ser usada. É preciso relembrar alguns pontos. Anteriormente⁵⁶⁹, mencionei que Henrique IV programou sua ida para Escócia e apesar das dificuldades ligadas aos seus direitos ao trono, conseguiu arregimentar um grande exército. A confusão política causada pela usurpação de 1399, de acordo com Chris Givewilson, deu espaço para os escoceses recuperarem regiões que desde o século XIV estavam sob domínio inglês⁵⁷⁰. Soma-se a isso, o fato de que campanhas militares eram uma forma de novos soberanos testarem a lealdade de seus súditos ao novo regime estabelecido⁵⁷¹, o que foi feito em 1400 com a campanha para a Escócia. Henrique IV teve apoio de alguns nobres do norte, como os Percies e outros ligados às afinidades do Ducado de Lancaster e de aristocratas que viam benefícios em uma campanha escocesa devido aos conflitos internos na própria Escócia. Os comuns, todavia, não eram de todo a favor a uma expedição, e a capacidade de Henrique IV em administrar os recursos financeiros da Coroa já era vista com certa incredulidade.

Desde o início da campanha, Henrique IV enfrentou diversos problemas: atrasos na chegada de suprimentos a seu exército, demora no despacho de ordens régias, clima desfavorável, entre outros. Por fim, a armada de Henrique apenas “caminhou” pela Escócia, e pequenas pilhagens foram feitas. O soberano nem mesmo tentou cercar o Castelo de Edimburgo. Ainda, aumentou os problemas financeiros da Coroa e instigou a explosão de levantes locais.

O fracasso da campanha parece ter alcançado os cronistas, todavia, não em forma de uma longa narrativa. Os contemporâneos de Henrique IV produziram relatos curtos e

⁵⁶⁹ C.f. Capítulo I.

⁵⁷⁰ GIVEN-WILSON. *Henry IV* ... op. cit. p. 174.

⁵⁷¹ CURRY, Anne; BELL, Adrian R.; KING, Andy; SIMPKIN, David. *New Regime, New Army?* ... op. cit. p. 1387.

sintetizados do evento. Os problemas, desastres e dificuldades enfrentados pelo rei praticamente foram deixados de lado. Vejamos alguns casos:

Thomas Walsingham, por exemplo, apenas mostra que os ingleses conseguiram evitar ataques de navios escoceses próximo à cidade de Bishop's Lynn em Norfolk. Logo depois, afirma que o rei Henrique reuniu um exército e se direcionou para a Escócia. É interessante porque o cronista modificou certos acontecimentos. Segundo ele, os escoceses recuaram, sem a oportunidade de uma batalha, forçando a Henrique IV voltar à Inglaterra.

Durante esse tempo, os homens de Lynn capturaram alguns navios escoceses, cujo almirante, Sir Robert Logan, havia feito um acordo para destruir a frota inglesa, e especialmente os barcos que pescavam ao largo de Aberdeen. Ao mesmo tempo, nossos homens devastaram algumas das ilhas Orkney. Logo, o rei reuniu um exército e partiu para a Escócia. Mas os escoceses recuaram diante dele e não lhe deram oportunidade para uma batalha, então o rei devastou o interior e voltou para casa⁵⁷².

Adam de Usk, por outro lado, salienta rapidamente que a campanha foi um fracasso, e teria causado mais danos aos ingleses do que os ingleses aos escoceses.

No mesmo ano, o rei passou pela Escócia com um grande e glorioso exército para domar a ferocidade dos escoceses. Mas eles, fugindo para lugares de refúgio, devastaram e despojaram seus campos, casas e fazendas, para que o nosso rei não os usasse e, espreitando em matagais e nos esconderijos de cavernas e bosques secretos, eles retrocederam diante da face do rei. No entanto, eles muitas vezes saíram desses covis, e em desertos e atalhos solitários eles mataram e fizeram prisioneiros muitos de nossos homens, causando-nos mais danos do que a eles⁵⁷³.

Em torno de ambos cronistas citados, estes são os únicos momentos em que eles narram a campanha de Henrique IV à Escócia. Apesar de em meados do século XV ter

⁵⁷² TCM. p. 318. "During this time the men of Lynn captured some Scottish ships, whose admiral, Sir Robert Logan, had made an agreement, to destroy the English fleet, and especially those boats that fished off Aberdeen. At the same time our men ravaged some of the Orkney islands. Soon even the king gathered an army and set off for Scotland. But the Scots retreated before him and gave him no opportunity for a battle, so the king laid waste the country and went back home." **(Tradução Livre)**

⁵⁷³ AU. p. 47. "Eodem anno, rex cum magno et glorioso exercitu transiit in Scociam ad Scotorum ferocitatem doinandam. Ipsi tamen propria rura, domos, et predia, ne regi nostro aliquid cederet, in refugium preveniendo, devastarunt et denudarunt; ac, se delitentes ad frutices ac deviarum cavernarum et nemorum abdita, a facie regis se subtraxerunt. Tamen, ex hujusmodi absconditis sepius exeuntes, in desertis devils ac diversoriis nostratum quam plures interfecerunt et captivarunt, plus nobis quam nos eis dampni inferendo." **(Tradução Livre)**

ocorrido a crise do *kingship* Lancastriano, mesmo os cronistas dessa época seguiram o roteiro narrativo de Walsingham e Usk, ou até mesmo omitiram a campanha. John Hardyng, que elaborou duas versões de sua crônica, sintetizou em uma pequena estrofe o relato da campanha⁵⁷⁴. A crônica *The Brut*, por outro lado, não menciona o evento. Da mesma forma, John Capgrave em *The Book of Illustrious Henries* e *The Chronicles of England* não faz qualquer menção à expedição de Henrique IV. Desses cronistas, o anônimo do *An English Chronicle* também faz um breve relato, apenas afirmando que o rei se direcionou à Escócia, mas os escoceses “não se encontrariam com ele”⁵⁷⁵.

Se Henrique IV investiu tanto na campanha de 1400, e ao mesmo tempo se esperava muito dela, é natural que após seu fracasso que os escritores do período tivessem escolhido suprimir as narrativas do evento, evitando que tal pudesse ser lembrado da maneira como ocorreu. A memória que se estabeleceu na tradição, foi de um rei que buscou a luta, mas seus inimigos recuaram. Seria também natural pensar que o Dinasticismo do século XV poderia ter influenciado os cronistas, principalmente aqueles da Era Yorkista. Entretanto, ao analisarmos tais crônicas, observamos que as narrativas permanecem similares às aquelas feitas contemporaneamente a Henrique IV. Há uma possível razão para isto. Os conflitos entre ingleses e escoceses vinham desde o final do século XIII, e passou a envolver também questões identitárias. Apesar de elementos da memória Lancastriana terem se modificado em meados do século XV, como veremos adiante, os cronistas intencionaram deixar no esquecimento o desastre militar que foi a Campanha de Henrique IV, porque envolvia não apenas o poder régio, mas um fracasso do reino como um todo, já que a imagem do rei e do reino são comumente confundidas.

A campanha escocesa de 1400 é apenas um exemplo de que, mesmo com mudanças políticas, certos elementos da memória podem prevalecer os mesmos. Praticamente não houve alterações, nem mesmo críticas ao rei Henrique IV, inclusive em crônicas produzidas na Era Yorkista. Isto é um caso extremamente similar a figura do rei Henrique V. Até o final do século, as crônicas sobre eles mantiveram o lugar-comum, não há praticamente uma mudança da maneira como os autores enxergam o soberano. Ainda, a memória de suas campanhas militares na França também permanecia similar aos cronistas contemporâneos, prevalecia a imagem dos franceses como injustos e a busca do soberano pelo estabelecimento da justiça e a junção da ideia de que a guerra do rei era uma guerra do povo.

⁵⁷⁴ C.f. *TCJH*. p. 358.

⁵⁷⁵ *AEC*. p. 22. “but the Scottis wold not mete with him” (**Tradução Livre**)

Se a memória de certos eventos políticos de reis como Henrique IV e Henrique V permaneceram os mesmos, não se pode dizer o mesmo acerca do debate da memória em torno da linhagem Lancastriana e seus direitos ao trono. O problema maior ocorreu no final do reinado de Henrique VI, quando já havia eclodido a Guerra das Rosas e acirrava-se o faccionalismo dentro da nobreza.

Lembremos que quando a casa real usurpou o trono em 1399, entrava em questão a legitimidade e prioridade de Henrique IV ao trono, em oposição aos Mortimer que eram herdeiros do segundo filho mais velho (vivo) de Eduardo III e também herdeiros nomeados de Ricardo II. Questões que foram vistas anteriormente no Capítulo III. Os Lancastrianos postularam na memória que eles eram os verdadeiros herdeiros do trono, deslegitimaram a linhagem de Ricardo II, e afirmavam que todos os reis ingleses a partir de Eduardo I usurpam a Coroa⁵⁷⁶. Apesar disso, os problemas com a linhagem da nova dinastia prevaleceram, ao menos, até o início do reinado de Henrique V.

Os embates entre a Coroa e os Percies a partir de 1403 envolviam também a relação que o rei Henrique IV tinha com os Mortimer que à época eram aliados da família senhorial de Northumberland. Provavelmente Henrique IV se sentia ameaçado com a crença circulante entre as facções aristocráticas da prioridade dos Mortimer ao trono.

Quando Henrique V assumiu o trono em 1413, logo no primeiro Parlamento em maio daquele ano, o soberano proclamou um perdão geral pelos crimes cometidos contra a Coroa antes do dia 15 de maio⁵⁷⁷. Neste caso, os indivíduos deveriam pagar uma determinada taxa até o Natal de 1413, de modo a garantirem o perdão. Os *Close Rolls* daquele ano, que contêm ordenações aos xerifes de Londres, afirmavam que o perdão se estendia para os causadores de insurreições e rebeliões, e que ordenações similares tinham sido enviadas para o restante do reino⁵⁷⁸. O perdão dado pelo rei se estendia aos Percies e a líderes da Revolta galesa, como ainda aos Mortimer. Inicialmente parecia um ato de piedade do novo rei, mas tratava-se de uma estratégia política, que o possibilitou se rodear de grandes senhores que permitiam nas localidades a expansão do poder e autoridade da Coroa. Também, era uma forma do soberano evitar problemas com a ordem, e que opositores minassem a legitimidade Lancastriana em favor dos Mortimer. Por esta razão, o soberano trouxe para perto de si o jovem Edmund Mortimer, à época conde de March.

⁵⁷⁶ C.f. Capítulo III.

⁵⁷⁷ C.f. *RP May 1413*. p. 7.

⁵⁷⁸ C.f. *CCR – 1413- 1419* pp. 84-85.

Sua busca pela ordem, a política conciliadora com os antigos inimigos de seu pai, assim como as batalhas contra os heréticos do Lollardismo e por fim as campanhas militares vitoriosas na Guerra dos Cem Anos auxiliaram na construção de uma boa memória do rei. Na produção cronística da época, de certo modo, Henrique é representado como um herói, adjetivado por John Capgrave como o “mais vitorioso dos reis”⁵⁷⁹ Henrique V era louvado também por sua conquista no Tratado de Troyes em relação à formação de um reino dual da França e Inglaterra. Não se vê nos cronistas a favor da causa Yorkista uma degradação da memória de Henrique V. Mas apesar de exaltarem as virtudes desse monarca, a questão interessante é que suas narrativas tendem a focar na usurpação de Henrique IV e na incapacidade governativa de Henrique VI. A imagem de Henrique V em diversos momentos era utilizada como um contraponto com a imagem de Henrique VI. O primeiro era um grande rei, administrador e guerreiro, já o segundo incapaz de reinar, não era guerreiro e deixava a administração para um grupo de preferidos. Nesse contraponto entra a questão do bem da Coroa e sua autoridade.

A conspiração de Southampton às vésperas da ida de Henrique V para a França, em favor dos Mortimer, envolvendo Henry, barão de Scrope e Richard, conde de Cambridge (casado com Anne Mortimer e pai de Richard Plantageneta, duque de York)⁵⁸⁰ revela ainda a fragilidade da legitimidade da linhagem Lancastriana. Há, porém, evidências de que Edmund Mortimer permaneceu fiel ao rei Henrique V⁵⁸¹

As questões em torno da legitimidade Lancastriana e a memória da linhagem da monarquia revelaram-se problemáticas novamente no contexto da Guerra das Rosas. Para começar, a memória da dinastia era questionada pelos Yorkistas, tendo em vista, inclusive, que Richard Plantageneta, duque de York era descendente dos Mortimer. Apesar disso, o duque de York inicialmente não reivindicava o trono, mas sim a demissão dos chamados “maus conselheiros” do rei Henrique VI, em especial os duques de Somerset e Suffolk. A reivindicação do trono veio apenas após os problemas obtidos entre o duque de York, o rei Henrique VI e a rainha Margaret de Anjou. A partir disto, toda a linhagem Lancastriana era vista como usurpadora do trono.

O primeiro momento que vemos com clareza as transformações em torno da memória dos Lancastrianos e a reivindicação de York foi no Parlamento de 1460, que se

⁵⁷⁹ C.f. *TBIH*. p. 125. “The most victorious king” (**Tradução Livre**)

⁵⁸⁰ ALLMAND. *Henry V* ... op. cit. pp. 76-77.

⁵⁸¹ AU. p. 125. Usk ainda afirma que a conspiração foi descoberta e revelada ao rei Henrique V por Edmund Mortimer, conde de March.

tornou um local de memória, na medida que os discursos proferidos lá ameaçavam os direitos de Henrique VI e seu herdeiro ao trono.

O duque apresentou uma petição reivindicando o título de rei da Inglaterra, França e lorde da Irlanda. A questão rapidamente foi apresentada às Casas dos Lordes e Comuns. Devido à gravidade da questão, só poderia ser de fato resolvida após a apresentação ao rei⁵⁸². O ponto de partida para a reivindicação de York foi recuperar duas narrativas: aquela produzida em 1399 pelos Lancastrianos sobre a ilegitimidade dos descendentes de Eduardo I⁵⁸³, e aquela narrativa da herança por direito dos Mortimer.

York teria recuperado toda a linhagem de Henrique III, seus filhos e herdeiros, “provando” que Eduardo I era sim o filho mais velho do dito soberano e por consequência estendeu a narrativa até Eduardo III e seus herdeiros. Richard Plantageneta também mostrou ao Parlamento sua descendência de Lionel da Antuérpia, segundo filho mais velho de Eduardo III, para afirmar que a dignidade real, os títulos e propriedades da Coroa da Inglaterra pertencia aos herdeiros de Lionel, “antes de qualquer herdeiro do dito John de Gaunt, o quarto filho do mesmo rei Eduardo”⁵⁸⁴

Lembremos ainda que no Parlamento de 1399, foi realizado a renúncia e deposição de Ricardo II para dar espaço à ascensão de Henrique IV. No discurso feito pelo duque de York em 1460, a ideia de deposição foi deixada de lado, Ricardo teria apenas renunciado a Coroa e seus senhorios. Henrique IV, que no documento é apenas chamado “conde de Derby” teria tomado ilegalmente o trono, “estando então vivo Edmund Mortimer, conde de March, filho de Roger Mortimer, conde de March, filho e herdeiro de Philippa, filha e herdeira do dito Sir Lionel, o terceiro filho do dito rei Eduardo III”⁵⁸⁵.

Apesar da memória da ascensão de Henrique IV ter sido recuperada e ressignificada em meio às intempéries políticas da Guerra das Rosas, Richard Plantageneta jurava não atentar contra Henrique VI, apesar de sua ilegitimidade no trono. O que foi proposto e aceito

⁵⁸² *RP Henry VI – October 1460*. p. 375.

⁵⁸³ C.f. Capítulo III.

⁵⁸⁴ *RP October 1460*. p. 375. “afore eny issue of the seid John of Gaunt, the fourth gotten son of the same Kyng Edward.” **(Tradução Livre)**

Vale ressaltar que no discurso presente no *RP*, o duque de York apontou os herdeiros vivos e mortos de Eduardo III. Lionel da Antuérpia era o segundo filho mais velho vivo, mas o terceiro de nascimento. John de Gaunt, portanto, era o terceiro filho vivo, mas o quarto de nascimento. Para o discurso do duque de York, C.f. Anexo IV.

⁵⁸⁵ *RP Henry VI – October 1460*. p. 375. “then beyng on lyve Edmund Mortymer erle of Marche, son to Roger Mortymer erle of Marche, son and heire of the said Phelippe, doughter and heire of the seid Sir Leonell, the third son of the seid Kyng Edward the third” **(Tradução Livre)**

no Parlamento de 1460, é que os herdeiros de Henrique seriam deserdados, e York tornava-se o próximo na linha de sucessão. É claro que isto gerou descontentamentos, especialmente de Margaret de Anjou que via Edward de Westminster ser deserdado. O que possibilitou a reivindicação de York, assim como a aceitação dela no Parlamento, de certo modo se relacionava com a simpatia dos súditos de Henrique para com o duque. O regime Lancastriano já havia há muito entrado em colapso pela ordem e os problemas administrativos e financeiros da Coroa. Segundo Watts, o acordo parlamentar refletia uma tentativa de reconciliar a política de Henrique VI, sobretudo, buscava a unidade política do reino⁵⁸⁶.

A morte do duque de York na Batalha de Wakefield em 1461 não impossibilitou a continuidade da reivindicação do trono por Eduardo de March – que por fim se tornou Eduardo IV após a deposição de Henrique em 1461. A promessa antes feita no Parlamento de que a dignidade e posição de Henrique até sua morte não seriam afetadas foi deixada de lado. Soma-se ao fato de que a empreitada Lancastriana para permanecer no trono continuou apenas nas mãos da rainha Margaret de Anjou, “a coroação de Eduardo de March agora era tanto aceitável e inevitável”⁵⁸⁷.

Assim como a memória da linhagem Lancaster foi modificada no Parlamento, os cronistas do período seguiram um caminho similar. O Dinasticismo do século XV teve impactos, inclusive, em John Capgrave. Anteriormente comentei que *The Book of Illustrious Henries* foi dedicado a Henrique VI, como forma de demonstrar ao soberano as virtudes de seu nome. Capgrave escrevia sua obra demonstrando apoio e fidelidade aos Lancaster – que é confirmado por sua própria fala ao rei “cujo serviço me dedico inteiramente”⁵⁸⁸ – exalta as virtudes de Henrique IV como fundador da dinastia. O cronista deixa claro que sabe que Henrique assumiu o trono não por descendência, mas afirma que sua legitimidade vinha da eleição do povo. E ainda, exalta o quão glorioso ele teria sido em seus dias no trono⁵⁸⁹.

Henrique Quarto, que era chamado de Henrique de Bolingbroke por que ele nasceu lá, sucedeu a Ricardo Segundo no trono, não muito por direito de descendência, mas por eleição do povo. Quão glorioso ele foi em sua geração, e quão gentil com a igreja antes de assumir as rédeas do governo, os

⁵⁸⁶ WATTS. *Henry VI and the politics of kingship* ... op. cit. p. 359.

⁵⁸⁷ Ibidem. p. 360. “the coronation of Edward of March was not both acceptable and inevitable”.

⁵⁸⁸ TBIH. p. 144. “to whose service I have wholly devoted myself” (**Tradução Livre**)

⁵⁸⁹ C.f. Capítulo IV.

registros de suas ações, espalhados por meio dos escritos de não poucos cronistas, testificam.⁵⁹⁰

Como forma de exaltar a figura de Henrique IV, o frade agostiniano dedica a primeira parte de sua narrativa sobre o rei exemplificando seus atos devocionais, e visitas a lugares santos, como ainda suas habilidades militares⁵⁹¹. Um paradoxo nos é revelado quando analisamos a dedicatória que John Capgrave fez para Eduardo IV em sua *Chronicle of England*. O cronista demonstra sua afeição ao título de Eduardo, também por sua numeração como rei, o “quarto” Eduardo. Entra, porém, em contraposição ao “quarto” Henrique, que seria o responsável pela desordem no reino. Eduardo IV seria o enviado de Deus para pôr a ordem e corrigir todos os erros trazidos ao reino pela usurpação de Henrique IV.

Além disso, acho uma grande conveniência em seu título, você é chamado Eduardo o Quarto. Aquele que entrou como intruso foi Henrique o Quarto. Aquele que entrou pela provisão de Deus é Eduardo o Quarto (...) ‘Porque Adão passou a comer o fruto de uma árvore, portanto Cristo foi pregado em uma árvore.’ Nós, verdadeiros amantes desta terra, desejamos a este nosso Senhor Deus, que todo o erro trazido por Henrique o Quarto, seja corrigido por Eduardo o Quarto.⁵⁹²

A despeito de na Dedicatória se revelar contrário à usurpação de Henrique IV, ao longo de sua narrativa sobre o rei, John Capgrave evita fazer comentários negativos sobre o primeiro monarca Lancaster. Inclusive, o cronista salienta que Henrique foi o primeiro rei ungido com o óleo de Thomas Becket e que o soberano reivindicou o trono pela linhagem de Henrique III. Mas algumas nuances em torno da reescritura da memória de Henrique IV podem ser avaliadas se observarmos a crônica minuciosamente.

Como dito no Capítulo III, um dos fatores principais de construção da memória Lancastriana foi a ressignificação da memória de Ricardo II, demonstrando estereótipos desse soberano e seus diversos crimes contra a Coroa e o reino, a fim de exemplificar porque os

⁵⁹⁰ *TBIH*, p. 102. “Henry the Fourth, who was called Henry of Bolingbroke, because he was born there, succeeded Richard the Second on the throne, not so much by right of descent as by the election of the people. How glorious he was in his generation, and how kind to the church before he assumed the reins of government, the records of his deeds, scattered through the writings of not a few chroniclers, testify.” **(Tradução Livre)**

⁵⁹¹ C.f. Capítulo IV.

⁵⁹² *TCE*, p. 4. “Ferthermore 3et fynde I a grete conveniens in 3oure tytil, that 3e cleped Edward the Fourt. He that entered be intrusion was Herry the Fourte. He that entered by Goddis provision is Edward the Fourt. (...) “Because Adam trespassed etyng the frute of a tre, therfor was Crist nayled on a tre.” We trew lovers of this lond desire this of oure Lord God, that al the erreure which was browte in be Herry the Fourte may be redressed be Edward the Fourte.” **(Tradução Livre)**

Lancaster eram necessários ao trono. Capgrave, todavia, faz um jogo da memória e “manipula” certos elementos em torno da relação de Ricardo II e Henrique IV. Primeiro no relato do exílio do duque de Norfolk e de Bolingbroke no final do ano de 1398. Na narrativa de Capgrave é como se o fato tivesse ocorrido no ano de 1397, porém não é mencionado a decisão do rei em enviar para exílio Henrique de Bolingbroke. Seu exílio só é mencionado mais a frente quando ele fala sobre o falecimento de John de Gaunt.⁵⁹³

Assim como os cronistas contemporâneos à ascensão de Henrique IV em 1399, John Capgrave faz uma narrativa sobre as extorsões de dinheiro por parte de Ricardo II ao seu povo. Mas há uma diferença em relação aos contemporâneos, como Thomas Walsingham. As narrativas contemporâneas, dedicadas a prover a legitimação Lancastriana, possuem um tom narrativo bem crítico a Ricardo II, afirmando, inclusive, que ele ia contra os costumes do reino e os juramentos da sagração. Embora isto esteja implícito em John Capgrave, o tom não parece tão crítico quanto Walsingham e Usk. Pode ser por razões técnicas, já que sua crônica no geral possui relatos breves, ou mesmo intencional, considerando que ele escreve para Eduardo IV de York.

Vamos recuperar a narrativa de Walsingham:

Enquanto isso, o rei adquiriu, por meio de empréstimos, enormes somas de dinheiro de muitos senhores, tanto temporais quanto espirituais, e de outras pessoas na terra. Ele prometeu fielmente em cartas patentes que reembolsaria essas somas de dinheiro assim emprestadas em uma data fixa, mas ele nunca devolveu posteriormente o dinheiro aos seus credores. No mesmo ano, ele extorquiu por meio do medo da morte somas maiores de dinheiro de dezessete condados do reino. (...) E desejando, assim diziam os homens, pisotear e oprimir o povo de sua terra, ele enviou cartas patentes a todos os condados da Inglaterra, e através do terror induziu cada um de seus súditos, temporais e espirituais, a geralmente forneceu-lhe juramentos nunca antes ouvidos, os quais muito provavelmente poderiam causar a destruição final de seu povo, e ele obrigou seus súditos a confirmarem os juramentos por meio de cartas com os selos anexados. Ele também obrigou esses mesmos súditos a afixar seus selos em folhas de papel em branco, para que sempre que quisesse atacá-los, pudesse ter os meios para atacá-los individualmente ou em corpo.⁵⁹⁴

⁵⁹³ C.f. *TCE*, pp. 268-269.

⁵⁹⁴ *TCM*, pp. 305-306. “Meanwhile the king acquired, by borrowing, huge sums of money from very many lords, both temporal and spiritual, and from other people in the land. He promised faithfully in letters patent that he would repay those sums of money thus borrowed by a fixed date, but he never did subsequently return the moneys to his creditors. In the same year he extorted by means of fear of death larger sums of money from seventeen counties of the kingdom. (...) And wishing, so men said, to trample on and oppress the people of his land, he sent letters patent to all the counties of England, and through terror induced every one of his subjects, temporal and spiritual, to generally provide him with oaths unheard of before which could very likely cause the

Vejamos agora a narrativa de John Capgrave, muito mais simplificada.

Na mesma época o rei pegou emprestado mais bens de diversos homens, e vinculou isto a cartas patentes em que pagaria eles em certos dias; que nunca foi pago. Então enviou a todos os xerifes, que eles deveriam fazer o povo fazer juramentos novamente, que eles deveriam ser leais ao rei. E aqueles homens considerados ricos foram informados que eles consentiam com os traidores que estavam mortos, e por isso foram obrigados a pagar grandes quantias. Cada pessoa, em que grau fosse, se fossem acusados, teriam tido apenas a derrogação do rei, aqui não havia misericórdia, mas pagamento ou prisão. E isso irritou o povo por odiar o rei, e causou grande melancolia no povo.⁵⁹⁵

Assim como John Capgrave, outros cronistas parecem ter modificado suas formas de escrever acerca dos reis Lancastrianos, de acordo com a fidelidade ao rei a quem eles dedicavam. É o exemplo da *Chronicle of John Hardyng* escrita inicialmente para o rei Henrique VI, mas com narrativas modificadas no momento da ascensão de Eduardo IV. Hardyng, por exemplo, demonstra certa crítica a Henrique VI ao iniciar o relato de seu reinado, afirmando que o soberano fugiu do reino sem qualquer razão:

Henrique Sexto, rei da Inglaterra e da França, que fugiu para a Escócia sem causa, no Domingo de Ramos, no trigésimo nono ano de seu reinado, e de Cristo mil quatrocentos e sessenta e um, iniciou seu reinado no ano de Cristo de mil quatrocentos e vinte e dois⁵⁹⁶.

Em outro momento de sua narrativa, Hardyng recupera elementos da história dos três monarcas Lancastrianos, de modo a entender as razões que por fim levaram à deposição de Henrique VI. O cronista inicialmente deixa claro que as razões que permitiram a deposição de

final destruction of his people, and he compelled his subjects to confirm the oaths themselves by letters with the seals attached. He also forced these same subjects to affix their seals to blank sheets of paper so that whenever he wished to make attacks on them, he might have the means to attack them individually or in a body.” (**Tradução Livre**)

⁵⁹⁵ TCE. p. 269. “In this same tyme the Kyng borowid more good of dyvers men, and bond him be patent letteris to pay hem at certeyn days; whch he nevyr payed. Than sent he to alle the schreves, that thei shuld make the puple to swere newly ageyn, that thei schuld be trewe to the Kyng. And tho men that were counted rich were bore on hand that thei had consented to the tretouris that were ded; and so were thei compelled to pay grete summes. Every person, of what degree he was, if thei were accused thei had seid ony word in derogacion of the Kyng, here was no mercy, but payment or prison. And this mad the puple to hate the Kyng, and caused gret murnour in the puple”. (**Tradução Livre**)

⁵⁹⁶ TCJH. p. 369. “Henry the sixte, king of England and of Fraunce, that fled into Scotland without cause, on Palmesondaye the thirty and nyne yere of his reigne, and of Christ a thousand foure hundred three score and one, began to reigne the yere of Chris a thousand foure hundred twenty and two.” (**Tradução Livre**)

Ricardo II foram suas “perversões”⁵⁹⁷ Os defeitos de Ricardo, segundo o cronista, seriam a razão para a felicidade dos súditos com sua saída e entrega da fidelidade deles a Henrique IV que por fim foi coroado. A manutenção da dinastia no trono segundo Hardyng foi o bom conselho e governança de Henrique V, salientando também suas vitórias na França. A entrada de Eduardo IV no trono teria sido a má governança da Inglaterra, somada ao papel dos preferidos de Henrique VI. É interessante o fato de que o cronista solicita a Eduardo que “considere bem a benigna inocência do rei Henrique, que agora está na Escócia, por Deus, estúpido, de pouca inteligência.”⁵⁹⁸

Apesar de Hardyng ter modificado sua narrativa para beneficiar a ascensão Yorkista, ao longo do texto, o cavaleiro ainda solicita a Eduardo IV que certos benefícios sejam concedidos a Henrique VI, sobretudo o perdão régio e a possibilidade de que ele permaneça na Inglaterra. O autor tocou ainda em uma questão espinhosa: Hardyng pede ao rei que conceda a Henrique seu direito ao Ducado de Lancaster⁵⁹⁹.

A memória Lancastriana no final do século XV parece ter se beneficiado de Richard Crafton que continuou a narrativa de John Hardyng, todavia com um tom menos a favor dos Yorkistas.

Outro ponto importante acerca das transformações e do jogo da memória na era Lancastriana e após foi o uso ou recuperação de elementos simbólicos. Os Yorkistas reabilitaram o culto ao Arcebispo Richard Scrope, morto por Henrique IV, e ainda, reviveram a história do acometimento do monarca por lepra após a morte de Scrope. Aparentemente os Yorkistas se aproveitaram da fragilidade da saúde de Henrique IV, como por exemplo das doenças que desfiguravam sua pele e que de certa forma possibilitaram sua morte em 1413 e associaram a questões simbólicas, a fim, principalmente, de criar uma deslegitimidade em torno dos Lancaster.

Entrava em questão o próprio uso político da santidade popular como forma de oposição à realeza, que veremos com mais clareza à frente em torno do culto a Henrique VI. No caso de Henrique IV, um rei que na construção de memória contemporânea era visto como salvador do reino e que agora foi deslegitimado. Mas também sua própria linhagem.

⁵⁹⁷ TCJH. p. 409. “wicked peruersacion” **(Tradução Livre)**

⁵⁹⁸ TCJH. p. 410. “Considre well the benigne innocence/Of king Henry, that nowe is in Scotlande,/By Goddes dome of small intelligence.” **(Tradução Livre)**

⁵⁹⁹ TCJH. p. 411.

O que vemos é que esses autores fabricam memória, filtrando-a, escolhendo o que relatar ou o que omitir, e por vezes reescrevem a memória dos monarcas Lancastrianos e a utilizam para fins políticos.

5.2. HENRIQUE VI – UM SANTO LANCASTRIANO

Em 1471, Henrique VI foi deposto pela segunda vez na Guerra das Rosas e foi aprisionado na Torre de Londres. Logo após, no mesmo sítio, faleceu de forma suspeita, no qual até hoje a historiografia não possui respostas. Não muito depois, temos relatos de um culto à figura de Henrique VI que assume uma característica dupla: primeiro como a expressão de um culto popular e os boatos da morte martirizada do rei; segundo por ter sido uma fonte de legitimação dinástica (com Ricardo III se apropriando do culto e os primeiros Tudor reclamando a linhagem de um santo régio).

O culto ao rei Henrique VI, de certa forma, auxiliou no apagamento da imagem do rei como um monarca franco. Levanta um paradoxo, sobretudo, de como um rei que se tornou impopular entre as décadas de 1440-1460 pode se tornar santo.⁶⁰⁰ O culto, portanto, faz parte de uma retórica de poder que se apropria da imagem e da própria devoção a Henrique VI, reconstrói a memória desse monarca e visa a legitimação dinástica dos Tudor. Aqueles que conhecem a figura de Henrique VI, fora dos parâmetros historiográficos, conhecem de acordo com a imagem produzida pelos Tudor, assim como o incentivo desta dinastia ao culto.⁶⁰¹

Assim como os Lancastrianos durante a ascensão da dinastia em 1399 precisaram reformular a imagem de Ricardo II, criando estereótipos do rei, destacando suas diversas falhas e as razões para a ascensão Lancaster como necessárias para salvar o reino, o mesmo foi necessário em relação a Henrique VI. Os partidários Lancaster no final da Guerra das Rosas e os primeiros Tudor precisaram reformular a memória de Henrique VI, mas agora, ao invés de salientar os diversos erros dele como rei, inclusive sua incapacidade administrativa (especialmente nas duas últimas décadas de seu reinando antes da primeira deposição)⁶⁰², buscaram justificar seus atos falhos como rei através da imagem santa e devocional e pacífica

⁶⁰⁰ Um processo de canonização foi instaurado para Henrique VI, a pedido de Henrique VII Tudor. Por fim, Henrique não foi canonizado, como veremos adiante. Mas o que importa é que ele foi cultuado como santo.

⁶⁰¹ WOLFFE. *Henry VI...* op. cit. pp. 3-5

⁶⁰² C.f. WATTS. *Henry VI and the Politics of Kingship* ... op. cit. Especialmente entre as páginas 260 e 362. O autor discute sobre a busca por autoridade de Henrique VI entre 1450 e 1461. Tendo em vista a falta de confiança em relação ao poder real, associado a desordem e divisões de opinião sobre qual seria a melhor forma de resolver os problemas que tomavam conta da Inglaterra. A ordem, neste período, só poderia ser afirmada com um realinhamento do governo e o *common weal* (bem-comum)

do monarca, o que de certa forma causava sua inadequação ao trono. Mas evitam transformá-lo em um vilão em posse da Coroa.

A fim de reconstruir a memória de Henrique VI, uma *Vita* do monarca foi escrita no final do século XV por John Blacman,⁶⁰³ um monge cartuxo que provavelmente foi capelão não oficial de Henrique VI, que vivenciou de perto os atos devocionais do soberano, além de exemplificar os atos santos dele. Mas devemos considerar que o culto a Henrique VI e a própria produção escrita que foi originada do culto estava conectada com as tradições cronísticas anteriores, especialmente àquelas contemporâneas ao reinado de Henrique VI. A retórica formada para legitimar o culto e a memória de Henrique VI tem origem nos cronistas de meados do século XV que já se preocupavam em narrar a vida monacal de Henrique VI.

5.2.1. AS CARACTERÍSTICAS DO CULTO.

De modo a entender as características do culto, delimitei a análise em três categorias principais: o surgimento do culto, a questão da santidade política, os milagres associados ao culto e por fim o culto em suas características políticas.

Logo após a morte de Henrique VI, ele foi velado na Catedral de St. Paul e depois foi sepultado na Abadia de Chertsey em Surrey, em padrões medievais, um pouco distante de Londres, a fim de evitar a proximidade do corpo dos apoiadores Lancastrianos. É extremamente difícil delimitar o início exato do culto. Há, porém, evidências de milagres e peregrinações à tumba de Henrique em Chertsey já na metade da década de 1470. O culto parece se iniciar pela devoção popular.

A santidade, de certa forma, se liga ao momento da morte de Henrique VI. O evento em si estava cercado de mistérios. Segundo partidários dos York Henrique faleceu de melancolia.⁶⁰⁴ No entanto alguns cronistas do final do século XV apresentavam suspeitas distintas dos últimos momentos do monarca Lancaster. Richard Grafton, que escreveu a continuação da *The Chronicle of John Hardyng* afirmou que o rei foi morto por Ricardo,

⁶⁰³ BLACMAN, John. *Collectarium Mansuetudinum et Bonorum Morum Regis Henrici VI*. Editado por M.R. James. Cambridge: Cambridge University Press, 1919.

⁶⁰⁴ CRAIG, Leigh Ann. Royalty, Virtue, and Adversity: The Cult of Henry VI. In: *Albion, North American Conference on British Studies* 35,2 (Summer 2003) p. 188.

duque de Gloucester (que mais tarde se tornou Ricardo III), a mando de Eduardo IV com uma lança:

Não muito depois, com a intenção que o rei Eduardo estivesse a salvo de todos os perigos e ataques de seus inimigos, Henrique que foi privado não muito antes de sua coroa, foi furtado de sua vida, isto é, foi morto. E segundo os relatos e fama que corriam, o duque de Gloucester era o suspeito de ter feito esse ato, que o atingiu com uma lança. (...) ⁶⁰⁵

Na *Chronicle* de John Warkwoth, ⁶⁰⁶ embora não diga diretamente que o duque de Gloucester foi o responsável pela morte de Henrique, há a insinuação por parte do cronista de que o ato foi feito pelo duque, já que o mesmo estava presente na Torre de Londres no momento do assassinato.

O rei Henrique, estando preso na Torre de Londres, foi morto no dia 21 de maio, numa terça feira a noite, entre 11 e 12 horas, estando lá na Torre o duque de Gloucester, irmão do rei Eduardo e muitos outros (...) ⁶⁰⁷

O trecho de Grafton na continuação da Crônica de John Hardyng nos oferece um ponto importante: o cronista afirma que ‘relatos’ e a ‘fama’ diziam que o duque de Gloucester havia matado Henrique VI. Isto é, significa que a atmosfera de boatos políticos que se espalharam pelo reino, especialmente após a Revolta Camponesa de 1381 e com maior intensidade na Era Lancaster acerca de Ricardo II permanecia viva no final do século XV. Alguns dos boatos em torno da morte de Henrique VI continuaram vivos até meados do

⁶⁰⁵ *TCJH*. p. 460. “And, not long after, to thentent y king Edward might bee out of all daugers & assaults of his enemies, Hery y was depriued not lōg before of his crowne, was also spoiled of his life, y is, was killed. And as the report & fame went, the duke of Glouceter was suspected to haue done y dede, which stiked him w a dagger. (...)” **(Tradução Livre)**

⁶⁰⁶ WARKWORTH, John. *A Chronicle of the first thirteen years of the reign of King Edward the Fourth*. Editado por James Orchard Halliwell. Londres: The Camden Society, 1839.

⁶⁰⁷ *Ibidem*, p. 21. “Kyng Herry, beyng inward in presone in the Toure of Londone, was putt to dethe, the xxj day of Maij, on a tywesday nyght, betwyx xj. And xij. of the cloke, beige thenne at the Toure the Duke of Gloucetre, brothere to Kynge Edward, and many other; (...)”

século XVI, como a história da lança em posse dos agostinianos em Caversham, no ano de 1543, que seria a arma da morte do antigo rei.⁶⁰⁸

Segundo Theilmann⁶⁰⁹, demonstrações do culto ocorrem através de peregrinações e cerca de quatorze imagens espalhadas por Igrejas paroquiais no reino, além de hinos, poemas e orações dedicados ao antigo rei.⁶¹⁰ A lista de milagres de Henrique VI foi compilada por volta de 1500 por um monge desconhecido de Canterbury sob instigação do deão de Windsor, John Morgan e parece ser baseada numa compilação em vernacular presente em Windsor à época do culto, mas perdida atualmente.⁶¹¹ Parte dos resquícios devocionais a Henrique VI podem ser encontrados na grande edição de milagres do rei feita por Knox e Leslie em 1923, com exemplos de hinos e trechos em Livros de Horas de diversas partes da Inglaterra dedicados à imagem de Henrique.⁶¹²

Inicialmente o culto era ilegal e ameaçava a dignidade régia dos York. Diversos peregrinos saíam de várias partes do reino para o túmulo em Chertsey. Em 1473, 40s foram pagos para a construção de uma imagem de Henrique VI na York Minster e tal imagem era venerada por cidadãos de York à época.⁶¹³ Em outubro de 1479, em carta endereçada ao oficial de sua corte consistorial, o arcebispo de York, Lawrence Booth proibiu o culto da imagem de Henrique VI, afirmando que isto era contra a Igreja Romana, a própria diocese de York e a dignidade do rei Eduardo IV. A continuação do culto, ocasionaria a punição de acordo com a lei.⁶¹⁴

O historiador Richard Marks pontua que em 1480 a Companhia dos Tecelões de Londres advertia seus membros de que a peregrinação à tumba de Henrique VI estava proibida e dos cuidados que eles deveriam tomar presentes na lei.⁶¹⁵ A ilegalidade do culto, no entanto não impediu que peregrinos se direcionassem a Chertsey a fim de alcançar o sagrado e milagres. Ainda segundo Marks, as fronteiras geográficas por onde o culto de Henrique se

⁶⁰⁸ C.f. PIROYANSKY, Danna. *Martyrs in the making*. Political Martyrdom in Late Medieval England. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 75.

⁶⁰⁹ THEILMANN, John M. The Miracles of King Henry VI of England. In: *The Historian*. Vol. 42, No. 3. (Maio 1980), pp. 456-471.

⁶¹⁰ Ibidem, p. 459.

⁶¹¹ Ibidem, p. 460

⁶¹² C.f. KNOX, Ronald & LESLIE, Shane. (Eds.) *The miracles of the king Henry VI*. Being an account and Translation of Twenty-three miracles taken from the Manuscript in the British Museum (Royal 13c. viii). Cambridge: Cambridge University Press, 1923.

⁶¹³ PIROYANSKY, *Martyrs in the making* ... op. cit., p. 75.

⁶¹⁴ Monitoração emitida por Lawrence Booth, Arcebispo de York contra a veneração da imagem de Henrique VI, presente em: Knox, Ronald & LESLIE, Shane. (Eds.) *The miracles of the king Henry VI*... op.cit., p. 3.

⁶¹⁵ MARKS, Richard. Images of Henry VI. In: STRATFORD, Jenny. (Org.) *The Lancastrian Court*. Harlaxton Medieval Studies Volume XIII. Donington: Shaun Tyas, 2003. p. 112.

manifestaram – a *territorialidade da graça* – podem ser alcançadas através dos objetos deixados pelas peregrinações. O número deles era enorme. Vindos em grande maioria do sudeste da Inglaterra, mas também de regiões como Norfolk, Lancashire, Newcastle, Bristol, Lincolnshire, Cornualha, Oxford, Southampton, Northampton, Salisbury e muitos outros locais do reino.⁶¹⁶ Marks ainda demonstra o caso de Margaret Est, uma cidadina de Norwich que deixou em testamento no ano de 1480 uma “procuração” para que seu executor fosse em seu nome ao túmulo de Henrique VI em Chertsey em peregrinação. Segundo o autor há ainda mais três relatos de pessoas pagas para fazer peregrinações em testamentos de Norfolk e mais cinco em Suffolk.⁶¹⁷

Após a morte de Eduardo IV, o culto ganha aprovação régia, com o traslado do corpo de Henrique VI em 1484, por ordem de Ricardo III, de Chertsey para a Capela de São Jorge, no interior do Castelo de Windsor, onde permanece até os dias atuais. Não sabemos as reais razões da transferência do corpo. Poderia ser uma tentativa do rei Ricardo em manter controle do culto, ou mesmo uma forma de reconciliação e devoção do monarca, ou até mesmo os dois.⁶¹⁸ Pela capela de São Jorge ser um espaço privado da realeza, a permissão da entrada de peregrinos em Windsor engloba fatores políticos e o papel da realeza como patrona do culto.

Isto nos leva a um segundo problema, a questão da santidade política na Baixa Idade Média inglesa. O caso de Henrique VI é similar com outros indivíduos, que sobretudo desde o século XIII tiveram uma morte violenta e foram cultuados como santos populares, alguns, inclusive, com processos de canonização instaurados, mas sem resultados. A questão da santidade política na Inglaterra ocupa um duplo problema: primeiro a questão das formas de atuação política (tangenciáveis e simbólicos) e segundo pela própria explosão de santos populares na Baixa Idade Média. O culto a santos populares era uma forma importante de oposição entre o poder régio e os poderes senhoriais.⁶¹⁹ Mas também ocorria uma manipulação política do entusiasmo religioso popular, que em certos momentos minou a autoridade da Coroa. É o próprio caso do culto ao rei Henrique VI, que serviu aos partidários Lancastrianos contra a autoridade dos Yorkistas, assim como uma forma de Henrique VII se auto legitimar e formar uma memória negativa de seus opositores York.

⁶¹⁶ Idem, p. 112.

⁶¹⁷ Ibidem, p. 113.

⁶¹⁸ PIROYANSKY, *Martyrs in the making ... op. cit.*, p. 76.

⁶¹⁹ THEILMANN, John M. Political Canonization and Political Symbolism in Medieval England. In: *Journal of British Studies*, Vol. 29, No. 3 (Jul., 1990), p. 242.

Para Mckenna o fenômeno dos santos populares e políticos na Inglaterra foi iniciado no século XII com Thomas Becket (embora a autoridade de Henrique II, que ordenou o assassinato de Becket, não tenha sido diretamente questionada) e se encerrou no século XVI com o assassinato de uma freira em Kent a mando de Henrique VIII, servindo como forma também de demonstrar hostilidades ao rei reinante.⁶²⁰

A manifestação de cultos populares não era, no entanto, fruto apenas de manipulação política, mas também um processo exponencial de crescimento da espiritualidade laica, que por fim se uniu às rivalidades políticas no reino. Esses cultos, e assim foi também o culto a Henrique VI, eram em sua natureza locais, numa intenção das massas, segundo Mckenna, de interagir com uma divindade distante e uma Igreja também distante.⁶²¹

A santidade política representava, principalmente, a oposição ao rei. E deixava claro as fragilidades da monarquia. Apesar de Thomas Becket no século XII ter sido um santo cuja canonização foi oriunda da perseguição por parte do rei Henrique II, a autoridade da coroa não estava exatamente em questão, portanto, apesar do escândalo causado pelo assassinato do arcebispo de Canterbury, o culto a Becket não teria sido usado diretamente como oposição à monarquia. Diferente do que ocorreu no século XIII, quando o reino já estava fragilizado pela Primeira Guerra dos Barões (1215-1217) durante o reinado de João Sem Terra que culminou na assinatura da Magna Carta. A monarquia tornava-se cada vez mais fragilizada com as pretensões centralizadoras de Henrique III que não agradavam a nobreza da época, levando à Segunda Guerra dos Barões (1264-1267).

A Segunda Guerra dos Barões causou o surgimento de um santo popular que marcou os questionamentos da autoridade de Henrique III. O caso é de Simon de Montfort, conde de Leicester, um dos líderes da guerra contra o rei e que morreu em combate, e teve um culto a sua figura como santo, mesmo morto após sua excomunhão. A devoção popular foi iniciada na Abadia de Evesham onde o corpo de Simon foi sepultado, mas foi utilizado pelos membros da nobreza contra o rei Henrique III. A motivação para a manutenção do culto poderia ser política, mas seu sustento era a veneração popular.

Os monges de Evesham compilaram uma lista de 191 milagres creditados à intervenção de Simon. A maioria das pessoas que invocavam a ajuda de Simon para resolver seus problemas não o faziam por motivação política,

⁶²⁰ MCKENNA. Popular canonization ... op. cit. p. 609.

⁶²¹ Ibidem, p. 608.

mas por necessidade física. Os cronistas que o chamaram de mártir poderiam ter motivos políticos. Existem até dois relatos que ligam Simon a um oponente real anterior e defensor da Igreja contra o rei: São Thomas de Becket. Aqui, foi feita uma tentativa de conectar Simon a um santo anterior que enfrentou o rei. A ligação era fraca, em parte porque Simon não a enfatizou enquanto viveu e em parte porque Simon era um barão e Thomas um arcebispo. Embora considerassem o conde Simon um santo, os cronistas monásticos não culpavam Henrique III por sua morte, atribuindo a culpa, em vez disso, aos maus conselheiros ao seu redor. O cronista de Furness, que elogiou os milagres do conde, também elogiou Henrique III em sua morte.⁶²²

As tensões entre os barões e o rei foram acalmadas durante o reinado de Eduardo I, mas ressurgiram no governo de Eduardo II, especialmente com a oposição de Thomas de Lancaster, conde de Lancaster. Neste caso a autoridade régia não era desafiada, a oposição dos barões se relacionava com aqueles que rodeavam o rei e desafiavam os interesses senhoriais. Após diversas contendas entre Thomas de Lancaster e Eduardo II, o rei em 1321 executou Thomas.⁶²³ Thomas seguiu os passos de Simon de Montfort no sentido do início de um culto popular à sua imagem. Em 1323, o arcebispo de York tomou medidas contra a veneração e ordenou que o arquediácono de York colocasse fim à devoção de Thomas que ocorria no Castelo de Pontefract. No final do século XIV, o cronista Henry Knighton relatou que o culto era popular entre os comuns e outros cronistas pontuaram os diversos milagres que ocorreram em Pontefract, mas também em St. Paul's ligados a Thomas.⁶²⁴

Após a deposição e “morte”⁶²⁵ de Eduardo II em 1327, a morte e culto a Thomas de Lancaster foi um instrumento de discurso para provar a incapacidade do rei em governar o reino. A Coroa solicitou em três ocasiões a canonização de Thomas durante os primeiros anos de Eduardo III – com liderança de sua mãe, Isabella de França que no período tentou atuar como regente – o Parlamento também peticionou a canonização. Todavia, quando Eduardo

⁶²² THEILMANN. Political canonization ... op. cit., p. 247. “The monks of Evesham compiled a list of 191 miracles credited to Simon's intervention. Most people who invoked Simon's aid for their problems did so not from political motivation but from physical need. The chroniclers who called him a martyr may have had political motives. There are even two accounts that tie Simon to an earlier royal opponent and defender of the Church against the king: Saint Thomas Becket. Here, an attempt was made to connect Simon to an earlier saint who had stood up to the king. The linkage was weak, partially because Simon had not emphasized it while he lived and partially because Simon was a baron and Thomas an archbishop. Even though they regarded Earl Simon as a saint, the monastic chroniclers did not blame Henry III for his death, assigning blame instead to evil councillors around him. The Furness chronicler, who lauded the earl's miracles, also praised Henry III on his death.”

⁶²³ Ibidem, p. 248.

⁶²⁴ Ibidem, p. 250.

⁶²⁵ Coloco morte entre aspas pois não há certezas da data exata da morte de Eduardo II e nem as reais causas de sua morte. Aliás, durante os primeiros anos do reinado de seu herdeiro, Eduardo III, havia boatos de que Eduardo poderia ainda estar vivo.

assumiu o trono de fato em 1330 o culto passou a perder força, pois diversos oponentes de seu pai agora se aliavam à monarquia.⁶²⁶

Supreendentemente, apesar de sua impopularidade, um culto extremamente local surgiu em torno da imagem de Eduardo II no final da década de 1320. Todavia, seu incentivo não partiu dos lordes, mas sim do rei Ricardo II nas últimas décadas do século XIV. Para Theilmann, Ricardo se via como Eduardo II.⁶²⁷ O rei encorajou monges de St. Peter's a cuidar da tumba de Eduardo II, mas parece ter feito pouco para aumentar o nível do culto, talvez pela impopularidade do rei. Em 1391, Ricardo enviou agentes à cúria para defender a causa da canonização. Três anos depois, Peter Meck e James Arnold apresentaram Urbano VI com a obra *Book of the miracles of Edward late King of England whose Body was buried at the Town of Gloucester*.⁶²⁸ Em 1399, Ricardo foi deposto e com ele o culto se desfez. A documentação que a historiografia dispõe é insuficiente para afirmar se a devoção se manteve ou mesmo se a proposta de canonização feita pelo rei foi bem recebida pelo Papa.

A santidade política não teve fim com a morte de Ricardo. Na década de 1390 seus opositores fizeram usos políticos da santidade. Richard FitzAlan, conde de Arundel e um dos líderes do movimento dos Lordes Apelantes na década de 1380 nunca se reconciliou com Ricardo II. Em 1397, Ricardo teve sua vingança contra três dos líderes do movimento e executou Richard FitzAlan, o duque de Gloucester e o conde de Warwick. Após sua morte, indivíduos se direcionavam a sua tumba em Londres na crença de que milagres estavam ocorrendo. Todavia o culto logo se desfez. Grande parte dos opositores de Ricardo estavam também mortos, e Henrique IV que também fez parte dos Lordes Apelantes e que poderia ter incentivado o culto, parece não ter se inclinado a tal.

Por fim, no século XV, oponentes dos Lancastrianos incentivaram um culto ao arcebispo Richard Scrope, morto a mando de Henrique IV. O culto se manteve vivo durante todo o século, em alguns momentos mais forte e outros mais fraco. Os Yorkistas na década de 1450 e 1460 utilizaram o assassinato e o culto de Scrope como forma de oposição aos Lancastrianos.

Mas qual era a diferença entre o culto a Henrique VI e os outros santos populares da Baixa Idade Média? Primeiro, temos que considerar que, especialmente no século XV, a santidade popular e não oficial substituiu os altos custos e a duração dos processos de

⁶²⁶ Ibidem, pp. 251-252.

⁶²⁷ Ibidem, p. 254.

⁶²⁸ Ibidem, p. 257.

canonização.⁶²⁹ Como afirma Vauchez, analisar a santidade na Idade Média é perceber que um santo só é santo pois ele preenche o papel de um santo.⁶³⁰ O culto a Henrique VI, assim como outros santos, representava uma oposição aos Yorkistas, mas também foi utilizado como tática de legitimação pelos primeiros Tudor no momento de busca por legitimidade dinástica. Seu culto é diferente pelas proporções que tomou. Como visto, a santidade popular comumente era local e, portanto, havia uma facilidade desses cultos enfraquecerem ou até mesmo desaparecerem. Como foi o caso do culto a Eduardo II que aparentemente desapareceu com a deposição de Ricardo II. As peregrinações a Henrique VI, primeiro em Chestesey e depois em Windsor deixaram em três décadas o mesmo número de objetos que o culto a Thomas Becket em três séculos.⁶³¹

E isto nos leva a uma outra questão: aos milagres associados a Henrique VI. Esses milagres revelam problemas interessantes ao historiador que busca analisar a sociedade inglesa do século XV e tais pontos foram muito bem analisados por Theilmann.⁶³² Para o autor, as condições de vida precárias fazia com que os homens medievais buscassem auxílio divino ou intermediação de um santo.⁶³³ Como resultado, a cura pela fé tornou-se uma das principais formas de alcançar a resolução de problemas de saúde ou até mesmo em questões materiais. Theilmann organizou os milagres em treze categorias, que contém as mais diversas características, como pode ser visto na tabela abaixo.

⁶²⁹ MCKENNA. Popular canonization ... op. cit., p. 611.

⁶³⁰ VAUCHEZ, André. *Sainthood in the later Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 141.

⁶³¹ CRAIG. Royal, Virtue and Adversity ... op. cit., pp. 190-191.

⁶³² THEILMANN. The Miracles of King Henry VI ... op. cit.

⁶³³ Ibidem, pp. 465-466.

Milagres	Frequência Absoluta	Frequência ajustada em porcentagens do total.
Morte:	24	13.2
Peste	17	9.3
Afogamento	9	4.9
Ferimentos	22	12.1
Insanidade	9	4.9
Cegueira	10	5.5
Febre	3	1.6
Doenças contínuas ou aleijados	18	9.9
Escrófula e Epilepsia	4	2.2
Doenças diversas (surdês, complicações de gravidez, ossos quebrados, erisipela, entre outros)	31	17.0
Doenças desconhecidas	13	7.2
Objetos perdidos	10	5.5
Diversos (fuga de incêndios, livramento de prisão injusta)	12	6.6
TOTAL	182	100.0

Tabela I – Lista das milagres associadas a Henrique VI. In: THEILMANN, John M. The Miracles of King Henry VI of England. In: *The Historian*. Vol. 42, No. 3. (Maio 1980), p. 463

Dois pontos são interessantes em torno desses milagres. Primeiro os beneficiários, já que grande parte eram adultos, mas no que tange às mortes, crianças ocupam a maior parte. Grande parte desses milagres era oriunda das proximidades de Londres, embora há registros em condados mais distantes como Durham, Cornualha e Shropshire. Surpreendentemente, Yorkshire não computa qualquer milagre, e é estranho já que lá foi um dos principais centros de florescimento do culto. A justificativa mais plausível para a historiografia talvez seja a distância entre a localidade dos milagres e a tumba de Henrique VI em Windsor. Ainda assim não explica, pelo fato de condados tão distantes quanto Yorkshire, como Durham terem computado milagres.

O segundo ponto é com relação à escrófula e epilepsia. Os reis ingleses, como sabemos, eram dotados da capacidade curativa dos escrofulosos e a partir do século XIV com a adição dos *cramp rings* ao rito acreditava-se que os soberanos podiam curar também a epilepsia. Todavia, a documentação sobre cura dos escrofulosos e epiléticos por parte dos reis ingleses é praticamente silenciosa entre os últimos anos de Eduardo III no século XIV e o

reinado de Henrique VII na última década do século XV⁶³⁴. Portanto, é impossível dizer se Henrique VI praticava o rito e curou doentes durante seu reinado. Mas é interessante o fato de que, sabendo que os reis ingleses tinham a capacidade de curar os doentes, após a morte de Henrique, apenas 4 milagres sejam associados a escrófula e epilepsia, computando também o menor número de milagres dentro das categorias estabelecidas por Theilmann na tabela acima.

Como dito anteriormente, durante o reinado de Eduardo IV o culto era proibido, o aval da Coroa só foi feito em 1484 quando Ricardo III fez o traslado do corpo para Windsor. Mas os primeiros Tudor foram os responsáveis pela proliferação do culto e a tentativa de canonização. Os instrumentos utilizados por Henrique Tudor eram vários, mas talvez o principal tenha sido sua associação com um santo dinástico, já que ele era sobrinho de Henrique VI. Associado a isto, crônicas do final do século XV atrelavam uma profecia que teria sido feita por Henrique VI, de um príncipe galês que seria seu herdeiro do trono, não estranhamente, era Henrique Tudor.⁶³⁵

A partir de 1492, Henrique VII iniciou suas pretensões de canonizar Henrique VI. Emissários do Papa teriam ido à Inglaterra no início do século XVI para verificar os milagres. Soma-se a isto o patrocínio por parte da monarquia ao culto através de peregrinações ou mesmo pagamento de ofertas a Henrique VI, como foi feito pela rainha Elizabeth de York, esposa de Henrique VII em 1502 no *Privy purse expenses of Elizabeth of York*.⁶³⁶ O culto passa a ser associado com outros santos importantes na tradição inglesa. Além de São Jorge é claro (já que o corpo estava na capela dedicada ao santo guerreiro em Windsor), mas também ao culto Mariano e Thomas Becket.

Aparentemente o culto só enfraqueceu após Henrique VII ter sua autoridade conquistada e as ameaças ao Tudor terem diminuído exponencialmente na primeira década do século XVI. Com a Reforma de Henrique VIII a partir da década de 1530 o processo de canonização foi interrompido, e o culto considerado herético. Todavia, mesmo que de forma muito local, ainda há evidências de um culto até a década de 1540.

⁶³⁴ BROGAN, Stephen. *The Royal Touch in Early Modern England – Politics, Medicine and Sin*. Woodbridge: The Boydell Press, 2015. p. 38.

⁶³⁵ A tal profecia se encontra na continuação da crônica de John Hardyng feita por Richard Crafton. C.f. *TCJH*. p. 450.

⁶³⁶ MARKS. *Images of Henry VI ... op. cit.*, p. 111.

5.2.2. JOHN BLACMAN E A IMAGEM MONACAL DE HENRIQUE VI.

Se Henrique VI foi santo, era necessário a produção de uma documentação que provasse sua santidade, mas também tivesse o efeito de incentivar o culto a ele. Não estranhamente os principais produtores de obras hagiográficas sobre Henrique VI eram homens da Igreja, que podem ter sido atraídos pela devoção ao monarca, pelas potencialidades que um culto como o do rei de tamanha proporção obtinha, ou pelos dois. A principal obra que tinha por objetivo demonstrar essa santidade foi a *Vita*, ou melhor, uma compilação da brandura e boa vida de Henrique VI, que comumente a historiografia associa ao monge cartuxo John Blacman, embora o real autor é desconhecido.⁶³⁷

Dispomos apenas da reimpressão da *Vita*. Não há conhecimento do manuscrito original que provavelmente era do final do século XV. Talvez ainda no reinado de Ricardo III. O primeiro dado que existe é a impressão feita por Robert Copland em Londres em 1510, num momento em que o culto ainda estava em seu esplendor. No século XVIII, uma nova reimpressão foi feita por Thomas Harnae e depois reimpressa por Litt James em 1919 na Cambridge University Press.

Qual o tipo de santidade era característica de Henrique VI? Analisando a natureza e as características do culto poderíamos dizer que Henrique era um confessor e mártir. No entanto, delimitar essa categoria implica em problemas diversos. Que abordarei adiante.

A morte considerada injusta de Henrique VI foi uma das causas que verificaram o rei como mártir. Todavia os defensores de sua santidade evitam tratar e exaltar sua morte para o exemplificar como mártir. A razão disso, talvez esteja no que Vauchez apontou acerca das canonizações na Baixa Idade Média, em que a Sé cada vez mais evitava santificar indivíduos que tiveram morte violenta, já que houve na Inglaterra e na Alemanha uma “explosão” de santos populares mortos de forma trágica, era uma forma de evitar os falsos mártires.⁶³⁸ Portanto, os defensores da santidade de Henrique VI buscaram justificá-la através de seu sofrimento em vida. A morte em si não era o centro do culto. A ideia de martírio pairava pela crença de seu longo sofrimento, especialmente nos últimos dez anos de seu reinado, com o

⁶³⁷ BLACMAN, John. *Collectarium Mansuetudinum et Bonorum Morum Regis Henrici VI*. Editado por M.R. James. Cambridge: Cambridge University Press, 1919.

⁶³⁸ VAUCHEZ. *Sainthood ...* op.cit., pp. 414-420.

destronamento, exílio, parcial separação de sua esposa e filho, a pobreza, humilhação pública, o aprisionamento e por fim sua morte misteriosa.⁶³⁹

Blacman é um exemplo disto, ao escrever a *Vita* não foca na morte do rei, mas sim em seus atos santos em vida e nas virtudes dessa santidade. Outra questão, o monge cartuxo também não dedica espaço aos seus milagres. Em toda sua obra há apenas uma única menção a milagres que ocorriam na tumba do antigo rei. Para Lewis, talvez Blacman estivesse trabalhando de acordo com os preceitos papais, de focar numa santidade pelos atos santos de Henrique e não pela morte violenta. Ainda, a forma como Blacman narra Henrique é uma clara associação à santidade laica de outras figuras medievais, como São Luís.⁶⁴⁰ Vale, portanto, considerar que na década de 1480 circulava na Inglaterra a versão em inglês da *Legenda Aurea* traduzida por William Caxton, que contém uma hagiografia de São Luís. Portanto, a comparação entre a imagem de Henrique VI e de São Luís reside na humildade, como também na moralidade de sua corte.⁶⁴¹

A obra de Blacman serviu como uma forma de apagar a memória ruim dos atos falhos de Henrique VI. O autor por diversos momentos reconstrói certas narrativas ou mesmo omite outras. Para uma linha historiográfica que tem como base as ideias de Bertram Wolffe, que buscam um “verdadeiro Henrique VI”, isto é um problema.

A concomitante impressão de uma corte miserável, indigente e entediante, porque excepcionalmente devota, geralmente associada a Henrique VI com base no tratado de Blacman, mais uma vez não é sustentada por nenhuma evidência contemporânea. É verdade que um cronista escreveu no final do século XV que “ele não mantinha nenhuma *household*”, mas nem sempre foi assim. As circunstâncias então eram bastante excepcionais. Essa restrição veio após vinte anos de queixas intermitentes no parlamento e em outros lugares sobre o tamanho e as despesas de um estabelecimento real que o reitor da capela real declarara em 1449 ser de 1.200 pessoas, mas que provavelmente havia praticamente se dissolvido em 1454 durante o primeiro ataque de Henrique de doença mental.⁶⁴²

⁶³⁹ PIROYANSKY. *Martyrs in the making* ... op. cit., p. 75.

⁶⁴⁰ LEWIS. ‘Imitate, too, this king in virtue ... op. cit., 132.

⁶⁴¹ Ibidem, p. 133.

⁶⁴² WOLFFE. *Henry VI* ... op. cit. p. 11. “The concomitant impression of a shabby, indigent and dull, because exceptionally devout, court, generally associated with Henry VI on the basis of the Blacman tract, again is not supported by any contemporary evidence. It is true that one chronicler wrote in the late fifties that ‘he maintained no household’, but it had not always been so. Circumstances then were quite exceptional. This stricture came after twenty years of intermittent complaint in parliament and elsewhere about the size and expense of a royal establishment which the dean of the chapel royal had stated in 1449 numbered twelve hundred persons, but which had probably virtually disbanded in 1454 during Henry’s first attack of mental illness.” **(Tradução Livre)**

A obra de Blacman é simples e com diversas referências bíblicas, lugar-comum nas hagiografias medievais. É iniciada com uma oração a Deus, logo depois é acompanhada de um prólogo exaltando a linhagem de Henrique VI e o fato dele ter sido coroado rei da Inglaterra e França. Com exceção da oração e do prólogo, a obra do monge cartuxo é dividida em treze tópicos que exaltam as virtudes de Henrique. Primeiro, de forma mais generalizada, faz um louvor às virtudes do rei cultuado, logo após ele disserta brevemente sobre o temor do rei para com Deus, seguindo do fato dele ser um adorador diligente de Deus. Em seguida, o monge argumenta os atos devotos de Henrique para com a Igreja, seguido de sua castidade. Posteriormente é narrado os atos do monarca contra a avareza e sua generosidade, que leva a uma argumentação duas vezes seguidas da humildade do monarca. John Blacman ainda discute as obras e anseios do rei, como também tem um foco nos juramentos do soberano. Ainda, apresenta a piedade e paciência de Henrique VI e encerra a obra com as revelações mostradas ao último Lancastriano.

Uma leitura minuciosa da obra de Blacman nos permite entender como o monge estabeleceu seus argumentos para escrever a *Vita* de Henrique VI. Com isso é possível perceber algumas categorias de análise e entender como a obra do monge, apesar de não representar a realidade sobre os fatos, se relaciona com a imagem devocional e até quase monacal de Henrique VI construída pelos cronistas contemporâneos a ele. A principal virtude de Henrique VI e também a primeira categoria, que de certa forma se liga a todas as outras virtudes apresentadas por Blacman é a devoção. A segunda categoria é a humildade do rei. Em terceiro, vemos a busca pelo bem espiritual de sua corte. Há ainda uma quarta categoria, a castidade do rei. Apesar da morte de Henrique não ter sido o centro da argumentação de Blacman do porquê Henrique era santo, há uma rápida menção à noção de martírio e também a importância dos milagres do rei. Veremos estas categorias uma a uma.

Como dito, a devoção é de certa forma a virtude de Henrique que direciona a própria existência das outras virtudes do soberano. Através da devoção é que Blacman postula uma memória de Henrique como um rei que agia como um monge. E ao contrário disto ser visto como negativo, era um preceito essencial para o bom governo. Também, essa devoção de Henrique não se desprende de como os cronistas, como John Capgrave relatavam a imagem de Henrique VI.

O *The Book of Illustrious Henries* de Capgrave, em sua dedicatória ao rei Henrique VI, contém um dos principais elementos que demonstram a sacralidade régia que de certo modo levaram a santidade de Henrique. Capgrave explica que sua intenção é

reunir diversas histórias de monarcas de diversos reinos europeus, assim como nobres e clérigos que possuíam as virtudes do nome “*Henricus*”. Portanto, o soberano Lancastriano deveria seguir os exemplos desses indivíduos. Capgrave, é claro, reúne narrativas também em torno de Henrique IV (avô do rei cultuado) e de Henrique V (pai do rei cultuado). De certo modo, corrobora com os argumentos de John Blacman, de que a própria linhagem de Henrique VI era virtuosa.

Agora de sua descendência mais nobre, como ele foi gerado de acordo com a carne do mais alto sangue e a antiga linhagem real da Inglaterra, e como nas duas terras da Inglaterra e da França ele foi coroado como o legítimo herdeiro de cada reino, (...) ⁶⁴³

Retornando a John Capgrave, em sua crônica ele ainda argumenta que a virtude do rei não reside apenas na sua herança em homens que tiveram o mesmo nome, mas na nomenclatura do nome em si. Aqui temos uma questão interessante. O cronista busca fazer uma análise das partes que compõe o nome. Para ele, *Hen* possui herança hebraica, a mãe de todas as línguas. ⁶⁴⁴ Em sua análise, significaria “eis a fonte”, ou “eis a visão”. Por outro lado, o “*ri*” ou “*ei*” – dependendo da maneira como nome é escrito – teria dois sentidos, do pastor como ministro, ou do pastor no sentido de pastor de ovelhas. De alguma forma, o frade agostiniano associa a figura do rei com a própria imagem do sacerdote, já que o monarca possuía em seu nome uma imagem de pastor como ministro. Mas também associa o rei com a figura de Cristo, que é um pastor por excelência. Por fim, o cronista conclui que o “*cus*” de *Henricus* teria origem na antiga língua etíope, significando o negro. Todavia, ele diz: “(...) além, a escuridão etíope é encaminhada sozinha para isso, que eu acredito que nosso rei seja puro das piores impurezas e, portanto, inocente e isento, e não manchado com o tom esfumado de qualquer cor escura.” ⁶⁴⁵

As características da santidade de Henrique VI de certa forma se relacionam também com a forma que os cronistas contemporâneos a ele narravam seu nascimento. Capgrave mais uma vez é um exemplo acerca disto. Seguindo a questão da linhagem especial do rei, assim

⁶⁴³ BLACMAN. *A compilation of...* op. cit., p. 3. “De praenobili ejus prosapia, quomodo scilicet ex nobilissimo sanguine & stirpe regia antiqua Angliae secundum carnem progenitus erat, et qualiter in duabus regionibus, Angliae s. & Franciae, ut verus utriusque regni heres coronatus fuerat” **(Tradução Livre)**

⁶⁴⁴ TBIH. p. 3.

⁶⁴⁵ TBIH. p. 4. ““(…) Further, the Ethiopic darkness is referred alone to this, that I believe our king to be pure from the worst defilements, and therefore innocent and exempt, and not stained with the smoky hue of any dark colour.”. **(Tradução Livre)**

como Blacman fez mais tarde para incentivar o culto, associa Henrique VI com as vitórias de seu pai, Henrique V, e salienta a conquista pela força do reino da França.⁶⁴⁶ O cronista associa a data do nascimento de Henrique VI com santos e até mesmo Cristo. Em especial São Nicolau, a Virgem e Cristo, mas aponta que ser importante imitar a vida Santa de Cristo. São Luís também aparece associado ao rei. Sua mãe, Catarina de Valois era descendente de Luís IX, portanto, o próprio rei da Inglaterra tinha em sua linhagem uma herança de um santo monárquico importante, até porque Henrique VI também foi coroado rei da França.⁶⁴⁷ Henrique nasceu no dia 6 de dezembro de 1421, não só era dia de São Nicolau, mas também ao fato de dezembro ser um mês sagrado por ser a comemoração do Natal. Para isso, o próprio cronista já deixa claro que os atos de Henrique VI eram atos devocionais, exemplificados pela sacralidade de seu nascimento, adjetivando o monarca como “nosso rei mais religioso”⁶⁴⁸

John Capgrave, na verdade, cria um “sistema” de associações da imagem do rei com questões sagradas. Seu aniversário no dia 6 de dezembro significava que ele era o sexto Henrique da Inglaterra, assim como o fato de Deus ter criado o mundo em 6 dias. Demonstra, portanto, uma perfeição sagrada em torno da figura do rei.⁶⁴⁹ As intenções de Capgrave em narrar apenas as virtudes devocionais de Henrique VI são, todavia, obscuras aos historiadores. As reais intenções dele não são claras. Mas há uma questão muito importante. Capgrave escreveu sobre Henrique VI numa época em que o *kingship* Lancastriano estava em crise, e o faccionalismo no pariatto inglês crescia cada vez mais.

Para começar, Henrique era um rei extremamente devoto e até mesmo tímido e passou a ser controlado por aqueles à sua volta, mesmo após atingir a maioridade e ter uma participação maior nos assuntos de Estado. Na mesma época, o rei tornou-se a favor de uma política de paz com a França na Guerra dos Cem Anos e deu a função de tratar da paz para o cardeal Beaufort e William de la Pole, conde de Suffolk. A política de paz de Henrique ia contraponto com uma política ofensiva de seu tio o duque de Gloucester e seu primo o duque de York. Já que John Capgrave escreveu seu *Book of Illustrious Henries* por volta das décadas de 1440 e 1450, é também quando os problemas se acirraram no reino. Primeiro com o casamento do monarca com Margaret de Anjou, rainha vista com desconfiança pelo pariatto inglês por sua origem francesa. Além disso com os problemas oriundos do Tratado de Tours,

⁶⁴⁶ C.f. *TBIH*, p. 144.

⁶⁴⁷ C.f. *TBIH*, p. 150.

⁶⁴⁸ *TBIH*, p. 145. “our most religious king”. (Tradução Livre)

⁶⁴⁹ C.f. *TBIH*, p. 145.

no qual o rei da França, Carlos VII, para acertar o casamento de Margaret com Henrique VI requeria a província de Maine, em posse dos ingleses.

Associado a isto, o rei concedia cada vez mais poderes ao conde de Suffolk que se tornou duque de Suffolk em 1447 e ao sobrinho do cardeal Beaufort, Edmund Beaufort, duque de Somerset, que juntos aumentaram a impopularidade em torno da monarquia e também nos problemas relacionados à ordem. Em 1450, se iniciou a rebelião em Kent liderada por Jack Cade, e que apoiava o principal rival do rei, Richard Plantageneta, duque de York. A rebelião de Cade conseguiu diversos adeptos, inclusive em Londres. Por fim, a rebelião não trouxe resultados, a cidade de Londres foi recuperada após alguns dias de desordem, mas acima de tudo pelos esforços dos cidadãos do que da monarquia. A rebelião de Cade demonstrava principalmente um sentimento de descontentamento em relação ao rei. Os problemas tornaram-se maiores com as crises de insanidade do rei e também a derrota na Guerra dos Cem Anos.

Portanto, o fato de cronistas como John Capgrave que narra praticamente apenas os atos devocionais de Henrique VI, se liga principalmente com o fato de que não havia dentro de parâmetros políticos muito o que dizer para exaltar o reinado de Henrique. Portanto, não se estranha que os atos do monarca sejam em diversos momentos comparados com os de um monge e sua própria devoção incentivava que aqueles que viviam ao redor do rei também se direcionassem a devoção.

Oh, que os súditos do nosso rei se inclinem a seguir o seu exemplo, na reverência com que adora o sinal da Cruz sempre que os seus sacerdotes o encontram. Pois eu sei que muitos homens corajosos, que anteriormente não nutriam grande veneração pela Cruz, pelo exemplo de nosso mais devotado monarca, foram movidos a um maior fervor de fé, e a uma mais zelosa afeição pelo sinal glorioso de Cristo nosso Senhor.⁶⁵⁰

Anos mais tarde, para exemplificar as virtudes devocionais do rei, John Blacman afirma que o soberano era justo e honesto em seus atos. Entregava a Deus e a Igreja o que

⁶⁵⁰ *TBIH*. pp. 151-152. “Oh, that the subjects of our king would incline to follow his example, in the reverence with which he adores the sign of the Cross whenever his priests meet him. For I know that many brave men, who previously had entertained no great veneration for the Cross, have, by the example of our most devoted monarch, been moved to a greater fervour of faith, and to a most dutiful affection for the all-glorious sign of Christ our Lord.” (Tradução Livre)

pertencia a eles, como os dízimos e ofertas. Entregava orações com frequência, como um jovem monge.

A Deus e ao Todo-Poderoso ele entregava fielmente aquilo que era dele, pois se empenhou em pagar integralmente os dízimos e ofertas devidos a Deus e à igreja: e isto ele acompanhou com a mais diligente devoção, de modo que mesmo quando adornado com o rei ornamentos e coroado com o diadema real, ele tinha o dever de se curvar diante do Senhor tão profundamente em oração quanto qualquer jovem monge poderia ter feito.⁶⁵¹

A evidência de que o monacato talvez tenha sido um dos modelos principais para a devoção de Henrique VI é o fato de em sua infância ele ter vivido por alguns anos com os monges de St. Edmund Bury. Para Blacman, isto dava base para entender porque Henrique era santo. Documentos do Guarda-Roupa da *household* de Henrique VI não dão clara evidência de que Blacman era capelão ou confessor de Henrique. Todavia, em diversos momentos da *Vita* o monge dá a entender que assim ele atuava para com o rei. Mas também, Blacman afirma que utilizava relatos de outros capelães e confessores do rei.

Quais seriam esses atos devocionais em Blacman? Já mencionei anteriormente que a definição entre a virtude da devoção e as outras virtudes de Henrique é uma linha tênue. A devoção é a base para todas as outras virtudes santas do monarca cultuado. Inicialmente Blacman pontua que Henrique nunca foi tocado pelo pecado, e essa ausência de pecado, assim como a devoção do soberano deveriam ser imitados pelos homens à volta.⁶⁵² Parte essencial do culto a um santo na Idade Média era a conhecimento e imitação das virtudes desse santo, portanto não é de estranhar que Blacman defenda que os homens imitem Henrique, ou também no fato de que alguns indivíduos próximos a Henrique eram tocados por sua santidade em vida e se transformavam espiritualmente.

Ainda, o monge cartuxo na *Vita* afirma que o rei era um extremo devoto a Deus e sempre orava ao lidar com questões mundanas ou temporais. Assim como John Cagrove, parece que Blacman compara o rei com um clérigo que tem que lidar com questões

⁶⁵¹ BLACMAN. *A compilation of ...* op. cit., p. 26. “He was both upright and just, always keeping to the straight line of justice in his acts. Upon none would he wittingly inflict any injustice. To God and the Almighty he redented most faithfully that which was his, for he took pains to pay in full the tithes and offerings due to God and the church: and this he accompanied with most sedulous devotion, so that even when decked with the kingly ornaments and crowned with the royal diadem he made it a duty to bow before the Lord as deep in prayer as any young monk might have done.” **(Tradução Livre)**

⁶⁵² Ibidem, pp. 26-27.

temporais.⁶⁵³ Busca, assim, justificar o porquê de o rei entregar a administração e a ordem no reino para nobres à sua volta. A questão do rei se preocupar com o bem estar de sua corte – que é outra categoria das virtudes de Henrique – também está ligado a devoção. É o que vemos no momento que o monge afirma que o rei desprezava esportes e atividades vãs. Que se ocupava da oração e leitura das escrituras ou crônicas – como um monge. Ainda, que o rei exortava os jovens e anciões (e até sacerdotes) a serem devotos a Deus e alcançar a perfeição da virtude e da vida eterna.⁶⁵⁴

A devoção de Henrique ocorria também nos momentos principais da vida religiosa de um cristão. Um discurso de que o rei na Igreja ou Capela nunca se agradou em sentar-se ou andar como outros homens está presente em *Blacman*, e cria uma ideia de distinção dos atos do rei e dos próprios grupos da nobreza, do qual ele por ser rei não deixava de fazer parte.⁶⁵⁵ Mais uma vez, o escritor da *Vita* afirma que o monarca exortava clérigos: “Para alguns clérigos também costumava endereçar cartas de exortação cheias de mistérios celestiais e conselhos mais salutares, para grande maravilha de muitos.”⁶⁵⁶ Essa ideia de distinção entre a figura de Henrique como monarca e de sua figura como santo também é exposto com o fato do rei não tratar de questões temporais em momentos que estava na Igreja. Assim como Cristo, no Novo Testamento, segue a ideia de que o Templo deve ser apenas um lugar de oração. Com isto, tornou-se comum, aparentemente, o rei se queixar que suas funções temporais atrapalhavam sua devoção:

E para provar isto, o Senhor Rei queixava-se duramente a mim em sua câmara em Eltham, quando eu estava sozinho com ele, empregado junto a ele em seus livros sagrados, e dando ouvidos a seus conselhos e suspiros de sua mais profunda devoção. Então veio uma batida na porta do rei de um certo duque poderoso do reino, e o rei disse: ‘Eles me interrompem dia e noite que eu mal posso pegar um momento para ser refrescado pela leitura de qualquer ensinamento sagrado sem perturbação.’⁶⁵⁷

⁶⁵³ Ibidem, p. 27.

⁶⁵⁴ Idem, p. 27.

⁶⁵⁵ Ibidem, p. 28.

⁶⁵⁶ Idem, p. 28. “To some clerics also he used to address letters of exhortation full of heavenly mysteries and most salutary advice, to the great wonder of many.” **(Tradução Livre)**

⁶⁵⁷ Ibidem, pp. 37-38. “And to prove this, the Lord King himself complained heavily to me in his chamber at Eltham, when I was alone there with him employed together with him upon his holy books, and giving ear to his wholesome advice and the sighs of his most deep devotion. There came all once a knock at the king’s door from a certain mighty duke of the realm, and the king said: ‘They do so interrupt me that by day or night I can hardly snatch a moment to be refreshed by reading of any holy teaching without disturbance.’” **(Tradução Livre)**

Outra categoria das virtudes santas de Henrique VI é a humildade, embora ela não se desprende da virtude da devoção. O primeiro caso é a ideia de que o rei evitava a avareza, mesmo possuindo imensa riqueza e recebimento de presentes. Argumentos como “nunca se aprisionou no amor aos bens materiais” aparecem frequentemente em Blacman. A caridade aos pobres com a intenção de diminuir a carência deles era o principal objetivo do monarca.⁶⁵⁸

Em outra ocasião, o monge cartuxo afirma que o rei recebeu uma quantia de £2.000 de herança de seu tio, o cardinal Beaufort, que poderia ser utilizada para uso pessoal. Mas recusou, já que não necessitava e teria solicitado que os presentes fossem dados aos colégios fundados pelo rei em Eton e King's College em Cambridge.⁶⁵⁹ Novamente, John Blacman parece tentar mudar a memória de Henrique VI em relação aos gastos com dinheiro, dotando o rei de uma imagem simplória. O que de fato era o contrário. A Corte de Henrique VI passou a ser a partir da década de 1430 uma Corte essencialmente cerimonial. Com isto os gastos aumentavam. E não apenas da corte, mas também da própria *household* do monarca. Há diversos debates acerca da existência de uma Corte na Inglaterra Lancastriana, e as respostas estão longe de serem obtidas. De todo modo, John Watts⁶⁶⁰ em um capítulo interessante afirma que o problema reside no fato de que os historiadores costumam analisar a Corte medieval sob os modelos da Corte renascentistas. No caso da Inglaterra Lancastriana, o mais próximo da Corte cerimonial renascentista que vemos é a partir do reinado de Henrique VI. E sabemos ainda, que parte da vida na Corte era também os hábitos carregados por ela, sobretudo em relação a pomposidade. Blacman, porém, reescreve a narrativa de Henrique VI, e afirma que o monarca, por exemplo, se vestia como um fazendeiro, ou um homem comum, mesmo possuindo a majestade régia.

(...) em suas roupas e outras vestes de seu corpo, em seu discurso e em muitas outras partes de seu comportamento exterior; - é bem sabido que, desde a sua juventude, ele sempre era de sapatos e botas de bico redondo como o de um fazendeiro. Ele também costumava usar um vestido comprido com um capuz enrolado como um cidadão, e um casaco cheio chegando até abaixo dos joelhos, com sapatos, botas e sapatilhas completamente negros, rejeitando expressamente toda a roupa curiosa.⁶⁶¹

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 31.

⁶⁵⁹ C.f. Ibidem, p. 32.

⁶⁶⁰ WATTS, John. Was there a Lancastrian Court? In: In: STRATFORD, Jenny. (Org.) *The Lancastrian Court*. Harlaxton Medieval Studies Volume XIII. Donington: Shaun Tyas, 2003. (pp. 253-271)

⁶⁶¹ BLACMAN. *A compilation of ...* op.cit., p. 36. “(...) in his clothes and other apparel of his body, in his speech and many other parts of his outward behaviour; - it is well known that from his youth up he always wore round-toed shoes and boots like a farmer's. He also customarily wore a long gown with a rolled hood like a

A mesma representação ocorre em torno das festas que era necessário o uso da coroa. No qual o rei buscava se vestir de forma simples, evitando o orgulho e a vanglória, como ainda a pompa.⁶⁶² Entretanto, esses hábitos humildes do rei não se revelam verdade. Como apontado por Lewis, isto faz parte da reescritura da memória de Henrique VI pelo monge cartucho.

A representação de Blacman de Henrique como se vestindo habitualmente de uma forma bastante surrada foi identificada como um caso em que sua narrativa é comprovadamente contraditada por outras evidências que mostram que Henrique pagou por muitas roupas finas.⁶⁶³

Provavelmente, Blacman representou Henrique como um homem simples justamente por um ideal de santidade que percorria a Europa desde São Francisco de Assis. Ou até mesmo o próprio ideal de pobreza em torno da figura de Cristo. Ao mesmo tempo, o monge cartuxo formula uma ideia de luta entre a majestade do monarca e sua vida santa.

Outro momento em que Blacman reescreve a vida de Henrique VI é no que tange a perda dos territórios da França e até mesmo do reino inglês no contexto da Guerra das Rosas. Pontua que o monarca permanecia com calma, sem se importar com os bens temporais, pensando que os bens celestiais eram eternos.⁶⁶⁴ Há, talvez, uma associação do monge com as crises de insanidade de Henrique VI, experimentadas justamente no contexto de fim da Guerra dos Cem Anos, logo após a perda de Bordeaux em agosto de 1453. O monarca teria ficado imóvel por mais de um ano, sem reagir, inclusive, ao nascimento de seu filho e herdeiro. Por volta do Natal de 1454, Henrique VI recuperou os sentidos. Porém, por volta de 1461, quando Henrique perdeu seu trono, e buscava refúgio haviam evidências de que ele enfrentava outra crise de insanidade. Ao invés de insanidade, portanto, o rei permanecia com calma, na crença das providências divinas.

townsman, and a full coat reaching below his knees, with shoes, boots and foot-gear wholly black, rejecting expressly all curious fashion of clothing.” **(Tradução Livre)**

⁶⁶² Ibidem, p. 36.

⁶⁶³ LEWIS. ‘Imitate, too, this king in virtue ... op. cit., p. 134. “Blacman’s representation of Henry as habitually dressing in rather a shabby fashion has been identified as an instance where his narrative is demonstrably contradicted by other evidence which shows that Henry paid for plenty of fine clothes.” **(Tradução Livre)**

⁶⁶⁴ BLACMAN. *A compilation of...* op. cit., p. 33

Outra virtude interessante destacada por Blacman acerca de Henrique VI é sua Castidade. Que é também intrigante. A castidade era um elemento essencial da vida monacal, e, portanto, o monge cartuxo mais uma vez associa os atos santos de Henrique com o de um monge. É intrigante, pois uma das prerrogativas mister da monarquia era a manutenção da linhagem. Parece problemático pensar que esses autores medievais se preocupavam com a castidade régia. Todavia, uma leitura minuciosa nos permite entender que, na verdade, eles não defendem a abstinência sexual completa, mas sim, criticam a fornicção e a luxúria. Podemos perceber isto já no final do reinado de Henrique IV, quando o funcionário da *household* régia Thomas Hoccleve defendia a castidade do rei para o príncipe de Gales, que se tornou Henrique V. O sentido que a castidade é apresentada por Hoccleve, é de que o rei deveria apenas manter relações com sua rainha para procriar, sem intenções dos prazeres carnavais. A razão disto seria a manutenção do *Reino dos Deus* na terra intacto dos pecados da carne cometidos pelos homens. John Blacman parece ter recuperado esta ideia, embora não seja possível afirmar que ele retirou de Hoccleve, nem mesmo se ele tinha a prática de ler Hoccleve. O monge cartuxo pontua que até o casamento de Henrique VI com Margaret de Anjou em 1445, o rei se manteve casto. E mesmo após o casamento o soberano mantinha o respeito a ele, inclusive nos momentos em que ela fazia viagens longas e o monarca poderia se aproveitar de sua posição para buscar o prazer carnal em outras mulheres.⁶⁶⁵

As preocupações do rei seriam, principalmente, com a preservação de sua alma, assim como daqueles indivíduos da Corte que seguiam ele. Por isso evitava olhar pessoas nuas para que não fosse contaminado com desejos luxuriosos. Mais uma vez, a luta entre a carne e sua temporalidade contra sua vida santa.

É um argumento de sua vigilância sobre sua modéstia que ele não iria evitar totalmente a visão descuidada de pessoas nuas, para que, como Davi, ele não fosse capturado pelo desejo ilegal, pois os olhos de Davi, como lemos, causaram estragos em sua alma. Portanto, este príncipe fez um pacto com seus olhos que nunca deveriam olhar de forma desonesta para nenhuma mulher.⁶⁶⁶

⁶⁶⁵ Ibidem. p. 29.

⁶⁶⁶ Idem, p. 29. "It is an argument of his watch upon his modesty that he was wont utterly to avoid the unguarded sight of naked persons, lest like David he should be snared by unlawful desire, for David's eyes, as we read, made havoc of his soul. Therefore this prince made a covenant with his eyes that they should never look unchastely upon any woman." (**Tradução Livre**)

Outro exemplo da castidade de Henrique VI estava em um Natal, quando aparentemente um senhor levou moças com seios nus para dançarem perante o rei. O monarca teria desviado seu olhar, virado de costas e saído do ambiente, desaprovando a ação dos seus senhores.⁶⁶⁷ Mais um exemplo foi apresentado por John Blacman no que se refere a uma visita do monarca à cidade de Bath no sudoeste da Inglaterra, local historicamente conhecido por suas banheiras termais. Aponta que enquanto andava a cavalo, o rei vira diversos homens nus se banhando. Vendo isto, abominou a nudez e foi embora.⁶⁶⁸

Além disso, ele tomou grandes precauções para garantir não só a sua própria castidade, mas a dos seus servos. Pois antes de se casar, sendo como um jovem pupilo de castidade, vigiava com cuidado as janelas ocultas de sua câmara, para que nenhuma impertinência tola das mulheres que entravam na casa crescesse até a cabeça, e causasse a queda de qualquer um de sua *household*.⁶⁶⁹

Blacman também narra atos de piedade do rei, como por exemplo, uma narrativa de um homem que foi acusado de traição contra o rei e estava prestes a ser punido, mas por ordem de Henrique, foi solto. Pois o rei não aceitava que um cristão morresse por sua causa.⁶⁷⁰ Sua piedade também é demonstrada em torno do perdão do monarca a Eduardo IV, apesar do último ter tomado sua Coroa. Eduardo é retratado como um usurpador, assim como os judeus com Cristo.⁶⁷¹ Aqui é o único momento que Blacman narra a morte do rei e também comenta sobre os milagres relacionados ao monarca. O monge deixa claro que Henrique foi ficado preso e morreu de forma cruel. O ideal de martírio reside aqui principalmente nos sofrimentos ocorridos por Henrique antes de perder sua vida:

(...) , este [homicida] – *aqui o monge se refere a Eduardo IV* –, como foi dito, conspirando junto com uma fúria selvagem, privou até mesmo o mais misericordioso rei de seu poder real, e o expulsou de seu reino e governo ; e depois de muito tempo passado em esconderijo em lugares secretos onde, por segurança, ele foi forçado a se manter próximo, ele foi encontrado e levado, trazido como traidor e criminoso para Londres, e aprisionado na

⁶⁶⁷ Ibidem, p. 30.

⁶⁶⁸ Idem, p. 30.

⁶⁶⁹ Idem, p. 30. ““Besides, he took great precautions to secure not only his own chastity but that of his servants. For before he was married, being as a youth a pupil of chastity, he would keep careful watch through hidden windows of his chamber, lest any foolish impertinence of women coming into the house should grow to a head, and cause the fall of any of his household.” (Tradução Livre)

⁶⁷⁰ Ibidem, p. 39.

⁶⁷¹ Ibidem, p. 41.

Torre; onde, como um verdadeiro seguidor de Cristo, ele pacientemente suportou fome, sede, escárnios, escárnios, abuso e muitas outras dificuldades, e finalmente sofreu uma morte violenta do corpo que outros poderiam, como era então a expectativa, possuir pacificamente o reino.⁶⁷²

A morte violenta de Henrique, de certa forma, teria dado origem aos diversos milagres que ocorreram em sua tumba. O monge afirma que a alma do rei vive com Deus e os milagres eram uma evidência desse fato. É também o único momento em toda a *Vita* que Blacman narra sobre a ocorrência de milagres, no entanto, não diz quais eram esses milagres. Apesar de Blacman não focar no sofrimento e na morte do monarca, o ideal de martírio parece ainda ser a base para provar a santidade de Henrique, embora, como afirmado anteriormente, talvez pelo receio da Santa Sé em canonizar quem teve morte violenta nos séculos finais da Idade Média, o discurso ficou de forma secundário em sua narrativa sobre Henrique VI.

Entretanto, o ideal de santidade confessoria – que parece ser mais forte apresentada por Blacman – não exclui o sofrimento e tentações, presentes também no ideal de martírio. Henrique VI teria experimentado ambos. Sofrido as dificuldades e adversidades que acometeram seu reinado e inclusive sua crise de insanidade, embora o monge cartuxo talvez tenha associado com sua calma. O próprio exílio durante a Guerra das Rosas seria uma forma de martírio. Além disto, há as tentações contra sua castidade. Todavia esta ideia pode ser ampliada.

Uma das principais bases para o ideal de martírio é a morte em defesa da fé e, no caso da Idade Média, podemos pensar que os reis mártires agiam em defesa do *Reino* e da justiça divina.⁶⁷³

Henrique VI era um rei coroado e ungido, e que deveria integrar a sua própria imagem – a ideia da monarquia integradora – seu povo e alcançar o arquétipo do *Reino* dos céus. Embora ele tenha falhado no seu juramento de unir o reino, exposto pelos letrados da época através das adversidades políticas, e como a historiografia percebe, sua incapacidade administrativa e a ausência da ordem no reino, autores como Capgrave em seu *Book of*

⁶⁷² Ibidem, p. 41. “(...) these [murderous one], as has been said, conspiring together with savage rage, deprived even this most merciful king of his royal power, and drove him from his realm and governance; and after a long time spent in hiding in secret places wherein for safety’s sake he was forced to keep close, he was found and taken, brought as a traitor and criminal to London, and imprisoned in the Tower there; where, like a true follower of Christ, he patiently endured hunger, thirst, mockings, derisions, abuse, and many other hardships, and finally suffered a violent death of the body that others might, as was then the expectation, peaceably possess the kingdom.” **(Tradução Livre)**

⁶⁷³ C.f. GORSKI, K. Le roi-saint: un problème d’idéologie féodale. In: *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, Paris, no. 2, 1969.

Illustrious Henries e depois Blacman na *Vita* apontam uma ideia de que Henrique, mesmo falhando nas suas obrigações como rei, buscou defender os interesses do reino antes dos seus. Inclusive herdando o trono apenas por vontade divina.

Além disso, quando este rei Henrique foi questionado durante sua prisão na Torre por que ele injustamente reivindicou e possuiu a coroa da Inglaterra por tantos anos, ele respondeu assim: 'Meu pai era rei da Inglaterra e possuía pacificamente a coroa da Inglaterra durante todo o tempo do seu reinado. E seu pai e meu avô era o rei do mesmo reino. E eu, uma criança no berço, fui pacificamente e sem qualquer protesto coroado e aprovado como rei por todo o reino, e usei a coroa da Inglaterra cerca de quarenta anos, e cada um dos meus senhores me prestou homenagem real e me empenhou fé, como também foi feito para outros meus antecessores. Por isso, também, eu posso dizer como o salmista: a sorte me caiu em um terreno justo: sim, tenho uma boa herança. Pois a minha ajuda certa é do Senhor, que preserva os que são verdadeiros de coração.⁶⁷⁴

Não podemos esquecer, como já mencionado anteriormente, que as crônicas da época, como a continuação de John Hardyng por Richard Crafton e a Crônica de Warkworth, insinuavam que Henrique foi assassinado. Não somente isto, mas também alguns dos boatos que surgiram na época afirmavam inclusive que o rei morreu enquanto rezava, mantendo até seus últimos momentos de vida sua devota fé.

A imagem de santo e a própria ideia de um homem extremamente devoto, quase um monge, que John Blacman criou em torno de Henrique VI, todavia, não pode ser deslocada do que é uma das hipóteses principais desta tese: a construção de uma retórica de poder. A memória que de certa forma foi reescrita pelo monge cartuxo, em confluência com os apoiadores Lancastrianos visavam minar o *kingship* Yorkista, destacando a injustiça da deposição de um rei ungido, e mais ainda, de um rei que se tornou santo.

⁶⁷⁴ BLACMAN. *A compilation of ...* op. cit., p. 44. "Also, when this king Henry was asked during his imprisonment in the Tower why he had unjustly claimed and possessed the crown of England for so many years, he would answer thus: 'My father was king of England, and peaceably possessed the crown of England for the whole time of his reign. And his father and my grandfather was king of the same realm. And I, a child in the cradle, was peaceably and without any protest crowned and approved as king by the whole realm, and wore the crown of England some forty years, and each and all of my lords did me royal homage and plighted me their faith, as was also done to other my predecessors. Wherefore I too can say with the Psalmist: the lot is fallen unto me in a fair ground: yea, I have a goodly heritage. For my right help is of the Lord, who preserveth them that are true of heart.'" **(Tradução Livre)**

O problema cresce quando percebemos que a memória de Henrique VI como santo foi apropriada pelos primeiros Tudor, que almejavam deslegitimar o direito dos York, mas também relacionar a linhagem da dinastia com um santo dinástico, já que Henrique VI era tio de Henrique Tudor. Portanto, a própria memória de Henrique VI foi ressignificada pelos Tudor a fim de formular uma retórica de poder capaz legitimar a nova dinastia.

CONCLUSÃO

Retornando à situação política da Inglaterra nos séculos finais da Idade Média, com maior atenção ao período Lancastriano, pretendo concluir a argumentação desta Tese definindo a relação entre memória e legitimação ligados ao poder régio. A Inglaterra passou por transformações sociais e econômicas nos séculos XIV e XV, acompanhando o restante da Europa, impactada pelo crescimento urbano e comercial, a Peste Negra e as guerras. Além disto, estava o crescimento do poder do rei, que se torna uma figura importante não somente na administração e na manutenção dos privilégios feudais, mas também em sua perspectiva simbólica. A monarquia se transforma numa personificação do reino e seu povo, sendo o bem-comum associado a ela.

Desde o século XIII, a Inglaterra experimentou o crescimento administrativo, somado à ampliação da comunidade política, que agora englobava também a *gentry* e as elites urbanas. O papel que esses dois grupos tinham em fornecer recursos financeiros para a Coroa foi essencial na manutenção de boas relações políticas e na estabilidade do reino. Cada vez mais no final da Idade Média o reino é visto como uma comunidade, em que os interesses privados são colocados em jogo e o rei tem um papel substancial na moderação e integração desses interesses. Associadamente, se consolida no âmbito das fontes escritas a ideia da monarquia como integradora das diversidades políticas e sociais. Integração que é rodeada de elementos do imaginário cristão. A sociedade medieval e o próprio reino são vistos como um corpo, espelhando a simbologia do *Reino dos Céus*, em que a cabeça é o rei e o bem-estar da comunidade está ligado diretamente com o papel do monarca.

Aponte algumas questões ligadas ao *Dinasticismo*, um conceito debatido pela historiografia de língua inglesa que visa entender a situação política da Inglaterra, particularmente no “longo século XV”, em que os interesses privados se sobrepunham aos interesses “públicos”. A nobreza estava cada vez mais cercada de facções, no qual cada uma buscava o alcance ao trono. A usurpação de Henrique IV de Lancaster deu o precedente para outras usurpações que ocorreram ao longo do século, de Eduardo IV de York, também de Ricardo III e por fim Henrique VII Tudor. Por traz das justificativas para as deposições e usurpações estava o bem-estar da *communitas*.

Em meio aos desafios políticos, a Coroa teve que reunir instrumentos de legitimação, que passavam pelo plano político mais estrito, nas afinidades e igualmente no campo simbólico, com a instrumentalização da memória. As crônicas eram umas das ferramentas privilegiadas de construção de memória, apesar de ela estar presente em uma enorme diversidade de fontes, inclusive na documentação proveniente das instituições de governo, que produziam e mantinham registros administrativos.

A fim de consolidar projetos políticos específicos, a dinastia reinante e seus apoiadores utilizavam recursos para criar mecanismos legitimatórios em torno da memória. Utilizavam o passado, narrativas de personagens históricos ou lendários, recuperação de lendas, profecias, hagiografia de santos, ressignificavam a imagem de reis. O passado era transformado conforme interesses políticos de grupos particulares. Por isso, a produção cronística passou por transformações no século XV. Inicialmente, ainda víamos o protagonismo do clero regular, com aquelas crônicas que tratavam de uma “história do mundo”, da Criação até o período coetâneo aos cronistas. Ao longo do século, os monges passam a se dedicar principalmente a uma história local, e na cronística sobre o reino ganham espaço os laicos, cavaleiros, cavaleiros, mercadores, oficiais da Corte, uma história que antes já era centrada no rei, mas que se intensifica, somando a facilidade de maleabilidade dos elementos da memória, podendo ser ressignificados e transformados de acordo com a situação política do reino.

Tendo em vista os elementos políticos e culturais que tiveram impacto na memória, foi essencial analisar como a Dinastia de Lancaster utilizou a memória para fins legitimatórios. Alguns pontos merecem ser retomados. A Casa de Lancaster ascendeu ao trono em 1399, num contexto em que já gozavam de extrema importância política, com enormes afinidades, provenientes do Ducado de Lancaster. Foi um contexto em que a Inglaterra passava por turbulências políticas em torno do reinado de Ricardo II que foi deposto em favor de Henrique IV. A nova dinastia precisou reunir elementos de ressignificação da memória de Ricardo, salientando diversos estereótipos, mostrando com detalhes porque ele era inadequado ao trono, crimes cometidos contra a Coroa e o reino, colocando os interesses de seus preferidos à frente dos almejos da comunidade política.

Os Lancastrianos, ainda, transformaram a memória de sua linhagem. Recuperavam narrativas do passado – em alguns casos criavam narrativas – que os apontavam como os legítimos herdeiros do trono, e a linhagem de Ricardo como a verdadeira usurpadora da Coroa. Soma-se a isso o uso de profecias, que contavam com elementos bíblicos, do

imaginário cristão, e ainda parte do ciclo arturiano. Tais profecias buscavam mostrar a Casa de Lancaster como predestinada, necessária para o estabelecimento do bem-comum na Inglaterra.

Apesar da dinastia ter alcançado o trono, ter conseguido apoio de parte da nobreza, principalmente ligada às afinidades do Ducado de Lancaster, eles também enfrentaram desafios para o estabelecimento do novo “regime”, porque apesar dos esforços de transformação da memória de Ricardo II, seus antigos apoiadores infligiam contra a ordem, proclamando a ilegitimidade dos Lancastrianos e a necessidade de retornar o antigo soberano ao trono. Os apoiadores de Ricardo encontraram espaço de atuação nos problemas políticos enfrentados pela casa real ao longo da década de 1400, na Revolta em Gales, na rebelião dos Percies e em outros levantes nas localidades da Inglaterra.

Os Lancastrianos também mobilizaram lendas, recuperaram narrativas pré-existentes e as transformaram conforme os objetivos políticos da época. Talvez um dos principais exemplos seja a lenda do óleo sagrado de Thomas Becket. As fontes demonstram que a primeira narrativa sobre a relíquia do santo mártir é do início do século XIV em um contexto de crise política e insurreições no reinado de Eduardo II. Inicialmente já demonstrava a importância que a narrativa sobre o óleo possuía na legitimação política. Os relatos sobre a relíquia permaneceram silenciosos até a usurpação de 1399, quando Henrique IV, segundo as fontes, foi o primeiro monarca inglês a ser ungido com ela. A utilização do óleo se tornou uma tradição na coroação no século XV, e garantia, sobretudo aos Lancastrianos, o cumprimento das profecias associadas à relíquia na nova dinastia. Do mesmo modo, a lenda do óleo de Thomas Becket se inseria na rede de rivalidades entre a monarquia inglesa e a monarquia francesa – que também possuía um óleo sagrado – e desta forma, a Coroa inglesa se afirmava como especial perante a Deus. Unia as intenções de legitimação interna, com a legitimação dos propósitos territorialistas ingleses na França. Elementos da memória em torno da imagem de Thomas Becket também se tornaram um lugar-comum ao associar virtudes do santo a virtudes dos reis ungidos com sua relíquia.

O que garantiu a manutenção da Casa de Lancaster no trono em seus primeiros anos foi justamente os sucessos militares empreendidos pela monarquia, contra as revoltas que ocorriam no reinado de Henrique IV e também nas vitoriosas campanhas militares de Henrique V na França entre 1415 e 1420. A guerra tinha, portanto, um papel importante na legitimação e por consequência na construção da memória em torno dos reis.

Henrique IV tinha uma imagem devocional a ele associada, mas sobretudo, os cronistas relacionam o respeito do rei à Igreja como uma das principais razões que possibilitaram a ascensão dos Lancaster em 1399. Em contrapartida, o assassinato do arcebispo Richard Scrope em 1405 representou um problema para o poder da Coroa, considerando que punha em xeque a imagem devocional construída sobre o soberano. Henrique V, por outro lado, detinha uma imagem devocional associada ao papel que teve em guerra. Suas campanhas contra a heresia Lollardista representavam duplamente a prerrogativa régia de combater os hereges, o respeito e devoção para com a Santa Igreja. Do mesmo modo, a devoção explícita do monarca a Deus e os santos, principalmente nas campanhas na França, os agradecimentos e orações dados ao sagrado preencheram sua memória, nas crônicas e biografias dedicadas a ele.

O último monarca Lancastriano, Henrique VI, também possuía uma imagem devocional. Essa devoção foi extremamente importante para construir uma ideia de santidade após sua deposição. Assim como a Casa de Lancaster ressignificou no contexto de sua ascensão ao trono a imagem de Ricardo II, os Tudor no final do século XV ressignificaram a memória de Henrique VI, apagando, ou ao menos tentando apagar, a memória de um rei ineficaz e incapaz de governar. Transformando seus defeitos como soberano em justificativas para um ideal de santidade. A Coroa agora se valia de um culto popular emergente com a intenção de se legitimar.

A sociedade contemporânea dá grande atenção ao passado. Observamos isto com clareza, principalmente, no âmbito político, quando certos eventos e figuras do passado são utilizados de maneira a legitimar certas ações, comportamentos, decisões e justificam sistemas ideológicos. Recentemente, o Ocidente tem visto estas rememorações do passado com maior frequência. Os movimentos de partidos de extrema-direita e a crise sanitária mundial exemplificam a exacerbação dos usos do passado. Historiadores no Ocidente desde a última década têm se debruçado com afinco aos usos do passado medieval, os estudos do medievalismo. Observam as maneiras que noções étnicas, a religiosidade, o que poderíamos chamar — retirando momentaneamente os problemas conceituais — de cultura medieval, estão todos presentes em filmes, séries, e sobretudo na política.

Nesta Tese, busquei perceber que os homens medievais também davam grande importância ao passado, e assim como hoje em dia ele é recuperado e ressignificado, desde a Idade Média já percebemos esse jogo que envolve a memória e interesses políticos e ideológicos. O estudo da memória Lancaster nos mostra as nuances do jogo político, como os

elementos ideológicos são transformados conforme às necessidades de um período específico. Narrativas pré-existentes foram recuperadas, transformadas ou ressignificadas para criar a memória e legitimar a dinastia, ao mesmo tempo a memória desses reis serviu como instrumento de legitimação para outros projetos políticos.

Ao longo da Tese, me limitei a analisar a memória Lancastriana até a ascensão Tudor, com a propagação do culto de Henrique VI. Todavia, é importante salientar que a construção e usos da memória dessa dinastia não se limitava ao período aqui estudado. No século XVI, havia uma vasta produção letrada, inclusive de escritores ligados à Corte, que recuperavam narrativas cronísticas do século XV sobre os Lancastrianos, e assim continuaram o labor de construção de memória. Um trabalho extraordinário e também interessante, que por fim alcançou William Shakespeare no final do século XVI. Uma parte considerável do que o senso comum sabe acerca dos monarcas da Casa de Lancaster está normalmente associado à produção de Shakespeare.

Mesmo no século XVIII e XIX, talvez ainda nos séculos XX e XXI ainda vemos escritores, e agora historiadores recuperando elementos da narrativa desses monarcas, como forma de construção, inclusive, de um sentimento de pertencimento à comunidade e na formação de um nacionalismo.

A Era Lancastriana é apenas uma forma possível de entender as relações diretas entre os aspectos tangenciáveis e simbólicos da política. Ambos estão ligados e é extremamente difícil separa-los. A memória se faz no presente, ela segue objetivos ideológicos específicos de cada grupo social e político. É transformada para justificar modelos políticos. A memória produz relações de pertencimento, e através da relação entre o *Rei* e o *Reino* é que encontramos uma das razões para a unidade tão almejada na Idade Média.

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

ANÔNIMO. *An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI*. Written before the Year of 1471. Editado por Rev. John Silvester Davies: Camden Society, 1856.

ANÔNIMO. *Gesta Henrici Quinti*. The Deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with Introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford Medieval Texts. Oxford: Clarendon Press, 1975.

ANÔNIMO. *The First English Life of Henry V* - written in 1513 by an anonymous Author known commonly as The Translator of Livius. Editado por Charles Lethbridge Kingsford. Oxford: Clarendon Press, 1911.

BLACMAN, John. *A compilation of the meekness and good life of king Henry VI*. Editado por M.R. James. Cambridge: Cambridge University Press, 1919.

Calendar of Close Rolls. Preserved in the Public Record Office. Published by the authority of his majesty's principal secretary of state for the home department, 1927.

Calendar of Patent Rolls. Preserved in the Public Record Office. London: Printed for his majesty's stationery office by Mackie and co.Ld.1903.

CAPGRAVE, John. *The Book of Illustrious Henries*. Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

CAPGRAVE, John. *The Chronicles of England*. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

Description by Thomas Becket of the Delivery of the Holy Oil to him by St. Mary. Bodl. Ashmole MS. 1393. In: LEGG, L.G. Wickham. *English Coronation Records*. Westminster: Archibald Constable & Co. Ltd, 1902. pp. 169-171.

God Save King Henry V. In: ROBBINS, Rossel Hope. (Ed.) *Historical poems of the XIVth and XVth Centuries*. Nova York: Columbia University Press, 1959.

HARDYNG, John. *The Chronicle of John Hardyng*. Together with The continuation of Richard Grafton. Londres: F.C. and J. Rivington; T. Payne; Wilkie and Robingdon; Longman, Nurst, Rees, Orme, and Brown; Cadell and Davies; J. Mawman; and R. H. Evans, 1812.

HOCCKLEVE, Thomas. *The Regiment of Princes*. Editado por Charles R. Blyth. Teams Middle English Texts Series. Kalamazoo: Western Michigan University, 1999.

KNOX, Ronald & LESLIE, Shane. (Eds.) *The miracles of the king Henry VI*. Being an account and Translation of Twenty-three miracles taken from the Manuscript in the British Museum (Royal 13c. viii). Cambridge: Cambridge University Press, 1923.

Letter of John XXII to Edward II about the Oil of Coronation. In: LEGG, L.G. Wickham. *English Coronation Records*. Westminster: Archibald Constable & Co. Ltd, 1902. pp. 69-76.

Liber Regalis. In: LEGG, L.G. Wickham. (Ed.) *English Coronation Records*. Westminster: Archibald Constable & Co. Ltd, 1902. pp. 81 – 130.

PSEUDO-ELMHAM. *Vita et Gesta Henrici Quinti, anglorum regis*. Editado por Thomas Hearne. 1727.

Rotuli Parliamentorum. Parliament Rolls of England. Editado por Chris Given-Wilson, Paul Brand, Seymour Phillips, MarkOrmrod, Geoffrey Martin, Anne Curry e Rosemary Horrox. Woodbridge: Boydell Press, 2005. Disponível em: <https://www.british-history.ac.uk/no-series/parliament-rolls-medieval>.

The Agincourt Carol (1415). In: ROBBINS, Rossel Hope. (Ed.) *Historical poems of the XIVth and XVth Centuries*. Nova York: Columbia University Press, 1959.

The Brut or The Chronicles of England. Editado por Friedrich W. D. Brie. Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Limited, 1906.

USK, Adam. *Chronicon Adae de Usk*. A.D. 1377-1421 Editado por Sir Edward Maunde Thompson. Royal Society of Leterature. Londres: Oxford University Press, 1904.

WALSINGHAM, Thomas. *The Chronica Maiora* (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

WARKWORTH, John. *A Chronicle of the first thirteen years of the reign of King Edward the Fourth*. Editado por James Orchard Halliwell. Londres: The Camden Society, 1839.

Obras de Referência:

BERLIN, Adele; BRETTLER, Marc Zvi; FISHBANE, Michael. (Orgs.) *The Jewish Study Bible, featuring The Jewish Publication Society*. TANAKH translation. New York: Oxford University Press: 2004.

Bíblia de Jerusalém. Tradução das introduções e notas de *La Bible de Jérusalem*, edição de 1998, publicada sob a direção da “École biblique de Jérusalem”. São Paulo: Paulus, 8ª impressão de 2012.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. 2vols. Bauru: EDUSC, 2002.

Bibliografia:

ALLMAND, Christopher. (Org.). *The New Cambridge Medieval History*. Vol. II, c. 1415-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. *Henry V*. Los Angeles: University of California Press, 1992.

_____. *Society at War*. The experience of England and France during the Hundred Years War. Edimburgo: Oliver & Boyd, 1973.

_____. *The Hundred Years War*. England and France at War. c. 1300-c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. (Edição E-Book).

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Londres: Editora Verso, 2006.

ANDERSON, Perry. *Lineages of the absolute state*. Londres: NLB, 1971.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARTLETT, Robert. *England under the Norman and Angevin Kings*. Oxford: Clarendon Press, 2000.

BENNETT, M. Edward III's Entail and the Succession to the Crown, 1376 – 1471. In: *The English Historical Review*, CXIII (452). pp. 580-609.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra*. São Paulo. Companhia das Letras: 1993.

BOUREAU, Alain; INGERFLON, Claudio -Sergio (Orgs.). *La royauté sacrée dans le monde Chrétien*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.

BROGAN, Stephen. *The Royal Touch in Early Modern England – Politics, Medicine and Sin*. Woodbridge: The Boydell Press, 2015.

BURNS, J.H. (Org.) *The Cambridge History of Medieval Political Thought*. c. 350 – c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CARPENTER, Christine. *Locality and Polity*. A Study of Warwickshire Landed Society, 1401-1499. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.

_____. *The Wars of the Roses*. Politics and the constitution in England, c. 1437-1509. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory: A study of memory in Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CASTOR, Helen. *The King, The Crown, and The Duchy of Lancaster*. Public Authority and Private Power – 1399 -1461. Oxford: Oxford University Press, 2000.

COOTE, Lesley A. *Prophecy and Public Affairs in Later Medieval England*. York: York Medieval Press, 2000.

CRAIG, Leigh Ann. Royalty, Virtue, and Adversity: The Cult of Henry VI. In: *Albion, North American Conference on British Studies* 35,2 (Summer 2003) p. 188.

CROSS, P.R. Bastard Feudalism Revised. In: *Past and Present*, N° 125 Oxford: (Nov., 1989), pp. 27-64.

CULLIM, P.H. & LEWIS, Katherine J. (Eds.) *Religious Men and Masculine Identity in the Middle Ages*. Coleção Gender in the Middle Ages, Volume 9. Woodbridge: The Boydell Press, 2013.

CURLEY, Michael J. The cloak of Anonymity and “The Prophecy of John of Bridlington”. In: *Modern Philology*, vol. 77, No. 4 (May, 1980). pp. 361-369.

CURRY, Anne. *The Hundred Years' War – 1337-1453*. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

CURRY, Anne; BELL, Adrian R.; KING, Andy; SIMPKIN, David. New Regime, New Army? Henry IV's Scottish Expedition of 1400. In: *The English Historical Review*, CXXVI (517). Dez. 2010. pp. 1382 – 1413.

DODD, Gwilym. *The reign of Richard II*. Stroud: Tempus, 2000.

_____. (Org.) *Henry V: New interpretations*. York: York Medieval Press, 2013.

DUKKER, Tamar. Vision and History: Prophecy in the Middle English Prose *Brut* Chronicle. In: *Arthuriana*, Vol. 12, Nº4. (Winter, 2002),

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Social Memory*. Oxford: Blackwell Publishes. 1992.

FLETCHER, C. News, Noise, and the Nature of Politics in Late Medieval English Provincial Towns. In: *Journal of British Studies*. Nº56. (Abril 2017). pp. 250-272

_____. Narrative and political strategies at the deposition of Richard II. In: *Journal of Medieval Studies*. Nº 30, 2004. p. 323-347.

FRÓES, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para concurso de professor titular. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l'État moderne*. Culture et société politique en Angleterre. Paris: Presses Universitaires de France, 2015. (Edição Ebook).

GIERKE, Otto. *Political Theories of the Middle Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GIVEN-WILSON, Chris. *Chronicles*. The writing of History in Medieval England. Londres: Hambledon and London, 2004.

_____. *Henry IV*. New Haven and London: Yale University Press, 2016. (Versão Ebook)

_____. *The English Nobility in the Late Middle Ages*. Londres: Routledge, 2003.

GORSKI, K. Le roi-saint: un problème d'idéologie féodale. In: *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, Paris, no. 2, 1969.

GRANSDEN, Antonia. *Historical writing in England. vol 1. c. 500 – c. 1307*. Londres: Routledge, 1996.

_____. *History writing in England. vol. 2 c. 1307 to Early Sixteenth Century*. Londres: Routledge, 1996.

GRIFFITHS, R.A. *King and County: England and Wales in the fifteenth century*. Londres: Hambledon Press, 1991.

_____. *The Reign of King Henry VI. The Exercise of Royal Authority, 1422-1461*. Los Angeles: University of California Press, 1981.

GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos Séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, 1981.

GUILLINGHAM, John. Crisis or Continuity? The Structure of Royal Authority in England, 1369-1422. In: SCHNEIDER, Reinhard. *Das spätmittelalterliche Königtum im europäischen Vergleich*. Sigmaringen, 1987. pp. 59-80.

GUTH, DeLloyd J. & MCKENNA, John W.(Orgs.) *Tudor Rule and Revolution: Essays for Grelton from his Americans friends*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HARDING, Alan. *Medieval Law and the Foundations of the State*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HARRIS, Gerald. Political Society and the Growth of Government in Late Medieval England. In: *Past and Present*. Oxford: No. 138, Fev. 1993. pp. 28-57.

_____. *Shaping the Nation: England, 1360-1461*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HEN, Yitzhak; INNES, Matthew. (Orgs). *Using the past in the early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HICKS, Michael. *Bastard Feudalism*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.

_____. *English political culture in the Fifteenth Century*. Londres: Routledge, 2002.

_____. *The Wars of the Roses – 1455-1487*. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

JAHNER, Jenifer, STEINER, Emily; TYLER, Elizabeth M. (Orgs.) *Medieval Historical Writing*. Britain and Ireland, 500-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

JESUZ, Viviane Azevedo de. *A cidade sob o texto: um estudo acerca da sociedade urbana inglesa a partir da narrativa de Geoffrey Chaucer (segunda metade do século XIV)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.

_____. *A litel jape that fil in oure citee: A construção da identidade cidadina e o discurso sobre a Londres Medieval*. (Tese de Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

KAEUPER, Richard W. *War, Justice and Public Order*. England and France in Later Middle Ages. Oxford: Clarendon Press, 1988.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei*. Um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KNOWES, David. *The Religious Orders in England: Volume II – The End of The Middle Ages*. Cambridge University Press, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

_____. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010.

LINSLEY, Christopher David. *Nation, England and the French in Thomas Walsingham's Chronica Maiora, 1376-1420*. (Doutorado em História). University of York, York, 2015.

MCFARLANE, K. B. *The Nobility of Later Medieval England*. The Ford Lectures for 1953 and Related Studies. Oxford: Oxford University Press, 1981.

MCKENNA, John W. Popular canonization as political propaganda: the cult of Archbishop Scrope. In: *Speculum*. Vol. 45, No. 4. Outubro, 1970. pp. 608-623

MCKENNA, John W. The coronation Oil of the Yorkist Kings. In: *The English Historical Review*. Vol. 82, No. 322. (Jan. 1967).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, Nº 34, 1992.

NORA, Pierre. *Los lugares de la memoria*. Montevideo, Ediciones Trilce, 2008.

NUTTALL, Jenni. *The creation of Lancastrian Kingship: literature, language and politics in Late Medieval England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ORMROD, W.M. Edward III and the Recovery of Royal Authority in England, 1340-1360. In: *History*, vol. 72, No. 234. Fevereiro 1987, pp. 4-19.

PIROYANSKY, Danna. *Martyrs in the making*. Political Martyrdom in Late Medieval England. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 2, n.3, 1989, pp. 3-15.

PRESTWICH, Michael. *English politics in the thirteenth century*. Grã-Bretanha: Macmillan Education, 1990.

_____. *Plantagenet England – 1225-1360*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

REIS, José Carlos. *Teoria e História: Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIGBY, S.H. (Ed.). *A companion to Britain in the Late Middle Ages*. (Blackwell companions to British history). Oxford: Blackwell Publishers, 2003.

RUBIN, Miri. *Emotion and Devotion*. The meaning of Mary in Medieval Religious Cultures. Budapeste e Nova York: Central European University Press, 2009.

SMITH, Anthony. *National Identity*. Londres: Penguin Books, 1991.

SORIA, José Manuel Nieto. El Reino: La monarquía bajomedieval como articulación ideológico-jurídica de un espacio político. In: *Los espacios de poder en la España medieval: XII Semana de Estudios Medievales*, Nájera, 2002.

_____. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real En Castilla*. Madrid: Eudema, 1988.

STAUNTON, Michael. *Thomas Becket and His Biographers*. Woodbridge: The Boydell Press, 2006.

STRATFORD, Jenny. (Org.) *The Lancastrian Court*. Harlaxton Medieval Studies Vol. XIII. Donington: Shaun Tyas, 2003.

STUBBS, William. *The Constitutional History of England*. In its origin and development. 3 volumes. Oxford: Clarendon Press, 1903.

THEILMANN, John M. Political Canonization and Political Symbolism in Medieval England. In: *Journal of British Studies*, Vol. 29, No. 3 (Jul., 1990).

THEILMANN, John M. The Miracles of King Henry VI of England. In: *The Historian*. Vol. 42, No. 3. (Maio 1980), pp. 456-471.

ULLMAN, Walter. Thomas Becket's Miraculous Oil. In: *The Journal of Theological Studies*, Vol. VIII, Ed. 1, Abr. 1957.

VAUCHEZ, André. *Sainthood in the later Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

WATTS, John. *Henry VI and the Politics of Kingship*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. *The Making of Polities – Europe, 1300-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

WHITFIELD, Derek W. Conflicts of Personality and Principle: The political and religious crisis in the English Franciscan Province, 1400-1409. In: *Franciscan Studies*, Vol. 17. No. 4. (Dezembro 1957). pp. 321-362.

WILKINSON, B. The deposition of Richard II and the accession of Henry IV. in: *The English Historical Review*. Vol. 54, nº 214. (Abril 1939). pp. 215-239.

WOLFFE, Bertram. *Henry VI*. New Haven and London: Yale University Press, 2001.

Sites Consultados:

Chancery and Supreme Court of Judicature: Close Rolls. Disponível em: <https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C3614>

Chancery: Liberate Rolls. Disponível em: <https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C3622>

Charter Rolls. Disponível em: <https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C3613>

Henry's route to Agincourt, 8-29 October 1415. Disponível em: <http://www.aginc.net/battle/route-map.htm>

Historical Counties. Map of UK Counties Disponível em: <https://www.milesfaster.co.uk/information/uk-counties-map.htm>

Mapa França e Inglaterra. Disponível em: <https://hystoricus.files.wordpress.com/2012/09/azin1.jpg>

Medieval financial records: Pipe Rolls. Disponível em: <https://www.nationalarchives.gov.uk/help-with-your-research/research-guides/medieval-financial-records-pipe-rolls-1130-1300/>

Middle English Dictionary. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary>

PAGE, William. "Friaries: Lynn" PAGE, William (ed.) *A History of the County of Norfolk: volume 2*. Londres, 1906. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/vch/norf/vol2/pp426-428>

ANEXO I – CRONOLOGIA

1337	Início da Guerra dos Cem Anos.
1346	Batalha de Crécy.
1356	Batalha de Poitiers.
1360	Tratado de Brétigny.
1377	Morte de Eduardo III Início do reinado de Ricardo II.
1381	Revolta Camponesa.
1386-1388	Movimento dos Lordes Apelantes.
1397	Thomas Arundel, Arcebispo de Canterbury é enviado a exílio.
1398	Henrique de Bolingbroke é enviado a exílio.
1399	Morte de John de Gaunt Confisco dos bens Lancastrianos pelo rei Deposição e Renúncia de Ricardo II Usurpação de Henrique IV.
1400	Campanha Escocesa de Henrique IV Início da Revolta Galesa.

1403	Início da Rebelião dos Percies Batalha de Shrewsbury.
1405	Formação do <i>Tripartite Indenture</i> Rebelião do Arcebispo de York, Richard Scrope.
1408	Fim da Rebelião dos Percies.
1411-1413	“Quase Regência” do Príncipe de Gales.
1413	Morte de Henrique IV Início do reinado de Henrique V.
1413-1414	Primeiro Levante Lollardista.
1415	Conspiração de Southampton Cerco de Harfleur Batalha de Agincourt Fim da Revolta Galesa.
1416	Tentativas dos franceses de recuperar Harfleur.
1417	Segundo Levante Lollardista.
1417-1420	Campanhas militares de Henrique V na França.
1420	Tratado de Troyes Casamento de Henrique V com Catarina de Valois.

- 1422** Morte de Henrique V | Morte de Carlos VI da França | Início do reinado de Henrique VI com 9 meses de idade como rei da França e Inglaterra | Protetorado do Duque de Gloucester | Regência na França do Duque de Bedford.
- 1423** Nobres juram lealdade a Henrique VI | Formação de um Conselho de Regência.
- 1423-1429** Embates entre o Duque de Gloucester e o Cardeal Beaufort pela regência da Inglaterra.
- 1429** Atuação de Joana D'Arc na Guerra dos Cem Anos | Henrique VI é coroado rei dos franceses em Notre-Dame de Paris | Henrique VI atinge a maioridade e é coroado em Westminster | Fim do Protetorado de Duque de Gloucester.
- 1435** Morte do Duque de Bedford.
- 1444** Tratado de Tours.
- 1445** Casamento de Henrique VI com Margaret de Anjou.
- 1450** Rebelião de Jack Cade.
- 1453** Fim da Guerra dos Cem Anos | Primeira crise de insanidade de Henrique VI.

- 1454** Início do Protetorado do Duque de York.
- 1455** Início da Guerra das Rosas | Segunda crise de insanidade de Henrique VI.
- 1458** O Arcebispo de Canterbury promove o *Loveday* como tentativa de encerrar os conflitos entre Lancastrianos e Yorkistas.
- 1460** Ato de Acordo no Parlamento.
- 1461** Primeira Deposição de Henrique VI | Ascensão de Eduardo IV de York.
- 1470** Retorno de Henrique VI ao trono.
- 1471** Segunda Deposição de Henrique VI | Retorno de Eduardo IV.
- 1485** Deposição de Ricardo III | Ascensão de Henrique VII Tudor.
- 1487** Fim da Guerra das Rosas.
- c. 1471 - c. 1530** Culto a Henrique VI e tentativas de sua canonização.
- c. 1596 - c. 1599** Shakespeare escreve as obras teatrais sobre os reis Lancastrianos.

ANEXO II – GLOSSÁRIO

Calendar of Charter Rolls — Conjunto de *charters* (cartas de concessão) emitidas pela chancelaria, e utilizadas pela Coroa a fim de conceder benefícios, liberdades, privilégios, isenções, títulos de nobreza e doações de terras. Tais materiais contêm também liberdades e privilégios concedidos a cidades, vilas, corporações, concessões de mercados, feiras, e também formação de *hundreds* (centenas). Se diferem dos *Patent Rolls* por serem realizados na presença de testemunhas, de modo a garantir a validade dos alvarás régios. Após o ano de 1517, foram descontinuados e integrados aos *Patent Rolls*.

C.f. Charter Rolls. Disponível em: <https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C3613>

Calendar of Close Rolls — Conjunto de cartas, *letters close*, emitidas pela chancelaria e preservadas em rolos, inicialmente ligadas ao tesouro régio, e continham a garantia de terras pela Coroa, porém, isso foi cada vez mais ficando ligado aos *Liberate Rolls*. Com o tempo, passou a conter títulos, bens e rendas garantidos pela Coroa.

C.f. Chancery and Supreme Court of Judicature: Close Rolls. Disponível em: <https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C3614>

Calendar of Patent Rolls — Contrasta em alguns pontos com os *Close Rolls*, embora também contenham a garantia de títulos. No entanto, grande parte de seu conteúdo se relaciona à entrega de certas regalias ou permissões para as cidades, criação de corporações, etc. Essa documentação também contém a concessão e confirmação de liberdades, privilégios, terras e tutelas.

C.f. Chancery and Supreme Court of Judicature: Patent Rolls. Disponível em: <https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C3626>

Gentry — A *gentry* era parte da aristocracia, mas não exatamente parte da nobreza. Era um grupo dominante da sociedade, portavam brasões, e possuíam a partir do século XII e XIII a garantia de alguns títulos não nobiliárquicos, como cavaleiro e escudeiro para diferenciação social. Eram ricos proprietários de terras e no Parlamento atuavam na Casa dos Comuns.

Guarda-Roupa (*Wardrobe*) — Sua função inicial corresponde ao nome, tinha como intenção manter o vestuário do rei, os emblemas régios, joias, entre outros. Entretanto, a partir do século XIII, passou a exercer funções administrativas, de controle das finanças da família real, e enviando ordens para a chancelaria e tesouro. Grande parte das ordenações régias até o século XV eram provenientes do Guarda-Roupa.

Household — Segundo o Dicionário Oxford, o termo *household* significa “uma casa cheia de gente, geralmente da mesma família”. Quando transportamos para a Idade Média, e sobretudo, pensando na política régia inglesa, a *household* significa muito mais uma corte familiar. Toda a equipe real, desde mordomos, capelães, conselheiros pessoais do soberano. De maneira geral, esses indivíduos exerciam funções administrativas ao lado do rei. A seção administrativa mais importante da *household* era o Guarda-Roupa (*Wardrobe*).

C.f. Household. In: Dicionário Oxford Escolar para estudantes brasileiros de inglês. Oxford: Oxford University Press, 2009. (Edição atualizada de 2019)

Hundreds — Poderíamos traduzir como “centenas”. Eram subdivisões administrativas dos condados. A partir do século XIII, grande parte dessas *hundreds* estavam sob posse privada. Nesses espaços a jurisdição das cortes eram administradas pelos homens do lorde local ao invés dos oficiais do rei. Segundo Michael Prestwich, já em 1272, das 628 *hundreds*, 270 eram de posse do rei enquanto 358 estavam em mãos particulares. Em alguns condados não havia *hundreds*

C.f. PRESTWICH, Michael. *Plantagenet England – 1225 – 1360*. Oxford: Oxford University Press, 2005. pp. 69 – 70.

Kingship — Poderia ser traduzido como “realeza”. Todavia, o termo se relaciona muito mais ao estado e posição do rei, englobando, segundo Michael Hicks, as prerrogativas administrativas do monarca (administração, governo, império, jurisdição, senhorio e propriedades régias) como ainda as prerrogativas simbólicas (a dignidade régia, a majestade, as regalias e a sacralidade).

C.f. HICKS, Michael. *English political culture in the Fifteenth Century*. Londres: Routledge, 2002. p. 28.

Liberate Rolls — Alvarás expedidos pela chancelaria, ordenados pelo Tesouro régio, contendo o pagamento, com dinheiro do Tesouro, de pensões, estipêndios, despesas da *household* entre outros. Em 1200, já havia a produção dos *Liberate Rolls*, mas a riqueza de detalhes em torno dos gastos da Coroa se iniciam com o reinado de Henrique III em meados do século XIII.

C.f. Chancery: Liberate Rolls. Disponível em:
<https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C3622>

Lollardismo — Também chamado por alguns historiadores como movimento Lollardo, foi um proto-protestantismo, vigorando na Inglaterra entre meados do século XIV e XV, restando ainda algumas influências no século XVI. Inicialmente foi liderado por John Wycliff, teólogo da Universidade de Oxford, desligado da instituição em 1381 por suas críticas à Igreja. Em inglês, os Lollardos comumente eram chamados de *Lollards*, todavia, quando chegamos no século XV, praticamente qualquer ato herético na Inglaterra, independente de ter correlações com as ideias de Wycliff, era considerado parte do movimento Lollardo. Apesar de algumas hipóteses, a origem do termo é incerta.

Lordes Apelantes: Do termo em inglês *Lords Appellants*. Foi um grupo de nobres que se opuseram ao rei Ricardo II e sobretudo seus preferidos na Corte, entre os anos de 1386 e 1388. Desde que Ricardo II assumiu o trono em 1377, o monarca buscou aumentar seu poder e tomar as rédeas das decisões referentes à guerra na França, em um contexto em que o soberano buscava a paz. Ricardo se aproximou de diversos nobres que se tornaram seus preferidos, dentre tais Robert de Vere, conde de Oxford (que se tornou marquês de Dublin) e

Michael de la Pole, conde de Suffolk, e incomodavam outros da alta nobreza. Os principais Apelantes eram Thomas Woodstock, duque de Gloucester e tio do rei, Richard FitzAlan, conde de Arundel e Surrey, Thomas Beauchamp, conde de Warwick, Henrique de Bolingbroke, conde de Derby (futuro Henrique IV), Thomas Arundel e Thomas Mowbray, conde de Nottingham. O movimento teve sucesso de afastar Robert de Vere do Conselho régio em 1387 e de la Pole foi assassinado em 1388. Após o movimento, Ricardo II iniciou uma empreitada para retomar seus poderes como rei, e no final da década de 1390 o rei iniciou uma perseguição aos líderes do movimento da década anterior.

C.f. DODD, Gwilym. *The reign of Richard II*. Stroud: Tempus, 2000.

Pipe Rolls — Eram registros financeiros arrolados pelo Tesouro, contendo pagamentos, cobrança de impostos, entre outras taxas (inclusive senhoriais). O detalhamento do recolhimento de impostos nos condados também estava presente nos *Pipe Rolls*. Serviam como uma espécie de registro para “auditoria” das finanças da Coroa.

C.f. Medieval financial records: Pipe Rolls. Disponível em: <https://www.nationalarchives.gov.uk/help-with-your-research/research-guides/medieval-financial-records-pipe-rolls-1130-1300/>

Privy Seal — Selo utilizado pela monarquia a partir do século XIII, com origem no Guarda-Roupa, portanto ligado diretamente à *household*, presente nos documentos enviados à chancelaria, ditando as ordenações régias.

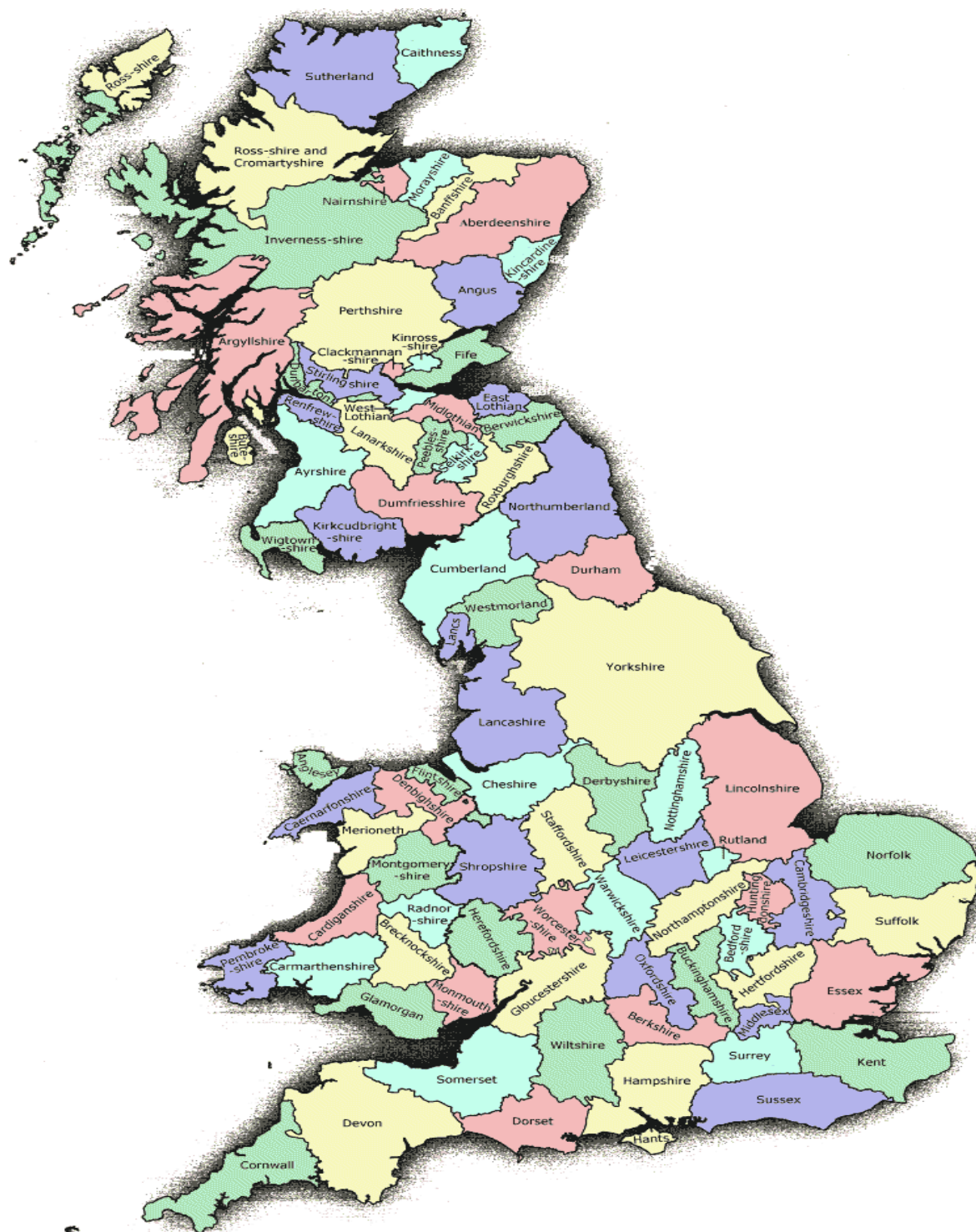
Rotuli Parliamentorum — Atas do Parlamento inglês, produzidas desde o século XIII, preservadas em rolos de papiro, escritas na maioria em francês e latim. Apenas no final do século XV o inglês inicia seu protagonismo nessa documentação.

Secret Seal — Selo privado do rei, que substitui o *Privy Seal* no século XIV.

ANEXO III – MAPAS

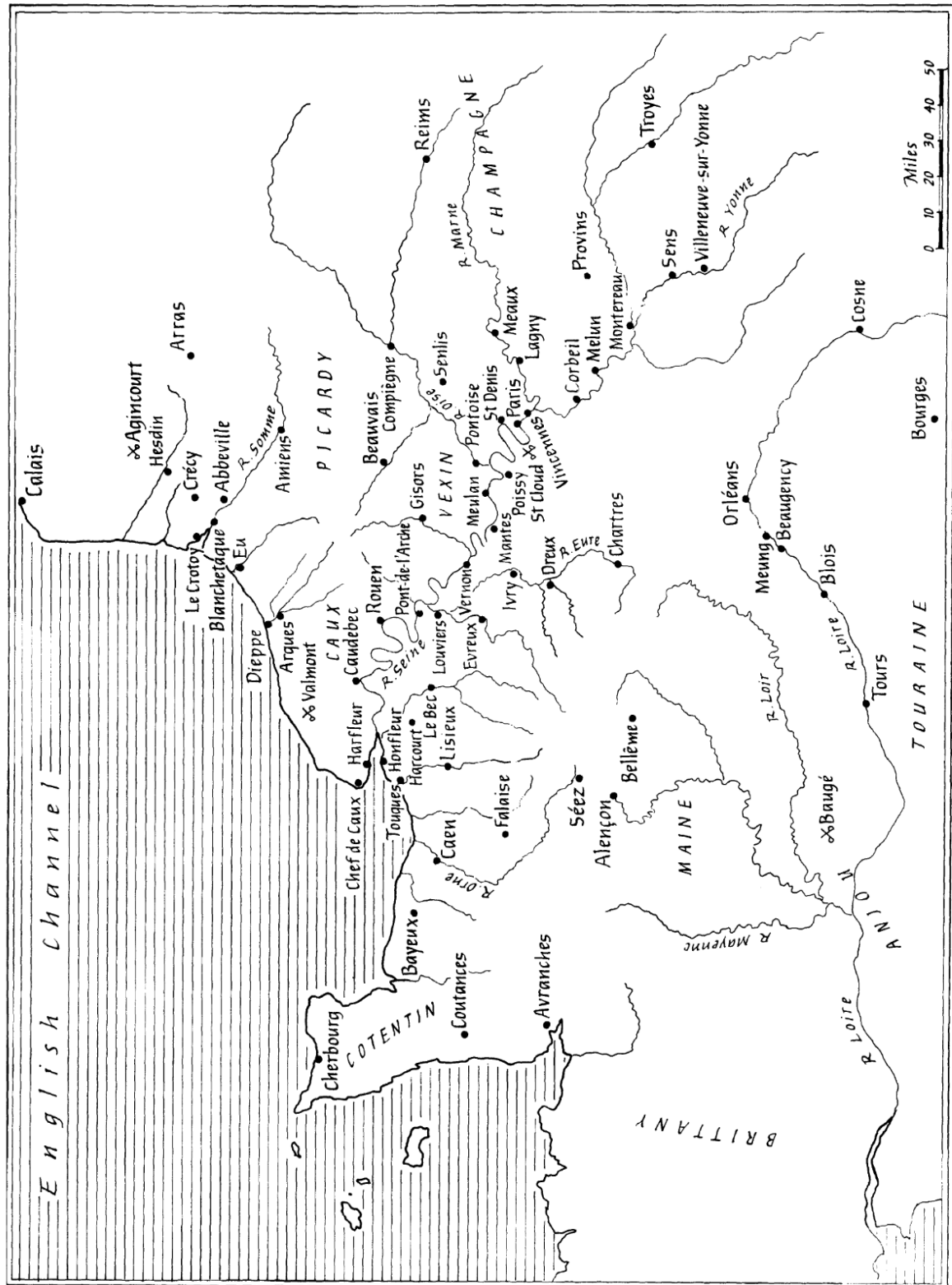
MAPA I – Condados históricos da Ilha da Grã-Bretanha.

Historical Counties. Map of UK Counties Disponível em:
<https://www.milesfaster.co.uk/information/uk-counties-map.htm>



Mapa II – Normandia no início do século XV.

ALLMAND, Christopher. *Henry V*. Los Angeles: University of California Press, 1992. p. XVI.



Northern France in the early fifteenth century.

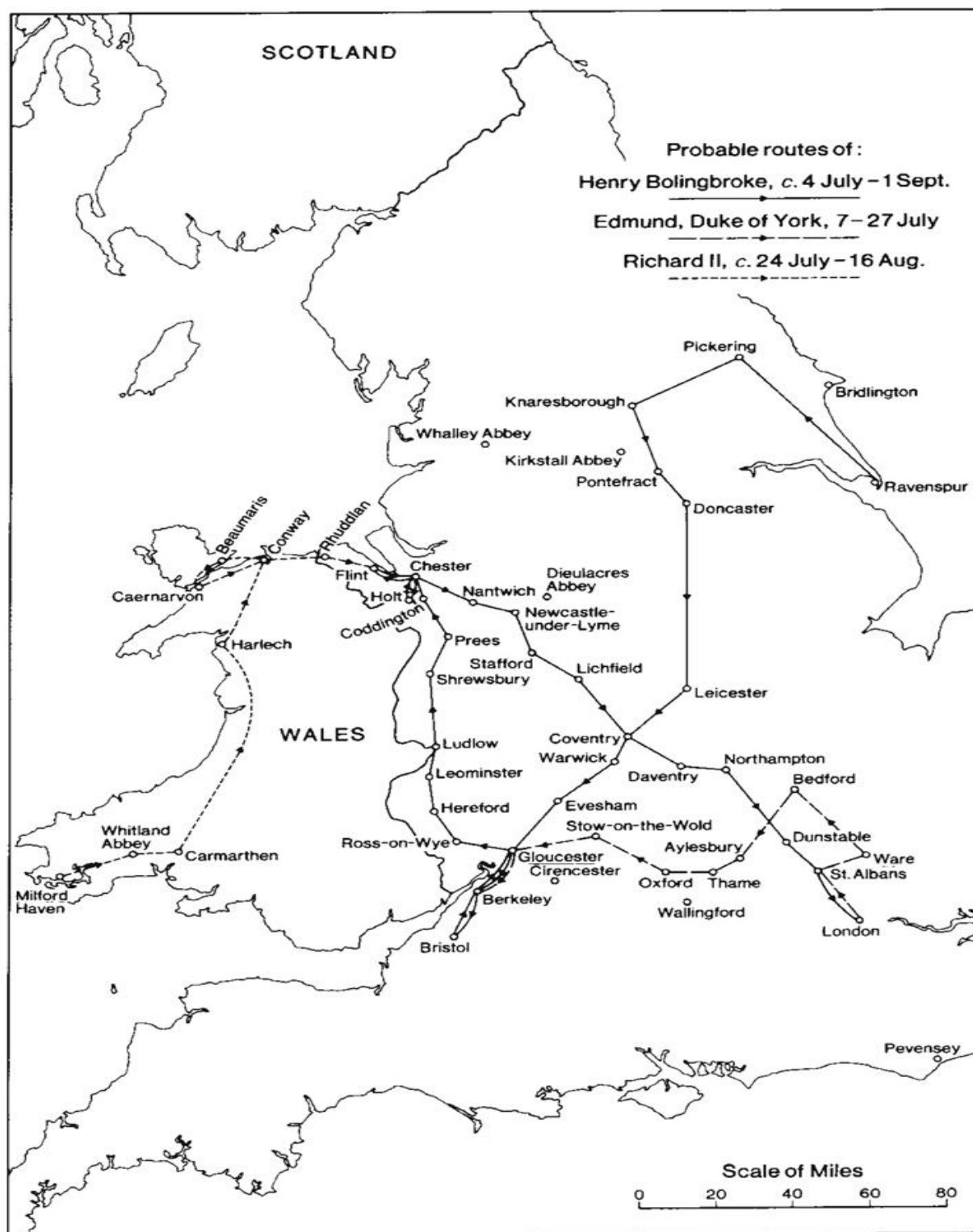
MAPA III – Principais possessões do Ducado de Lancaster.

GIVEN-WILSON, Chris. *Henry IV*. New Haven and London: Yale University Press, 2016. (Versão EBook). p. 41.



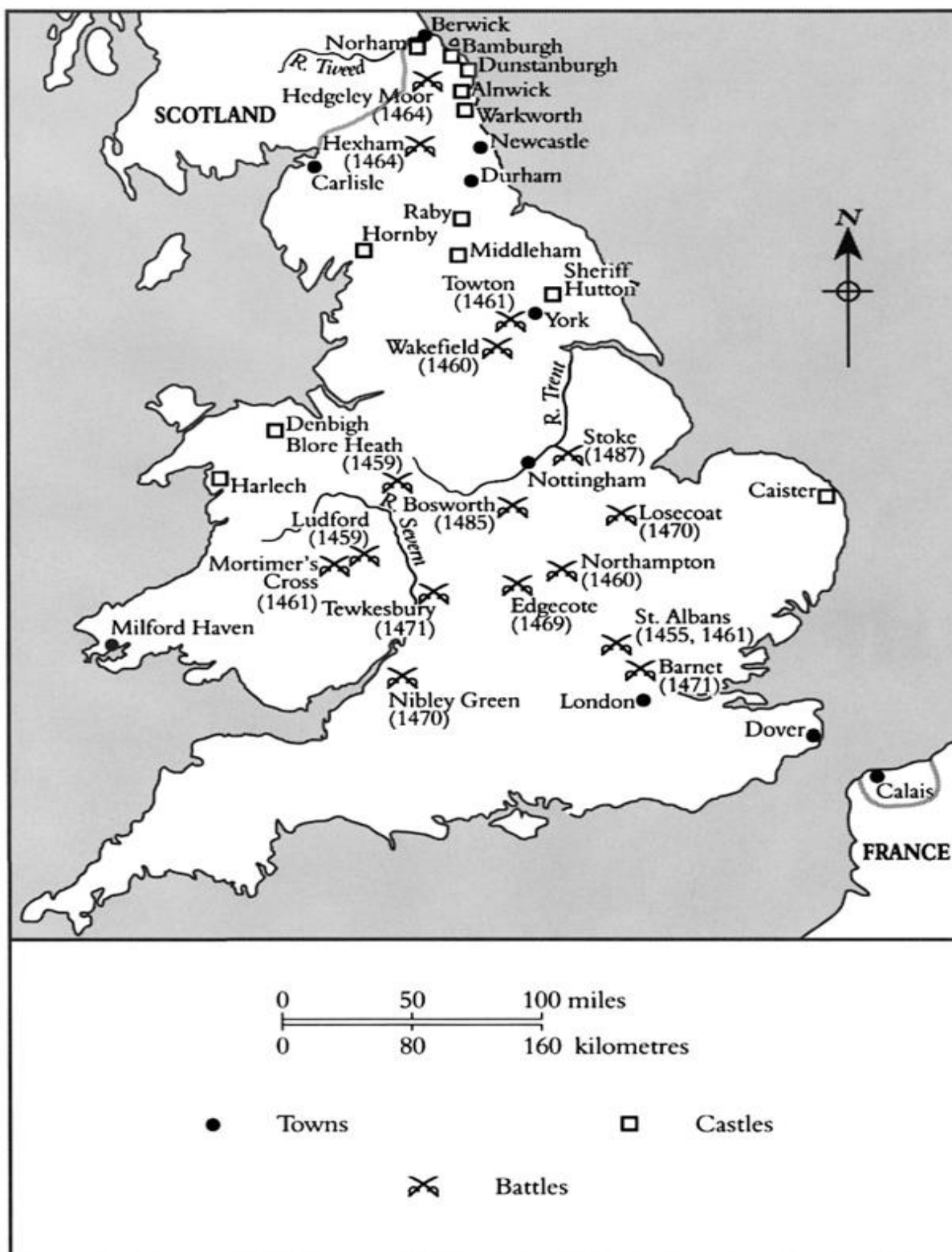
MAPA IV – Campanha de Henrique de Bolingbroke para tomada do trono em 1399.

GIVEN-WILSON, Chris. *Henry IV*. New Haven and London: Yale University Press, 2016. (Versão EBook). p. 141.



MAPA V – Batalhas da Guerra das Rosas

CARPENTER, Christine. *The War of the Roses: Politics and constitution in England c. 1437-1509*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. XV.



ANEXO IV – ANTOLOGIA DE FONTES

Extrato 1:

Título: Abertura do Parlamento de 1399 com sermão do Arcebispo de Canterbury.
Referência: Pronuciacioun du Parlement. In: <i>Rotuli Parliamentorum – Henry IV 1399 – Part 1</i> . Ed. Chris Given-Wilson, Paul Brand, Seymour Phillips, Mark Ormrod, Geoffrey Martin, Anne Curry and Rosemary Horrox (Woodbridge, 2005) p. 415.
Referência Bíblica: 1Mc. 6:57; Js. 11:10
Resumo: O extrato abaixo é parte dos Rolos do Parlamento de 1399, quando a assembleia discutiu a deposição de Ricardo II e ascensão de Henrique IV. Aqui foi selecionado o sermão proferido pelo Arcebispo de Canterbury, Thomas Arundel, que apontou como o reino da Inglaterra estava à beira da ruína devido aos crimes de Ricardo II e seus preferidos, e a necessidade de um soberano maduro.
1. Au parlement somons et tenuz a Westm' par le Roy Henry le quart, lundy le jour de Seinte Feie la virgine, qe feust le vi^{me} jour d'Octobre, l'an du regne mesme le Roy Henry primer; seant mesme le roy en soun see roiale [en] la Grande Sale de Westm', en presence de luy mesmes et de toutz les seignours espirituels et temporels et des communes y venuz par auctorite et somons du parlement, et des plusours autres gentils et communes esteantz a tresgrant nombre, Thomas d'Arundell' ercevesqe de Canterbirs reherceant, coment, le maresdy darrein passez qe feust lendemain de Seint Michel et le jour de Seint Jerome le doctour, a quel jour le Roy Richard second apres le conquest avoit sommonez soun parlement d'y estre tenuz; quele sommons ne feust du nulle force n'effect, a cause de l'acceptacioun de la [renunciacioun fait par] le dit Roy Richard, et de la deposicioun de mesme le Roy Richard qe feust fait le maresdy suisdit, come par le record et proces ent faitz et enrollez en cest rolle du parlement piert pluis au plein, 2. [et] monstra et declara, coment mesme le maresdy, en presence du dit Roy Henry et des seignours espirituels et temporels et les communes suisditz, le dit ercevesqe avoit [monstre, qe cest honorable] roialme d'Engleterre, q'est la pluis habundant angle de richesse parmy tout le monde, avoit estee par longe temps mesnez, reulez, et gouvernez par enfauntz, et conseil des [vefves; par ont mesme le] roialme feust en point de perdicioun, et d'avoir este mys a tresgrande desolacion et meschief tresdolorusement, s'il ne fuisse qe Dieu toutpuissant de sa [grand grace et mercy avoit mys un homme] sachant et discret pur

governance de mesme le roialme, le quele par l'eide de Dieu voet estre governez et conseillez par les sages et aunciens de soun [roialme, pur aide et confort de] luy mesmes et de tout soun roialme. Et dist outre, qe homme doit especialment considerer, coment mesme ceste honorable roialme, qe si longement ad endurez [ove tiele meschevouze governance,] wast, et destruccioun, s'il eust este mys en bone et jouste governance, et reulez par sage et sufficient conseil come il deust de droit: quele roialme, [d'avoir,] de richesse, habundance, [commoditees,] et pluseurs autres profitz, il vorroit avoir este entre toutz autres roialmes du monde.

3. Et sur ceo mesme l'ercevesqe prist a [son theame] le parole [de Machabeon] primo, endisant, 'Incumbit nobis ordinare pro regno', c'este adire, q'il est la volute du roy d'estre conseillez et governez par les honorables, sages et discretas personas de soun roialme, et par leur commune conseil et assent faire le meulx pur la governance de luy et de soun roialme; nient veullant estre governez de sa volute propre, ne de soun purpos [voluntarie, singulere] opinione, mais par commune advis, conseil et assent, come desuis est dit. Et mesme l'ercevesqe dist outre, coment il n'y ad roialme du monde q'a poy poet vivre par soy [mesmes sans aide d'autri] roialme si honorablement ne si gracieusement ne plentiuusement come purra ceste honorable roialme d'Engleterre, qe Dieu saufe garde, et maintiegne.

4. Et sur ceo [allegea certeine auctorite,] endisant, 'quod inter omnia regna hoc principatum tenet'. Et monstra sur ceo, coment al governance de chescun roialme trois choses sont requis en especiale; [c'estassavoir, justice,] les loies de la roialme gardez, et chescune persone mesnez et governez en soun estat et degree: et allegeant sur ceo plusours causes pur queux ceste roialme doit estre gracieusement [cherries et tenus] en tres grand honore et chierté especiale. Et dist outre, q'il feust la volute du roy de garder cestes trois choses par l'aide de Dieux. Et outre ceo dist, qe la volute du roy est en especiale, qe seint esglise eit et enjoise toutes ses libertees et franchises, et qe toutz les bons estatutz et ordinances faitz en temps de ses nobles progenitours soient fermement tenuz et gardez; et qe toutz les seignours espirituelx et temporelx, citees, et burghes, et toutz autres, aient et enjoient leur libertees et franchises solonc les grantes ent faitz par ses nobles progenitours suisditz: et qe par tant nul homme deust parler ne adjudger de nulle chose qe serroit affaire en cest parlement; qar il est la volute du roy en sa foy et conscience de faire egale justice et equite de toutz partz, solonc la volute et [aide] et grace de Dieu ent a luy donez.

Tradução Livre

1. Ao parlamento convocado e realizado em Westminster pelo Rei Henrique IV, na segunda-feira, dia de Santa Fé, a Virgem, que foi no sexto dia de outubro, no primeiro ano do reinado do mesmo rei Henrique – quando o mesmo rei estava sentado em seu trono no Grande Salão de Westminster, em sua presença, e a de todos os lordes espirituais e temporais e dos comuns que ali tinham chegado pela autoridade e convocação do parlamento e de muitos outros nobres e comuns em grande número – Thomas de Arundel, arcebispo de Canterbury, ensaiando como, na terça-feira anterior, que era a manhã de Michaelmas e o dia de São Jerônimo, o doutor (em que dia o rei Ricardo, o segundo desde a conquista, convocou seu parlamento para lá; cuja convocação não tinha força ou efeito, por causa da aceitação da renúncia feita pelo dito rei Ricardo, e da deposição do mesmo rei Ricardo, que ocorreu na mesma terça-feira, como aparece mais detalhadamente no registro e processo deste feito e inscrito neste rolo do parlamento)

2. explicaram e revelaram como, na mesma terça-feira, na presença do dito Rei Henrique e dos lordes espirituais e temporais e os mencionados comuns, o referido arcebispo declarou que este honroso reino da Inglaterra, que é o canto mais generoso e bem dotado de todo o mundo, tinha sido por muito tempo liderado, comandado e governado por crianças, e por conselho das viúvas; como resultado do qual o mesmo reino estava à beira da ruína, e de ser gravemente e terrivelmente destruído e devastado, se o Deus Todo-Poderoso não tivesse através de sua grande graça e misericórdia enviado um homem sábio e prudente para governar o mesmo reino, aquele que, com a ajuda de Deus, deseja ser governado e aconselhado pelos sábios e anciãos de seu reino, para sua própria vantagem e assistência e a de todo o seu reino. E além disso, ele disse que as pessoas deveriam considerar especialmente em que estado este mesmo reino honorável, que há tanto tempo tem suportado tão mau governo, desperdício e ruína, teria sido, se tivesse sido se colocado sob um governo bom e justo, e governado por um conselho sábio e adequado, como deveria por direito ter sido; tal reino, com seus bens, riquezas, abundância, e várias outras vantagens, ele desejava ver ocupar seu lugar entre todos os outros reinos do mundo.

3. Imediatamente, o mesmo arcebispo tomou como tema as palavras de 1º Macabeus, dizendo: “Além disto, os cuidados do reino aguardam-nos”, isto é, que é a vontade do rei ser aconselhado e governado pelo povo honrado, sábio e prudente de seu reino, e por seu conselho comum e consentimento para fazer o melhor para o governo de si

mesmo e de seu reino; não desejando ser governado por sua própria vontade, nem por suas inclinações arbitrárias ou opiniões pessoais, mas por conselho comum, conselho e consentimento, como foi dito acima. E o mesmo arcebispo disse além disso, como não há nenhum reino no mundo que possa chegar perto a existir por conta própria, sem a ajuda de qualquer outro reino, como honrosamente ou tão graciosamente ou tão abundantemente como este honorável reino da Inglaterra é capaz de, e que Deus proteja e mantê-lo.

4. E então ele citou uma certa autoridade, dizendo, “Hasor era outrora, a capital de todos esses reinos”. Então ele mostrou como, para o governo de cada reino, três coisas são especialmente necessárias: isto é, justiça, a observância das leis do reino, e que cada pessoa deve ser ordenada e governado de acordo com sua propriedade e grau: após o que ele citou muitas razões pelas quais este reino deveria ser graciosamente estimado e mantido na mais alta honra e afeição especial. E, além disso, ele disse que era a vontade do rei defender esses três princípios, com a ajuda de Deus. E, além disso, ele disse que é especialmente a vontade do rei que a santa igreja tenha e goze de todas as suas liberdades e franquias, e que todos os bons estatutos e ordenanças feitos nos tempos de seus nobres progenitores sejam firmemente mantidos e observados; e que todos os senhores espirituais e temporais, as cidades, burgos e todos os outros, tenham e gozem de suas liberdades e franquias, de acordo com as concessões feitas a eles por seus supracitados nobres progenitores: e que, portanto, nenhum homem deve falar ou julgar tudo o que deveria ser feito neste parlamento; porque era a vontade do rei em sua fé e consciência fazer igual justiça e equidade em todos os lados, de acordo com a vontade, ajuda e graça de Deus dada a ele sobre este assunto.

Extrato 2:

Título: <i>Ordo</i> de coroação dos reis ingleses.
Referência: Liber Regalis. In: LEGG, L.G. Wickham. (Ed.) <i>English Coronation Records</i> . Westminster: Archibald Constable & Co. Ltd, 1902. pp. 81 – 130.
Referências Bíblicas: Eclo. 32:1; 1Rs. 3:9.
Resumo: O extrato mostra detalhes do <i>ordo</i> de coroação dos monarcas ingleses. Trata-se da quarta edição, primeiramente usado, provavelmente, na sagração de Eduardo II. O <i>Liber regalis</i> era de custódia do Deão de Westminster. Abaixo, há uma seleção de alguns aspectos importantes para a preparação da coroação, como a procissão por Londres, a regra do domingo e dias santos, e a unção.
Hic est ordo secundum quem Rex debet coronari pariter et inungi. (p. 81) (...)Rex autem precedenti die coronacionis sue, de turri londoniensi per mediam ciuitatem uersus palacium regium westmonasterii in cultu decentíssimo equitabit, plebi occurrenti se offerens intuendum capite denudato. Et preuideatur semper quod coronacio tarn regis' quam regine fiat in die dominico uel in festo aliquo solempni. Memoratus uero princeps nocte precedente coronacionis sue diem uacabit contemplacioni diuine et oracioni intime considerans ad quem apicem, sit uocatus, qualiter is per quem reges regnant ad populi sui ac plebis christiane gubernacionem ipsum specialius preelegit. Et cogitet illud sapientis. <i>Principem te constituerunt noli extolli, sed esto in illis quasi unus ex illis</i>. Et cogitet dignitatem regalem, sibi a deo prestitam tanquam homini mortali et ipsum iccirco ad tantam sublimitatem uocatum a deo ut ecclesie catholice sit defensor, fidei christiane dilatator, ac regni sui et patrie sibi a deo commisse secundum uires protector. In oracione autem salamonis imiteturprudencia cui in sui regnprimordiopro cultu creatoris ab ipso creatore preceptum est ut ea peteret que sibi uellet conferri. Qui non aurum non argentum neque diuicias nee de inimicis uictoriam ut homo iuuenis sibi dari deprecatus est. Sed magis ea postulauit que et deus gratis preberet, et utiliter hom,o perciperet. Redde michi inquit domine mentem sanam, et prudenciam bonam. ut circa populum iustum possim uerumque proferre iudicium. Deprecetur igitur princeps ut diuinitatis prouidencia que ipsum ad tantt regimen ordinauit imperii sibi largiri dignetur. Iusticiam, pietatem. et prudenciam. Iusticiam circa subiectos. pietatem circa deum, et prudenciam circa regni gubernacionem. quatinus nulloy fauore mollitus. nullis

iniuiciis commotus. nulla concupiscencia illectus, nullaque alia passione constrictus. in semitis karum uirtutum inoffenso pede ualeat pertransire. **(pp. 82-83)**

Tradução Livre / Trechos bíblicos com base na Bíblia de Jerusalém.

Esta é a regra segundo a qual um rei deve ser coroado e ungido.

Agora, o rei no dia anterior à sua coroação deve cavalgar de cabeça descoberta da Torre de Londres pela cidade até seu palácio real em Westminster em trajes adequados, oferecendo-se para ser visto pelas pessoas que o encontrarem.

E é de notar que a coroação do rei e da rainha deve acontecer sempre em um domingo ou algum dia santo.

Agora, o dito príncipe, na noite anterior ao dia de sua coroação, se entregará à contemplação celestial e à oração, meditando ao alto posto ao qual foi chamado e como aquele por quem os reis governam, o nomeou especialmente para governar seu povo e o povo cristão. E que ele pondere sobre estas palavras do sábio: *Puseram-te como presidente? Não te envaideças, mas sê com os convivas como um dentre eles.* E que ele medite que a dignidade real lhe foi dada, por Deus como a um homem mortal, e considere que ele foi chamado a tão alta posição por Deus para ser um defensor da Igreja Católica, um extensor da fé cristã, e proteger, na medida do possível, seu reino e país que Deus deu a seu cargo. Em sua oração, ele deve imitar a prudência de Salomão, a quem foi dito no início de seu reinado para pedir o que desejasse: e ele pediu, não por ouro nem prata, nem riquezas, nem vitória sobre seus inimigos, como um jovem, mas ele pediu o que Deus daria gratuitamente, e o homem receberia com proveito. *Dá a teu servo um coração cheio de julgamento, para governar teu povo e discernir entre o bem e o mal.* E o príncipe orará para que a providência de Deus, que o levantou para governar um império tão grande, tenha o prazer de lhe dar justiça, piedade/devoção e sabedoria; justiça a seus súditos, devoção para com Deus, sabedoria no governo de seu reino, que não suavizado por nenhum favor, perturbado por nenhum inimigo, seduzido por nenhuma luxúria e impedido por nenhuma outra paixão, ele pode andar com pé firme nos caminhos da essas virtudes.

Extrato 3:

Título: Carta do Papa João XXII para o rei Eduardo II sobre o óleo de Thomas Becket.
Referência: Letter of John XXII to Edward II about the Oil of Coronation. In: LEGG, L.G. Wickham. <i>English Coronation Records</i> . Westminster: Archibald Constable & Co. Ltd, 1902. pp. 69-76
Resumo: O extrato abaixo trata-se da carta do Papa João XXII para o rei Eduardo II em relação ao óleo sagrado de Thomas Becket. O rei havia enviado Nicholas Stratton e outros emissários à Santa Sé para pedir permissão ao Papa que ocorresse uma nova coroação com a relíquia sagrada. A fim de julgar o pedido, o Pontífice se reuniu com o Bispo de Sabina e analisou as provas da veracidade da relíquia e da lenda do óleo Becket, inclusive suas capacidades curativas. Por fim, recomendou que se o soberano inglês realizasse nova unção, deveria fazer em segredo, pois uma nova unção não anulava a primeira.
[Vatican, Papal Registra Ioan, xxii, Secreta, na, i, ad iv. T.ii. No. Cx.] Joannes XXII., etc., Carissimo in christo filio Edwardo Regi Anglie illustri. Venientes ad nos venerabilis frater noster A[dani] Herefordensis episcopus, ac tui ambaxatores et nuncii, quos ex causis certis ad mostram presentiam, tu, fili carissime, destinasti, credentie per te date ipsis super quodam tuo secreto negocio nobis litteram presentarunt, necnon et litteras alias uenerabilium fratrum nostrorum J[oannis] Eliensis J[oannis] Norwicensis, et R[ogeri] Sarisburiensis episcoporum, pendentibus munitas sigillis, que responsiones fratris N. ordinis predicatorum nostri penitentiarii, quern pro hoc facto secrete ad nos iam ante tua magnitudine transmiserat ad interrogata facta ipsi super predicto negocio continebant. Nos autem benigne audiuius quecumque sub dicta credentia dicere uoluerunt. Set et presente uenerabili fratre nostro G[ulielmo] Sabinensi Episcopo ad nos uocato propter hoc, litteras responsionis antedictas ex integro legi fecimus, et contenta notauimus diligenter. Sane uolentes serenitatem Regiam non latere que et qualia dictus frater N. tua ex parte nobis proposuit, et pro qualibus supplicauit, et etiam que et qualia a nobis responsa receperit, et commissa, ea prudentie tue insinuare integre curauimus per presentes. Noscat igitur Regalis magnificentia, quod antedictus frater ab ipso oblata prius sue credentie littera, et perlecta a nobis multum secrete nobis solis proposuit de unctione quadam revelata ut dicebat celitus, que sequuntur. In primis quod glorioso Thome martiri exulanti in francia orati, et pro bono statu Regni Anglie deprecanti, apparuit virgo beatissima mater Christi, dicens ei, quod pro ecclesia moreretur, et quod quintus Rex Anglie ab eo qui regnabat tunc, esset uir benignus, et ecclesie dei pugil, pro

quo et suis successoribus inungendis tradidit dicto sancto Ampullam unam cum sacratissima unctione, adiciens, quod hie rex in uirtute unctionis predictae recuperaret sanctam [terram] de manibus paganorum. Insuper quod idem sanctus Thomas de mandate beate virginis cuidam monacho monasterii sancti Cipriani dictam unctionem tradidit secretius occultandum, dicens eidem quod reuelari deberet tempore oportuno, et quod paganorum caput reuelationis huiusmodi causa esset. Dixit preterea quod dictus monachus recepto iocali hoc, et lamina quadam de metallo, in qua martir ipse scribi fecerat antedicta, peragens pictauim, et in ecclesia sancti Georgii in quodam loco ipsa ascondens, ac magnum lapidem supponens, fideliterque sibi missa fuerant adimpleuit. Transumptum uero scripture dicte lamine, ut asserebat sepedictus frater N. scriptum soli sibi legibili in quadam cedula manutenebat, ex cuius lectione sermo suus in predictis decurrere uidebatur, ex ipsis tamen aliquociens aliqua exprimebat. Fecit denique mentionem de unctione quadam beato Leoni Pape reuelata diuinitus, et duabus laminis aureis, in quibus per ipsum sanctum ad banc unctionem pertinentia scripta erant, absconditis in alamannia aquisgranis, de qua frater dictus per Archiepiscopum Turpinum unctum secreto fuisse Regem magnum Karolum affirmabat. Subsequenter dixit, quod cum paganorum Princeps maior de unctione hac, et uirtute eius responsa a demonibus accepisset, quodque si ea de Pictauimt ubi erant abscondita habere ualerent possent pagani a christianis melius se tueri ad requirendum et habendum hec, uirum paganum militem et unum christianum cum filio destinauit, magnis promissis denariis cum redirent. Pagano autem milite subtracto per mortem de medio, pater christianus cum filio uenientes Pictauim antedicta iocalia receperunt, que recepta sic ad manus primo Regis theotonie, dehinc ducis Barbancie deuenerunt. Qui dux ad coronationem tuam ueniens unctionem predictam secum detulit, et ut ungereris ea tue excellentie presentauit. Set tu, fili dilecte, de tuorum consilio unctione consueta contentus, recipere oblatam aliam noluisti. Post hec adiunxit, quod cum ipse cum Ducissa Barbancie germana sorore tua in Barbantia moraretur, ubi tunc aderat dicti ducis soror Comitissa Luceburgensis postmodum Imperatrix, ac quadam die ampullam cum unctione intrans. Cameram dicte Comitisse secum portaret absconditam, ipsa stupefacta dixit, frater N. quid portatis uobiscum, nam ego sentio odorem eximium superantem fragrantiam omnium unguentorum Deinde cum ilia orasset deum, quod de unctione hac per aliquod miraculum in sua faciendum persona sibi ostenderet ueritatem, accidit, quod ea sedente in mensa, cum cultello quodam tam grauiter manum lesit, quod de curatione eius Cirurgici desperarent. Set postmodum cum ipse frater ad eius instantiam detulisset ad ipsam unctionem predictam

in uasculo, in quo erat, et superposuisset lese manui, illico est curata. Demum retulit idem frater, quod tu attente considerans tibi postmodum, Regnoque tuo aduersitates plurimas accidisse, informatus ab aliquibus putabas indubie, ea tibi ac Regno euenisse tuo propter omissionem unctionis predictae, quodque si eam susciperes, a te cuncta pellerentur aduersa, teque felices successus in omnibus sequerentur. Unde ipsam suscipere feruenti desiderio affectabas. Varum prefato non obstante desiderio hoc facere distulisti, donec nostrum accepisses responsum, na peccatum esset ipsam suscipere, et na te ipsa ungi bonum et expediens putaremus. Quapropter memoratus frater N. pro serenitate tua nobis humiliter supplicauit, quatinus super premissis nostrum tibi consilium mittere dignaremur, et quod ubi nostro iudicio accipere unctionem illam culpa non esset, alteri dilectorum filiorum nostrorum Cardinalium, qui apud te tunc temporis presentes erant, aut prelato alicui Regni tui, quod eam tibi impenderet daremus per nostras litteras in mandatis.

Nos uero uolentes tibi super hiis maturius respondere, diximus fratri prefato, quod nobis unum de Cardinalibus, cum quo conferre possemus, et de quo tu plene confideres nominaret. Quo nominante predictum Sabinensem Episcopum, ipsoque ad nostram [presentiam] propterea euocato, et sibi imposito quod secreto teneret omnia, que audiret tangentia factum istud, Uoluimus ut in eiusdem Episcopi presentia omnia, que nobis solis super hoc dixerat enarraret, ipsique simul ad partem conferrent super huiusmodi negocio diligenter. Premissis igitur in nostram considerationem deductis, et super hiis cum sepedicto Cardinali collatione habita diligenti, quo ad primum quesitum uisum nobis fuit finaliter, supposito tamen, quod tu, fili, ex probabilibus et rationabilibus coniecturis, crederes firmiter unctionem hanc a beata uirgine datam esse, et te esse illum qui primus ex ea predicatur inungendus, necnon, quod banc optabas accipere ad honorem dei, et specialiter ad debellandos ultra mare fidei inimicos, quod cum non colligeretur ex nobis relatis observatio diei, uel hore, seu supersticiose rei alterius, ipsam sumere non poterat [esse] supersticio nee peccatum. Unctio etiam hec prime non derogat quam sumpsisti. Tum quia Regalis unctio in anima quicquam non imprimit, tum etiam quod ab illa ista esse esse alterius rationis dicitur, quo ad materiam, et ad formam. Secunde uero petition! Tue, qua petebas per nos “consuli” tibi na deberes recipere, et de conferenda daremus prelato alicui in mandatis, et aliter tunc duximus respondendum, quod cum de predictis nobis prout conuenit non constaret, quod ea ungi deberes nolebamus consulere, set nee concedere, uel negare. Diximus tamen ei, quod si te recipere ipsam contingeret hoc per episcopum clam fieret et secreto, nam si palam possent ex hoc admiratio magna et scandalum forsitan

exoriri. Committere autem prelato cuicumque, quod tibi conferret eandem omnino renuimus, quin potius petitionem factam super hoc certis ex causis totaliter duximus denegandam. Verum cum tuos felices successus ex nostri cordis intimis affectemus, hoc dudum Celsitudini tue per dictum N. comisimus, ac tibi per nostras litteras idem mandauimus, quod cum nee unctio, nee aliquid nisi ad Deum esses dispositus proficere quicquam posset, magno affectu hortabamur te, sicut et hoc ipsum recolimus alias pluries nos fecisse, quod te sollicite diuinis coaptares beneplacitis uirtuosam ducendo uitam in te et tuis subiectis colendo iustitiam, ac recognoscendo ut teneris Romanam ecclesiam matrem tuam, necnon et omnes ecclesias tui Regni et domini in suis libertatibus et priuilegiis integre conseruando. Premissa sunt, fili carissime, et que tuus nuncius frater predictus nobis proposuit, que etiam tibi respondimus. Hec et nonnulla alia, que sub nostre littere credentia ei commisimus tue magnificentie ex nostro nomine referenda. Datum Auinionie iijj. Nonas lunii, anno secundo.

Tradução Livre

João XXII, etc., ao seu mais querido filho em Cristo, Eduardo, ilustre rei da Inglaterra.

Nosso venerável irmão, Adam, Bispo de Hereford e seus embaixadores e enviados, a quem você quem você designou para se aproximar de nós com certas razões, veio até nós e apresentou, não apenas credenciais dadas por você em um certo assunto secreto, mas também outra carta de nossos veneráveis irmãos John, Bispo de Ely, John, Bispo de Norwich, e Roger, Bispo de Salisbury, com selos anexados, que continham as respostas do frade N., penitenciário da nossa ordem dos Frades Pregadores, a quem Vossa Alteza tinha anteriormente enviado sobre este assunto em segredo, às perguntas que lhe foram feitas neste assunto. Agora ouvimos com prazer tudo o que eles desejavam dizer sobre essas credenciais. Mas como nosso venerável irmão William, Bispo de Sabina, estava presente, nós o chamamos para consideração deste assunto, e as cartas e respostas foram lidas novamente, e nós cuidadosamente anotamos seu conteúdo. Estamos muito desejosos de que a sua serenidade real não deve ignorar as propostas do referido frade N. para nós em seu nome, e quais solicitações ele fez e, além disso, quais respostas e cobranças que recebeu de nós; nós os fizemos totalmente conhecido a você por estes presentes. Vossa Real Magnificência então sabe, que o dito frade, depois de oferecer suas credenciais, e depois de termos lido-as, fez uma proposta para nós sozinho, muito secretamente, sobre um

certo óleo da unção que havia sido revelado, como ele disse, do céu, como segue. Para começar: quando o glorioso mártir Thomas estava no exílio na França orando para o bom estado do reino da Inglaterra, lá lhe apareceu a Santíssima Virgem, a mãe de Cristo, dizendo-lhe que deveria morrer pela Igreja, e que o quinto rei da Inglaterra, do então reinante, seria um homem bom, e um campeão da Igreja de Deus: portanto, para ele e seus sucessores ela deu ao dito santo um frasco com óleo santíssimo, acrescentando que este rei, em virtude deste óleo, recupere a Terra Santa das mãos dos pagãos. Além disso, ele disse que o dito São Tomás, por ordem da bem-aventurada Virgem, deu este óleo a um monge do mosteiro de São Cipriano para esconder secretamente, dizendo a ele que deve ser revelado em tempo conveniente, e que a cabeça de um pagão seria a causa de sua descoberta. Ele também disse que este monge, ao receber esta joia e também uma placa de metal, na qual o próprio mártir mandou escrever o que foi dito acima, foi para Poitiers e escondeu-a em certo lugar da igreja de São Jorge, e colocou uma grande pedra acima dele, e cumpriu fielmente sua incumbência. E o dito irmão Nicholas mantinha em sua mão o que ele declarou ser uma cópia do escrito na referida placa, escrito em uma folha de papel, que ele só podia ler: e assim, ele seguido em seu discurso acima dado, acrescentando explicações de tempo ao tempo. Por último, ele mencionou um certo óleo divinamente revelado ao abençoado Papa Leão, e duas placas de ouro, escondidas em Aachen na Alemanha, em que o próprio santo havia escrito o assunto sobre este óleo, e este frade afirmou que Carlos, o Grande (Carlos Magno), havia sido secretamente ungido com este óleo pelo Arcebispo Turpin. Ele depois disse que o príncipe-chefe da pagãos ouviram e receberam respostas sobre a virtude deste óleo de demônios, para este efeito, que se os pagãos pudessem obtê-lo de Poitiers onde estivesse escondido, eles poderiam se defender melhor os cristãos. Assim, ele enviou um soldado pagão e um cristão com seu filho para buscar e obter este óleo, sob a promessa de grande riqueza quando eles voltassem. Mas o soldado pagão foi retirado deles pela morte, e o pai cristão e seu filho vieram para Poitiers, e receberam as ditas joias, que assim chegaram primeiro às mãos do rei da Teotônia, depois para o duque de Brabante. Este duque foi a sua coroação, e trouxe consigo o azeite, e ofereceu-o a Vossa Excelência ser ungido com ele. Mas você, meu filho amado, de acordo com conselho dos vossos conselheiros, contentou-se com o azeite habitual e recusou-se a aceitar o outro quando lhe foi oferecido. Ele depois acrescentou que, quando ele estava hospedado com a duquesa de Brabante, sua irmã, em Brabante, onde também estava a irmã do referido duque, a Condessa de Luxemburgo, depois imperatriz, um dia ao entrar na

câmara da condessa carregando o frasco com o óleo escondido em sua pessoa, ela ficou maravilhado e disse: “Irmão N., o que você tem sobre você, pois eu cheiro um odor delicioso que excede em fragrância todas as pomadas?” Então ela orou a Deus para mostrar a ela a verdade sobre este óleo por algum milagre realizado em sua pessoa, e aconteceu que, sentada à mesa, ela cortou a mão com uma faca tão severamente que os cirurgiões desencorajaram sua recuperação. Mas depois, quando o frade, a seu pedido, lhe trouxe o azeite do pequeno vaso em que estava, e aplicou-o na mão ferida, ela foi imediatamente curada. Então o frade nos disse que você, depois de considerar o fato de que muitos infortúnios aconteceram a você e seu reino, por instrução de certas pessoas que pensaram indubitavelmente o que sobreveio a você e seu reino por causa da omissão desta unção, e que se você a recebesse, toda adversidade terminaria, e o sucesso o acompanharia em tudo no futuro, e por esses motivos você desejava sinceramente receber isto. Mas, apesar desse desejo, você adia essa ação até que você ouvisse a nossa resposta, se era pecado recebê-la, e se consideramos bom e conveniente que você seja ungido com isso. Portanto, o referido irmão N. humildemente nos pediu em nome de sua Serenidade, que teremos o prazer de lhe enviar nossos conselhos sobre os assuntos anteriores, e que no caso de não ser um pecado, em nosso julgamento, receber esta unção, devemos aconselhá-lo por nossos mandamentos em nossas cartas se você deve pedir a um de nossos amados filhos os Cardeais que então estavam com você, ou algum prelado de seu reino para dar a você para receber esta unção.

Agora, pois, desejando responder-lhe previamente sobre estes assuntos, dissemos ao frade que nos indicasse um dos Cardeais, com quem podemos nos consultar, e em quem você pode depositar sua total confiança. Ele nomeou o Bispo de Sabina, e ele foi, portanto, chamado a nós e ordenado a manter tudo o que ele ouviu sobre este assunto em segredo. Estávamos desejosos de que na presença do Bispo tudo o que o frade havia dito sobre este assunto apenas para nós deveria ser dito novamente, e que eles dois de sua parte deveriam se consultar diligentemente sobre este assunto. O precedente foi, portanto, trazido para nossa consideração, e sobre este assunto comparamos diligentemente nossas conclusões com o referido Cardeal: e quanto ao primeiro pedido a decisão final a que chegamos foi essa, supondo que você, nosso filho, de argumentos prováveis e razoáveis acreditava firmemente que este óleo foi dado pela bem-aventurada Virgem, e que tu és o primeiro a ser ungido com ela, e desejastes recebê-la para honra de Deus, e especialmente para vencer os inimigos da fé além-mar; nossa resposta, nós dizemos, é que, uma vez que não se pode deduzir do que nos foi dito que há qualquer questão de manter dias ou horas ou qualquer

outra superstição no assunto, não poderia haver superstição nem pecado em recebê-la. Além disso, esta unção não diminui a primeira que você recebeu, pois a unção real não imprime nada na alma, e pois se diz que é diferente desta unção tanto na forma como na matéria. Quanto ao segundo pedido que você fez, para nosso conselho se você deve recebê-la, e que devemos aconselhá-lo a dar o óleo por mandato a algum prelado, pensamos que devíamos responder assim: que desde que, como era certo, sabíamos pouco sobre os assuntos mencionados, não estávamos dispostos para aconselhar se você deve ser ungido com este óleo; mas nem conceder ou recusar o seu pedido. Dissemos ao frade, porém, que, se acontecer de você receber esta unção, deve ser feito secretamente e privadamente; pois se fosse feito publicamente, grande espanto e escândalo poderiam possivelmente surgir dela. Mas nos recusamos totalmente a permitir que qualquer prelado, o que quer que seja cobrado, para conferir a unção a você, ou melhor, achamos melhor negar completamente o seu pedido neste ponto com certas razões. Mas como desejamos o seu sucesso do fundo do nosso coração, atribuímos isso a Vossa Alteza pelo supracitado N., e comprometemos o mesmo a você por nossas cartas, que, uma vez que nem unção nem qualquer outra coisa é proveitosa, a menos que você esteja bem disposto para com Deus, nós vos exortamos sinceramente (assim como consideramos que temos em outros lugares muitas vezes feito) que você deve obedecer aos decretos Divinos, levando uma vida virtuosa e cultivando a justiça em você e seus súditos, e reconhecendo como você é obrigado a preservar inteiramente em suas liberdades e privilégios os da Igreja Romana sua mãe, e todas as Igrejas de seu reino e domínio.

O que precede, filho muito amado, é o que o seu mensageiro, o frade propôs para nós, e também a nossa resposta para você. Estes e alguns outros, que lhe confiamos, para ser entregue à Vossa Magnificência em nosso nome.

Dado em Avignon, no segundo dia de junho, no segundo ano de nosso pontificado.

Extrato 4:

Título: Description by Thomas Becket of the Delivery of the Holy Oil to him by St. Mary. Bodl. Ashmole MS. 1393. In: LEGG, L.G. Wickham. *English Coronation Records*. Westminster: Archibald Constable & Co. Ltd, 1902. pp. 169-171.

Resumo: O extrato abaixo presente no *English Coronation Records* pretende ser um relato direto da entrega da relíquia para Thomas Becket pela Virgem durante seu período em exílio. Segundo Wikiham, o manuscrito possui diversos defeitos e faltam algumas palavras, que foram completadas em um manuscrito posterior do mesmo século chamado Ashmole, MS 59. Vale ressaltar que apesar do texto “ser” de “autoria” de Thomas Becket, o manuscrito é do início do século XV, contexto da ascensão Lancastriana.

Quando ego Thomas Archiepiscopus exul ab anglia transiebam in Franciam et veni ad papam alexandrum qui tunc erat vt ei ostenderem consuetudines malas et abusiones quas Rex anglie introducebat in ecclesiam sanctam. Quadam autem nocte cum essem in ecclesia sancte columbe in oracionibus meis rogaui Reginam virginum beatissimam virginem mariam vt exoraret filium suum concedere dicto Regi anglie et heredibus suis propositum et voluntatem emendandi se erga ecclesiam Dei et quod christus pro sua magna misericordia ipsum ampliore dileccione diligere faceret sanctam ecclesiam dei statimque apparuit michi beata virgo maria habens in pectore /suo quandam aquilam auream et in sua manu tenens eam perparuam ampuUam lapideam et ipsam aquilam de pectore suo accipiens ampuUam inclusit et aquilam cum ampulla in manu mea posuit et hec verba per ordinem dixit ista est vnccio de qua debent vngi reges anglorum non isti qui modo regnant sed qui regnabunt ipsi maligni sunt et erunt et propter eorum peccata multa amiserunt et amittent sunt autem reges anglorum futuri qui ista vnccione vngentur benigni et pugiles ecclesie erunt Nam illi terram amissam a parentibus pacifice recuperabunt donee aquilam cum ampulla secum habeant. Est etenim rex futurus qui post ista vnccione vngetur qui terras a parentibus amissas videlicet Normanniam et aquitaniam recuperabit sine vi Rex iste maximus erit inter reges et est ille qui recuperabit multas ecclesias in terra sancta et effugabit omnes paganos de Babilonia, et ibidem plures ecclesias sanctas edificari faciet. Quocienscunque vero Rex iste dictam aquilam in pectore suo portabit de suis inimicis victoriam habebit et regnum eius augmentabitur. Tu autem Thoma futurus es martir dixit ei beata virgo maria et tunc rogaui ipsam beatam virginem /mariam vt ostenderet michi vbi custodirem tarn preciosum sanctuarium [que] dixit michi est vir quidam [inciuitate ista] monachus ecclesie sancti [Cipriani] pictauensis in[iu]s[t]e eiectus ab abb[ate] s[uo], qui

rogat] papam vt abbas [eum in abbatiam] suam r[educat], trade sibi aqui[lam istam cum ampulla] vt ipse eam ad abbatiam] pectauensem portet et [in ecclesia] sancti Georgii iuxta [ecclesiam sancti Hilla]rii eam abscon[derem in capite] ecclesie versus occidentem sub l[apide mag]no et ibi inuenietur tempore [opportune] et erit capud paganorum [causa in]uencionis istius aquile hec omnia mihi tradidit beata virgo maria in quodam vase plumbeo.

Tradução Livre

Quando eu, Thomas, Arcebispo de Canterbury, estava fugindo em exílio da Inglaterra para a França, eu vim ao Papa Alexandre, que estava então em Sens, para lhe mostrar os costumes e abusos que o rei dos ingleses estava trazendo à Igreja. E uma noite, enquanto eu estava orando na Igreja de São Columba, pedi à rainha das virgens que desse ao rei da Inglaterra e seus herdeiros uma proposta e a vontade de mudar suas vidas para com a Igreja de Deus, e que Cristo, de sua grande misericórdia, fazei com que o rei ame a santa Igreja com mais pleno amor. Imediatamente lá apareceu-me a bem-aventurada Virgem com uma águia de ouro no peito, e com um pequeno frasco de pedra na mão. Ela pegou a águia de seu seio, e nele pôs o frasco, colocou a águia e o frasco na minha mão, e disse estas palavras: “Este é o óleo com o qual os reis da Inglaterra devem ser ungidos, mas não aqueles ímpios que agora reinam ou reinarão, e que, por causa de seus muitos crimes, perderam e perderão muito. Mas surgirão reis dos ingleses que serão ungidos com este óleo, que serão bons e campeões da Igreja. Elas vão recuperar as terras perdidas por seus antepassados, desde que tenham a águia e frasco. Agora haverá um rei dos ingleses que será o primeiro a ser ungido com este óleo: ele recuperará pela força a terra perdida pelos seus antepassados, isto é, a Normandia e a Aquitânia. Ele será maior entre os reis, e é ele que construirá muitas igrejas na terra santa, e porá todos os pagãos em fuga da Babilônia, e construir muitas igrejas lá. E quantas vezes ele carrega esta águia em seu peito ele terá a vitória sobre todos os seus inimigos e seu reino será sempre aumentada. Pois tu serás um mártir.”

E então eu rezei a bem-aventurada Virgem Maria para me mostrar onde guardar uma coisa tão preciosa e sagrada, e ela me disse: “Há um homem nesta cidade, um monge de São Cipriano de Poitiers, que foi injustamente expulso por seu abade de sua abadia. Ele agora pede ao Papa para que o de volta à sua abadia. Dê-lhe a águia e o frasco para ele levar para a abadia de Poitiers. E eu o esconderia na igreja de St. Jorge pela igreja de St.

Hilary, e o extremo oeste da cabeceira da Igreja debaixo de uma grande pedra, onde se encontra a uma hora conveniente. Este é [o óleo da unção dos reis dos ingleses] e a cabeça dos pagãos será a causa da invenção deste águia.” Todas essas coisas me foram dadas pela bem-aventurada Virgem Maria encerrado em um recipiente de chumbo.

Extrato 5

Título: O óleo sagrado de Thomas Becket na coroação de Henrique IV.
Referência: WALSINGHAM, Thomas. <i>The Chronica Maiora</i> (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005. p. 312
Resumo: Narrativa sobre o encontro do óleo de Thomas Becket no início do século XIV. Narra-se a importância da relíquia e também o fato de que o rei Henrique IV foi o primeiro monarca ungido com a mesma.
On the feast of the translation of St Edward, king and confessor [13 October], King Henry IV was crowned at Westminster by the hands of Thomas [Arundel], archbishop of Canterbury, this being the very day on which a year ago he had been banished into exile. This, so men thought, could not have happened without a divine miracle. And as an auspice of what was believed would be a richer grace for him in the future, he was anointed with that heavenly oil, which once the blessed Mary, mother of God, entrusted to the blessed Thomas [Becket], martyr and archbishop of Canterbury, while he was in exile, prophesying to him that the kings of England who were anointed with this oil would be champions of the church and men of benevolence. For long ages it had lain hid, preserved in a golden eagle with its stone flask, but at last it had been miraculously brought into the light of day, when Lord Henry, first duke of Lancaster, was fighting the wars of his king in lands across the sea. For the eagle had been given to him personally by a holy man, who had found it by divine revelation. The duke gave it to the noble Prince Edward [the Black Prince], the eldest son of the illustrious Edward [III], king of England, so that after the death of his father he might be anointed as king with this oil. The prince put the oil in the Tower of London, storing it in a chest secured by many padlocks. And there it remained hidden, either through forgetfulness or through neglect, right until the time of King Richard, son of the noble Prince Edward. In 1399 King Richard had been curiously examining the objects left to him by his ancestors, and had unexpectedly come across the eagle with its flask, together with a writing or prophecy of the blessed martyr Thomas, and learning of the great virtue possessed by the oil, he asked Thomas [Arundel], archbishop of Canterbury, to anoint him a second time with this oil. But the archbishop absolutely refused to do this, saying that it was sufficient for the king that at his original coronation he had received the holy oil at his hands, and that it was not right to repeat the anointing. King Richard took the eagle and the flask with him when setting out for Ireland and also when returning again to this land. At the archbishop's request he had handed the eagle and the flask to him at Chester, saying that it was now patently clear

to him that it was not the divine will that he should be anointed with this oil, but that such a noble sacrament was destined for another. And the archbishop had religiously kept such precious objects under careful guard and had preserved them right up to the time of the coronation of the present king, who was the first of the kings of England to be anointed with so precious a liquid.

Tradução Livre

Na festa do traslado de São Eduardo, rei e confessor (13 de outubro), o rei Henrique IV foi coroado em Westminster pelas mãos de Thomas (Arundel), arcebispo de Canterbury, sendo este o próprio dia em que havia um ano atrás sido banido para o exílio. Isso, pensou o homem, não poderia ter acontecido sem um milagre divino. E como um auspício do que se acreditava seria uma graça mais rica para ele no futuro, ele foi ungido com esse óleo celestial, que uma vez que a abençoada Maria, mãe de Deus, confiou ao abençoado Thomas (Becket), mártir e arcebispo de Canterbury, enquanto ele estava no exílio, profetizando para ele que os reis da Inglaterra que estavam ungidos com este óleo seriam campeões da igreja e homens de benevolência. Durante longas eras, ficou escondido, preservado em uma águia dourada com seu frasco de pedra, mas finalmente foi trazido milagrosamente à luz do dia, quando Lorde Henrique, primeiro duque de Lancaster, estava lutando contra as guerras de seu rei em terras do outro lado do mar. Pois a águia tinha sido dada a ele pessoalmente por um homem santo, que a achou pela revelação divina. O duque deu ao nobre Príncipe Eduardo (o Príncipe Negro), o filho mais velho do ilustre Eduardo (III), rei da Inglaterra, para que depois da morte de seu pai ele possa ser ungido como rei com este óleo. O príncipe colocou o óleo na Torre de Londres, armazenando-o em um cofre protegido por muitos cadeados. E ali permaneceu escondido, seja através do esquecimento ou negligência, até o tempo do rei Ricardo, filho do nobre Príncipe Eduardo.

Em 1399, o rei Ricardo havia examinado com curiosidade os objetos que lhe restavam de seus antepassados e, de forma inesperada, encontrou a águia com sua garrafa, juntamente com uma escrita ou profecia do abençoado mártir Thomas e aprendendo da grande virtude possuída pelo óleo, perguntou a Thomas (Arundel), arcebispo de Canterbury, para o ungir uma segunda vez com este óleo. Mas o arcebispo absolutamente se recusou a fazer isso, dizendo que era suficiente para o rei que, em sua coroação original, ele tivesse recebido o óleo sagrado em suas mãos, e que não era correto repetir a unção. O rei Ricardo tomou a águia e o frasco com ele quando partiu para a Irlanda e quando voltou para essa

terra. A pedido do arcebispo, ele lhe entregou a água e o frasco em Chester, dizendo que agora era claramente claro para ele que não era a vontade divina que ele fosse ungido com este óleo, mas que um sacramento tão nobre estava destinado para outro. E o arcebispo manteve religiosamente tais objetos preciosos sob uma cuidadosa guarda e os preservou até o momento da coroação do atual rei, que foi o primeiro dos reis da Inglaterra a ser ungido com um líquido tão precioso.

Extrato 6

Título: Coroação de Henrique V em Thomas Walsingham.
Referência: WALSINGHAM, Thomas. <i>The Chronica Maiora</i> (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005. p. 390.
Resumo: Henrique V é coroado no dia 9 de abril de 1413 num domingo de páscoa, no qual ocorria uma grande tempestade de tempo visto pelos presentes como sinais do futuro das ações do rei. Para Thomas Walsingham, a severidade representava um futuro de glória.
In the same year Henry [of Monmouth], the eldest son of the dead king, was crowned in London at Westminster by the hands of Thomas Arundel, archbishop of Canterbury, on 9 April, Passion Sunday. There was a great fall of snow on this day. Everybody was surprised by the severity of the weather. Some people connected the climatic harshness with the fate that awaited them at the hands of the new king, suggesting that he too would be a man of cold deeds and severe in his management of the kingdom, while others who knew of a gentler side to the king took the unseasonable weather as the best of omens, suggesting that he would cause to fall upon the land snowstorms which would freeze vice and allow the fair fruits of virtue to spring up, so that his subjects would truthfully be able to say of him: Winter is now past The rains are over and gone [Song of Songs 2: 11]
<i>Tradução Livre / Texto bíblico com base na Bíblia de Jerusalém.</i> No mesmo ano Henrique (de Monmouth), o filho mais velho do falecido rei, foi coroado em Londres em Westminster pelas mãos de Thomas Arundel, Arcebispo de Canterbury, no dia 9 de abril, domingo da páscoa. Havia grande nevasca no dia. Todos ficaram surpresos pela severidade do clima. Alguns conectaram a dureza do clima com o destino que os esperava nas mãos do novo rei, surgindo que ele seria um homem de frios atos e severo em sua gestão do reino, enquanto outros que conheciam um lado mais gentil do rei, tomaram o clima intempestivo como o melhor dos presságios, sugerindo que ele faria cair tempestades de neve sobre a terra, que congelaria o vício e permitiria surgir os frutos justos da virtude, de modo que seus súditos pudessem dizer com sinceridade dele: O inverno passou As chuvas acabaram e se foram (Canticos dos Canticos 2:11)

Extrato 7

Título: John Capgrave enumera as crenças de Sir John Oldcastle
Referência: CAPGRAVE, John. <i>The Book of Illustrious Henries</i> , Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858. pp. 141-142.
Resumo: Ao narrar os movimentos lollardos durante o reinado de Henrique V, John Capgrave enumera as principais críticas de Sir John Oldcastle aos sacramentos da Igreja durante seu tribunal de acusação.
It was in this fifth year of the glorious king Henry that Oldcastle, that satellite of the devil, was taken by the servants of lord Powis, and adjudged to death. For their sakes into whose hands these writings may come I will declare some of his errors to posterity, that they may not think he was put to so shameful a death except for a just cause. First, he declared that none ought to worship the Mother of Christ; or the other Saints. Also, that confession ought to be made to God alone, and not to man. Also, that in the Sacrament of the Altar, after consecration, the bread remains unchanged. He condemned civil property; and hated priests and churches as abominations. He also was for destroying marriage, as far as in him lay. He is said to have inflicted severe injuries on his captors when they took him, for he was very strong. But a certain woman struck him on the shin with a footstool, and he presently fell to the ground. He was brought to London, hung, and burnt. He had pretended that he was Elias, sent for the conversion of the; whole world; and his prophecy was fulfilled, as some say, while he was being taken to the fire sitting in the cart, since the one was borne off in a chariot to Heaven, the other to hell. The duke of Bedford and those who were present at his death, urged him to make faithful and lowly confession of his sins, offering him time, and his choice from among many priests. But he said that though Peter and Paul were present he would not confess to them; and so as a blasphemer, and abandoned abetter of heretics, he suffered the disgrace of death as he deserved. He was first dragged to the place of execution and hung; then he was dismembered and disembowelled, and lastly his body was burned to ashes in the flames.

Tradução Livre

Era o quinto ano do reinado do glorioso Henrique quando Oldcaslte o satélite do diabo foi levado pelos servos do lorde de Powis, e julgado a morte.

Por causa deles, cujas as mãos destes escritos podem vir, eu vou declarar alguns erros para a posteridade, que não pode-se pensar que ele foi submetido a morte, exceto por uma causa justa.

Primeiro ele declarou que ninguém deveria adorar a mãe de Cristo e outros Santos.

Também que a confissão deveria ser feita a Deus somente, e não ao homem.

Além disso, afirmou que no Sacramento do Altar, após a consagração do pão, o mesmo permanece inalterado.

Ele também condenava a propriedade civil; e odiava os padres com abominações.

Ele também estava destruindo o casamento, na medida em que ele se colocou.

Ele disse ter infligido ferimentos graves em seus captores quando o levava, pois ele era muito forte, mas uma certa mulher o atingiu na canela e ele caiu ao chão. Ele foi levado para Londres, perdurando e queimado. Ele fingiu que era Elias, enviado para a conversão de todo o mundo, e sua profecia havia sido cumprida, como dizem alguns, enquanto ele era levado para a fogueira sentado em um carrinho, dizendo que uns nascem para ir ao céu e outros para o inferno. O duque de Bedford e aqueles que estavam presentes para sua morte pediram-lhe para realizar uma confissão fiel e humilde de seus pedados, oferecendo-lhe tempo, e sua escolha entre os muitos sacerdotes. Mas ele disse que, apesar de Pedro e Paulo que estavam se apresentando ele não iria se confessar a eles; e assim como blasfemo e abandonado pelos heréticos, ele sofreu a desgraça da morte como ele merecia. Ele primeiro foi arrastado para o local de execução e enforcado; então ele foi desmembrado e estripado, e finalmente, seu corpo foi queimado em chamas.

Extrato 8

Título: Reivindicação da Coroa inglesa por Richard, Duque de York
Referência: <i>Rotuli Parliamentorum – Henry VI - October 1460</i> Ed. Chris Given-Wilson, Paul Brand, Seymour Phillips, Mark Ormrod, Geoffrey Martin, Anne Curry and Rosemary Horrox (Woodbridge, 2005) p. 375.
Resumo: O extrato abaixo foi retirado dos rolos do Parlamento de 1460, quando os problemas do regime de Henrique VI foram expostos pelo Bispo de Exeter e a ordem do reino estava em questão. Richard Plantageneta reivindicou o trono inglês, reunindo elementos de sua linhagem e mostrando como os Lancastrianos eram, na verdade, usurpadores do trono.
10. Memorandum, that the .xvi. day of Octobre, the .ix.th daye of this present parlement, the counseill of the right highand myghty prynce Richard duc of York brought into theparlement chambre a writyng conteignyng the clayme andtitle of the right that the seid duc pretended unto the coroneso of Englund and of Fraunce, and lordship of Ireland, and thesame writyng delyvered to the right reverent fader in GodGeorge bisshop of Excestre, chaunceller of Englund,desiryng hym that the same writyng myght be opened to thelordes spirituelx and temporelx assembled in this presentparlement, and that the seid duc myght have brief andexpedient answeere therof: wheruppon the seid chauncelleropened and shewed the seid desire to the lordes spirituelxand temporelx, askyng the question of theym whither theywold the seid writyng shuld be openly radde before theym ornoo. To the which question it was answered and agreed by allthe seid lordes: in asmuche as every persone high and lowe,suyng to this high court of parlement of right must be herd,and his desire and petition understande, that the said writyngshuld be radde and herd, not to be answered without thekyngs commaundement, for so moche as the mater is sohigh, and of soo grete wyght and poyse. Which writyng therethan was radde; the tenour wherof foloweth, in these wordes: Exhibicio tituli Ricardi ducis Ebor' ad coronam. 11. It is not to be forgotten that the right noble and wurthyprince, Henry kyng of Englund the third, had issue andleefully gate Edward his first begoten son, born at Westm' the.xv. kalends of Juyll, in the vigill of Seint Marc and Marcellian,the yere of Oure Lord .mccxxxix., and Edmond his secundgoten son, which was born on Seint Marcell day, the yere ofOure Lord .mccxlv. The which Edward, after the deth of theseid Kyng Herry his fader entitled and called Kyng Edwardthe first, had issue Edward his first begoten son,

entitled and called after the decease of the seid first Edward his fader, Kyng Edward the secund, which had issue and lefully gate the right noble and honorable prynce Edward the third, true and undoubted kyng of Englonde and of Fraunce, and lord of Irelande; which Edward the third, true and undoubted kyng of Englonde and of Fraunce, and lord of Irelande, had issue and lefully gate Edward his first begoten son, prince of Wales, William Hatfeld secund begoten, Leonell third begoten, duc of Clarence, John of Gaunte fourth begoten, duc of Lancastre, Edmond Langley fyft goten, duc of York, Thomas Wodestokseixt goten, duc of Gloucestre, and William Wyndesore theseventh goten. The seid Edward prynce of Wales, which dyed in the lyf of the seid Edward kyng, had issue and lefully gate Richard, the which succeeded the same Edward kyng his grauntsire in roiall dignite, entitled and called Kyng Richard the secund, and died without issue. William Hatfeld the secund goten son of the seid Edward kyng dyed withoute issue. Leonell the third goten son of the same Edward kyng, duc of Clarence, had issue and lefully gate Phelippe his only daughter and heire; which, by the sacrament of matrimony copled unto Edmund Mortymer erle of Marche, had issue and lefully bare Rogier Mortymer erle of Marche, hir son and heire; which Roger erle of Marche had issue and lefully gate Edmund erle of Marche, Rogier Mortymer, Anne and Alianore; which Edmund, Roger and Alianore dyed withoute issue, and the seid Anne, under the sacrament of matrimony copled unto Richard erle of Cambrigg, the son of the seid Edmund Langley, the fyft goten son of the seid kyng Edward as it is afore specified, had issue and lefully bare Richard Plantaginet, commonly called duc of York. The seid John of Gaunt, the fourth goten son of the seid Kyng Edward, and theyonger brother of the seid Leonell, had issue and lefully gate Henry erle of Derby, which incontynent after the tyme that the seid Kyng Richard resigned the corones of the seid realmes, and the seid lordship of Irelande, unright wissely entred uppon the same, then beyng on lyve Edmund Mortymer erle of Marche, son to Roger Mortymer erle of Marche, son and heire of the said Phelippe, daughter and heire of the seid Sir Leonell, the third son of the seid Kyng Edward the third; to the which Edmund the right and title of the seid corones and lordship by lawe and custome belonged. To the which Richard duc of York, as sonne to Anne, daughter to Rogier Mortymer erle of Marche, son and heire to the seid Phelippe, daughter and heire to the seid Leonell, the third goten son of the seid Kyng Edward the third, the right, title, dignite roiall and estate of the corones of the realmes of Englonde and of Fraunce, and of the lordship and land of Irelande, of right, lawe and custome apperteyneth and belongeth, afore eny issue of the seid John of Gaunt, the fourth goten son of the same Kyng Edward.

Tradução Livre

10. Que fique lembrado que em 16 de outubro, nono dia do presente parlamento, o conselho do altíssimo e poderoso príncipe Richard, duque de York, trouxe à câmara do parlamento um documento contendo a reivindicação e o título do direito que o referido duque reivindicava nas coroas da Inglaterra e da França, e o senhorio da Irlanda, e entregou o mesmo documento ao reverendo padre em Deus, George, bispo de Exeter, chanceler da Inglaterra, solicitando que o mesmo documento fosse mostrado aos lordes espirituais e temporais reunidos neste atual parlamento, e para que o referido duque fosse respondido breve e prontamente: imediatamente o referido chanceler explicou e mostrou o referido pedido aos lordes espirituais e temporais, perguntando-lhes se desejavam que o referido documento fosse lido abertamente diante deles ou não. A essa pergunta todos os ditos senhores responderam e concordaram que, porque toda pessoa alta e baixa (posição) suplicando a esta alta corte do parlamento deve de direito ser ouvida, e seu pedido e petição entendidos, o referido documento deve ser lido e ouvido, mas não respondido sem ordem do rei, porque o assunto é tão grande, e de tão imenso peso e importância. Este documento foi então lido lá; cujo teor segue nestas palavras:

A apresentação do título de Richard, duque de York, à Coroa.

11. Não se deve esquecer que o mais nobre e digno príncipe, Henrique III, rei da Inglaterra, descendeu e legitimamente foi o pai de Eduardo, seu filho primogênito, nascido em Westminster no décimo quinto das calendas de julho, na vigília de São Marcos e Marceliano em 1239, e Edmund seu segundo filho, que nasceu no dia de São Marcelo de 1245. O qual Eduardo, após a morte do dito rei Henrique, seu pai, tornou-se rei Eduardo I, e teve Eduardo seu primeiro filho, que se tornou rei Eduardo II após a morte do dito primeiro Eduardo, seu pai: quem descendeu e legalmente gerou o mais nobre e honrado príncipe, Eduardo III, verdadeiro e indubitável rei da Inglaterra e da França, e lorde da Irlanda, descendeu e legitimamente foi pai de Edward, seu primogênito, príncipe de Gales, William de Hatfield, segundo filho, Lionel terceiro filho, duque de Clarence, John de Gaunt quarto filho, duque de Lancaster, Edmund de Langley quinto filho, duque de York, Thomas de Woodstock sexto filho, duque de Gloucester, e William de Windsor o sétimo filho. O dito Eduardo, príncipe de Gales, que morreu durante a vida do dito Rei Eduardo, descendeu e legalmente foi pai de Ricardo, que sucedeu o mesmo Rei Eduardo seu avô em dignidade real, com o título e nome de Rei Ricardo II, e morreu sem descendência. William de

Hatfield, o segundo filho do dito rei Eduardo, morreu sem descendência. Lionel, o terceiro filho do mesmo rei Eduardo, duque de Clarence, havia gerado e legitimamente gerado Philipa, sua única filha e herdeira; que, unida pelo sacramento do matrimônio a Edmund Mortimer, conde de March, descendeu e legalmente deu à luz a Roger Mortimer, conde de March, seu filho e herdeiro; que Roger, conde de March, descendeu e legalmente gerou Edmund, conde de March, Roger Mortimer, Anne e Eleanor; que Edmund, Roger e Eleanor morreram sem descendência, e a dita Anne, unida pelo sacramento do matrimônio a Richard, conde de Cambridge, filho do dito Edmund de Langley, o quinto filho do dito Rei Eduardo, conforme detalhado acima , teve filho e legalmente deu à luz Richard Plantageneta, comumente chamado duque de York. O referido John de Gaunt, o quarto filho do referido rei Eduardo, e o irmão mais novo do referido Lionel, tinha filhos e legalmente foi pai de Henrique, conde de Derby, que imediatamente após o referido rei Ricardo renunciar as Coroas dos referidos reinos e os o referido senhorio da Irlanda, entrou ilegalmente no mesmo, estando então vivo Edmund Mortimer, conde de March, filho de Roger Mortimer, conde de March, filho e herdeiro da dita Philippa, filha e herdeiro do dito Sir Lionel, o terceiro filho do dito Rei Eduardo III; ao qual Edmundo pertencia o direito e o título das ditas Coroas e senhorio por lei e costume, o dito Lionel, o terceiro filho do dito rei Eduardo III, o direito, o título, a dignidade real e a propriedade das Coroas dos reinos da Inglaterra e da França, e do senhorio e terra da Irlanda, de direito, lei e costume pertencem e fazem parte, antes de qualquer herdeiro do dito John de Gaunt, o quarto filho do mesmo Rei Eduardo.